

Os Filhos do Mundo:
A Face Oculta da Menoridade
(1964 – 1979)

GUTENBERG ALEXANDRINO RODRIGUES

*Os Filhos do Mundo:
A Face Oculta da Menoridade
(1964 – 1979)*



São Paulo
2001

© GUTENBERG ALEXANDRINO RODRIGUES, 2001

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 3361-4788 – Fax: (11) 3361-4795

Capa: Luis Augusto Beraldi Colombo

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Diretoria da gestão 2001/2002

Presidente: ROBERTO PODVAL

1.º Vice-presidente: ALBERTO SILVA FRANCO

2.º Vice-presidente: ADRIANO SALLES VANNI

1.º Secretário: GERALDO ROBERTO DE SOUZA

2.º Secretário: CECÍLIA SOUZA SANTOS

3.º Secretário: PAOLA ZANELATO

Tesoureiro: TATIANA VIGGIANI BICUDO

Tesoureiro-adjunto: MARIÂNGELA MAGALHÃES GOMES

Departamento de Biblioteca: SILVIA HELENA FURTADO MARTINS, ADRIANA HADDAD UZUM e ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO

Departamento de Boletim: JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHOAL, CELSO EDUARDO FARIA CORACINI e FERNANDA VELLOSO TEIXEIRA

Departamento de Cursos: MARCO ANTONIO RODRIGUES NAHUM, FÁBIO DELMANTO, FLÁVIA D'URSO ROCHA SOARES, ANTONIO SERGIO A. MORAES PITOMBO, ANA LÚCIA MENEZES VIEIRA, CECÍLIA SOUZA SANTOS e HELOISA ESTELLITA SALOMÃO

Departamento de Estudos e Projetos Legislativos: MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES, ADAUTO SUANNES e CARLOS ALBERTO PIRES MENDES

Departamento de Internet: SERGIO ROSENTHAL, ROGÉRIO MARCOLINI e RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

Departamento de Relações Internacionais: ANA PAULA ZOMER, ANA LÚCIA SABADELL e MARIÂNGELA MAGALHÃES GOMES

Revista Brasileira de Ciências Criminais: MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, CLEUNICE VALENTIM BASTOS PITOMBO e SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO STEINER

Núcleo de Pesquisas: ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD, LUCI GATI PIETROCOLLA e ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER

Rua XI de agosto, 52, 2.º andar,
CEP 01018-010 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.com.br>

e-mail: ibccrim@ibccrim.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rodrigues, Gutemberg Alexandrino

Os filhos do mundo : a face oculta da menoridade : (1964-1979) /
Gutemberg Alexandrino Rodrigues. — São Paulo : IBCCRIM, 2001.

Bibliografia.

1. Altenfelder, Mário 2. Brasil – História 1964-1979 3. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (SP) 4. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Brasil) 5. Menores – Cuidados institucionais – Brasil 6. Menores abandonados – Brasil – Aspectos sociais 1. Título.

01-3260

CDD-362.730981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Menores abandonados : Assistência :
Bem-estar social 362.730981

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – Printed in Brazil
2001

*"Do silêncio vem o que
é mais profundo que tudo: o próprio silêncio."
Clarice Lispector*

Menino

*"Quem cala sobre teu corpo
Consente na tua morte
Talhada a ferro e fogo
Nas profundezas do corte
Que a bala riscou no peito
Quem cala morre contigo
Mais morto que estás agora
Relógio no chão da praça, batendo
Avisando a hora que a raiva traçou
No incêndio refletindo, o brilho de teu cabelo
Quem grita, vive contigo."*

Milton Nascimento e Fernando Brant

*À minha mãe.
À Maria Alice Queiroz do Nascimento,
porque a cada dia, apenas recomeçamos...*

AGRADECIMENTOS ■

No final do ano de 2000 apresentei à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo uma dissertação de mestrado que acabou resultando neste trabalho. Gostaria de lembrar que o término de todo projeto não deixa de trazer novas utopias, levando-nos a acreditar que o melhor momento de todo ser humano reside na busca e na contemplação muda diante de todas as coisas existentes.

Quando se percorre horizontes muito bem acompanhado, vale a pena registrar todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes em ações concretas ou em pensamento. Desta maneira, este trabalho traz uma parcela de cada uma das pessoas que compartilharam os mesmos objetivos de sempre buscar o não dito. Não se pode dar provas daquilo que é mais verdadeiro: a única maneira é acreditar.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à professora Dra. Maria Aparecida de Aquino, pela orientação cuidadosa, pelas sugestões de pesquisa e de leituras que contribuíram para a realização deste projeto. Sempre atenta ao demonstrar a necessidade de se realizar coerentemente um trabalho. Agradeço também às professoras doutoras Maria Helena Capelatto e Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, que compuseram minha banca de qualificação e de defesa de mestrado, pelas observações atentas e minuciosas que foram extremamente importantes para a pesquisa.

Aos filhos do mundo cuja história de vida se faz e se refaz no cotidiano permeado de violência, desigualdade, abandono e silêncio.

Agradeço ao CNPQ que proporcionou os recursos para a realização e andamento do projeto.

Algumas pessoas se tornaram fundamentais ao longo do trabalho. Pessoas cujo estímulo, dedicação e seriedade foram essenciais para a travessia realizada ao longo de todas às margens do rio, sem temer

a deriva: ao Ailton Agostini, por todas as contribuições apresentadas ao longo do trabalho.

Não poderia deixar de mencionar o apoio recebido por algumas pessoas feitas da melhor matéria prima existente num mundo feito de plástico e, muitas vezes, sem beleza: Vanessa Delatorre, Olga Sofia, Luciane Pedro, Silvia Martins, Maria das Graças, Adriana, Luciléia, Ísis, Marina, Maria Inês, Maisa, Teodolina, Renato e Quintino.

Tenho dívidas seculares com inúmeras pessoas que ajudaram na realização de cada etapa do trabalho. Pessoas para quem a amizade é um elo que se reconstrói a cada instante: ao Osmar, pela ajuda dada ao ensinar um ser do século passado a tentar lidar com uma máquina (computador) devoradora, bem como pela atenção em diversos momentos quando tudo parecia impossível; à Fernanda, pela compreensão em discutir problemas teóricos e metodológicos; à Rita de Cássia, pela triagem do material a ser pesquisado e pela benevolência em lidar com um eterno aprendiz da vida e à Maria do Socorro Nepomuceno pela leitura atenta do trabalho que contribuiu grandemente para a reflexão quotidiana do ofício do pesquisador.

Ao Sérgio e à Cida que indicaram e emprestaram inúmeros livros e documentos importantes; ao pequeno Henrique e à Maria Paula Pelagardi cuja sensibilidade faz com que acreditemos em melhores dias, apesar de todos os contratempos existentes no reino dos homens.

Devo lembrar o auxílio e o respeito recebidos em vários arquivos, como, por exemplo, à Claudete, bibliotecária da Secretaria da Promoção Social, pelo auxílio e respeito dispensados ao pesquisador; à Rosangela do CAPH pela dedicação e senso de responsabilidade para com a produção historiográfica existente; ao senhor Sérgio Ranalli, do Setor de Cadastro de Menores (SCM) da FEBEM do Tatuapé, e especialmente à dona Severina, uma das pessoas mais graciosas que conheci dentro da FEBEM que, juntamente, com seus inúmeros gatos tornam a FEBEM um pouco mais humana.

Por fim, preciso lembrar das pessoas que partiram, deixando seus registros de tempos memoráveis. Pessoas para quem as palavras se perdem, tornando-se vazias. À lembrança de minha mãe, Vera Tavares, uma mulher forte, bela e fascinante, cuja importância foi vital durante a pesquisa, pois em todos os momentos esteve presente e à Maria Alice Queiroz do Nascimento, a mais bela das pessoas que pude conhecer.

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	17
1. O trinômio perfeito: Pátria, Deus e Família. A FUNABEM e o pensamento de Mário Altenfelder	43
1.1. A FUNABEM enquanto estratégia psicossocial	55
1.2. A redenção da Lei n.º 4513	79
1.3. Fatores responsáveis pela marginalização do menor	86
1.4. Os meios de comunicação e a corrupção dos costumes	94
1.5. Altenfelder e os primórdios da FEBEM/SP	101
2. Velho Brasil Jovem: O discurso da ordem	
2.1. A FUNABEM e a problemática do menor	105
2.2. Brasil Jovem ou velho Brasil Jovem	119
2.3. Os menores abandonados	132
2.4. Os menores infratores	149
2.5. O general e a FUNABEM	165
3. Os filhos do mundo no sumidouro do silêncio	169
3.1. Histórias de gente grande	175
3.2. Em busca das filhas do mundo	204
3.3. A UE9 e os infratores	225
3.4. Saída discreta pela porta dos fundos	245
Considerações finais	273
Fontes documentais	279
Bibliografia	281

PREFÁCIO

DESAMPARO NA “ASSISTÊNCIA”, OU O DESAFIO DE SER CRIANÇA NO BRASIL

Maria Aparecida de Aquino*

“Enquanto existir nas leis e nos costumes, uma condenação social que cria infernos artificiais, em plena civilização, juntando ao destino – que é divino por natureza – um fatalismo que provêm dos homens: enquanto não forem resolvidos os três problemas do século: – a degradação do homem pela pobreza, o aviltamento da mulher pela fome, a atrofia da criança pelas trevas; enquanto continuar em certas classes a asfixia social; ou por outras palavras e sob um ponto de vista mais claro: – enquanto houver no mundo ignorância e miséria, os livros desta natureza não são de todo inúteis.”

Hauteville-House – 1.º de janeiro de 1862

Foi esta maneira que Victor Hugo, no século XIX, escolheu para abrir sua obra maior, *Os Miseráveis*. De forma muito modesta, atestava a não completa inutilidade de seu livro na persistência do que indicava como três males do século: “a degradação do homem pela pobreza, o aviltamento da mulher pela fome, a atrofia da criança pelas trevas”. É exatamente o terceiro desses problemas que

* Professora de História Contemporânea no Departamento de História da FFLCH/USP, autora de *Censura, Imprensa e Estado Autoritário* – Bauru: EDUSC, 1999.

Gutemberg Alexandrino Rodrigues se debruça neste seu fantástico *Os filhos do mundo*, que, agora, com orgulho, tenho o prazer de apresentar ao público.

Este prazer, entretanto, vem mesclado com a angústia de saber que, hoje, na abertura do século XXI, em países como o Brasil, estamos muito longe de solucionar os três problemas apontados por Hugo, no século XIX. Isto faz desta obra algo extremamente urgente, necessário e de uma relevância social fundamental. E aqui aproveito para reforçar uma resposta que dei ao orientando Gutemberg quando estava ainda iniciando a sua pesquisa e me perguntava se eu achava que o seu trabalho poderia apresentar uma contribuição para a História e para a sociedade brasileira. Lembro-me que, na ocasião, eu disse ter certeza da importância e da pertinência do trabalho. Agora, finda a jornada, e de modo tão satisfatório, renovo esta minha confiança em trabalhos desta natureza.

Conheci Gutemberg Alexandrino Rodrigues, no início da década de 90 do século XX, quando eu começava como docente no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ele estava realizando sua graduação. Eu o acompanhei como aluno em dois semestres nas disciplinas de História Contemporânea I e II e ele se destacava pela erudição precoce, presente na fala compassada e medida, como se preocupada com o peso de cada palavra. Lembro do Gutemberg estudioso lendo cuidadosamente cada um dos textos e debatendo em sala de aula, sempre colocando questões pertinentes. Quando me credenciei para orientar no Pós-Graduação, Gutemberg entrou na minha segunda leva de orientandos de Mestrado e, durante três anos, vivemos a difícil e enriquecedora relação Orientador-Orientando. Continuou me espantando seu cuidado com o refinamento teórico permeado por leituras constantes, inclusive, de obras densas e difíceis e sua imensa capacidade de trabalho que o leitor terá a oportunidade de constatar ao acompanhar este livro que contém uma pesquisa de muito fôlego. Uma das características destes anos de orientação foi o seu constante questionamento sobre a validade e a qualidade de seu trabalho a cada uma das leituras rigorosas que fazia de seu material. Se, por um lado, demonstra a preocupação do pesquisador cuidadoso, por outro lado aponta para

um defeito meu do qual, publicamente, me penitencio neste momento: uma certa economia nos elogios ao sempre competente trabalho deste jovem historiador.

O leitor encontrará em *Os filhos do mundo* uma instigante análise de três diferentes e importantes fontes de pesquisa: os discursos de um dos maiores idealizadores da FUNABEM e depois da FEBEM/SP, Mário Altenfelder; artigos de “especialistas” produzidos para a revista institucional *Brasil Jovem*; prontuários de meninos e meninas desamparados sob a guarda da FEBEM/SP, na década de 70 do século XX. A um só tempo tem-se a oportunidade de contemplar a continuidade do descaso quanto ao chamado problema do “menor” no Brasil, tanto nos tempos do SAM (Serviço de Assistência ao Menor), vigente nos anos da chamada “democratização” (1945-64), como no período do regime militar de que trata este livro (1964-79). Durante o regime militar, esse descaso vem permeado com um discurso moralizante, ufanista, pretensamente “científico”, buscando, aparentemente, localizar as origens da mazela social.

Permito-me destacar nessas fontes o trabalho realizado na leitura dos prontuários dessas crianças e adolescentes. Desde o princípio, quando Gutemberg se deparou com esse material eu pressenti a sua importância. Ali está descrita a *via crucis* desses meninos e meninas desamparados. Além de traçar seu perfil, os prontuários permitem um contato com o “discurso competente” – de que nos fala Marilena Chauí – de psicólogos, psiquiatras e pedagogos, produzindo, através da vigilância do poder, um saber sobre essas crianças e adolescentes – nos moldes da análise dura e sábia de Michel Foucault.

O leitor terá a oportunidade de perceber a origem do oportuno título deste trabalho: *Os filhos do mundo*. Sem estragar o prazer de sua descoberta quero destacar ainda uma qualidade do autor presente nesta escolha: Gutemberg realizou um trabalho anterior com os meninos e meninas desamparados da Praça da Sé de São Paulo o que refinou sua sensibilidade para com o tema e qualificou seu conhecimento empírico, pela prática social vivenciada neste contato. Ainda a derradeira explicitação de meu orgulho expresso nesta apresentação: este é um trabalho feito por alguém originário do que nós, estudiosos das Ciências Humanas, chamamos de “camadas

populares", que sempre precisou trabalhar muito duramente na luta pela sobrevivência, professor de escolas públicas em São Paulo, gestado numa instituição pública, merecidamente reconhecida por sua qualidade: a Universidade de São Paulo. Para quem também teve percurso semelhante e sabe como é difícil conquistar um pequeno espaço neste país com esta origem, me ufano de me congratular com o meu companheiro sobrevivente. Gutemberg é um sobrevivente e isto o fortalece e o habilita.

Hoje, início do século XXI, Brasil, quando as manchetes nos jornais nos mostram que, em São Paulo, as autoridades encarregadas da FEBEM admitem publicamente a existência da tortura, no interior de suas instituições, a meninos e meninas que continuam desamparados apesar de estarem sob a sua guarda, convoco o leitor para a leitura desta obra imprescindível.

INTRODUÇÃO ■

A chamada questão do menor, ao longo do século XX, ganhou ampla dimensão na sociedade brasileira, pois diversas vozes dissonantes conferiram legitimidade a todo um percurso histórico de institucionalização e exclusão. Nasciam, como resultantes da polissemia dos discursos, “os filhos do mundo”,¹ categorizados, classificados, hierarquizados por meio de diversos olhares, conferindo-lhes *status* de abandonados e delinquentes e, assim como os loucos, passariam à categoria do outro, do estrangeiro, dentro do próprio território nacional.

O termo menor se consolidou enquanto categoria jurídica, por meio de diversas definições, para enquadrar as crianças pobres e os chamados infratores. A legislação esteve atenta ao definir o menor abandonado como oriundo de famílias sem condições econômicas ou com problemas de saúde. O menor infrator seria o adolescente de 14 a 18 anos, apreendido por ter cometido “atos anti-sociais” (isto é, práticas de ato qualificado como crime ou contravenção).

Crianças e adolescentes, sob a terminologia de menores abandonados ou infratores, emergiram atônitos como os verdadeiros “filhos do mundo”, cujo destino passava pela esfera jurídica: seus atos seriam avaliados como indicadores de anomalias a serem combatidas. Submetidos num universo de valores normativos seriam

1. No ano de 1993, realizamos um trabalho voluntário junto à Pastoral do Menor. O título do trabalho foi extraído de uma resposta dada por uma adolescente quando entrevistada sobre uma possível definição para sua situação. Durante a entrevista, perguntamos como se via enquanto ser humano e surpreendentemente, a garota nos respondeu que se considerava como uma filha do mundo. Desta maneira, concebemos os filhos do mundo como todas as crianças e adolescentes que mesmo vivendo toda a forma de agressão e exclusão tem a percepção de sua condição: alguém que pertence ao mundo.

transformados em objetos de estudo por psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistentes sociais, além dos juristas que referendariam a necessidade de intervenção do Estado² com a criação de verdadeiros reformatórios como a FUNABEM/FEBEM.

Repensar a história de crianças e adolescentes, transformados em “filhos do mundo”, é descortinar os limites de uma sociedade excludente, transformando os pobres, os loucos, os excluídos, em setores incômodos para quem, muito mais que o controle e a vigilância, restou o mundo do silêncio.

Um momento relevante para entendermos a trajetória dos “filhos do mundo” recai sobre as décadas de 60 e 70, momento no qual o Estado, gerenciado pelos militares, definitivamente tornou-se o preceptor da questão do menor. A implantação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), efetivada no dia 1.º de dezembro de 1964, quase se confunde com o aparecimento do regime militar, nascido no mesmo ano, uma vez que recebeu sanção do presidente Castelo Branco e do ministro da Justiça Milton Campos.

Para efeito de análise, nossa periodização abrange os anos de 1964 a 1979. O ano de 1964 foi escolhido como ponto de partida, porque assinalou o advento da FUNABEM como estratégia social dos militares. Pensar o período, é refletir como ocorreu a relação entre o regime militar e uma grande parte da sociedade.

O de 1979 tornou-se emblemático, uma vez que trouxe grandes transformações nas esferas política e social. O presidente João Batista de Oliveira Figueiredo consolidaria as bases da chamada “abertura política” (1979-1985) ao permitir a reorganização dos partidos políticos (extintos em 65), eleições diretas para os governos estaduais e a anistia aos presos políticos e aos demais opositores do regime. O ano de 1979 marcaria, também, a história da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), vinculada à FUNABEM. Parte dos projetos sociais, relativos ao tratamento das crianças

2. Entendemos o Estado como produto paradoxal das relações sociais estabelecidas entre todas as camadas da sociedade. Não acreditamos que o Estado seja um elemento que paire como figura absoluta sobre a sociedade: antes é por meio de sua materialização concreta no tecido social do qual faz parte, que todas as contradições se mostram presentes.

e dos adolescentes, foi questionada, mediante inúmeras denúncias feitas pelos jornais na época. De repente, de instituição reeducacional, a FEBEM passou a ser vista enquanto reformatório, caracterizando-se pelo arbítrio e pela violência. Duas das três unidades educacionais da FEBEM estudadas, em 1979, tomariam rumos diversos: as adolescentes da UE3 (Unidade Educacional Maria Auxiliadora) seriam transferidas para a UE16 (Tide Setubal). A UE9 (Moji-Mirim) seria desativada após inúmeras fugas, rebeliões, bem como denúncias, nos jornais, de maus-tratos, torturas e negligência por parte da instituição em relação aos internos.

Inúmeros estudos foram feitos para retratar o período militar, sob diversos aspectos.³ Para efeito de análise, utilizaremos a expressão regime militar uma vez que este trabalho não pretende realizar uma análise sistemática do período, envolvendo categorias específicas. Visamos destacar a situação social de um segmento da sociedade brasileira para quem as ações traçadas pelo regime trariam grandes consequências.

O regime militar se caracterizou, como lembra Maria Aparecida de Aquino, pelo “uso extrapolado da autoridade,”⁴ mediante o

3. Segundo Alfred Stepan (*Os militares na política*. Rio de Janeiro, Arte nova, 1975, pp. 101-103) os militares que sempre exerceram um papel moderador nas questões sócio-econômicas e políticas ao longo da história republicana, tornaram-se dirigentes com o golpe de 1964. O autor analisa a conjuntura nacional do período que contribuiu para a ascensão dos militares no poder. Maria Helena Moreira Alves (*Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984) dialetiza as relações existentes entre o Estado denominado por ela como de Segurança Nacional e a sociedade civil. Sustenta a autora que durante todo o período houve uma oposição acentuada entre parte dos setores políticos, bem como da sociedade civil: imprensa, igreja, sindicatos, estudantes, membros da OAB, das comunidades de base entre outros; Maria Aparecida de Aquino (*Censura, imprensa, Estado Autoritário - 1964-1978: o exercício cotidiano da dominação e resistência/ O Estado de São Paulo e Movimento*, São Paulo, EDUSC, 1999) discute o papel da repressão política desencadeada pelos militares à imprensa, sobretudo aos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*, vivendo sob a censura, a repressão e o arbítrio dos militares no período e Thomas Skidmore (*Brasil: de Castelo a Tancredo*, São Paulo, Paz e Terra, 1988) que traz os principais acontecimentos políticos numa visão panorâmica desde a implantação do regime em 1964 com Castelo Branco até o início da chamada Nova República, em 1985.

4. AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 211.

controle da sociedade por meio da censura, da repressão e do arrocho salarial; proibição de greves e beneficiamento de determinados grupos nacionais e estrangeiros, acentuando a concentração de renda.

A FUNABEM apareceu no cenário nacional como uma instituição que redimiria a questão da minoridade no Brasil, ajudando a disseminar a idéia segundo a qual o Estado, controlado pelos militares, estava atento aos problemas sociais da nação.

Serviu como propaganda política do regime ao nível social. Grande parte da divulgação da idéia de uma entidade criada pelo Estado foi efetuada pelo primeiro presidente da FUNABEM, Dr. Mário Altenfelder da Silva o qual foi escolhido pelo presidente Castelo Branco para dirigir uma instituição que se dizia reeducacional e responsável pela ressocialização dos menos favorecidos na sociedade.

A idéia de uma nação forte, preconizada pelos militares, encontraria nos discursos de Altenfelder seu mais legítimo representante. A partir de 1974, Altenfelder assumiria a função de Secretário da Promoção Social em São Paulo, durante o governo de Paulo Egydio. Dentre suas propostas, a mais significativa foi a criação de uma instituição em São Paulo nos moldes da FUNABEM. Em 1976, aparecia a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). O Estado de São Paulo seria palco, de acordo com os discursos de Altenfelder, de uma verdadeira revolução, pois a infância desvalida seria abolida.

Durante dez anos, Altenfelder (1964-1974) esteve à frente da FUNABEM, disseminando a idéia da necessidade de "se proteger a infância desvalida", por meio da criação de entidades educacionais.

A FUNABEM tinha como função propor as diretrizes para a questão da minoridade em nível nacional. Cada Estado apareceu como co-autor dos projetos da FUNABEM, na medida em que deveriam aplicar, na prática, o ideário da fundação.

A partir da segunda metade da década de 1970, a FEBEM se instalaria definitivamente em São Paulo, concretizando as propostas de Mário Altenfelder seu mentor por excelência. Se, ao nível do discurso, a FEBEM nasceu com propósitos de solucionar o problema da criança e do adolescente desvalido, revelaria, na prática, a

imersão de um amplo setor social, vivendo sob a égide da repressão, do controle e do adestramento.

Este trabalho tem como objetivo discutir o problema de crianças e adolescentes cujas histórias de vida estiveram mergulhadas no silêncio, na violência, na arrogância, bem como na discriminação de uma sociedade cujo autoritarismo se encontra presente em todas as esferas.

Autores como Guillermo O'Donnell, Paulo Sérgio Pinheiro e Marilena Chauí sustentam que o autoritarismo é um dado histórico constante na sociedade brasileira. Para O'Donnell, o autoritarismo foi socialmente implantado ao longo de toda a formação histórica, delineando a dicotomia entre dominados e dominantes: senhores-escravos, industriais-trabalhadores, proprietários de terras e não proprietários. Segundo o autor, a própria questão da escravidão existente durante mais de 300 anos criou, na esfera social, uma relação de desigualdade, visualizada no preconceito, na arrogância e na miséria da população.⁵

Na mesma linha que O'Donnell, Paulo Sérgio proclama que o autoritarismo é socialmente existente, caracterizando-se por diversas polaridades, delimitando fronteiras, excluindo grande parte da população por meio da suspeição e mecanismos de controles correccionais dos quais a prisão, os manicômios e os reformatórios se encarregam de ordenar e classificar os indivíduos em cidadãos e não cidadãos. Se, como sustenta Paulo Sérgio Pinheiro, o autoritarismo é um dado da sociedade brasileira, acabou se acentuando após 1964.

“Tudo indica que os governos autoritários foram bem sucedidos, por um período tão largo, ao simplesmente exacerbarem, com sustentação social, certos elementos autoritários presentes na cultura política do Brasil”.⁶

A questão da cidadania, também, se encontra presente nas discussões de Marilena Chauí, apontando-a como privilégio de

5. O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos, autoritarismo e democratização*, São Paulo, Vértice, 1986.

6. PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e Transição”. In: *Revista da USP*, 09, p. 55. mar/abr/mai 1991).

poucos. O autoritarismo é concebido pela autora como um grande referencial para pensarmos as relações entre o Estado e a sociedade civil.

No Brasil, segundo Chauí, as relações entre o Estado e a sociedade, se estruturam de modo extremamente hierárquico, onde “não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legitimidade se constitui como círculo fatal de arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes)”.⁷

Chauí sustenta, na mesma direção que Paulo Sérgio Pinheiro, a vinculação existente entre o autoritarismo e a sociedade brasileira. Não obstante, de acordo com a autora, os traços autoritários, presentes na sociedade, foram reforçados com o golpe de 1964. “Os traços de autoritarismo foram, sem dúvida, reforçados com o golpe de Estado de 1964, paradoxalmente batizado com o nome de ‘revolução’”.⁸

Os pesquisadores, nos últimos anos, encontraram na década de 60, um campo extremamente fértil, à medida que várias questões brotaram com a chamada abertura política. Esta trouxe inexoravelmente incertezas, naturais para alguns, pois naquele momento a sociedade retornava aos chamados princípios democráticos, e assim diversas indagações mereceram o olhar atento de inúmeros estudiosos para quem os acontecimentos que caracterizam a sociedade brasileira, nos últimos trinta anos, merecem uma análise consciente, uma vez que, por meio de pesquisas, indagações, poderemos deslindar parte de um processo histórico recente, oculto nas águas turvas do silêncio...

A história, como Loreley,⁹ exerce um fascínio a todo espírito que se propõe a contemplá-la, seduzindo não pelo canto, mas pela

7. CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 48.

8. *Idem*, p. 48.

9. Loreley é o nome de uma personagem lendária do folclore alemão, cantado num belíssimo poema por Heine, como observa Clarice Lispector. “A lenda diz que Loreley seduzia os pescadores com seus cânticos e eles terminavam morrendo

magia da palavra. Palavra que inventa a si mesma, o outro, o mundo, representando o desenrolar das experiências vividas, assim como assegurando a circulação das forças entre o domínio do visível e do invisível e recompondo no fluxo temporal, as trajetórias dos homens enquanto sujeitos históricos.

A história da criança no Brasil aos poucos chama a atenção dos estudiosos, lembrando o tratamento conferido a indivíduos desde tenra idade, despojados de uma identidade, estigmatizados por expressões fortemente pejorativas, e, finalmente, controlados por instituições ditas reeducacionais que, no entanto, corroboram para a perpetuação da hostilidade e da violência.

A questão da menoridade passou a ser discutida a partir da década de 70, exatamente no momento em que o problema ganhava foros de discussão em toda a sociedade. Algumas obras, apesar de criticarem os dados oficiais, acabaram valendo-se fartamente destes mesmos dados o que, em certo sentido, provoca inúmeras interrogações: qual a veracidade dos dados, uma vez que a FEBEM sempre utilizou as estatísticas como mecanismos de maior controle social dos chamados “menores abandonados e infratores”. As estatísticas veiculadas pela instituição, dentro de uma linhagem do discurso oficial, tenta demonstrar o aumento do número de menores abandonados e infratores que se encontram nos principais centros urbanos, tangenciando a necessidade de maior contenção por parte da segurança pública.

Cada obra inelutavelmente é filha de seu tempo, trazendo os conflitos, os anseios e as propostas do momento. A década de 70 notabilizou-se pela presença marcante das correntes marxistas e estruturalistas. Neste sentido, os trabalhos produzidos ao longo da década de 70 e início dos anos 80 colocaram a questão da menoridade no Brasil polarizando-a dentro dos grupos sociais. Apesar da inegável contribuição, a criança e o adolescente aparecem a partir de um viés reducionista, com o menor surgindo como elemento passivo diante do Estado repressor e coercitivo, desconsideram-se, assim, a própria vivência, a voz de crianças e adolescentes que, por meio de inúmeras reações, sempre resistiram ao

processo de intervenção estatal. Se não obtiveram êxito, pelo menos jamais silenciaram diante da violência implantada. Geralmente as fugas, as rebeliões demonstram o papel de centenas de crianças que sempre lutaram contra uma situação com a qual nunca concordaram.

Parte da literatura relacionada ao tema procura apontar, dentro do quadro de exclusão criado pelo capitalismo, o elemento central do enquadramento das crianças e dos jovens oriundos dos segmentos sociais de baixa renda. As análises convergem para um quadro no qual a luta de classes determina o controle e a repressão aos filhos dos chamados proletários.

Alguns autores como Edson Passetti, Rinaldo Arruda, Rosa Maria Fisher Ferreira e Maria Lúcia Violante estudaram a questão no interior da chamada luta de classes, segundo a qual as crianças aparecem como os filhos da “classe operária, caracterizada pelo pauperismo, suspeição, controle e vigilância”.¹⁰

Edson Passetti e Rinaldo Arruda estudaram o confronto entre crianças e jovens e a instituição social encarregada de controlá-los. Para ambos os autores, que realizaram pesquisa de campo com menores infratores que agiam na cidade de São Paulo e que tinham passado pela FEBEM, o problema do menor deveria ser entendido no âmbito da classe dominada, bem como de suas relações com instituições que efetivavam o poder da classe dominante.

“Partimos da idéia de que o comportamento social dos menores oriundos de família de baixa renda, não difere fundamentalmente do chamado menor com desvio de conduta ou infrator. Eles vivem num mesmo espaço sócio-cultural, participam da batalha pela vida de uma forma semelhante, partilhando formas de atuação do mesmo tipo no mercado de trabalho formal ou no informal. A nosso ver, o que provoca a guinada quase definitiva para um comportamento reiteradamente delinquente é ser pilhado pelos órgãos de repressão e encaminhado para o processo oficial de ‘recuperação’. Aí ele passa a ser reconhecido, catalogado, estigmatizado e vigiado. A partir daí

10. PASSETTI, Edson. *Política nacional do bem-estar do menor*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1982, p. 3.

se exige dele um comportamento modelo porém, sempre se espera um comportamento anti-social".¹¹

A questão, sustenta Passeti, deve ser vista no interior da luta de classes na qual as crianças e os adolescentes oriundos das classes proletárias, que sobrevivendo à margem do sistema acabam sendo "o bode expiatório do poder sobre a classe operária".¹²

A análise de Passeti dialoga com Rinaldo, uma vez que o autor busca investigar "o exército industrial de reserva, sua fração de força de trabalho não-adulta, que se inscreve mediada por mercado ilegal no mundo do crime e, enquanto tal, são recolhidos à instituição corretiva que, por sua vez, agencia tipologicamente a ideologia dominante".¹³

Maria Lucia Violante procurou, por meio de uma análise psicossocial, apreender o menor "enquanto síntese das múltiplas determinações, nas suas relações sociais com outros indivíduos, sob condições objetivas dadas".¹⁴ O sistema capitalista, baseado na exploração do proletariado, determina as condições objetivas de pauperização e, ao mesmo tempo, mecanismos de intervenção contra este segmento social.

Rosa Maria Fisher Ferreira lembra que, de acordo com a ótica oficial, o delinqüente passa a ser identificado por características que afetam estruturalmente as camadas pobres da população, como, por exemplo, falta de emprego fixo, baixa renda, entre outros.

"O aparato de repressão e controle, fundado num estilo próprio de uso da violência é empregado, na constante vigilância e ameaça das camadas baixas, embora seja evidente que a criminalidade é disseminada por toda estrutura de classes sociais".¹⁵

11. ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *De criança a infrator: uma trajetória de classe*. Dissertação de mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982, p. 205.

12. PASSETTI, Edson. *Op. cit.*, p. 212.

13. PASSETTI, Edson. *Op. cit.*, p. 95.

14. VIOLANTE, Maria Lucia. *O dilema do decente malandro*. São Paulo, Cortez, 1985, p. 18.

15. FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Meninos da rua – valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*, São Paulo, IBREX/CEDC, 1979, p. 57.

No final da década de 80, Marcos César Alvarez chamou a atenção para o vício de análise criado pela abordagem acima, destacando a necessidade de se entender a problemática do menor a partir de uma análise histórica que desse conta dos elementos que engendraram a categoria menor. O autor faz uma análise do aparecimento do Código de Menores de 1927.

“Torna-se inevitável, neste tipo de interpretação, o surgimento da questão do menor nas formações econômicas capitalistas. Com isso subestima-se a especificidade da questão”.¹⁶

Emir Sader chama a atenção para o reducionismo deste olhar sobre o problema, na medida em que grande parte dos menores citados pelos autores, acima, são oriundos dos setores mais pauperizados da sociedade, muitos dos quais encontrando-se abaixo do proletariado.

“Dentro das instituições para menores, um setor de trabalhadores chegou a considerar que a clientela dessas instituições está constituída por filhos da classe operária, com uma visão reducionista que impede perceber que a massa dos setores pauperizados da sociedade em questão, na realidade estão, entre o que se poderia chamar de subproletariado, situando-se abaixo da classe operária, vivendo da chamada economia informal, como fonte de renda inconstantes, produtos de expedientes ou de serviços secundários”.¹⁷

Mediante dados colhidos nos prontuários da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Estado de São Paulo, e que abordaremos no terceiro capítulo, podemos dizer que parte do grupo localizado

16. ALVAREZ, Marco César. *A emergência do Código de Menores de 1927: Uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação de mestrado em sociologia, USP, São Paulo, 1989, p. 13.

17. SADER, Emir & BIERRENBACH, M. Ignês e FIGUEIREDO, Cyntia Petronício. *Fogo no pavilhão: Uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 20.

naquela instituição, enquadra-se em famílias que sobrevivem de baixos salários, exercendo as mais variadas atividades ocupacionais; outra parte enquadra-se na categoria dos desempregados e parte considerável, simplesmente, não se encaixa em nenhuma das definições, mediante o estado de abandono em que toda a família sobrevive e, nos casos limites, os menores simplesmente não moram com os genitores. Neste último caso, podemos citar questões como falecimento, prisão, internação dos genitores ou pelo desaparecimento de ambos os genitores.

Maria Isabel da Cunha Frontana procurou entender a constituição histórica da criação da imagem do menor sedimentada quotidianamente por meio de jornais do Estado de São Paulo. Desta maneira, tentou apreender sua inserção nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais vividos pela sociedade brasileira.

“A história da criança brasileira está relacionada às maneiras de ver, aos sentimentos e às atitudes que a sociedade, ao longo dos tempos, produziu e reproduziu em relação à infância. O desafio de escrevê-la consiste, justamente, em reconstruir os papéis sociais desempenhados pela infância e pela adolescência, nos diversos momentos políticos, sociais, econômicos e culturais vividos pela sociedade brasileira, procurando compreender as formas peculiares de sua inserção nesses contextos históricos globais”.¹⁸

Pensando a história, enquanto campo das possibilidades, podemos seguir algumas trilhas deixadas pelas crianças e adolescentes ao longo do caminho. Apesar de serem, muitas vezes, concebidos como sujeito passivo diante das propostas excludentes do Estado, estiveram sempre presentes, lutando, resistindo, dentro do processo ativo da institucionalização carregado de tensões, reações das ações dos homens, bem como das circunstâncias.

Neste mesmo sentido, podemos tentar recompor a trajetória de crianças que foram institucionalizadas por meio de diversos saberes,

18. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo, Edições Loyola, 1999, p. 19.

atentando para suas histórias de vida carregadas de tensões, bem como de aspirações.

A metodologia adotada procurou discutir os limites das práticas discursivas e, nesse sentido, recuperar historicamente os caminhos trilhados para a efetivação de uma institucionalização. A institucionalização deve ser entendida como a dinâmica previamente criada por meio de inúmeros olhares, reduzindo as crianças e adolescentes a objetos de análise de diversas práticas discursivas, abrangendo as esferas jurídica, pedagógica e médica, além dos meios de comunicação. Por meio da confluência destas vozes, procura-se a coisificação e o enquadramento das crianças em espaços que se definem como reeducacionais.

Ao falar da criação da FEBEM/SP, torna-se necessário pensar o contexto histórico no qual esteve inserida, isto é, seu aparecimento como desdobramento da FUNABEM criada durante o regime militar (1964). Para tanto, buscamos parte dos discursos de Mário Altenfelder como elementos norteadores da política em relação ao menor durante o período. Procuramos, dentro dos discursos, as concepções de sociedade, de família e de Estado, salientadas pelo autor. Outro momento privilegiado no trabalho recaiu sobre a nomeação de Altenfelder para a Secretaria da Promoção Social em São Paulo, levando à criação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em São Paulo (FEBEM/SP).

Trabalhamos com 54 discursos do primeiro presidente da FUNABEM, proferidos entre 1964 e 1979.¹⁹ Foram criadas fichas que cotejaram os diferentes momentos da produção discursiva do autor, isto é, como presidente da FUNABEM e como Secretário da Promoção Social. A partir do levantamento do material, separamos os discursos relativos às questões consideradas pelo autor, como essenciais, para se explicar o abandono e a delinquência. Num

19. Os discursos de Mário Altenfelder por nós trabalhados foram encontrados numa obra publicada pela Secretaria da Promoção Social em 1977 intitulada *Pronunciamentos de Mário Altenfelder enquanto presidente da FUNABEM e Secretário da Promoção Social*. Os discursos analisados, no interior da referida obra, representam a totalidade.

segundo conjunto de fichas, colocamos outros aspectos abordados por Altenfelder referentes ao Estado, aos meios de comunicação e sua ligação com o regime militar. Finalmente, após o modelo estabelecido, buscamos dentro de cada ficha e ao longo da periodização, as continuidades e permanências nos discursos.

Os discursos do primeiro presidente da FUNABEM levaram-nos a outras vozes que marcaram presença na revista *Brasil Jovem* criada pela FUNABEM em 1967. Ao todo, foram pesquisadas todas as 40 revistas produzidas ao longo de 1967 a 1978, data de sua extinção. Dentro das revistas, a riqueza do material garante a abordagem de múltiplos aspectos. Priorizamos, entretanto, a análise dos artigos dos chamados colaboradores da revista, especificamente, dos médicos, dos juristas e dos pedagogos, na medida em que constróem um quadro amplo sobre todos os fatores relacionados com a questão do menor: os médicos, por meio de análises clínicas, tentam diagnosticar patologias consideradas responsáveis pela marginalização de jovens e crianças inseridos neste grupo; os juristas procuram, dentro da legislação, mecanismos de ação e contenção dos menores. E, finalmente, os pedagogos apontam na deficiência cultural e intelectual da população de baixa, ou nenhuma renda, indícios do desajustamento.

Outra preocupação nossa foi inserir outros representantes da sociedade civil que escreveram na revista, como, por exemplo, sociólogos, jornalistas, estudantes universitários. Desse grupo, selecionamos os colaboradores que escreveram mais de uma vez, procurando acompanhar suas análises em diferentes ocasiões.

Dos colaboradores assíduos, escolhemos os seguintes representantes: Mario Altenfelder (primeiro presidente da FUNABEM), 14 artigos; Glauco Carneiro (editor da revista *Brasil Jovem*), 6 artigos; Francisco de Paula (professor de direito e um dos diretores da FUNABEM), 5 pronunciamentos; Edson Seda de Moraes (professor de sociologia e diretor de Programas Integrados da FUNABEM), 4 artigos; Virgílio Donnici (catedrático de Direito Penal), 2 artigos; Jessé Torres (professor universitário de sociologia e chefe de gabinete da FUNABEM), 4 artigos; José Arthur Rios (assessor da Presidência da FUNABEM e professor de sociologia do Centro de

Estudos e Desenvolvimento do Pessoal – CEDEP – da FUNABEM), 4 artigos; Fawler Melo²⁰ (segundo presidente da FUNABEM, a partir de 1975), 4 artigos; Alyrio Cavalieri (Juiz de Direito), 3 artigos; Mariana de Brito (médica e Conselheira da FUNABEM), 2 artigos e Madalena de Magalhães (jornalista), 2 artigos.

Para efeito de análise, adotamos duas categorias: situação sócio-jurídica na qual priorizamos 75 artigos, assim distribuídos: 15 artigos relativos aos chamados menores abandonados, 26 artigos sobre os chamados menores infratores e 34 artigos analisando problemas diversos, como, por exemplo, o menor e a família, a responsabilidade perante o menor, trabalho do menor. A segunda categoria, intitulada situação institucional, visa resgatar as vozes da instituição, FUNABEM/FEBEM, dos juristas, dos médicos e dos pedagogos. Priorizamos 63 artigos, assim distribuídos: 20 referentes à legislação e ao menor, 43 à FUNABEM e à problemática do menor.

Nossa análise, nestas revistas seguem um eixo temático, onde priorizamos todos os artigos relativos ao abandono e à delinquência. Priorizamos 138 artigos dos quais a grande maioria, foi assinada por diversos representantes da sociedade civil, a saber, professores, sociólogos, advogados, juízes de menores, jornalistas, representantes de outros países, bem como de dois presidentes da FUNABEM que escreveram na revista durante o período por nós enfatizado (1964-1979), Mário Altenfelder e Fawler Melo, e ainda do presidente Emílio Garratazu Médici.

Apesar de termos priorizado os colaboradores, supracitados, devemos ainda salientar que os outros artigos também foram assinados por inúmeros técnicos, professores universitários, médicos, psiquiatras, assim como pela equipe da revista. Nestes pudemos observar em que medida houve uma simbiose entre diversas falas, em sua maioria definitivas para se criar a imagem do menor.

Sustenta Paul Ricouer que todo texto manifesta um mundo, permeado de tensões, rupturas e permanências, carregando sua temporalidade. “Não há intenção oculta a ser procurada detrás do

20. Formado em economia, Fawler Melo trabalhou na FUNABEM desde sua implantação, em 1965, exercendo o cargo de diretor executivo.

texto, mas um mundo a ser manifestado atrás dele. Ora, esse poder do texto de abrir uma dimensão de realidade comporta, em seu princípio mesmo, um recurso contra toda a realidade dada e, dessa forma, a possibilidade de uma crítica do real”.²¹

Para o autor, “dizer que o discurso é um evento é dizer, antes de tudo, que o discurso é realizado temporalmente e no presente, enquanto o sistema da língua é virtual e fora do tempo. Neste sentido, podemos falar, com Benveniste, da instância do discurso para designar o surgimento do próprio discurso como evento. Ademais, enquanto que a linguagem não possui sujeito, no sentido em que a questão ‘quem fala’? não é válida nesse nível, o discurso remete a seu locutor, mediante um conjunto complexo de indicadores, tais como pronomes pessoais. Neste sentido, diremos que a instância do discurso é auto-referencial. O caráter de evento vincula-se, agora, à pessoa que fala. O evento consiste no fato de alguém falar, de alguém se exprimir tomando a palavra. Num terceiro sentido, ainda, o discurso é evento: enquanto que os signos da linguagem só remetem a outros signos, no interior do mesmo sistema, e fazem com que a língua não possua mais mundo, como não possui tempo e subjetividade, o discurso é sempre discurso a respeito de algo, refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar. O evento, nesse terceiro sentido, é a vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso. Enfim ao passo que a língua não é senão a condição prévia da comunicação, à qual ela fornece seus códigos, é nos discursos que todas as mensagens são trocadas. Neste sentido, só o discurso possui, não somente o mundo, mas o outro, outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige. Neste último sentido, o evento é o fenômeno temporal da troca, o estabelecimento do diálogo, que pode travar-se, prolongar-se ou interromper-se”.²²

O discurso é um produtor de eventos, congregando em si uma pluralidade de tempos históricos e tem a eficácia da persuasão, determinando o território pelo qual as personagens devem se posicionar. Inscreve-se no fluxo de práticas realizadas concretamente, estabele-

21. RICOUER, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990, p. 138.

22. *Idem*, p. 46.

lecendo normas e padrões que vão ao encontro do direito, da legitimação e da soberania, num elo de coexistentes bipolares, ou, como salienta Foucault, acaba criando uma “economia política da verdade”:

“Em nossa sociedade, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma intensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas)”.²³

A revista *Brasil Jovem* tornou-se um fórum de debate, por meio do qual a instituição procurou divulgar seus projetos em todo o território nacional. Além disso, pretendiam promover a discussão sobre as causas determinantes do abandono e da delinquência. Diversas personalidades das mais diferentes esferas sociais marcaram presença na revista, contribuindo, desta forma, para a efetivação de propostas estatais, como, por exemplo, a criação de entidades nos moldes da FEBEM.

Criamos três modelos de fichas para a análise dos artigos; no primeiro, arrolamos todos os artigos que versavam sobre a atuação da FUNABEM no campo da divulgação de sua própria imagem. No segundo, selecionamos os artigos destinados a discutir as causas do abandono, priorizando os colaboradores que apareceram mais de

23. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 13.

uma vez. E no terceiro, procuramos registrar os artigos destinados às causas da delinquência. Neste último modelo, destacamos artigos de médicos e juristas. Foram analisados 138 artigos assim distribuídos: 75 artigos sobre as questões envolvendo a problemática do menor abandonado e do infrator e 63 artigos relativos à legislação e ao papel desempenhado pela FUNABEM.

A terceira parte da pesquisa foi dedicada à análise dos prontuários de crianças e adolescentes armazenados na FEBEM do Tatuapé. No Setor de Cadastro dos Menores (SCM), local para onde são enviados todos os processos dos internos da FEBEM até hoje, encontramos os prontuários de diversas localidades. Algumas destinadas a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, abandonadas e/ou com problema de conduta, outras destinadas aos adolescentes do sexo masculino com problemas de conduta ou práticas de "atos anti-sociais". Em um primeiro momento, visávamos identificar quem era o sujeito que adentrava os portões da instituição. Surgiram vários problemas, na medida em que entrar em uma instituição como a FEBEM implica paciência e perseverança. Inúmeros ofícios foram enviados a Juízes de Menores, Secretário da Promoção Social, Presidente da FEBEM. Depois de vários meses, obtivemos permissão para pesquisar o arquivo existente no Setor de Cadastro de Menores (SCM).

Como método de análise, priorizamos todas as informações contidas nos prontuários, e apesar da diferença da história de vida de cada criança ou adolescente, independente do sexo, a trajetória se iguala no espaço da exclusão, conferindo-lhes situações limite. No entanto, reveladoras de como vive grande parte da população brasileira, criaturas excluídas e a serem excluídas.

A análise de tais prontuários possibilita a confrontação entre o discurso oficial e a prática efetuada na FEBEM, mostrando todo o caminho percorrido pelos menores, mesmo antes da institucionalização, abordando informações gerais, como, por exemplo, nome, sexo, idade, procedência, filiação, moradia, bem como no momento em que dão entrada nas Unidades da FEBEM/SP²⁴ pelos mais

24. Geralmente a entrada da criança ou do adolescente se dá por meio da Unidade de Recepção, dividida em Unidade de Recepção, Posto de Atendimento

variados trâmites (apreensão via delegacias, flagrantes, espontâneo, entrega por parte dos genitores ou responsáveis, ou outros); pelas mais diversas causas (perambulando, abandono, assistido, atos anti-sociais – roubo, furto, arrombamento, homicídio, estupro, latrocínio, porte de entorpecentes, etc.);²⁵ descreve a vida institucional dos menores (passagens pelas unidades, número de fugas, adaptação ou desadaptação às normas das unidades) e, finalmente, os prontuários apresentam o desfecho do caso de cada menor em questão.

A periodização escolhida para a análise dos prontuários (1976-1979) coincide com o início dos trabalhos da FEBEM em São Paulo. Neste ano, a instituição tornou-se responsável pelo “tratamento” dispensado às crianças e aos adolescentes classificados como abandonados ou como infratores. Devemos lembrar que no ano de 1976, em muitos prontuários, ainda figura o nome da Pró-Menor, denominação que desapareceu após este período. O ano de 1979 foi escolhido

1, 2 e 3. Tais postos funcionam em plantão permanente na avenida Celso Garcia. A unidade conta ainda com uma equipe de 6 assistentes sociais, que durante o prazo de 72 horas devem promover o estudo de cada menor, em seguida procede o encaminhamento ou para a família ou para as Unidades de Triagem (UT), Unidades Educacionais (UE), para outras comarcas, por meio dos reconhecidos recâmbios quando se tratar de menor de outras regiões do Estado, bem como outros Estados.

25. Segundo a proposta da FEBEM, a recuperação do menor ocorre por meio de uma terapia adequada, necessitando para tanto de um processo classificatório, realizado na UT3. Ao passar por tal unidade será classificado em diferentes grupos – tipos, estágios e sub-estágios:

“Estágio I: abandonados com problemas de conduta leve (os que cometem pequenos furtos); primários incidentes (os que praticam delitos leves, como agressão, pequenos furtos); conduta anti-social circunstancial; conduta anti-social ocasional; distúrbios de comportamento com atitudes pré delinquentes, a saber, furtos, agressões, fugas do lar, vadiagem, uso de tóxico, etc.

Estágio II: reincidentes leves; com tendência psicopatológica, de mediana intensidade.

Estágio III: primários com conduta anti-social relativamente grave; reincidentes específicos; reincidentes genéricos.

Estágio IV: primários e reincidentes estruturados; menores que apresentam claramente traços psicopatológicos graves: homicídio, latrocínio; jovens adultos, enquanto aguardam transferência para a casa de Custódia”. MACHADO, Antonio Luiz Ribeiro. *Informativo. FEBEM-SP*, n.º 1, p. 2.

como término da pesquisa, na medida em que, não só coincidia com a nossa periodização geral, mas pelo fato de que esse período assinala grandes transformações em duas das unidades pesquisadas.

No início de 1979, a população, existente na Unidade Educacional 3 (Maria Auxiliadora), composta basicamente por adolescentes do sexo feminino cujas idades variavam entre 14 e 18 anos, foi transferida para a Unidade Educacional Tide Setubal (Batatais), UE16, permanecendo na mesma localidade apenas a Unidade de Triagem "Maria Auxiliadora" (UT4). Por outro lado, no início de 1979, os adolescentes internados na Unidade Educacional de Moji-Mirim (UE9), mediante a desativação da unidade, em consequência de inúmeras fugas e rebeliões dos internos, foram encaminhados para o Presídio de Sorocaba.

Outros problemas ocorreram durante nossa permanência na instituição. Devemos salientar o controle e a vigilância que povoam o espaço. Passamos pelos rituais das revistas, da desconfiança e do medo. O espaço da FEBEM, em todos os momentos, figurava-se como o da reclusão. Além disso, defrontamo-nos com a dificuldade de selecionarmos nosso *corpus* documental dentre milhares de prontuários (aproximadamente, segundo informações do chefe do Setor de Cadastro de Menores, senhor Sérgio Ranalli, 600 mil).

Dentro de nossa periodização, compreendida entre 1964 a 1979 e, levando-se em conta a criação da FEBEM/SP em 1976, no período de 1976 a 1979, encontramos aproximadamente 40.000 prontuários, cobertos de poeira e alguns em precário estado de conservação. Praticamente, todos os prontuários foram vistos e devidamente guardados nos locais de origem, respeitando a numeração de cada um, em um trabalho exaustivo, porém não menos fascinante. Neste universo, buscávamos identificar os prontuários de três unidades, a saber: Unidade de Triagem 2 (UT2), destinada a menores abandonados e carentes entre 3 e 14 anos; a Unidade Educacional "Maria Auxiliadora" (UE3), destinada a menores infratoras ou com problemas de conduta, e finalmente a Unidade Educacional de Moji-Mirim (UE9), destinada aos chamados menores portadores de desvio de conduta e infratores altamente estruturados.

A escolha destas três unidades ocorreu uma vez que, procurávamos identificar a visão dos assistentes sociais, dos psicólogos e

dos psiquiatras em relação às crianças e aos adolescentes institucionalizados. Estas unidades funcionam como extremos: na UT2, devido a seu público, composto por crianças, a disciplina era menos rígida que nas outras unidades. A UE3, uma vez que procurávamos entender a dinâmica institucional em relação às adolescentes.

Devemos lembrar que, na época, a UE3 era a única unidade que recebia as adolescentes consideradas infratoras. A escolha de Moji, por outro lado, significou a busca da compreensão sobre como os pareceristas diagnosticavam os chamados menores portadores de “alta periculosidade”. Todos os menores que cometiam assassinatos, latrocínios, e que haviam passado por outras unidades destinadas a infratores, acabavam chegando à UE9. Moji-Mirim figurou como o contraponto da UT2, pela sua rigidez, controle e vigilância.

Como a FEBEM possui inúmeras unidades e convênios com associações, fomos descartando aquelas que não se enquadravam na nossa pesquisa. Dificilmente poderíamos precisar ao certo a totalidade dos prontuários destas três unidades. No entanto, foram pesquisados 384 prontuários que representam uma amostragem que acreditamos representativa do universo total. Inicialmente, pretendíamos abranger 10% da totalidade de um universo que calculamos em aproximadamente 6.000 prontuários referentes às 3 unidades destacadas. Nossa pretensão era, portanto, a de chegar à análise de 600 prontuários. Entretanto, outros obstáculos se interpuseram em nosso caminho. Primeiramente, é proibido xerocar, microfilmar ou fotografar qualquer material existente na FEBEM. Assim, dentro das condições nem sempre adequadas, lemos e copiamos todos os trechos que nos pareceram significativos, além de anotarmos os dados que compõem o perfil desse menor institucionalizado.

Além disso, em junho de 1999, após uma rebelião, fomos impedidos de retornar ao local. Após dezenas de pedidos ao Presidente da Instituição, Secretários da Promoção Social, retomamos a pesquisa em março de 2000, graças a uma “concessão especial” e, mesmo assim, em condições específicas.²⁶

26. De acordo com as informações do chefe do Setor de Cadastro de Menores, deveríamos concluir a pesquisa em um período muito breve – que acabou sendo realizada de março a junho de 2000, na medida em que toda a documentação

Nosso critério de escolha e seleção do material encontrado na FEBEM ocorreu mediante leitura prévia de todos os prontuários existentes, descartando, em primeira instância, os prontuários de outras unidades da FEBEM. Observávamos em cada prontuário a existência ou não de pareceres, descartando na UT2 e na UE3 todos os prontuários sem pareceres. Ainda, na UT2, excluímos todas as crianças cuja faixa etária era inferior a 5 anos de idade, pois os prontuários se limitam a descrever somente os aspectos sociais da família da criança. Em seguida, separamos os prontuários em blocos, a saber, todos aqueles que indicavam desinternação, na UT2 e UT3, e Liberdade Vigida²⁷ na UE9. Da mesma forma, os prontuários cujo desfecho era marcado por evasões ou assassinatos. Foram descartados todos os prontuários que não apresentavam uma conclusão, pois pretendíamos analisar toda a trajetória da institucionalização, compreendendo desde a internação até o encerramento de cada caso. Em seguida, fizemos uma triagem do material selecionado. Procuramos cobrir toda a periodização de uma forma equitativa, obedecendo as idades apresentadas e a finalização de cada caso. Conseguimos englobar todas as situações apresentadas no desfecho dos casos: desinternações para os meninos da UT2 e meninas da UE3, evasões para cada uma das três unidades, bem como casos de recâmbio²⁸ para a UT2 e UE3. Finalmente, os casos de assassinato ou prisão observados, após a desinternação do adolescente na UE9.

Devemos lembrar que, das três unidades, a UT2 é a que apresenta a maior quantidade, por isso, selecionamos 159 prontuários; na UE3, 137, e, na UE9, cuja quantidade de internações é bem inferior às outras duas, selecionamos 88.

do arquivo seria transferida para outra localidade, até então indefinida, o que inviabilizaria a pesquisa por um período de aproximadamente um ano.

27. A Liberdade Vigida é um dos mecanismos utilizados pela instituição, no sentido de acompanhar a conduta do adolescente por um período de um ano após a sua desinternação. Se após esse período o adolescente manteve, de acordo com o discurso institucional, "uma boa conduta" é desligado da FEBEM; caso contrário, pode ser reinternado em uma unidade cuja a disciplina é mais rígida.

28. O recâmbio ocorria quando a criança ou o adolescente eram provenientes de outros estados brasileiros.

Como constatamos, a partir do começo de 1979, as adolescentes da UE3 foram transferidas para a UE16, localizada na Rodovia dos Imigrantes e a antiga unidade passou a receber adolescentes do sexo masculino. Desta maneira, nossa periodização para a UE3 acompanhou o período de existência da unidade.

O ano de 1979 também marcou a história da UE9, pois mediante inúmeras evasões e rebeliões, dificilmente os menores internados ao longo desse ano foram enviados diretamente para Moji, sendo encaminhados para outras unidades.

Para cada caso pesquisado, montamos dois tipos de fichas. O primeiro, contendo idade, cor, filiação, procedência geográfica, estado civil dos pais, escolaridade, data de internação, motivo da internação, atividades realizadas na instituição, evasões, conclusão do caso. O segundo tipo de fichas continha os pareceres dos assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras, bem como cartas dos internos, exames médicos, artigos de jornais.

Em cada prontuário, optamos por utilizar apenas as iniciais do nomes, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado por meio da Lei n.º 8.069 no dia 13 de junho de 1990.

Aos poucos, ao sentimento do medo misturavam-se outros, o da dor e o da aflição, emergidos de cada caso por nós pesquisado. Dificilmente o pesquisador consegue se desvencilhar de seu lado humano diante de espetáculos marcados pela névoa do horror e desespero. Os prontuários revelam histórias de vida narradas de forma fria e autoritária, que contribuíram para o enclausuramento de sujeitos históricos para quem restou o mundo do silêncio e do abandono.

O mundo da disciplina, da vigilância e do asilo encontrou em Michel Foucault um de seus estudiosos, cujo pensamento foi relevante para a análise a que nos propusemos. O autor investiga a coisificação do homem frente a diversas práticas discursivas visualizadas em manicômios e presídios.

Segundo Foucault, as relações de força agem em múltiplos sentidos, de tal modo que se irradiam do centro para a periferia, de baixo para cima, apresentando, portanto, um caráter difuso, garantindo uma relação assimétrica entre os indivíduos.

Podemos dizer que as instituições, como a FUNABEM, nascidas com o golpe militar de 1964, funcionam como sistemas disciplinares, impondo uma lógica constante de controle e vigilância. Nelas, como lembra Foucault, o poder é capilar ocorrendo na transversalidade, isto é, em múltiplas direções (diretores, médicos, pedagogos, inspetores e vigias), passando tanto pelos dominados quanto pelos dominantes. O controle existente dentro das unidades da FEBEM é absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, funcionando permanentemente e em grande silêncio.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault demonstrou uma nítida preocupação em entender alguns dos processos de constituição do indivíduo, sendo que, dentre eles, o processo de tal constituição será analisado por meio do mapeamento da sociedade disciplinar. O autor apresenta uma listagem dos valores que a relação de força assumiu no decorrer do século XVIII, ou seja, a divisão do espaço, o ordenamento do tempo e finalmente a composição espaço-tempo.

A internação, o enquadramento são potencializados na sociedade disciplinar, no dizer de Foucault, enquanto relações de força circunscritas à divisão do espaço, da mesma forma que a subdivisão do tempo, a codificação dos atos, bem como a decodificação dos gestos, são atributos do ordenamento do tempo.

“Pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo de repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza ‘táticas’”.²⁹

Em outro momento, ocorre a articulação do espaço, quer seja do manicômio, quer seja da prisão e o ordenamento do tempo numa

29. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, Rio de Janeiro, Vozes, 1977, p. 150.

mesma potencialidade, cujo efeito será a visualização de uma mesma área de atuação, por exemplo, procedimentos de diferenciação, hierarquização dos indivíduos a serem enquadrados, internados e corrigidos.

O espaço, na perspectiva foucaultiana, tem como função fazer as coisas visíveis (questão da visibilidade), possibilitando uma localização do indivíduo (cada indivíduo tem o seu lugar e todos os lugares têm sua destinação), bem como uma vigilância constante sobre seu comportamento.

“Por esta composição, a disciplina consegue extrair toda a capacidade de cada indivíduo segmentarizado. A exigência sobre cada um reflete sobre todos. O não cumprimento da totalidade de exigência compromete todo o sistema”.³⁰

As teses de Foucault sobre o poder desenvolvem-se em três direções: o poder não é essencialmente repressivo – já que incita, suscita, produz –; ele se exerce mais que se possui; passa tanto pelos dominantes quanto pelos dominados, atuando por meio da violência ou da ideologia.

As análises de Foucault mostraram que o poder produz realidade, antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar: um poder não procede por ideologia, mesmo quando se aplica sobre almas, ele não opera necessariamente por meio da violência e mesmo da repressão quando esta atinge os corpos. A violência, como observa Deleuze, “exprime o efeito de uma força sobre qualquer coisa, objeto ou ser, mas não exprime a relação de poder”.³¹

Partindo destas premissas, podemos dizer que a análise de Foucault sobre o poder é ascendente, isto é, parte de mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas, táticas e depois examina como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados,

30. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 182.

31. DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 47.

deslocados, desdobrados, por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global.³²

“O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma alma o habita e o leva a existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido sobre o corpo. A alma, efeito de uma anatomia política”.³³

32. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 149-150.

33. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 32.

O TRINÔMIO PERFEITO: PÁTRIA, DEUS E FAMÍLIA – A FUNABEM E O PENSAMENTO DE MÁRIO ALTENFELDER

SUMÁRIO: 1.1. A FUNABEM enquanto estratégia psicossocial – 1.2. A redenção da Lei n.º 4.513 – 1.3. Fatores responsáveis pela marginalização do menor – 1.4. Os meios de comunicação e a corrupção dos costumes – 1.5. Altenfelder e os primórdios da FEBEM/SP.

A trajetória da institucionalização do menor não é um dado recente na história do Brasil. Vários estudos¹ discutem o aparecimento de inúmeras instituições desde o começo do século

1. LONDOÑO, Fernando. "A origem do conceito menor". In: DEL PRIORI, Mary, *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1998; FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo, Edições Loyola, 1999; SADER, Emir & BIERRENBACH, M. Ignês; FIGUEIREDO, Cyntia Petronício. *Fogo no pavilhão: Uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo, Brasiliense, 1987; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *De criança a infrator: uma trajetória de classe*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982; PASSETTI, Edson. *Política nacional e bem-estar do menor*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982; PASSETTI, Edson. "O menor no Brasil republicano". In: DEL PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1998; FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*, São Paulo, CEDEC, 1979; VIOLANTE, Maria Lúcia. *O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor – FEBEM*. São Paulo, Cortez /Autores Associados, 1989.

XX, objetivando solucionar uma situação que, aos poucos, se tornava insustentável mediante o aumento do número de menores abandonados e infratores que apareciam no interior das grandes cidades, passando a incomodar a propriedade, vista enquanto privada na sociedade capitalista.

Algumas obras ao situarem a criação da FUNABEM e FEBEM(s), traçam um mapeamento compondo e recompondo a maneira pela qual os menores surgem enquanto categoria a ser institucionalizada.

Fernando Londoño procura discutir a inserção dos menores dentro da legislação, priorizando os termos cunhados pelos principais juristas da época. Para Londoño, a descoberta do menor ocorreu no final do século XIX, por meio do olhar dos juristas, enquadrando nesta categoria as crianças pobres da cidade. Houve um amálgama de discursos, definindo-se, paulatinamente, um conceito sobre o menor.

“No final do século XIX, olhando para seu próprio país, os juristas brasileiros descobrem o menor nas crianças e adolescentes pobres da cidade, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamadas pelos juristas de abandonadas”.²

Em 1902, lembra o autor, por intervenção do jurista Evaristo de Moraes, nasciam os menores *materialmente abandonados e os moralmente abandonados*. No primeiro caso, poderiam ser enquadrados quando não tivessem habitação certa, nem meios de subsistência por serem os pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, ou não terem tutor, ou guarda, assim como os menores que se encontrassem em estado habitual de mendicidade; no segundo, seriam enquadrados os menores que andassem em companhia de pessoas viciosas, encontrando-se em lugares de jogos ou bordéis, ou praticando a prostituição em lugares públicos.

O menor não era o filho de família sujeito à autoridade paterna, sustenta Londoño, e sim a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente.

2. LONDOÑO, Fernando Torres. “A origem do conceito menor”. In: DEL PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1998, p. 135.

“Partindo desta definição, através de jornais, das revistas jurídicas, dos discursos e das conferências acadêmicas foi se definindo a imagem do menor, que se caracterizava principalmente como crianças pobres, totalmente desprotegidas moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, o Estado e a sociedade”.³

Isabel Cunha Frontana lembra-nos que o reconhecimento do problema do menor no Brasil levou, inevitavelmente, a uma produção de técnicas particulares, papel que coube ao Estado, conduzindo por intermédio de suas políticas, quase sempre normatizadoras e intervencionistas, a política de atendimento as crianças classificadas como abandonadas e assistidas.

Baseando-se em estudo feito por Maria Rosilene Barbosa Alvim e Lícia do Prado Valladares, Frontana mostra a estratégia política adotada pelo Estado no pós 30, destacando, por exemplo, o advento de institutos especializados, que, em certo sentido, visavam equacionar o mal-estar causado pelos menores que abarrotavam as grandes cidades.⁴

Passetti e Rinaldo Arruda, discutem a legislação referente ao tratamento dispensado aos menores, destacando o Código de Menores e a criação do primeiro Juizado de Menores, ressaltando que ambos apresentavam, *a priori*, um caráter assistencialista, isto é, definiam os direitos à saúde, educação e fixando também medidas ao trabalho do menor. Apesar deste aspecto assistencialista, como lembra Rinaldo, os institutos inaugurados, ainda no começo do século, “apresentavam um caráter repressivo, correccional e punitivo”.⁵

A legislação, no dizer de Rinaldo, percorreu um grande caminho marcado por avanços e recuos, pois ao mesmo tempo que conferia determinados direitos aos menores, trazia no seu âmago medidas corretivas.

3. *Ibidem*.

4. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. Edições Loyola, São Paulo, 1999, p. 167.

5. ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *De criança a infrator: uma trajetória de classe*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1982, p. 69.

O autor aponta dois grandes retrocessos que marcaram a legislação relativa aos menores: o primeiro ocorreu no governo Costa e Silva (1967-1969), com a revogação de duas conquistas anteriores. Uma delas refere-se ao artigo 33, do Código Penal, onde se estabelece a inimizabilidade dos menores de 18 anos. Segundo o artigo, "o menor de 18 anos é inimputável, salvo se, já tendo completado 16 anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter lícito do ato e determinar-se de acordo com esse entendimento".⁶

Com o advento da Constituição de 1969, no artigo 165, inciso X, ocorreu o segundo retrocesso, mediante à permissão do trabalho de menores de 12 anos de idade: anteriormente a entrada dos adolescentes no mercado de trabalho só era possível aos 14 anos. Por outro lado, o Código de Menores, instituído pela Lei n.º 6.697, permitia que o menor ficasse em poder da polícia por 5 dias para averiguação de sua participação como co-autor ou autor de infrações penais. Desta maneira, revogava-se a disposição anterior que fixava esse prazo em 24 horas.⁷

Em 1940, nascia o Setor de Atendimento dos Menores (SAM), representando, no dizer de Frontana, o ápice do modelo interventor produzido pelo Estado. Ao ser vinculado ao Ministério da Justiça, ficava explícita a preocupação estatal com o combate à criminalidade infanto-juvenil.⁸

A existência do SAM foi extremamente conturbada, sobretudo quando passou a ser concebida como inadequada ao tratamento dos "menores". Os inspetores representavam, de acordo com o discurso oficial, um dos grandes entraves do SAM. Em sua grande maioria eram concebidos como "pérfidos, corruptos e sem nenhuma condição moral". Todas as críticas levantadas na época sobre o SAM, posteriormente, foram, curiosamente, documentadas, por todos os ex-diretores do SAM, num documento anexo ao projeto que daria origem à FUNABEM.

Em 1963, uma comissão nomeada para elaborar o anteprojeto de lei que iria permitir as alterações julgadas básicas para traçar

6. ARRUDA, Rinaldo. *Op. cit.*, p. 69.

7. ARRUDA, Rinaldo. *Op. cit.*, p. 67-68.

8. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 68.

novos rumos à questão, pôde terminar a tarefa e entregá-la ao governo.

Neste ano, uma equipe liderada pelo doutor Eduardo Barttlet James, último diretor do Setor de Atendimento ao Menor (SAM), D. Maria Celeste Flores, participante do ASA (Associação Arquidiocesana), Eduardo Dom Cândido Padim, membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e Helena Iracy Junqueira, representante do Conselho Federal de Assistentes Sociais, entre outros redigiram um anteprojeto que propunha a criação de uma Fundação que englobasse toda a política relativa à questão da menoridade no Brasil, bem como extinguisse o SAM.

“Exmo. Sr.

Ministro da Justiça e Negócios Interiores

A Comissão constituída pela portaria n. 98-B, de 10 de maio de 1963, do digno antecessor de Vossa Excelência nessa Pasta, Dr. João Mangabeira, vem depositar nas mãos de Vossa Excelência o resultado de seus trabalhos. Desempenhou-se de sua incumbência com a elaboração do anteprojeto de lei visando a encontrar, mediante mudança total do sistema de assistência ao menor, a solução desse angustioso problema. E é o resultado do que lhe pareceu melhor, após o cotejo de vários anteprojetos já existentes, procurando conhecer e aproveitar sugestão, algumas de grande valia para o seu trabalho. Aqui estão as conclusões a que chegaram várias equipes de técnicos do mais alto gabarito, as quais se vêm dedicando a esse estudo desde 1955. Em anexo, encontrará vossa excelência a opinião de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de todos os ex-diretores do SAM, concordes na extinção dessa entidade como solução preliminar. Não pode deixar a comissão de consignar que o resultado do inquérito sobre o SAM, realizado pela Sindicância do Serviço de Assistência a Menores, teve incomparável valor nas resoluções aqui apresentadas. Essa Comissão foi exemplo de dedicação ao bem comum, sem outra recompensa para os seus exaustivos 18 meses de trabalho do que a certeza de ter sido decisiva sua, a eles

a gratidão dos que se dedicaram à contribuição para a solução do problema, estudo da matéria”.⁹

No anteprojeto ficava clara a reformulação de toda a política existente em relação aos menores: não bastava apenas extinguir o SAM de triste memória. Deveria acontecer toda uma reestruturação que possibilitasse, inclusive, o aparecimento de uma entidade completamente autônoma (técnica, financeira e administrativamente) e sobretudo desvinculada do Ministério da Justiça.¹⁰ Baseando-se na Carta dos Direitos da Criança, promulgada em 1954, proclamava o fim da burocracia existente nas instituições encarregadas de cuidar do menor, propondo novas formas de lidar com o problema:

“Nenhuma criança deverá ser privada de seu lar somente por razões econômicas – proclama a Carta dos Direitos da Criança – no entanto, continuamos a adotar em nossos serviços estatais e particulares de proteção e assistência ao menor, os processos onerosos e condenáveis de internação em massa, segregando-o da família. E, apesar dos pretextos salutarés dos artigos, *caput*, e 164 da nossa carta magna, milhares de famílias brasileiras não têm recebido como deviam ‘a proteção especial do estado’”.¹¹

O anteprojeto preconiza toda a política adotada, posteriormente, pela FUNABEM, indicando os fatores considerados responsáveis pela marginalização do menor, a saber, “miséria econômica, desemprego, mancebia, segregação dos pais de convívio social”. De outro lado atenta para a “irresponsabilidade e incapacidade de certos pais para manter e dirigir o lar com dignidade e autoridade”.¹²

No final do documento redigido, foram apresentadas as críticas de todos os ex-diretores, todos unânimes em afirmar a imperiosa necessidade de demolir o malsinado SAM, *locus* de promiscuidade.

9. “Anteprojeto de criação da FUNABEM”. In: Revista *Brasil Jovem*, ano I, número 2, Rio de Janeiro, dezembro de 1966, p. 26.

10. *Idem, ibidem.*

11. *Idem, ibidem.*

12. *Ibidem.*

Para Hélio Bastos, diretor do SAM, de janeiro de 1948 a agosto de 1949, em alguns casos o grande problema do SAM não é a criança ou o adolescente e sim o adulto. Hélio Bastos sustenta que os inspetores “eram proxenetas, rufiões, receptadores de furtos, instigadores de crimes e pederastas”.¹³

Segundo o Ministro Nelson Hungria, o SAM era uma fábrica de bandidos:

“Sabe-se que é o SAM: uma escola para o crime, uma fábrica de monstros morais. Superlotados e sob regime da mais hedionda promiscuidade; a sua finalidade prática não tem sido a de instruir para o cívico e sim para todas as infâmias e misérias. Todos os famosos delinquentes precoces trazem a marca que o SAM lhes imprimiu, isto é, a erradicação total do brio, do amor próprio, do mínimo ético indispensável à vida em sociedade. O que lá se aprende é fazer do crime profissão e meio de vida. Não apenas o SAM, senão também os 17 pseudo-reformatórios que ele superintende, falharam redondamente nos seus objetivos. Deveriam ser arrasados, desde o teto até aos alicerces, para que se começasse tudo de novo e sob moldes inteiramente diversos”.¹⁴

Com o advento do período militar que caracterizou a sociedade brasileira a partir de 1964, houve amplas transformações na chamada questão do menor: o Estado, sob a tutela dos militares definitivamente tornou-se o preceptor da questão. No dia 1.º de dezembro de 1964, o anteprojeto foi transformado em lei, recebeu o número 4.513, levando a assinatura de Milton Campos e a sanção do Presidente Marechal Castelo Branco.

A FUNABEM apareceu com a finalidade de solucionar tão grave problema, insustentável para a época. A primeira questão colocada foi a da escolha do primeiro presidente que estaria à frente de tão grandioso projeto. O nome mais forte para ocupar o cargo de

13. *Idem*, p. 28.

14. *Ibidem*, p. 31.

presidente da nova instituição era o Dr. Eduardo Barttlet James, último diretor do SAM, porém veio a falecer em agosto de 1963. As suas sugestões para equacionar o problema do menor estão consubstanciadas no anteprojeto de lei propondo a criação da FUNDAÇÃO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA DO MENOR (FNAM), em substituição ao SAM.

Não obstante, segundo informações de um artigo publicado na revista *Brasil Jovem*, os dirigentes da política, sob o comando de Castelo Branco e com o apoio de Milton Campos, optaram por escolher alguém que jamais se envolvera com o SAM, no entanto alguém que tipificasse o novo modelo a ser implantado.

Mário Altenfelder Silva¹⁵ foi escolhido pelo presidente Humberto Castelo Branco, após uma grande pesquisa que objetivou “encontrar

15. Mário Altenfelder Silva nasceu a 9 de agosto de 1907, em Guaratinguetá, iniciando seus estudos na escola particular do Prof. Antônio Martins, na cidade de Jaú, no interior paulista, matriculando-se depois no Atheneu Jaúense, concluindo o primário. Transferindo-se para a capital em 1922, ingressou no Ginásio Osvaldo Cruz e depois na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde se destacou por intensa atividade estudantil. Presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz da Faculdade de Medicina, coube-lhe construir a praça de esportes e o centro de estudos dos alunos, além de promover o primeiro torneio esportivo inter-universitário realizado em São Paulo. Esteve entre os voluntários que se colocaram ao lado de Washington Luiz contra a Revolução de 1930 e participou do “front” das lutas do Exército Constitucionalista, em 1932. Desde os primórdios de sua carreira revelou-se pediatra social, ocupando sucessivamente as funções de médico do Serviço de Centros de Saúde de São Paulo e Inspetor de Higiene Infantil do mesmo serviço. Concomitantemente, desdobrou-se em missões voluntariamente assumidas: Presidente da Fundação D. Paulina de Souza Queiroz e da Sociedade Pestalozzi de São Paulo; vice-presidente da L.B.A, em São Paulo; Diretor do Hospital Pérola Byngton, da Cruzada Pró-Infância; Co-Fundador da Associação Paulista de Amparo à Mulher; um dos fundadores dos Legionários na Defesa do Menor e Secretário Geral; Membro do Conselho Social na Defesa do Menor; e Presidente do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções. Desde 1948, quando se iniciaram as Semanas de Estudos do Problema de Menores, foi participante ativo deste evento. Ao iniciar administração do governo Carvalho Pinto, foi convocado pelo governador a assumir a direção do Serviço Social dos Menores. De sua atuação no Fundo de Amparo ao Menor foi de sua iniciativa implantar Consórcios Inter-Municipais e de criar o Centro de Estudos do Menor de Matão, em São Paulo; e finalmente em 1964 foi escolhido pelo presidente Castelo Branco para dirigir a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, tonando-se seu primeiro presidente.

um dirigente que vinculado ao problema de menores, não tivesse nunca tido contato com o SAM ou com as mazelas que o afamavam tão mal. O presidente desejou e encontrou uma pessoa que fosse capaz de amar a criança e, por amá-la, fosse íntegro, enérgico e capaz de implantar a nova imagem da assistência ao menor, desvinculada da subordinação do serviço público, e com a qualidade de liberdade administrativa para lhe dar a desejada autonomia, única forma de prover as necessidades do órgão criado não para substituir o SAM, mas ocupar suas tarefas e funções, evidentemente não atendidas antes. A Fundação era a modalidade de organização jurídica ideal para atender a essa autonomia. E o homem foi o médico paulista Mário Altenfelder, que, durante o Governo Carvalho Pinto, em São Paulo, recuperara e acionara o Serviço Social de Menores de uma forma nunca vista, promovendo os Consórcios intermunicipais, a fim de interessar as comunidades no problema do menor".¹⁶

A FUNABEM criada pela lei n.º 4513, tinha como objetivo formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM. Assim se expressou a respeito seu primeiro presidente Dr. Mário Altenfelder:

“A Lei Federal n.º 4.513 de 1.º de Dezembro de 1964, traçou diretrizes de ação e fixou bases para a nova estratégia de atendimento ao chamado ‘problema do menor’ no Brasil. Cuidou o governo federal de providenciar a união de esforços entre o poder central, estados e municípios, visando solucionar o problema que fundamentalmente interessava à nação como um todo – proteção e amparo ao menor marginalizado, inclusive o menor infrator – preservá-lo do perigo que representa, para si e para a sociedade, a manutenção de seu estado de carência afetiva e material. O organismo que a União Federal escolheu e instituiu para executar e difundir a política do bem-estar do menor, obedece à forma jurídica de fundação. A Fundação Nacional

16. “O que fez a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em 10 meses”. In: Revista *Brasil Jovem*, ano I, número 2, Rio de Janeiro, dezembro 1966, p. 34-35.

do Bem-estar do Menor é uma entidade disciplinada por lei civil, de natureza privada, autônoma, administrativa e financeiramente, e recentemente vinculada em termos programáticos, ao Ministério de Previdência e Assistência Social. Tem personalidade jurídica própria, inscrita no registro Civil das pessoas Jurídicas e é regida por Estatuto, devidamente aprovado pelo Presidente da República".¹⁷

Para o paulista Mário Altenfelder, no discurso de posse durante a instalação do Conselho Nacional da PNBEM, realizada no dia 24 de maio de 1965, em cerimônia realizada no Palácio das Laranjeiras, com a presença do Marechal Humberto Castelo Branco, Presidente da República, "a Lei n.º 4.513, de 1.º de dezembro de 1964, é um desafio àqueles que possuem alto grau de responsabilidade; àqueles que têm experiência; àqueles que sabem poder realizar bem e nesse caso, o dos menores, àqueles que jamais se hão de calar ante a sufocação dos gritos de desespero dos jovens e das jovens, das crianças indefesas, em lugares impróprios até para animais."¹⁸

Segundo Maria Ignês Bierrenbach, o momento de criação da FUNABEM coincide com a inclusão dos problemas sociais nos planos de desenvolvimento do governo brasileiro: criava-se uma roupagem diferente para amenizar a situação social que se agravou inteiramente durante todo o período militar, vitimando sobretudo as camadas pobres da população que, paulatinamente, foram sendo empurradas para a exclusão social.¹⁹ O modelo adotado pelos dirigentes no período teve como características básicas a concentração de renda, contenção dos setores populares, proibição de greves, de manifestações de qualquer ordem.

17. Discurso de posse com Secretário da Promoção Social do Estado de São Paulo, em 1975. In: ALTENFELDER, M. *Bem-estar e promoção social, Pronunciamentos na Secretaria da Promoção Social e na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM (1965-1977)*. São Paulo, Secretaria da Promoção Social/Assessoria da Comunicação Social, 1977, p. 20.

18. *Idem*.

19. BIERRENBACH, M. Ignês R. S. *Política e planejamento social - no Brasil: 1956/1978*. São Paulo, Cortez, 1982, p. 83.

A tônica dos discursos, proferidos no período, reforça a maneira pela qual o Estado analisa questões amplas da sociedade, da criança e do adolescente em particular. Altfelder notabilizou-se por inúmeros discursos, tornando-se o porta voz, por excelência, do Estado nesta questão.

O que se observa, ao analisar os discursos de Altfelder, é a maneira como o Estado concebe o problema da infância desassistida no Brasil. Toda e qualquer análise retira as especificidades do modelo sócio-econômico e político brasileiro no qual as crianças e adolescentes estavam inseridas, passando a discorrer sobre questões genéricas, como, por exemplo a organização do grupo familiar, a religião adotada pelos genitores, os diferentes padrões comportamentais encontrados na sociedade.

O discurso, no dizer de Paul Ricoeur, é um evento, uma vez que o mesmo é realizado temporalmente. "O discurso é sempre discurso a respeito de algo: refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar. O discurso possui não somente o mundo, mas o outro, outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige. Apesar do evento ser fugidio, sua significação permanece."²⁰

Se os discursos se corporificam em determinadas categorias, podemos dizer que os mesmos produzem sentido, criando e recriando imagens, significações que ganham força, à medida que o significado permanece, estabelecendo vínculos diretamente proporcionais aos eventos delimitados.

O próprio modelo econômico adotado pelo governo explica o processo de pobreza pelo qual foi submetida grande parte da população. Modelo este baseado na associação do capital privado e estrangeiro. Por outro lado, a excessiva concentração do poder nas mãos dos presidentes, por meio de vários atos institucionais, pode balizar o aumento de controle da economia, bem como de toda a sociedade. A situação dos trabalhadores era agravada pelo fato de que o poder aquisitivo do salário mínimo declinou durante todo o período.

Edmar Baixa, ao discutir a problemática política e econômica adotada pelos militares, apresenta dados do Banco Mundial, incluindo o Censo de 1970 para o Brasil:

20. RICOUER, Paul. *Op. cit.*, p. 49.

“Os resultados ali revelados são muito importantes: seja em termos absolutos, seja em termos comparativos, o grau de concentração da renda no Brasil apresenta-se extremamente elevado. Os 5% das famílias mais ricas detêm 36% do total de renda pessoal. Os 10% de famílias abastadas apropriam-se de 49% da renda do país. Isto quer dizer que 90% das famílias brasileiras retêm apenas uma fração a mais do que os 10% do topo da pirâmide social. Ao lado da abundância, a miséria: 40% das famílias mais pobres têm que se contentar com apenas 8% da renda total, lutando pela vivência com rendimentos monetários inferiores ao salário mínimo vigente no país. Lutando, mas com pouco sucesso, conforme revelam os índices assustadores da mortalidade infantil no país, que são superados apenas pelas nações mais pobres do globo terrestre”.²¹

Na mesma perspectiva que Bacha, trabalham Maria Helena Moreira Alves,²² Edson Passetti²³ e Thomas Skidmore,²⁴ ao lembrarem como houve o incremento da pobreza, após as políticas econômicas adotadas durante toda a vigência do regime militar.

“Uma indicação da absoluta pobreza em que vivia grande parte da população pode ser encontrada num estudo realizado em 1975 pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor (CPI do Menor). Embora estimasse oficialmente em 15 milhões o número de crianças abandonadas e carentes, a comissão concluía que o número de crianças vivendo sem as condições mínimas essenciais (numa situação definida como pobreza absoluta) era de aproximadamente de 25 milhões”.²⁵

21. BACHA, Edmar. *Política econômica e distribuição de renda*. Rio de Janeiro, 1978, p. 59-60.

22. ALVES, M.H.M. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.

23. PASSETTI, E. *Op. cit.*

24. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

25. ALVES, M.H.M. *Op. cit.*, p. 152.

Maria Ignês Bierrenbach aprofunda a questão ao lembrar que de acordo com os dados da CPI, havia em 1976, 48.226.718 menores entre zero e 18 anos de idade. Desses, 13.542.508 eram considerados carentes (pertenciam a famílias com renda inferior a dois salários mínimos). As crianças abandonadas somavam 1.909.570 e, ainda haviam ocorrido 111.812 atos anti-sociais praticados por menores”.²⁶

Mediante a política econômica, ainda no governo Castelo Branco, Thomas Skidmore lembra-nos que os salários reais caíram: “certas famílias na cidade de São Paulo, por exemplo, conseguiram manter seus níveis de renda real somente porque alguns de seus membros tiveram a sorte de se empregar”.²⁷

1.1. A FUNABEM ENQUANTO ESTRATÉGIA PSICOSSOCIAL

Desde o seu início, a FUNABEM esteve associada às políticas implantadas pelos militares. Dois anos após sua criação, seria incorporada como Objetivo Nacional, de acordo com o pensamento da chamada Escola Superior de Guerra (ESG) vigente em seu Manual, documento publicado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, propondo o desenvolvimento de um método de análise e interpretações dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares.²⁸

O manual da ESG preconizava todas as esferas consideradas prioritárias que deveriam ser cuidadas pelo governo. Entre as inúmeras estratégias, Maria Helena Moreira Alves destaca a política, a econômica e a psicossocial. Esta nos interessa particularmente, pois além de pensar nas instituições da sociedade civil (família, escolas, universidades, Igreja, empresa privada),²⁹ incorporaria, em 1966, com grande propriedade, a questão do menor.

Partindo destas concepções e tendo em mente o desenvolvimento combinado com a segurança, os membros da ESG: tecnocratas civis

26. BIERRENBACH, M.I.R.S. *Op. cit.*, p. 79.

27. SKIMORE, Thomas. *Op. cit.*, p. 117.

28. ALVES, M.H.M. *Op. cit.*, p. 24.

29. ALVES, M.H.M. *Op. cit.*, p. 44-45.

de alto nível, os coronéis e os generais de patente inferior estudaram a inflação, a reforma agrária, a reforma bancária, os sistemas eleitorais, o transporte e a educação, bem como a guerra de guerrilha e a guerra convencional.³⁰

O Manual representou, no dizer de Maria Helena Moreira Alves, “o planejamento e administração do Estado de Segurança Nacional, implicando o desenvolvimento de diretrizes governamentais que determinassem políticas e estruturas de controle de cada área e da sociedade civil”.³¹

Em 1966, Mário Altenfelder matriculou-se na Escola Superior de Guerra, destacando-se pelas colocações em relação ao problema do menor. Tentava demonstrar que o bem-estar da criança e do adolescente era um elemento fundamental para a fixação dos objetivos nacionais permanentes.

Segundo Alfred Stepan, a Escola Superior de Guerra foi estabelecida, formalmente, por decreto presidencial, no governo Dutra, a 20 de agosto de 1949. Por volta de 1963, afirmava sua missão de preparar “civis e militares para desempenhar as funções executivas e conselheiras, especialmente naqueles órgãos responsáveis pela formulação, desenvolvimento, planejamento e execução da política de segurança nacional, procurando treinar profissional e ideologicamente tanto os militares brasileiros de alta patente quanto os altos tecnocratas da burocracia estatal”.³²

Em vários momentos, ao longo dos discursos de Altenfelder, encontramos referências à ESG, lembrando que os objetivos desta instituição eram semelhantes aos da FUNABEM, uma vez que buscavam o desenvolvimento nacional. Se, em inúmeros momentos, o primeiro presidente da FUNABEM destacou o papel da ESG, em outros pudemos verificar diversas visitas feitas pelos membros da Escola Superior de Guerra às diversas “unidades” da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

30. STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Arte Nova, 1975, p. 113.

31. ALVES, M.H.M. *Op. cit.*, p. 46.

32. STEPAN, A. *Op. cit.*, p. 135.

“Numa manhã de abril de 1967, setenta líderes, civis e militares altamente qualificados, desembarcaram de dois ônibus em Quintino, ouviram uma exposição feita pelo Presidente da Fundação – ilustrada com *slides* sobre o que é a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FNBEM), almoçaram assistiram a um show montado pelos internos, e a seguir visitaram todos os estabelecimentos de abrigo e reeducação de menores. Eram estagiários da Escola Superior de Guerra, que prepara alunos para o exercício e assessoria do Poder. E estavam ali porque, um ano antes, outro estagiário solicitara que o problema do menor fosse incluído no currículo da ‘Sorbonne’, no estudo do potencial psicossocial. Chamava-se Mário Altenfelder o autor da sugestão, por coincidência Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, entidade que impressionou a esse pessoal que, a partir de agora, zelará em postos de mando, pela causa do menor”.³³

Ouvido pela reportagem de *Brasil Jovem*, o padre Leme Lopes, um dos estagiários da Escola Superior de Guerra, afirmou que a ESG estava atenta aos problemas sociais existentes em países subdesenvolvidos como o Brasil.

“Os estagiários da ESG penetraram, ao visitar a Fundação, num dos problemas de importância vital para o Brasil: o preparo das futuras gerações, hoje menores que se reeducam graças aos novos métodos empregados pela fundação. Amanhã, homens que integrarão a comunidade, úteis, portanto, à pátria e à sociedade”.³⁴

Todo ano, como observa Alfred Stephan, “a associação de ex-alunos, em conjunto com a ESG, formulava e pesquisava um projeto especial. Além das conferências ministradas pelo quadro civil e militar permanentemente, muitas conferências eram dadas por importantes ministros e tecnocratas do governo, expondo, assim aos estudantes os pontos de vistas políticos diferentes. Uma parte do

33. “Menor é assunto para Escola de Guerra”. In Revista *Brasil Jovem*, ano I, número 4, Rio de Janeiro, setembro de 1966. p. 64.

34. *Ibidem*.

curso era constituída por 3 ou 4 viagens por todo o Brasil, a fim de se inteirarem *in loco* dos problemas ligados ao desenvolvimento e segurança nacionais, tais como novos complexos hidroelétricos, novos complexos industriais, principais projetos de habitação para favelados, etc.”.³⁵

Altenfelder tornou-se um dos principais mentores da questão do “menor”. Mediante sua atuação no colegiado da Escola Superior de Guerra, suas relações cordiais com os militares, sua atuação enquanto médico psiquiatra e políticos do Estado de São Paulo, conseguiu incluir a questão da minoridade enquanto proposta do governo instaurado a partir de 1964. A FUNABEM funcionaria como propaganda política para o governo que procurava se legitimar enquanto uma instituição atenta aos problemas da população, sobretudo dos mais oprimidos.

“Cuidar do social é a preocupação da ordem revolucionária”.³⁶

Vale a pena lembrar a grande importância do ex-presidente da FUNABEM, e posteriormente secretário da Promoção Social no governo Paulo Egydio, e presidente do chamando Instituto Interamericano da Criança. Durante sua permanência enquanto presidente da FUNABEM, apareceu na Revista *Brasil Jovem*, como o representante da Presidência da República. Em inúmeras vezes faz referências aos quatro presidentes com os quais trabalhou (Humberto Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel).

“Os quatro presidentes com quem trabalhei eram oficiais do Exército! Que nível! Que padrão! Que dignidade! O que existe na sociedade é ausência de espiritualidade, ausência de Deus”.³⁷

35. STEPAN. A. *Op. cit.*, p. 131.

36. Discurso de posse enquanto secretário da Promoção Social, em São Paulo, em 19-03-75. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 18.

37. Palestra proferida na Câmara Municipal de São Vicente, S.P., no dia 20 de junho de 1975. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 22. Durante a análise dos discursos de Mario Altenfelder, observamos um excesso de repetições ao longo do todo o período analisado. A referência aos generais militares foi abundantemente utilizada, fazendo parte de diversos pronunciamentos, assim como constando de outros documentos por ele publicados.

No dia 20 de junho de 1975, em São Vicente, Altenfelder defendeu a importância dos governos militares, sobretudo pelo fato de terem incorporado a questão dos menores no campo psicossocial, merecendo, no dizer do presidente da FUNABEM, estudos e análises profundas da Escola Superior de Guerra (ESG).

Dentro desta postura, podemos indicar alguns traços da concepção criada pela FUNABEM/FEBEM, no sentido de legitimar sua ação enquanto catalisadora dos problemas relativos aos menores, aproximando-se, apesar das devidas proporções, aos objetivos da Escola Superior de Guerra, assim como a preocupação que diversos membros da ESG, demonstraram em relação à problemática do menor. O coronel Alberto Liége de Souza Brasil, comandante da Guarnição Federal de São Luís, que em 1969 teria um de seus textos reproduzidos na revista *Brasil Jovem*, aproximando os compromissos que os militares deveriam ter com os menores e as periódicas visitas efetuadas pelos estagiários da ESG às várias unidades.

“O militar que, fazendo de sua profissão um verdadeiro sacerdócio, tem em suas obrigações a principal meta de sua vida, não poderia como não podem os demais cidadãos de bem, descuidar de sua responsabilidade para com o menor, símbolo do radiante futuro de nossa pátria”.³⁸

No dizer de Mário Altenfelder, muitos pontos uniam o trabalho da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e de outras entidades ligadas ao problema, como, por exemplo, a Escola Superior de Guerra, completada pela ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra).

“Ambas as entidades são frutos do pensamento esclarecido e racionalizador do intelecto brasileiro, civil e militar; do espírito público de nossos dirigentes; da visão de estadistas que souberam enxergar na criança e no aperfeiçoamento das

38. LIÉGE, Alberto. “A responsabilidade do militar perante o menor”. In: *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, setembro de 1969, p. 68.

elites para melhor condução dos destinos do País, as formas mais válidas para construir valores definitivos”.³⁹

Em outro momento, Mário Altenfelder aproximando os princípios da FUNABEM aos da Escola Superior de Guerra, conceitua quais eram os objetivos permanentes, definindo os objetivos e as bases da FUNABEM.

“Os objetivos permanentes representam a gama de interesses e aspirações vitais da nação, definem-se como permanentes, apresentando-se como poder motivador e orientador, como condição de subsistir por longo tempo”.⁴⁰

Dentro dos campos de interesse do Estado de Segurança Nacional em relação ao menor, houve, além da correção e da prevenção das causas do desajustamento, a utilização da política do menor como propaganda do regime. Mediante análises de Luiz C. Bazílio, Frontana demonstra que o regime militar utilizava a FUNABEM, transformando-a em veículo disseminador de todas as ações sociais realizadas pelos militares na área social.

“O Estado por meio da FUNABEM, veiculava uma imagem à opinião pública segundo a qual estaria atento ao ‘homem de amanhã’. Este tipo de propaganda, longe de ser uma manifestação isolada fazia parte de uma ampla estratégia de comunicação do regime militar – destinada a garantir sua manutenção no poder, que buscava, entre seus objetivos, o reconhecimento da opinião pública quanto à eficiência da ação do Estado na área social”.⁴¹

Outro tema de grande relevância era a idéia de que os países subdesenvolvidos se viam submetidos a grandes pressões internas, não só por causa do subdesenvolvimento, mas também em decor-

39. Conferência pronunciada na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, no dia 10 de outubro de 1969. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 197.

40. *Ibidem*.

41. *Idem*.

rência do conflito global, que tinha ramificações profundas na segurança interna do país. Portanto, a ESG era anticomunista e estava empenhada na Guerra Fria.⁴²

“Sob a ótica militar, segurança nacional não era concebida apenas como ‘defesa da Pátria a ser preservada pela comunhão nacional, contra o agressor externo’. A defesa externa ou defesa nacional era apenas uma parte do significado dado à noção de segurança. O ‘inimigo externo’ não era visto como a única ameaça à nação. A identificação do inimigo dava-se também por outros critérios, podendo ele encontrar-se fora ou dentro do país. Para os teóricos da ESG, todos aqueles que contestavam a ordem imposta pelo regime militar ou se posicionavam contrários à ideologia oficial representavam um perigo à nação, devendo ser combatidos ou eliminados. Poder-se-ia supor, a primeira vista, que o alvo a ser atacado limitava-se àquele composto por indivíduos ou grupos identificados com a ideologia. Entretanto, a noção inimigo, na concepção da doutrina de segurança nacional, não se restringia a um alvo objetivo e bem-definido. A rigor, ninguém estava imune ao contágio do ‘vírus subversivo’, de modo que os cuidados e investigações deveriam se estender a todos os indivíduos da sociedade”.⁴³

O inimigo, no dizer de Passetti, é identificado na guerrilha tanto rural quanto urbana, uma espécie de corporificação do inimigo externo, apresentado como portador de várias perversões morais e ideológicas, cuja finalidade seria a destruturação da ordem vigente. Para Passetti, desta maneira foi possível colocar sob suspeita grande parte da população, inclusive a classe operária como um todo.⁴⁴

Desenvolvimento e segurança são apresentados como relacionados. Por um lado, é favorecido pela industrialização, ao mesmo tempo em que deve estar de sobreaviso para que não haja excesso

42. STEPAN, Alfred. *Op. cit.*, p. 132.

43. FRONTANA, I. C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 72-73.

44. PASSETTI, Edson. *Op. cit.*, p. 162.

ou discrepância em relação à concentração de renda. Por outro lado, “o desenvolvimento econômico e social supõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições. E não só das instituições políticas, que condicionam o nível e a eficácia dos investimentos do Estado, mas também de suas instituições econômicas e jurídicas, que garantindo a estabilidade dos contratos e o direito de propriedade, condicionavam de seu lado, o nível de eficácia dos investimentos privados.”⁴⁵

O desenvolvimento sempre foi uma preocupação no Brasil, mas só a partir do golpe de 1964 passou a existir “em função da segurança, como uma necessidade de segurança. Só poderia haver segurança, se aqueles fatores geradores de conflitos, tensões e desordem fossem eliminados. A pobreza e a miséria, entendidas como efeitos de subdesenvolvimento, constituíam risco permanente de gerações, de tensões, elementos potencialmente mobilizadores de sublevações e revoltas que desafiaríamos o bom funcionamento das instituições políticas. O combate a elas dependia da prosperidade econômica que, por sua vez, seria substancialmente beneficiada pela garantia de segurança”.⁴⁶

O papel a ser ocupado por cada categoria social, como sustenta Frontana, é salientado pelo Manual da ESG, delegando especificamente aos grupos dirigentes o papel de “intérpretes das aspirações nacionais, responsável pelo estabelecimento dos objetivos nacionais, e como detentora do poder político, asseguraria os meios de solucionar os impasses e orientar forças nacionais para a realização dos interesses da nação e do bem comum”.⁴⁷

Em várias oportunidades, ao discursar para os componentes da Escola Superior de Guerra, Mário Altenfelder mostra-se preocupado com as questões nacionais, e particularmente com a questão do menor. Porém, o que chama a atenção, em inúmeras oportunidades nas quais o discurso se repete na íntegra, é o olhar de Altenfelder para com a família, elemento privilegiado de seus discursos, para quem passava por um processo de desestruturação e não só as famílias de baixa renda, como também as de toda a sociedade.

45. *Idem. Ibidem.*

46. FRONTANA, I. C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 82.

47. FRONTANA, I. C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 78.

Observa-se uma intensa preocupação com os jovens que voltam do exterior “contaminados por idéias exóticas”, não coadunadas com o espírito nacional, assim como a proliferação de revistas tidas como sensacionalistas, pois exploravam temas sexuais, liberação feminina, uso de anticoncepcionais, defendiam a aprovação da lei do aborto. A consequência imediata, no dizer do autor, seria a corrupção dos jovens, levando-os ao desrespeito aos símbolos nacionais tidos como sagrados.

“Ao falar do desprezo em relação aos símbolos nacionais tidos como entidades supremas, a revolta dos filhos quando voltam do exterior contaminados com idéias exóticas, diferentes, critica a escola. Quem ensinou isso, quem disse isso, em que escola se aprende tal coisa? Que professores estão insinuando tal desprezo e colocando tal infâmia na cabeça dos nossos jovens? Quem está dizendo que a promiscuidade sexual é uma grande coisa, quem prega a necessidade do aborto, quem fala do uso da pílula anticoncepcional distribuída às mancheias por toda parte, quem acha que o tóxico deve ser permitido?”⁴⁸

O discurso de Altenfelder, da maneira como é pronunciado, em diferentes lugares, a saber, ESG, ADESG, Rotary Clube, Estudantes de Medicina do Instituto Oscar Freire, apresentam uma certa peculiaridade. Em primeiro lugar, compartilha da idéia de uma elite instauradora da ordem: elite esta que deveria tomar a liderança de conduzir a nação. Neste sentido, a idéia de nação aparece como fruto de alguns segmentos da sociedade; em segundo lugar, parte da problemática dos menores para atingir outro alvo, isto é, a sociedade como um todo. Ao falar do desmantelamento da família, da corrupção dos costumes, se pronuncia a determinadas categorias sociais em detrimento de outras. As primeiras deveriam conduzir os caminhos pelos quais a sociedade se enveredaria; as outras seriam arrastadas a reboque.

O discurso de Altenfelder coaduna com o autoritarismo vigente, uma vez que suas idéias vão ao encontro do pensamento em voga

48. Palestra proferida no Rotary Club, na Zona Leste, São Paulo, no dia 4 de abril de 1975. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 40.

durante o período militar. Altenfelder, como filho de seu tempo, traz às permanências de um discurso normatizador e excludente.

O autoritarismo é entendido aqui como característica dos sistemas políticos à semelhança do caso brasileiro após 1964, que privilegiam a autoridade governamental, por meio do fortalecimento do executivo em detrimento do judiciário; diminuindo de forma mais ou menos radical o consenso, a partir da utilização de mecanismos como a censura, a repressão e tortura e, finalmente, a concentração do poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, mediante instituição de decretos-lei e atos institucionais.⁴⁹

Maria Aparecida de Aquino em um estudo sobre a censura, imprensa e Estado Autoritário, discute as diversas tipologias adotadas por vários estudiosos para definirem o quadro político desenhado no Brasil a partir de 1964. Dentre as inúmeras definições, como, por exemplo, regime autoritário excludente, ditadura, Estado de Segurança Nacional, destaca o termo Estado Autoritário, na medida em que “apresenta a melhor aceção e melhor se adapta ao uso extrapolado de autoridade, durante os governos posteriores ao golpe de 1964”.⁵⁰

Encontramos os mesmos traços do pensamento autoritário do período em Altenfelder, defendendo a questão da liderança como elemento básico para o desenvolvimento do Brasil, assim como para afastar a influência de algumas ideologias consideradas indesejáveis:

“É preciso liderar. É necessário que a comunidade lidere, que os homens conscientes, do governo, da Iniciativa Privada, das Instituições Sociais, tomem a frente desse processo de conscientização que ninguém mais pode frear: a exata conceituação do problema social e da responsabilidade de cada um e de todos para o seu equacionamento.

49. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Brasília, Editora UNB, 1994, p. 94.

50. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento*. São Paulo, EDUSC, 1999, p. 211.

Se as pessoas conscientes, que têm percepção da realidade, que não se mantêm alienadas do que está acontecendo, não liderarem este processo, quem o fará?"⁵¹

A liderança deveria ser um dos pilares básicos de uma elite bem formada, levando-a a uma visão racional de todos os problemas, restrições, existentes em âmbito nacional. Após a eliminação de todos os entraves existentes, esta mesma elite poderia indicar, com a devida propriedade, a trajetória a ser percorrida pela nação.

"A organização de uma elite dirigente, com aguda capacidade de discernimento e liderança, cumpriria assim um papel político fundamental. Na qualidade de intérprete das aspirações nacionais, seria responsável pelo estabelecimento dos objetivos nacionais e, como detentora do poder político, asseguraria os meios para solucionar os impasses e orientar as forças nacionais para a realização dos interesses da nação e do bem comum."⁵²

O autor trata dos problemas sociais, apresentando-os como fruto de uma ação impatriótica, promovida por maus brasileiros, que movidos por terríveis pensamentos, destroem o trabalho de entidades que visam ao bem-estar da população:

"É preciso fortalecer, fazer resistir, opor-se à ação impatriótica de maus brasileiros que, inspirados por motivos a que são estranhos, como, por exemplo, a subversão, a cupidez, a inveja, a frustração e o negativismo, denigrem as melhores intenções, contestam os trabalhos meritórios, apontam à execração pública entidades que nasceram e se mantêm atentas ao interesse público, ao bem estar do povo brasileiro".⁵³

Em 1975, o autor ainda postula a existência de uma guerra permanente, ocultada por agentes perniciosos que por meio de idéias

51. *Idem*, p. 85.

52. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 78.

53. *Idem. Ibidem*.

modernas, propagavam a dissolução dos costumes e, caso as autoridades não tomassem cuidado, todo o sistema seria destruído. Podemos indicar, mediante observações de Maria Helena Moreira Alves, que a guerra tão propalada por Altenfelder constituía-se na “guerra Insurrecional: conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo”.⁵⁴

“A guerra é outra; nós estamos em guerra, ninguém se engane. Não é à toa que o presidente Geisel está clamando, gritando, solicitando, ao lado dos nossos chefes militares, todos manifestando a opinião de que precisamos agir, se quisermos preservar o regime”.⁵⁵

Para Altenfelder, a propaganda comunista estava vinculada a determinados meios de comunicações, disseminando costumes, corrompendo idéias, tão prejudiciais quanto a própria guerrilha, uma vez que usavam diretamente os jovens facilmente influenciáveis. Estes muitas vezes, devido à ingenuidade peculiar da juventude, nem sabiam ao certo o significado do comunismo, indo à baila de elementos perniciosos:

“Conselhos, promessas, privações, sanções, tudo em vão, porque o que aparece sempre, é uma violenta aversão não compreendida, não raro humilhada. Hei-lo a querer afirmar-se no mundo e a dizer a toda gente: – eu existo. Arrogante, diz que não precisa de ninguém; diz que os pais não são modernos, que os professores são ultrapassados, não ensinam nada, são uns coitados!, tantas vezes. Mas, no íntimo, o jovem sabe que não vale nada. E que precisa de todos. Inscreve-se com frequência num grupo militante. Não faz muito tempo, falando-se a um grupo de jovens, eu perguntei – pois eu costumo estabelecer um diálogo com os estudantes: – ‘Quem é marxista aqui?’. Inúmeros levantaram a mão. E eu perguntei ao primeiro – ‘Você é marxista?’. E ele disse:

54. ALVES, M. H. M. *Op. cit.*, p. 37.

55. ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 46.

‘Sou’. – ‘Por quê? O que é marxista?’ Ele disse: – ‘Eu não sei bem o que é, mas que é bacana é’ (ele não sabia bem o que era, mas era marxista porque é ‘bacana’...)”.⁵⁶

Ao mesmo tempo que o jovem retratado por Altenfelder é presunçoso e arrogante, pelo fato de não aceitar conselhos, considerando-se o dono da verdade e, neste sentido, desqualificando os professores, os pais por não considerá-los modernos, na verdade são pueris, não tendo consciência das ideologias que tomam emprestadas de outrem por achá-las bonitas. Para tanto, utiliza-se, como referência, de um diálogo travado com jovens, provavelmente, de categorias sociais diferentes do público a quem prioritariamente se dirigia, isto é, ao menor abandonado, carente e infrator.

Para o autor, havia uma liderança negativa influenciando os jovens, corrompidos por estrategistas perigosos, a saber, os comunistas cujo lema seria destruir, em primeira instância, a juventude e a batalha seria ganha, por conseguinte.

“Nós sabemos que há uma liderança comunista agindo não é de hoje: quem estuda esses problemas sabe. Os estrategistas dessa ideologia recomendam e ensinam – Destruam a juventude, desagreguem a família, que a batalha estará ganha. Não é preciso guerra de trincheira”.⁵⁷

Conclui Altenfelder que tais idéias não eram modernas, antes tinham outros propósitos contrários à manutenção da ordem e do bom funcionamento da sociedade, logo todos deveriam se preparar para a guerra que se localizava por toda parte. O autor, filiado às propostas governamentais, defende a idéia de combate a todo e qualquer posicionamento que escapa ao controle do governo. Liderança, vigilância e autoridade aparecem em seus discursos como mecanismos de defesas para o combate a situações completamente nocivas.

56. ALTENFELDER, M. “Assim caminha a juventude”. In: Revista *Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, junho de 1968.

57. Palestra proferida no Rotary Club na zona leste no dia 4 de outubro de 1975. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 44.

“Não se iludam: o que está aí não é modernismo, não. É uma guerra subversiva, revolucionária, que visa a destruição do nosso regime e que, distraindo a atenção das pessoas responsáveis, corrói coisas mais sérias da vida”.⁵⁸

Hannah Arendt,⁵⁹ ao falar sobre a questão do totalitarismo, lembra que o terror seria uma de suas manifestações. Se o totalitarismo, de um lado, não pode ser visto como atributo do regime instalado no pós 64; de outro, é inegável que algumas características internas do totalitarismo trabalhadas pela autora, contribuem para pensarmos alguns aspectos da política traçada no Brasil após 1964, como, por exemplo, o isolamento e, por conseguinte, a solidão, elementos largamente utilizados como mecanismo de controle da sociedade que se viu exposta ao arbítrio, à vigilância, à censura, à violência, às torturas, tornando cada indivíduo solitário dentro de todas as esferas que lhe foram negadas paulatinamente, mergulhando-os no vácuo dos direitos inerentes a todos.⁶⁰

Indo mais além, podemos indicar que o terror apresenta um duplo movimento, ao disseminar a idéia de uma batalha onipresente, de inimigos em potencial, podendo e devendo ser localizados pelo bem social. Passam a ser vistos em todos os lugares, sindicatos, movimento estudantil, Igreja, meios de comunicação, escolas, uni-

58. *Ibidem*.

59. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 512-531.

60. Para Hannah Arendt, “o isolamento é aquele impasse no qual os homens se vêem quando a esfera política de suas vidas, onde agem, em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída”. Assim, coloca a autora, “o homem isolado perdeu o seu lugar no terreno político da ação, sendo abandonada pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *Homo Faber*, mas tratado como *animal laborans* cujo necessário metabolismo com a natureza não” é de interesse de ninguém. É aí que o isolamento se torna solidão. O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está só, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nesta situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo”. ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 527-529.

versidades, etc. O Estado controlado pelos militares legitima a si mesmo, enquanto portador de "regimes de verdades".⁶¹

"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro".⁶²

Ainda na palestra, Altenfelder mostra-se atônito ao relatar uma notícia veiculada na imprensa, sobre um grupo de médicos formandos que saíram nus pelas ruas de Sorocaba para festejarem, embriagados, o término de seu curso.

"Esses médicos daqui a pouco estarão nas nossas casas atendendo emergências médicas das nossas famílias; estarão dirigindo hospitais, nas secretarias e postos de saúde, farão parte dos serviços de saúde pública... Que caráter têm eles, que respeito próprio e respeito pelos demais, têm eles?"

Jurandir Freire Costa, em um interessante estudo sobre a ordem médica e a organização familiar, mostra uma estreita relação entre o desenvolvimento da medicina e a padronização dos costumes, a partir da terceira década do século XIX, consolidando-se com o advento da República, numa tentativa de moralizar os costumes da sociedade em geral, cujos novos padrões impostos nem sempre eram levados em conta anteriormente.

"Muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causas da desagregação familiar, nada mais são que conseqüências históricas da educação higiênica. Em outros termos, as famílias se desestruturaram por terem seguido

61. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 12.

62. *Idem. Ibidem.*

à risca as normas de saúde e equilíbrio que lhes foram impostas”.⁶³

A medicina passou a se preocupar com os problemas urbanos da população, como por exemplo, saúde, habitação, comportamento moral e sexual. A questão da sexualidade foi enfaticamente discutida por médicos, apontada como um fator responsável pela desagregação dos costumes.

“A higiene retomou a problemática sexual religiosa em outro estilo e com novos fins. Continuou a reprimir o prazer gratuito e irresponsável. Passou, porém, a exaltar a sexualidade conjugal, assinalando-lhe um papel nevrálgico na coesão do casal e na concretização do casamento modelo. O sexo, dentro da legalidade do matrimônio, tornou-se objeto da regulação médica, não por seus excessos mas por suas deficiências”.⁶⁴

Para Altenfelder, a desagregação familiar tinha como consequência inevitável o engendramento de problemas, quase sempre, recaídos na criança e no adolescente, quer seja rica ou pobre. Nesta com um agravante: a marginalização e a delinquência.

Este sentimento de “solidariedade”, em relação à criança desvalida, não é fato recente na história. Philippe Ariès, com grande propriedade, discute o nascimento do sentimento da infância, como problemática do Ancien Régime, com a separação da criança do mundo dos adultos, pois na Idade Média, como observa o autor, a criança era vista como um adulto em miniatura:

“O que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa

63. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, 1979, p. 15.

64. COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.*, p. 227.

particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem".⁶⁵

Para o autor, o nascimento do sentimento da infância corresponde a uma etapa do sentimento moralista criado a partir do século XVII, sob a égide da burguesia, destacando o papel da escola enquanto normatizadora de novos padrões de conduta, bem como dos costumes adquiridos pela família a partir de então:

"A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos, infligiu-lhes o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. Mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVII (...)".⁶⁶

A maneira como Altenfelder constrói o discurso permite resgatar os traços moralistas apontados tanto por Jurandir Freire Costa, como por Philippe Ariès, pois ao colocar-se para diversos públicos, envolvendo todos os segmentos sociais, pobres ou ricos, percebe-se uma preocupação obsessiva pelo sentimento da infância, bem como para a própria família da qual a primeira estava profundamente vinculada.

"Essa idéia de abrir casas de cuidar de menores desvalidos é muito bonita. Faço parte disso há quarenta anos e tenho assistido, graças a Deus, a enormes avanços no desenvolvimento social do Brasil. Tive grandes responsabilidades

65. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, LTC, 1981, p. 156.

66. *Idem*, p. 278.

nesse campo, nos planos federal e estadual, em minha vida toda, e por isso devo advertir que, se não nos unirmos, se não fizermos a prevenção, se não zelarmos pelo que está acontecendo na Escola, pelo que está se passando na Família, pelos “amigos” que nossos filhos e filhas têm, sinceramente, meus amigos, estaremos contribuindo para a implantação de outro sistema político, de outro governo”.⁶⁷

Não podemos perder de vista que Altenfelder, enquanto médico pediatra formado no começo do século, foi, na década de setenta, um ferrenho continuísta das propostas que, a todo instante, procuravam doutrinar a família, vista enquanto unidade indissolúvel da nação. A família doente era a marca de que a sociedade e o Estado apresentavam inúmeras patologias a serem combatidas. Defendia a idéia da higienização da família em todos os sentidos.

“O Estado, segundo os médicos, além de pai dos povos, apresentava-se como um corpo natural, uma entidade orgânica de que a família era, simultaneamente, apêndice e útero. Ele era um composto simples, linear, harmonioso, onde as partes integravam o todo através de uma solidariedade espontânea e necessária. Não havia, nem poderia haver heteronomia entre família e Estado, mesmo porque ambos faziam parte de uma mesma unidade, a humanidade. Enfatizando este conceito, a higiene dava a entender que as instituições sociais não eram uma realização histórica, mas uma pura abstração do espírito analítico. É a família o elemento mais simples a que a abstração pode chegar na contemplação do organismo social. A Família, a Pátria e a Igreja não representam agrupamentos distintos, porém graus diversos da mais vasta e complexa existência coletiva – a Humanidade, à qual todos estão unidos por laços indestrutivos”.⁶⁸

67. Palestra proferida no Rotary Club da Zona Leste, São Paulo, no dia 4 de outubro de 1945. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 45.

68. *Idem*, p. 148.

Para o mentor da FUNABEM, o problema não estaria nos menores e sim na família, responsável pelas mazelas causadas em seres humanos completamente indefesos. A família por meio de inúmeros problemas, como, por exemplo, pobreza, miséria, ignorância e falta de laços de solidariedade, se desestruturava paulatinamente.

Na sessão de abertura do LVII Congresso Latino-americano da criança e da juventude, em 1977, Altenfelder prega uma verdadeira cruzada que deveria ocorrer em toda a América, conclamando todos os líderes, homens do governo para banirem definitivamente os obstáculos que impediam todos os países de resolverem definitivamente os problemas sociais.

“Se os homens públicos, os empresários, grandes, médios ou pequenos; os comunicadores, com sua tremenda percepção da realidade, se todos não fizermos isso, quem o fará? Quem vai liderar?”⁶⁹

Altenfelder prega uma cruzada por meio da qual todos deveriam se engajar, objetivando solucionar tão graves problemas. Porém os condutores deveriam partir de um determinado estrato social, a saber, a classe dominante externamente privilegiada em seus discursos. Esta como condutora da sociedade deveria encampar a liderança, antes que outras forças assumissem o posto a ser ocupado pelos mentores da nação.

A falta de responsabilidade da sociedade, no dizer de Altenfelder, fará com que todos atribuam a culpa ao governo. Este não deve executar sozinho o problema do menor, devendo ser apenas o financiador de programas e planejador.

“Não é só o governo que é chamado a atender ao problema. É a sociedade que tem de se mobilizar, é a comunidade que tem de se unir, tomar consciência. Ele deve, o governo, ser o motivador, supervisor, financiador de programas, mas não deve ser o executor. Cada um tem que dar um

69. Discurso pronunciado na sessão de abertura do LVII reunião do Conselho Diretor, Montevideu, 1-06-77. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 139.

pouquinho do seu coração, um pouquinho de seu sentimento, um pouquinho de sua cultura, para que todos recebam um pouco de todos. Aí entender-se-á o que é ação social. Porque, do contrário, quem não dá nada; quem paga somente imposto, mas não sabe se a pessoa sofre; se uma criança tem fome, frio ou sede; não sabe se ela tem essa vitamina do amor, esse alguém está muito errado e prejudicando seu futuro”.⁷⁰

Dentro desta perspectiva traçada por Altenfelder, não bastava se preocupar apenas com as necessidades básicas da criança, dando-lhe apenas proteína e deixando outras necessidades de lado, como por exemplo, o amor.

“Todo mundo está preocupado com proteínas; essa criança precisa de proteínas até a idade escolar. Julga-se que, dando-se proteína, sais minerais, calorias, tudo está resolvido – problema social não existe. No entanto, se não atentarmos para esse aspecto do carinho, do afeto e do amor, pode-se jurar que, dando meramente proteínas, vamos criar bandidos fortíssimos, robustos e inteligentes”.⁷¹

Segundo Frontana, a retórica que perpassa o discurso de Altenfelder tem um caráter humanista, ornamentando, na verdade, o caráter profundamente moralista que sustenta sua argumentação e caracterização da problemática do menor, ao concebê-lo como “vítima de uma sociedade do consumo, avaliando as características dessa sociedade, a partir de padrões de comportamento e de valores morais e éticos julgados determinantes para promover a socialização dos indivíduos”.⁷²

Altenfelder torna-se representante de um pensamento concebido como reformador de mazelas seculares, agravando no espaço e no tempo uma questão que poderia ser solucionada adotando técnicas

70. *Ibidem*.

71. Palestra proferida na Associação Brasileira de Editores, revistas e jornais de empresa. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 250.

72. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 195.

simples, porém concorrentes com as propostas de um governo eminentemente social, como tenta demonstrar em várias circunstâncias. Preconiza a aurora de um novo tempo: o tempo das realizações objetivadas por homens responsáveis, sempre preocupados com a grandeza da Pátria. A época do chicote, definitivamente, no dizer do autor, seria extinta sob a égide de um governo que vem ao encontro das necessidades da população, pois quando tudo estava desmoronando, esta foi bater às portas dos militares, sempre alertas para socorrer o social em perigo constante.

“É preciso que se diga, que se reconheça que essa mudança de rumo, de dez anos para cá, que mudou o Brasil inteiro, que agitou, foi feita por quê? Porque houve um governo que quis mudar e mudou”.⁷³

O discurso de Altenfelder pode ser colocado na mesma linhagem do discurso dos militares, ao celebrarem os eventos ocorridos em 1964 como revolucionários. Ao tratar da criação da FUNABEM, o autor concebe seu aparecimento dentro da mesma perspectiva revolucionária, cuja finalidade seria a plena integração de todos os indivíduos dentro da lógica vigente. Para tanto, constantemente traz à baila a necessidade de liderança, de moralidade e de espírito cívico como características fundamentais para se atingir todos os propósitos subjacentes ao desenvolvimento da nação.

“A exposição de Altenfelder conferia à FUNABEM o caráter de uma ‘revolução’ que se identificaria por inteiro com o sentido da ‘revolução de 64’, pois o que se estabelecia como verdadeiro espírito revolucionário era a restauração dos princípios que deveriam reger os vínculos entre indivíduos e sociedade, sobretudo aqueles princípios da lei moral que incutem nos indivíduos a necessidade de participar de uma ordem a qual devem estar sempre integrados”.⁷⁴

73. Palestra proferida na Câmara Municipal de São Vicente, no dia 20-06-1975. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 25.

74. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 93.

Para completar o quadro de referências de Altfelder, vale a pena mencionar o papel conferido à polícia militar, vista enquanto redentora da juventude, sempre predisposta a ajudá-la, contribuindo desta maneira para o bem-estar de todos.

Podemos dizer que todo papel repressivo e autoritário da polícia fica diluído, nas falas de Altfelder, ao mostrar seu papel preventivo, tentando auxiliar o governo, a FUNABEM, e a Secretaria de Assistência Social em questão tão delicada.

“Não vejo a Polícia Militar como polícia carcereira, e o Batalhão de Menores muito menos um batalhão preparado para prender menores. A meu ver, o Batalhão de Menores, que eu ajudei a criar, é um batalhão de polícia preventiva que impede que ele vá cometer um crime, que não necessite de cadeia, que não necessite de apelar para prática de atos anti-sociais”.⁷⁵

A FUNABEM, paulatinamente, é inserida dentro do *corpus* estatal, não perdendo de vista sua importância na esfera social, congregando em si diversos elementos, como a Polícia, vista como mantenedora da coesão social na qual a questão do menor se encontra subjacente; e que conta ainda com participantes “do mais alto nível, sendo propagada para todos os estratos sociais, e fundamentalmente dirigida por membros portadores de liderança, objetivando a ordem e o progresso”.

“A FUNABEM significa uma Revolução e, como toda revolução, ela agita, modifica. Pode não derramar sangue, mas precisa derramar idéias, mudar mentalidade e quebrar rotinas...”⁷⁶

Alguns trabalhos apresentam o discurso de Altfelder como assistencialista, apesar da constante negativa do presidente da FUNABEM, procurando se distanciar de práticas assistenciais, concebidas pelo autor como nodosa, e para refutar qualquer

75. ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 36.

76. *Idem. Ibidem.*

vinculação da FUNABEM com os projetos eminentemente salvacionistas, recorre à retórica desenvolvimentista enaltecendo à utilização de técnicas modernas. Para o autor, o assistencialismo cria a internação desorientada, criando o filho do Estado, sem nenhuma responsabilidade para com os valores nacionais.

“Com a internação desorientada cria-se o menor filho do Estado. Muitas nações subjugadas pelo comunismo impuseram tal situação à custa de violência e morte. Aqui se vai fazendo a mesma coisa com método diferente. Mascara-se a medida com rótulo de filantropia, de bondade, mas no fundo mau, embora movido por inconsciência”.⁷⁷

Outros trabalhos alinham os discursos de Altenfelder dentro do autoritarismo vigente na época, transformando-o no porta-voz, por excelência, dos governos militares, sobretudo, na esfera social, ou como lembra Frontana:

“Ao salientar e integrar os sentidos político, moral e até religioso da Revolução de 64, Altenfelder inscrevia o tratamento da questão do menor dentro da lógica revolucionária de restauração dos valores dominantes tidos como valores da nação; o valor de uma nação, mediante os discursos de Altenfelder, seria medido pelo que ela faz por suas crianças. Selava-se assim o vínculo essencial entre infância e a nação, na qual a primeira é quase a representação de um elemento sagrado da própria idéia de nação”.⁷⁸

Otávio Ianni chama atenção para os aspectos paradoxais das análises discursivas, sobretudo relacionadas aos complexos problemas existentes no Brasil. O pensamento de Altenfelder, neste sentido, não apresenta nenhuma originalidade, juntando-se a inúmeros discursos que analisam a problemática social, quase sempre deslocada das esferas política e econômica.

77. Discurso de instalação da FUNABEM, no dia 18 de maio de 1965. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 159.

78. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 94.

“A complexidade da problemática social é de tal ordem que suscita enfoques diferentes e contraditórios. A despeito das múltiplas e até mesmo contraditórias interpretações e denominações, é inegável que muitos são os que procuram equacioná-la. Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonia, trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto, tomada de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. Essas são algumas das expressões mais correntes no pensamento e prática de uns e outros; cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros da tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros. Apontam aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira. Mas sempre repõem a questão social, como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade nacional”.⁷⁹

O assistencialismo, apesar de ser negado nos regimes autoritários, ganha fórum de legitimação, vinculando-se diretamente com o governo. Neste sentido, podemos indicar no discurso de Altenfelder traços de uma política assistencial e repressiva adotada neste período, conferindo-lhe grande destaque dentro dos projetos sociais do Governo.

De acordo com observações de Otávio Ianni, muitas vezes o assistencialismo, a previdência, as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto. Os mesmos interesses dominantes acionam diferentes técnicas sociais, em distintas situações, ou no mesmo lugar.⁸⁰

79. IANNI, Otávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 95.

80. *Idem*, p. 100.

Sustenta Chauí que “o traço mais marcante de nossos ideólogos autoritários revela-se na construção de discursos onde tais condições não podem aparecer”.⁸¹

Nesta perspectiva, num primeiro momento a imagem criada por Altenfelder não coaduna com suas propostas, num sentido mais amplo, oculta em seus interstícios o não dito.

“As imagens veiculadas pelo discurso passam a ter a força persuasiva e até mesmo constrangedora. O autoritarismo, encarado sob esse prisma exclusivamente teórico ou interno ao discurso, deixa entrever, portanto, o estilo da prática que lhe é imanente. A forma autoritária de agir: é lhe congênita. Abolindo a distância entre o mundo e o discurso, as imagens sondam o real e a palavra com que o primeiro se organize de acordo com os parâmetros da segunda que se torna, então, organizadora da ação. Quando se trata especificamente desta última, o papel das imagens é claro: pretendem criar no destinatário não só o sentimento da necessidade de agir, e de agir de maneira determinada, mas ainda convencê-lo de que aqueles que proferem o discurso podem ser os condutores da ação”.⁸²

1.2. A REDENÇÃO DA LEI N.º 4.513

Uma das imagens mais solidificadas por Altenfelder recai sobre a sacralização da Lei n.º 4.513, vista enquanto redentora, saída das mãos de homens iluminados, sendo que em algumas vezes Altenfelder faz considerações divinizatórias dos criadores da chamada política do bem-estar do menor.

Maria Helena Capelatto trabalha a concepção das imagens sagradas utilizadas em determinados governos, e a força conferida

81. CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 34.

82. *Idem*, p. 47.

a elas. Para tanto baseia-se em Alcir Lenharo para quem a “sacralização dos símbolos garante maior força à imagem”.⁸³

A sacralização da Lei n.º 4.513 é referendada por exemplos de personagens ou passagens bíblicas cuja eficácia confere um poder absoluto ao governo implantado em 1964, e na esteira destas personagens, os membros do governo envolvidos são aureolados como portadores de idéias transcendentais. Aos poucos, a tríade (Pátria, Deus e Família) consolida o discurso de Mário Altenfelder.

No discurso de posse, durante a instalação da FUNABEM, que contou com a presença de Castelo Branco, várias citações bíblicas são utilizadas. Altenfelder evocou personagens como João Batista que preconizou a vinda de Cristo e Moisés que perambulou quarenta anos pelo deserto com a intenção de conduzir os hebreus à terra prometida. O primeiro, que preparou o caminho para a vinda do Messias, desapareceu pouco antes do seu nascimento. O segundo, apesar do esforço e da luta constante para a coesão do grupo durante quatro décadas, não adentra na Palestina. Tanto um quanto o outro não viram a realização de suas tarefas, no entanto lançaram as sementes férteis para que a vitória fosse gozada por outros que viram e a partir de então acreditaram.

Altenfelder lembra que um dos grandes idealizadores da Lei n.º 4.513, que tanto lutou, tanto idealizou o momento pelo qual as crianças seriam tratadas dignamente, não viu seu projeto concretizado. Refere-se a James Bartlett que encabeçou o anteprojeto que, em 1964, daria origem à FUNABEM. A metáfora de João Batista e Moisés, citada por Altenfelder, confere ao precursor da lei legitimidade sacralizada, como um verdadeiro representante do divino que envia seus escolhidos para propagarem a idéia de melhores dias.

“Nós sabemos que estamos sendo uma preparação para melhores dias e que nós, como todos os que são destinados a trabalhos dessa natureza, de preparação, não veremos os frutos de nossos trabalhos. João Batista pregava a vinda do Salvador e quando veio o Messias

83. CAPELATTO, Maria Helena Rolin. *A propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo, Papirus, 1999, p. 259.

ele foi sacrificado. Moisés, por longos anos, andou em busca da terra prometida e não pode viver para alegrar-se com a felicidade de seu povo ao possuí-la.

Sabemos que estamos apenas preparando o caminho para os que virão mais tarde. Sabemos que a fundação, destruindo velhos métodos de tratamento de menores, irá substituí-los por sistemas adequados onde acima de tudo se há de respeitar a dignidade humana. Eduardo Barttlet James desejou tanto atingir tal objetivo! Não conseguiu ver o resultado de seus trabalhos.

Neste momento, com maior respeito, lembramos o nome do Ministro Milton Campos, que tanto fez para que esta lei se transformasse na realidade desta Fundação e do Presidente Marechal Castelo Branco, que tanto interesse demonstrou e demonstra por este problema, colocando-o no mesmo nível dos grandes problemas nacionais”.⁸⁴

Em um outro momento, a construção divinizatória da Lei n.º 4.513 tem outro destinatário: Castelo Branco, falecido em 1967. Desta vez Altenfelder recorre a dois milagres operacionalizados por Jesus Cristo, ao da ressurreição de dois jovens – um moço e uma moça. Ao término do milagre da ressurreição da moça, Cristo ordenou aos pais que não deveriam mencionar a ninguém o que se passara. Da mesma forma que Cristo, Altenfelder lembra que Castelo Branco em companhia de sua esposa, ainda em Recife, se condeou quando, às portas de uma igreja encontraram 21 menores famintos esmolando e, desde então, Castelo Branco seguia com o propósito de fazer algo pelas crianças em situação de miséria e abandono. De suas mãos saiu a lei redentora cuja finalidade seria o equacionamento da problemática do menor. Tal gesto tinha as mesmas dimensões dos milagres de Cristo ao dizer: “Moço levante e anda! Moça levanta e anda”.⁸⁵

84. Discurso pronunciado na cerimônia de instalação da FUNABEM, no Rio de Janeiro, no dia 1.º de dezembro de 1965. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 166.

85. Por ocasião da morte de Castelo Branco, em 1967, Mário Altenfelder discursou para os alunos da FUNABEM, lembrando-lhes que a criação da FUNABEM efetivada pelo presidente morto equivalia a dois milagre realizados por Jesus segundo consta no Evangelho de São Lucas: “Meus caros alunos e alunas,

Apesar de todos os problemas existentes, afirma Altenfelder que Deus sempre envia seus filhos para socorrer os miseráveis, os famintos, os sedentos de pão, água e vida. Assim foi com a vinda de Cristo preconizada por João Batista, assim foi com os propósitos de James Bartlett e a atitude tomada por Castelo Branco ao sancionar leis que objetivavam a ressurreição de um problema secular. Tanto Cristo quanto Castelo Branco, em sua infinita bondade e humildade, sempre enfatizaram a necessidade de não serem lembrados como operacionalizadores de milagres.

O amor infinito de Castelo Branco só poderia ser concebido como manifestação do sagrado, em luta constante para extirpar do mundo profano tão terrível mácula.⁸⁶

Segundo Maria Helena Capelatto:

“(...) o poder místico e a identificação do divino atrelavam o destino do homem-deus ao da pátria. Sua imagem mesclava-se à pátria una e imortal; o destino desse homem era o destino mesmo do Brasil. A divinização do chefe insere-se no movimento da sacralização política que carac-

meus companheiros e companheiras de ideal, no Evangelho de São Lucas encontramos duas passagens – que muito acentuam o amor de Jesus aos homens e aos moços: 1, Jesus se dirigia a uma cidade chamada Naim. Iam com ele os discípulos e muito povo. Ao chegar à cidade, viram uma pobre viúva que chorava seu filho único, um moço que morrera. Jesus compadecido dela disse: – “Não chores” – e dirigindo-se àquele jovem morto – falou – “Moço, eu te ordeno, levanta-te”, e ele se levantou e Jesus o entregou à sua mãe – Um clamor se ouviu entre o povo que glorificava a Deus dizendo – “Deus voltou os olhos para o seu povo”.

Segundo este Evangelho enquanto Jesus era recebido pela multidão, o chefe da Sinagoga correu ao seu encontro e ajoelhando-se a seus pés pediu que fosse à sua casa, pois sua filha uma menina de doze anos estava para morrer. Nesse momento um dos amigos veio e disse: “Tua filha acaba de morrer, não incomodes mais o Mestre”. Mas Jesus ouviu e disse – “Não temas, crê somente e ela será salva”. E foram para a casa e entraram os apóstolos Pedro, Tiago e João e os pais da menina. Todos choravam e se lamentavam, então Jesus disse: – “Não choreis, a menina não morreu... mas dorme.” E segurando a mão dela falou em alta voz – “Menina – levanta-te” e ela se levantou. Seus pais ficaram espantados e Jesus lhes ordenou: “não contes a pessoa alguma o que acaba de se passar”. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 184.

86. *Idem.*

teriza esses regimes, reforçando o exercício da dominação. Atribui-se ao chefe um poder de controle do tempo coletivo, de dominação do passado, transformação do presente e produção do futuro".⁸⁷

A desestruturação da sociedade, bem como a corrupção dos costumes são apontados por Altenfelder, como conseqüências imediatas da falta de valores morais e religiosos. No dia 18 de abril de 1968, em uma conferência pronunciada na ADESG, o autor aponta como causa imediata dos problemas sociais, a falta de religiosidade da população, a falta de valores espirituais, despertando no coletivo o vazio, ausência de estruturas sólidas. Para Altenfelder, o homem do século XX à medida que realiza, por meio da ciência, inúmeros progressos à humanidade, esquece de valores intrínsecos, como por exemplo, a religião vista enquanto componente básico da organicidade social.

"O que se percebe é sinal de um poderoso avanço na conquista do bem comum ou é apenas um retorno à barbárie? O tempo vai passando e Deus, o Senhor do tempo, acompanha o Universo, sua criação. Deus nos permite ir, pouco a pouco, descobrindo a grandeza e a realidade de sua Onipotência. Dá-nos meios para o seguro dos caminhos que levam à harmonia sibila, nacional e internacional."⁸⁸

Em alguns momentos, insere-se no apostolado de Cristo, enfatizando que nem sempre a técnica é o remédio eficaz, pois os grandes mentores da questão do menor sempre tiveram amor pela criança, pela juventude, e quando se ama a criança, no dizer do presidente da FUNABEM, tudo é realizado em seu favor, desde as coisas simples até as grandiosas como são os estudos acerca das necessidades básicas destes sujeitos sociais. Tal colocação não inviabiliza o discurso a

87. CAPELATTO, M. H. R. *Op. cit.*, p. 259.

88. "Um problema das Américas". Discurso proferido na sessão de abertura do I Encontro Sul-Americano do Bem-Estar do Menor, no auditório da FUNABEM, Rio de Janeiro, no dia 18 de abril de 1968. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 187.

priori feito o qual enfatiza a técnica, repudiando ações assistencialistas, antes confirmando a técnica, a ciência e a sabedoria, como resultados da sensibilidade de determinados indivíduos movidos, em primeira instância, por sentimentos humanos.

“O que é básico no nosso trabalho e que reafirmamos aos prezados amigos é que, sem desprezar a sabedoria, damos muito amor às crianças. Não somos grandes técnicos, mas pessoas a quem Deus concedeu a graça de amar a infância e a juventude pobre, abandonada e desvalida. Quando se ama uma criança, tudo se faz em seu favor, desde os estudos mais altos, até os atos mais simples, desde o nosso apelo para que participem conosco nessa cruzada dura mas gloriosa. Há que trabalhar e realizar. Há que planejar e fazer. Mesmo que seja pouco e ainda que se beneficie uma só criança”.⁸⁹

A técnica, de acordo com os discursos do presidente da FUNABEM, quando não operacionalizada e colocada dentro de valores morais e religiosos, opera no vazio. O progresso nem sempre pode ser considerado eficiente, quando leva o afastamento pleno do indivíduo de coisas essenciais, criando a frustração, a falta de disciplina e, por conseguinte, o vazio. O homem da modernidade fez do tecnicismo o baluarte para todas as coisas, menos para o conhecimento de si mesmo. O progresso, em nenhum momento, é refutado por Altenfelder; antes defende as técnicas, as melhorias científicas, mas não perde de vista os problemas suscitados pelo mesmo:

“Todo o progresso existente não permite afirmar que uma nova civilização esteja conseguindo harmonizar a vida humana. O homem não aprendeu ainda a viver em paz. Agora, mais que nunca, sua agressividade está pronta a se manifestar por mínimas razões. Um simples desejo não alcançado leva-o a um sentimento de frustração, que não consegue disciplinar, e daí parte invariavelmente para a agressão. Sua imaturidade é patente, seus impulsos infantis parecem do-

89. Conferência pronunciada na ADESG, Rio de Janeiro, outubro de 1969, In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 221.

minar a vida adulta. Procuram eles, com insistência, destruir os valores transcendentais, proclamam, com orgulho, o ateísmo e ao mesmo tempo e cada vez mais aumenta sua angústia; quando dizem haver morto Deus, se desesperaram, porque sabem que isso não é verdade, pois Deus se manifesta em suas vidas, a cada passo, nos seus sentimentos mais puros, nas manifestações mais altas da espiritualidade, na demonstração viva da capacidade de sua inteligência, conquistando o universo onde encontram uma espantosa ordem impossível de ser considerada obra do acaso.”⁹⁰

Mediante o quadro composto, indica a total ausência de coesão do coletivo. O tempo do coletivo, para Altenfelder, deve resgatar elementos temporais (Pátria, Família) e valores espirituais (Fé, Religião, Deus etc.). Os deuses criados pelos homens, vistos pela ótica do autor, são ociosos, desprovidos de sentimento, corroborando para a desestruturação da sociedade.

“Perderam-se grandes valores, os ‘deuses mortos’ os levaram. O homem com seus ‘deuses vivos’ não apresenta ainda novos valores, seus altares estão vazios”.⁹¹

Por meio dos discursos procura resgatar valores perdidos, tais como: disciplina, ordem nas suas múltiplas manifestações (nos estudos, no trabalho, nos esportes, no pensamento, etc.), considerados pilares básicos da nacionalidade, pois somente a ordem leva inexoravelmente ao progresso.

“Meus caros alunos e alunas, nossa bandeira tem nela escrito – “Ordem e Progresso” – e nós dizemos ordem é progresso. Ordem nos costumes, ordem nos estudos, ordem nos esportes, ordem no trabalho, ordem na recreação, ordem no pensamento. Isso cria o progresso”.⁹²

90. *Idem*.

91. Conferência pronunciada na ESG, no dia 11 de junho de 1970. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 231.

92. “Ontem, Hoje e Sempre, Brasil”, discurso proferido no encerramento de palestras comemorativas da semana da pátria. Na área de Quintino, no Rio de Janeiro, no dia 6 de setembro de 1971. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 262.

A ordem familiar encontra-se comprometida com a difusão gratuita do sexo, do divórcio, do casamento sem compromisso e a difusão do marxismo, enquanto portador da desestruturação familiar. Na fala de Altenfelder, este conjunto de idéias são anomalias que devem desaparecer.

“Veja lá o que é o jovem sem acompanhamento, o sexo quando mal ensinado. Ensina-se nas escolas o que é o corpo masculino e o que é o corpo feminino; ensina-se o mecanismo da fecundação, ensina-se como a criança cresce; mas não se ensina o que resulta quando isto é mal usado; quando é mal empregado; se não se liga a santidade do casamento. Nós vivemos num país que não prepara ninguém, quase, para o casamento; está muito preocupado com o divórcio. Não se ensina o que isto realmente representa. Mas já se quer discutir e rebela-se contra o casamento, que nem sequer foi preparado”.⁹³

1.3. FATORES RESPONSÁVEIS PELA MARGINALIZAÇÃO DO MENOR

Ao situar o problema do menor, Mário Altenfelder mostra um quadro no qual emergem questões como crescimento demográfico, urbanização anárquica, migrações, desorganização familiar, educação deficiente, doença, desenvolvimento industrial desnivelado, desemprego, subemprego, despreparo profissional, ausência da mulher do lar, escassez de centros profissionalizantes, abandono de menores, favelamento, desabrigo, mendicância e vadiagem, criminalidade e prostituição; alcoolismo; doenças mentais e conduta anti-social dos menores.⁹⁴

93. *Idem.* p. 262.

94. Conferência proferida na Federação de Comércio de São Paulo (Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política), no dia 1.º de fevereiro de 1973. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 365. Devemos lembrar que as causas apontadas por Altenfelder, acima arroladas, aparecem dezenas de vezes ao longo de seus

A produção historiográfica, em torno do tema, possibilita analisar todas as referências ressaltadas por Altenfelder. Para nós, o importante é discutir em que medida tais argumentações não mascararam a realidade, por vezes complexa, na qual os menores juntamente com suas famílias estavam inseridos. Não basta indicar que a problemática do menor é fruto da desestruturação familiar submetida à urbanização, pauperismo, êxodo urbano, sem localizar historicamente em que medida houve esta exclusão engendrada pelo processo histórico.

Como podemos perceber, Mário Altenfelder procura explicações para a questão ao nível dos indivíduos, pelo fato de não se inserirem no processo de desenvolvimento urbano como se este, inexoravelmente, não contribuísse para a exclusão de grande parte de sua população. Dentro desta linha, o autor indica o processo do êxodo rural, sem no entanto discutir a problemática existente no campo ao longo do processo republicano no qual o governo federal sempre deixou a esmo as áreas rurais, uma vez que a grande concentração industrial encontrou nas cidades sua área de preferência.

Enquanto Altenfelder analisa a corrupção dos costumes para explicar o comportamento "exótico" das camadas elevadas, encontra na desestruturação familiar a principal causa justificadora do problema dos menores.

"O problema do menor, no Brasil é devido à desorganização da família. As causas são múltiplas, mas avulta entre elas a situação sócio-econômica. As transformações que se operam, quando um país passa de uma economia predominantemente agrícola para um setor industrial, são muito profundas. A grande indústria, se não for humanizada, quebra a própria constituição familiar, separa seus membros, facilita

discursos, como, por exemplo, em 1965, no discurso de instalação da FUNABEM; em 18 de abril de 1968, na sessão de abertura do I Encontro Sul-Americano do Bem-Estar do Menor, auditório da FUNABEM; discurso de posse como titular da Secretaria, no dia 19-03-75; num documento intitulado: *Menor problema e política nacional*(s.d.); trechos de uma entrevista concedida à imprensa paulista no dia 25 de março de 1975; discurso pronunciado no Centro de Estudos da Maternidade de São Paulo, no dia 10 de março de 1972, entre outros.

a promiscuidade, provoca separações, perverte costumes. A atração das cidades obriga ao aparecimento de favelas, porões, habitações coletivas, que são focos de desagregação e queda de padrões familiares. A explosão demográfica cria saturações quase impossíveis de serem contornadas e enquadradas na composição das cidades num sentido de ordem. Há a considerar, e muito, o que se chama de recreação e entre nós se limita a cinema e rua. Não estamos ainda organizados para proporcionar à população recreação sadia. Nas cidades do litoral, a praia é a grande praça de esportes da cidade, mas no Interior a falta de recreação é enorme. Somente agora as autoridades começam a despertar o problema tão importante e se pensa na proteção à família, através de planos de habitação, educação, recreação e recursos que ajudem a aumentar o rendimento familiar”⁹⁵

Acredita Altenfelder que não houve a integração de parte da população oriunda dos lugares de origem, não se adequando ao desenvolvimento urbano. A passagem de uma economia *a priori* rural é localizada como o primeiro indício da desagregação familiar. A família, ao se deslocar para os grandes centros urbanos, acaba acentuando seus problemas, como, por exemplo, proliferação de favelas, cortiços nos quais ocorre a aglomeração de inúmeros pessoas vivendo precariamente, em seguida enveredando para a promiscuidade.

Fala ainda da necessidade da humanização da indústria, numa postura eminentemente religiosa. Vimos anteriormente que defende a união de todos os segmentos sociais a serem liderados pelas categorias ditas “competentes”. Portanto, não discute a problemática em relação à exploração que caracteriza as relações capitalistas, procurando, na falta de solidariedade entre os grupos, a questão principal.

Podemos indicar em Altenfelder um pensamento funcionalista da marginalidade, uma vez que suas análises sobre a situação das

95. O menor e a Segurança nacional, artigo publicado em “Segurança e Desenvolvimento”. Rio de Janeiro, ADESG, n 51, 1973. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 251.

crianças e dos adolescentes, em sentido geral, sócio-econômico-político e cultural, apontam para uma constante disfunção ou um descompasso responsáveis pelos desequilíbrios regionais existentes no Brasil.

“O Brasil luta para desfazer o desequilíbrio que existe em seu território tão grande que não é mais um contraste e sim uma preocupação. (...) Todos sabemos que a vida humana, para ser decente, depende do enriquecimento social, nacional e universal e que isso não pode ser encarado como um problema e sim um caminho”.⁹⁶

Mediante os desequilíbrios existentes no território, fonte de preocupação constante, Altenfelder defende a idéia de uma harmonização – ou normalidade, mediante o enriquecimento da nação em todos os sentidos. Parte do princípio que determinados grupos, dentro dos quais caracteriza a grande parte da população, não estão integrados dentro desta normalidade. Haveria, portanto, uma necessidade de integrar todos aqueles que estivessem fora deste padrão.

“As várias teorias da marginalidade social de cunho funcionalista se fundamentam numa visão de normalidade, seja psicológica, cultural, econômica, social ou política, a partir da qual se discriminam os que se afastam do padrão, como grupo desviante, anômico, não integrado, em suma marginal em relação à sociedade como um todo”.⁹⁷

Os grupos marginalizados, no dizer de Mário Altenfelder, tornam-se marginalizantes, atraindo outros contingentes para sua concentração de miséria, aumentando-a vegetativamente. Ao justificar uma cultura da marginalização, identifica tão só e puramente, nos indivíduos, as causas para o problema.

Tanto o regime militar quanto a FUNABEM, com as devidas proporções, traziam um discurso reformista-conservador, propondo

96. Um problema das Américas. Discurso proferido na sessão de abertura do I Encontro Sul-americano do Bem-Estar do Menor, auditório da FUNABEM, Rio de Janeiro, no dia 18 de abril de 1968. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 190.

97. ARRUDA, Rinaldo. *Op. cit.*, p. 64.

solucionar definitivamente o problema do menor dentro de uma concepção funcionalista na qual a marginalidade social passa a ser vista como um descompasso dentro do projeto desenvolvimentista defendido pelo Estado.

Dentro desta linha de raciocínio a marginalização é entendida como “uma falta de participação dos indivíduos nos bens de serviços e recursos que uma sociedade produz (forma passiva de participação social) e por uma falta de participação na elaboração das decisões que orientam o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto.”⁹⁸

Segundo Altfelder, mediante as transformações verificadas na sociedade, parte do contingente populacional, a partir da década de 40, passou a migrar para as grandes cidades e, pelo fato de não possuir escolaridade, viu-se alijada do processo de desenvolvimento. A partir de então tal grupo se deslocou para áreas periféricas engrossando o cinturão dos miseráveis e, por conseguinte, houve a proliferação de cortiços, favelas, mocambos etc.⁹⁹

Na América Latina, de acordo com as análises de Lúcio Kowarick, após a segunda guerra, a marginalidade urbana apareceu como problema teórico e prático. Na medida em que o ritmo de urbanização se acentuava devido à intensificação das migrações internas, as populações migrantes passaram a se localizar na periferia ou nas áreas decadentes das grandes metrópoles, dando origem ao que se denominou bairros marginais.¹⁰⁰

A concepção da marginalização defendida por Altfelder criava o círculo vicioso no qual aparecerá indubitavelmente a questão do menor abandonado e desassistido. Este seria o último estágio da marginalização iniciada com o componente de desestruturação familiar.

O último estágio da marginalização completa-se com a emergência do menor infrator, sendo visto como vítima da marginalidade social. O autor alerta toda a sociedade para a tomada de consciência, antes que o quadro se torne irreversível.

98. *Idem.*

99. Discurso de posse como titular da Secretaria, no dia 19-03-75. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 16.

100. KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 13

A sociedade passa a ser entendida como um corpo enfermo, devendo extirpar chagas para solucionar os problemas; os pais taxados de irresponsáveis e levianos não assumindo responsabilidades em relação aos filhos. Descreve o ambiente familiar de tais categorias sociais como *locus* produtor e reproduzidor da marginalidade.

O ambiente no qual tais famílias estavam inseridas, mediante constatações de Altfelder, permitiu o engendramento dos chamados desajustes, tais como a desagregação familiar onde a mulher abandonava a residência e, por conseguinte, deixava os filhos sem cuidado algum. Estes por sua vez, passaram a viver em ambientes deletérios, convivendo com toda a sorte de promiscuidade. O ambiente da rua torna-se nefasto, pois neste os menores passam a ter contato com uma gama de indivíduos perniciosos, bêbados, drogados, prostitutas e marginais.

Altfelder acreditava que a família, ao viver sem um mínimo de formação cristã e sem nenhuma responsabilidade, levaria ao divórcio dos pais. Após a separação, a mãe contrairia um segundo matrimônio. Tal fato contribuiria para o degeneramento dos menores que abandonariam o lar definitivamente, mergulhando na senda da marginalidade.

A explicação da marginalidade, para Altfelder, deve ser vista dentro da dinâmica própria dos grupos nela inseridos. Em outros termos, a cultura da pobreza teria um conteúdo próprio, diverso da cultura global.¹⁰¹

Como lembra Lúcio Kowarick, o defeito desta análise é o indivíduo, enquanto o sistema social mais abrangente é mantido ausente.¹⁰²

“É portanto necessário deslocar o universo teórico da marginalidade. Ele não pode ser formulado enquanto mero aspecto disfuncional de um todo que por definição é harmônico. Permanecer neste nível interpretativo significa apreender aspectos meramente formais da questão. Não basta dizer que a marginalidade é falta de participação, pois tal colocação significa deixar o problema num vazio a ser preenchido por situações histórico-sociais concretas, exata-

101. KOWARICK, Lucio. *Op. cit.*, p. 37.

102. *Idem*, p. 38.

mente aquelas que originassem o processo. A marginalidade não pode ser focalizada como um aspecto disfuncional do sistema, como se o sistema fosse uma entidade abstrata e a participação algo a ela inerente. Não pode também ser definida por um conjunto de padrões que lhe são ausentes – tanto mais quando se considera que esta ausência será preenchida de forma natural, como se a sociedade tivesse mecanismos auto-reguladores capazes de eliminar espontaneamente seus ‘aspectos doentios’”.¹⁰³

Sustenta Altenfelder que os fatores responsáveis pela marginalização do menor geram a sua não integração e, por conseguinte, acabam sendo desrespeitados enquanto pessoas. Não obstante, o papel da FUNABEM seria exatamente o de devolver a dignidade para cada uma das crianças e adolescentes que se encontravam marginalizados ou em processo de marginalização:

“Não são elas os responsáveis pela sua marginalização. São vítimas apenas. Vamos dar a mão a elas e veremos se não melhoram. Vejam o espetáculo de São Paulo hoje. Elas estão presentes na rua como antes? Verdade que, vez ou outra, assaltam e matam – nenhuma cidade do mundo está livre de crimes. Mas onde estão os trombadinhas, como infelizmente os chamavam (esquecendo que eram eles que recebiam ‘trombada’ da sociedade)? Claro que acabou e vai acabar por completo, exatamente como no Rio de Janeiro também acabou. E a solução para eles não foi liquidá-los fisicamente, ou sumir com eles, mas instrumentar os serviços oficiais com condições humanas para acolhê-los”.¹⁰⁴

Para Altenfelder, o menor abandonado é o menor que não é atendido em suas necessidades básicas de saúde, amor e compreensão, educação, recreação e segurança social. E o infrator pode ser um menor abandonado que, socialmente, esteja envolvido de

103. *Idem*, p. 55.

104. Palestra proferida na Associação Brasileira de Editores de Revistas e Jornais de Empresa, sem data. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 55.

forma grave no processo de marginalização e, portanto, caracterizado também em situação de abandono. Juridicamente, o menor infrator é o menor de 14 a 18 anos que tenha praticado atos definidos em lei, como infrações penais.

Para entendermos a problemática da criança e dos adolescentes de baixa ou de nenhuma renda, devemos recuperar historicamente a situação na qual este segmento populacional estava inserido nos seus múltiplos aspectos, a saber, sócio-econômico e político. Por outro lado, os discursos remetem-nos às várias questões, isto é, como os setores públicos justificam problemas tão relevantes, subtraindo a importância do Estado em tal questão, e colocando no centro do debate problemas de ordem conjuntural provocados pela própria política social inexistente na sociedade brasileira.

Paul Singer mostra-se atento aos aspectos de miséria da população, apresentando-a como o reverso da medalha da política imposta no pós 64, que de uma forma ou de outra atingiu taxas elevadas de crescimento a partir de 68.

“É claro também que o quadro institucional inaugurado em 1964, que consagrou o novo equilíbrio de forças entre patrões e empregados, acarretou sensível queda do padrão de vida, sobretudo dos assalariados urbanos. Índices, neste sentido, foram encontrados por pesquisa realizada pelo Departamento de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, em São Paulo, entre 1969 e 1970. Verificou-se que, entre esta data e 1978, quando a mesma entidade realizou pesquisa análoga, houve sensível diminuição do nível de nutrição do assalariado paulistano. (Dieese: “Família assalariada: padrão e custo de vida”, Estudos Sócio-Econômicos, 3, jan. 1974). Como consequência provável do agravamento da desnutrição entre as camadas mais pobres da população urbana, verificou-se desde 1964 um aumento de mortalidade infantil na maioria das capitais. Em São Paulo, a mortalidade infantil atingiu seu ponto mais baixo em 1962, passando a aumentar significativamente, a partir daí, até atingir em 1969 o nível de 40%”.¹⁰⁵

105. SINGER, Paul. *Op. cit.*, 83.

A uniformidade da tendência ao aumento da mortalidade infantil e o fato dela se verificar ao longo de um período considerável, demonstra que houve realmente queda do padrão de vida, pelo menos da população dos centros urbanos industriais. Cumpre lembrar que a taxa de mortalidade infantil é antes um indicador de padrão de vida do que de saúde, pois a sobrevivência de crianças menores de um ano depende mais de condições gerais de higiene e nutrição do que de cuidados médicos.¹⁰⁶

1.4. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A CORRUPÇÃO DOS COSTUMES

Além dos fatores apontados por Altenfelder, ao longo das décadas de 60 e 70, observamos, que os meios de comunicação (televisão, jornais e o cinema), com o passar do tempo, ganham notoriedade de forma enfática, passando a engrossar o contingente de elementos responsáveis pela marginalização do menor:

“A violência é tônica dos programas dos canais de televisão. Não há margem de escolha ou opção ao telespectador. Uma equipe do Ministério das Comunicações, depois de um mês de audiência permanente em dois canais de Brasília, Capital Federal do Brasil comprovou o seguinte: em 200 horas de programação houve 30 mortes cruéis, 1.018 lutas, 3.592 acidentes, 32 roubos, 616 usos indevidos de armas, 57 raptos ou seqüestros, 819 desafios, 410 trapanças, 86 casos de chantagem e 321 aparições de monstros e animais ferozes. Segundo a mesma pesquisa, se durante a programação vespertina, a violência é manifestada de forma clara, física e crua (90% das vezes através de enlatados), durante a programação do horário nobre, noturno, a violência se transforma, dentro de sua própria linguagem, para mostrar-se presente no campo das idéias”.¹⁰⁷

106. *Idem*, p. 83 e 84.

107. Discurso pronunciado na sessão de abertura da LVII reunião do conselho diretor do Instituto Interamericano da Criança, Montevidéu, em 1-6-1977. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 140.

Da maneira como Altenfelder enfatiza a programação da televisão, demonstra como tal veículo é deletério, contribuindo para o aumento da criminalidade, da irresponsabilidade dos jovens em geral, seja rico ou pobre. Altenfelder mostra-se assustado com a quantidade de pessoas que passam pelo menos duas horas diante de tal veículo propagador das tragédias do mundo.

Ainda mediante análise de Altenfelder, a metade da população permanece, no mínimo, duas horas diante da televisão. "Vêem novelas, filmes, tragédias e violências do mundo".¹⁰⁸

A televisão é vista enquanto desestruturadora da personalidade não só da criança, mas do próprio adulto, vivendo, no dizer do autor, em estado de permanente reforçamento dos seus impulsos agressivos naturais.

Ainda em Montevidéu, Altenfelder retoma o mesmo discurso, com o exemplo citado anteriormente, criticando com veemência a televisão, desta vez conclama todos os participantes do XV Congresso Pan-americano para que tomassem medidas "que visem a propiciar uma programação mais adequada aos telespectadores de todos os países americanos e principalmente a todas as crianças do mundo".¹⁰⁹

Aos poucos, vai mostrando a necessidade de controlar os programas transmitidos, impróprios não só para menores como também para os adultos. Vale destacar o papel da censura durante este período, objetivando censurar matérias não condizentes com as propostas do governo.

Em outro momento, dirá que a criança sofre brutalmente com os transtornos na esfera afetiva, angústia e instabilidade na adaptação. Aponta a televisão como uma das responsáveis pela transmissão de todas as misérias humanas, contribuindo para a deformação brutal e injusta da juventude.

108. Colaboração para a Revista *Brasil Jovem*, editada pela FUNABEM, Rio de Janeiro, junho de 1968. Esta mesma citação seria pronunciada por Altenfelder sete anos depois no discurso de abertura da Sessão Inaugural da 55.ª Reunião do Conselho diretor do Instituto Interamericano da Criança, da OEA, na Venezuela, no dia 5 de agosto de 1975, do qual era presidente. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 143.

109. Discurso pronunciado na Sessão de Abertura do II Congresso Interamericano da Criança, Montevidéu, 6-6-77. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 152.

“Teme-se a contaminação de misérias humanas. Há misérias humanas que entram pela nossa casa de todo jeito, de todo modo, de toda maneira, principalmente pela TV, pelo rádio, revista, jornal. Entram mesmo, provocando uma erotização espantosa”.¹¹⁰

Numa entrevista dada ao jornal da tarde, no dia 25 de maio de 1973, Altenfelder ressalta a influência malévola da televisão e do cinema ao pontuar que a TV mostra imagens de assalto, assim como jornais e revistas. “A título de criar emoções, eles descrevem tudo com os mínimos detalhes. O cinema então é uma barbaridade!”.¹¹¹

Durante dez anos, Mário Altenfelder esteve à frente da FUNABEM (1964 a 1974); depois deste período atendendo ao convite do governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio, passou a dirigir a Secretaria da Promoção Social. Dentro deste contexto, nasceu a chamada Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (1976) que será abordada por nós no terceiro capítulo. A projeção de Altenfelder em âmbito nacional e estadual se fez sentir ao ser eleito, em 1975, como presidente do chamado Instituto Interamericano da Criança – IIC, nascido em 1927, no Uruguai por meio do também médico Luís Morquio. O IIC congregava diversos países da América (Argentina, Uruguai, Colômbia, Venezuela, Cuba, Estados Unidos, Canadá, entre outros), tendo como objetivo equacionar os problemas relativos aos menores em todo o continente americano, especificamente na América do Sul.

Segundo Altenfelder, delegados de diversas nações do continente americano vieram ao Brasil para uma conferência na ESG em 1976, conheceram a experiência da FUNABEM e ao avaliarem sua filosofia e ação, deram testemunho de que ali se executa um trabalho inovador, capaz de oferecer modelo para países até econômica e socialmente mais adequados.

110. “Assim Caminha a Juventude”, colaboração para a revista *Brasil Jovem*, editada pela FUNABEM, Rio de Janeiro, junho de 1968, p. 37.

111. Trecho de uma entrevista concedida ao *Jornal da Tarde*, no dia 25 de maio de 1973. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 424.

Enquanto era realizado o evento, um determinado jornal fez uma matéria segunda a qual em uma cidade do Rio de Janeiro um grupo de crianças foi recolhido em uma cadeia pública. A reportagem, montada segundo sustentou Altenfelder, procurava destruir os propósitos da Assistência Social no Brasil, mostrando como era a situação das crianças dentro de celas. Pouco tempo depois, de acordo com Altenfelder, a televisão conseguiu desmontar a farsa. Nesta oportunidade, ao contrário do que comumente fazia, elogiou a televisão, assinalando-a nesta conferência como idônea, possuidora de espírito público.

Esta não foi a única vez em que Altenfelder criticou a imprensa: em dois momentos procurou demonstrar que parte da imprensa tentava vincular a FUNABEM ao antigo SAM. A primeira ocorreu no dia 21 de julho de 1976, quando um programa da rádio Tupi declarou que funcionários da FUNABEM maltratavam os menores. Altenfelder dirá que tal emissora incorreu em inúmeros equívocos:

“O erro cometido pelos responsáveis do referido programa deve ter sido induzido pela notícia publicada na imprensa, de que dois ex-funcionários do antigo SAM foram condenados pelo juiz da 4.^a Vara Criminal, por terem espancado, em abril de 1964, a menor M. C. P., então internada naquele pavilhão Anchieta”.¹¹²

Em seguida, declara que o referido incidente, relatado pelo programa de rádio, ocorreu em abril de 1964, e a FUNABEM datava de 1.^o de dezembro do mesmo ano: “Querer, portanto, imputar à Fundação responsabilidade por fatos condenáveis passados antes de sua criação, não corresponde à verdade dos fatos nem à lógica”.¹¹³

Outra polêmica e mais séria ocorreu quando o *Jornal do Brasil*, em novembro de 1972, publicou, no editorial do dia 29 de novembro

112. Ofício enviado no dia 21 de julho de 1967, pelo presidente da FUNABEM, ao diretor da Rádio Tupi do Rio de Janeiro. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 431.

113. *Ibidem*.

de 1972, reportagem com o seguinte título: "Menores Desamparados", focalizando a inexistência de uma política eficaz no tratamento dos menores, bem como questionando à atuação da FUNABEM, vista, pelo editorial, como uma casa de hospedagem, pois recolhia os menores liberando-os em seguida, sem o devido tratamento defendido pela instituição.

A resposta de Altenfelder não se fez esperar, enviando no mesmo dia um ofício ao vice-presidente do *Jornal do Brasil*, Dr. M. F. do Nascimento Brito, enumerando aquilo que considerou equívocos por parte do editorial.

"As injustiças do editorial de hoje são fáceis de enumerar: Não há um caso de menor delinqüente ou com problemas de conduta que tenha sido liberado pela FUNABEM. Menor que pratica contravenção não é recambiado e nem poderia fazê-lo, uma vez que é encaminhado pelo Juizado de Menores, e sujeito a processo. O que a FUNABEM faz, e continuará a fazer, é devolver aos responsáveis, menores como os 55 mil que foram ter ao seu Centro de Recolhimento Provisório, levados pelas mais diversas razões, entre as quais avultam motivos e fundamentações despidos de critério e caridade. Não dispomos de recursos para internar menores que saem de suas casas, e permanecem na rua porque não têm escolas a ocupar-lhes o tempo útil, centros de recreação a dar-lhes orientação no lazer, mais oficinas onde aprendam profissões que os tornem independentes. Só internamos no último caso, e assim continuaremos, porque, além da escassez de recursos, há deficiência de quadros e instalações sem falar do estímulo que seria dado aos que desejam segregar o menor do convívio e, principalmente, das oportunidades sociais".¹¹⁴

114. Ofício enviado no dia 29 de novembro de 1972 de Altenfelder ao executivo do *Jornal do Brasil*. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 435.

Pelo teor da réplica de Altenfelder observamos as intenções da FUNABEM: proteger o menor desassistido na família, a internação recairia apenas ao menor delinqüente.

Altenfelder revela de fato qual o papel da FUNABEM: um órgão destinado a pesquisar a problemática em âmbito nacional, órgão burocrático, mediante assinatura de convênios. Acreditava, portanto, que tais ações técnicas resolveriam o problema que se agravava paulatinamente. Afirmará ainda que uma das conseqüências seria oriunda da urbanização, conseqüência esta reconhecida, em seu dizer, pelo próprio editorial:

“Se o editorialista errou em não querer reconhecer a existência da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, acertou, por sua vez, ao retirar o agravamento do problema do menor como decorrência do fenômeno da urbanização. Leiamos: ‘Nas metrópoles trepidantes, famílias de mingua-dos recursos dissolvem-se. Procedentes em sua quase totalidade, da zona rural, a cidade grande acentua-lhe os desajustes e aponta o caminho do desespero’”.¹¹⁵

Qualquer notícia que questionasse a ação da FUNABEM era devidamente revidada pelos órgãos encarregados da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, como os casos supracitados, numa demonstração à toda sociedade de que tais reportagens eram sensacionalistas, propagadoras de inverdades, afinal questionavam um trabalho que apenas se dedicava à redenção da menoridade no Brasil.

Em vários momentos, percebemos a ação de Altenfelder em atacar posicionamentos dos meios de comunicação que colocassem em dúvida o papel representado pela FUNABEM. Os meios de comunicação, por outro lado, em diversas ocasiões, procuraram denunciar casos de maus-tratos ou de negligência junto aos menores, sendo imediatamente combatidos pelo presidente da FUNABEM.

“O tratamento dado pela imprensa à chamada questão do menor não se diferenciava, em essência, do padrão usual adotado pela mídia na abordagem à maioria dos problemas sociais: em todas as situações a imprensa postulava para si um papel de opinião pública”.¹¹⁶

115. *Idem*, p. 434.

116. FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Op. cit.*, p. 131.

Isabel Frontana ressalta que a questão do menor ganhou destaque nos meios de comunicação, em geral, e na grande imprensa, de modo particular. Não obstante, ressalta a autora, durante o período militar, a censura estabeleceu um rígido controle aos meios de comunicação:

“Essa lógica utilizada na problematização das questões sociais ganhou ênfase na abordagem empreendida pela grande imprensa paulista em torno do problema do menor durante o período da ditadura militar. É necessário ressaltar, todavia, que nesse momento específico os meios de comunicação se encontravam sob intensa vigilância e censura impostas pelo regime autoritário, fator decisivo para impedir que a imprensa preservasse um caráter minimamente pluralista em sua abordagem da realidade.”¹¹⁷

Maria Aparecida de Aquino, em estudo feito sobre a atuação da censura em relação à imprensa escrita, destacando os jornais *Movimento* e *O Estado de S. Paulo*, mostra os limites da liberdade de imprensa durante a ditadura militar na qual se viu subsumida ao controle de inúmeros censores, objetivando cortar toda e qualquer notícia que não coadunasse com as propostas governamentais do período.

No referido trabalho, mostra-nos como a censura tratava questões políticas, econômicas e sociais. Em relação à última, utiliza um artigo do antigo jornal *Opinião* que viu uma de suas publicações censuradas. Tratava-se do caso de uma ex-interna da FEBEM de Minas Gerais – Dorinha – cujo diário que seria publicado no referido jornal foi drasticamente cortado pelos censores, numa postura de “impedir o leitor de conhecer a história da menina Dorinha que, na FEBEM, aprende a se comportar socialmente”.¹¹⁸

A matéria censurada, provavelmente, deslindava a situação de centenas de milhares de meninas, tais como Dorinha (no capítulo três discutimos a situação das ex-internas da FEBEM, bem como os limites de sua inserção social) que, ao saírem das FEBEM(s), acabavam sendo exploradas e maltratadas pelos “possíveis empregadores”.

117. *Idem*, p. 133.

118. AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 172-174.

Ao mostrar como a censura agia em relação às problemáticas sociais, Maria Aparecida de Aquino deslinda a maneira pela qual o Estado tratava a sociedade de um modo geral. No caso supracitado, o veto recaiu sobretudo pelo fato da reportagem mostrar como eram tratados os menores recém saídos da FUNABEM, o que não era interessante para os mentores da instituição, como para o próprio Estado que tinha nestas símbolos de poder e liderança.

1.5. ALTENFELDER E OS PRIMÓRDIOS DA FEBEM/SP

Desde a instalação da FUNABEM, Mário Altenfelder mostrava preocupação em implantar unidades congêneres, espalhadas por todo o território nacional, privilegiando, porém, a cidade de São Paulo, lugar segundo o qual saíram as grandes propostas relativas à temática. O próprio Altenfelder era paulista e acreditava que sua terra natal não poderia ficar à margem de propostas tão revolucionárias.

Numa palestra proferida no Instituto Oscar Freire, em 1972, mostra-se entusiasmado com a possibilidade de implantar em São Paulo uma instituição similar à FUNABEM:

“Convidado a discorrer sobre a oportunidade da criação de uma Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, faço-o tendo em conta a necessidade dessa criação em todo o Brasil, não só em São Paulo, para que a Política Nacional do Bem-Estar do Menor alcance a radicação local que irá ampliar seu êxito, já considerável. No entanto, partindo do geral, não posso evitar o particular: São Paulo é o meu Estado, minha terra, onde vivi as horas mais intensas e emocionais da minha vida”.¹¹⁹

119. Trecho inicial da palestra proferida no I Simpósio promovido pelo Instituto Oscar Freire, hoje Instituto de Medicina Social de São Paulo, no dia 18 de março de 1972. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 299.

Em 1973, o governador de São Paulo, Laudo Natel enviou à Assembléia um anteprojeto cujo objetivo seria de criar a Fundação Estadual do Menor. Tal iniciativa foi recebida com grande satisfação por Altenfelder, pois via, paulatinamente, suas idéias ganhando o território paulista, local em que os problemas dos menores comprometiam a imagem da FUNABEM.

“Havia, para grande preocupação nossa, bastante dificuldade no Estado de São Paulo, para receber novas idéias. Felizmente, neste mês, foi enviado à Assembléia, pelo governador Laudo Natel, o anteprojeto de lei que ainda ontem, foi publicado com o parecer favorável da Comissão da Assembléia. Esperamos que, até o próximo dia 28, esta lei seja sancionada, permitindo assim que São Paulo se enquadre dentro dos mesmos princípios da Fundação Nacional”.¹²⁰

A proposta de Altenfelder seguiu firme, tendo grande progresso a partir de 1974, quando, a convite do governador paulista Paulo Egydio, assumiu a Secretaria da Promoção Social. Seu retorno à terra natal tinha objetivos extremamente claros: criar a FEBEM/SP, consolidando, assim, os programas da FUNABEM.

Finalmente, no dia 17 de agosto, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, por unanimidade, com a emenda de número 4, o Projeto de Lei n.º 448, de 1975, apresentado pelo governador do Estado, dando denominação de Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM) à Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (PRÓ-MENOR)”.

A emenda número 4 que regulamentou a instituição da FEBEM/SP, aprovada em 1975, havia sido proposta pelo deputado Felicitos Castelona, da Arena (Aliança Renovadora Nacional).

Depois de visitar pessoalmente o Centro de Observação Masculino, o antigo Recolhimento Provisório de Menores, o governador

120. Discurso pronunciado por ocasião da visita do ministro da justiça prof. Alfredo Buzaid, ao Conselho da FUNABEM, no dia 23 de novembro de 1973. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 353.

Paulo Egydio Martins resolveu abrir as portas daquele abrigo de menores à imprensa paulista.

Antes de levar a imprensa ao ex-RPM, o secretário Mário Altenfelder recebeu os jornalistas em seu Gabinete, ocasião em que entregou um comunicado escrito e respondeu a várias perguntas; esclareceu as novas diretrizes que o Governo Paulo Egydio adotaria para o problema do menor.

Ao discursar para os jornalistas, retomou o discurso feito no dia de posse como presidente da FUNABEM, só que desta vez suas "denúncias" tinham outro destinatário, não mais o SAM e sim o RPM que, mediante suas observações, lugar que também guardava todas as nódoas de um passado ignominioso. No entanto, em breve, viraria uma lembrança fugidia de um local no qual o descompromisso, a promiscuidade e a insensibilidade de inspetores e dirigentes seriam completamente banidos.

Para o Estado de São Paulo, Mário Altenfelder prenunciava sinais de novos tempos, e a instituição a ser implantada traria a dignidade aos menores, vítimas da desestruturação familiar, do egoísmo de uma sociedade que não conhecia o próprio rosto. Talvez não se conheça ainda no findar do milênio, pois, como discutiremos nos próximos capítulos, a FEBEM demonstrou e demonstra, na prática, que qualquer medida para se recuperar a dignidade de crianças e adolescentes ainda está muito longe de acontecer, porém a história, a exemplo de sua mãe Mnemosyne, segue adiante, construindo e desconstruindo discursos, mostrando projetos, atitudes e conseqüências de pensamentos autoritários que se prolongam num contínuo como se houvesse um emaranhado de tempos históricos vivendo no mesmo espaço.

"Vamos repetir a experiência feita no Rio. Dentro da nossa casa, era aquele serviço acusado, infelizmente de tão má fama, quem reinaugurou, quem pronunciou um dos mais belos discursos aos jovens do Brasil foi o presidente Médici, pessoalmente; lá dentro daquilo que outrora foi uma imundície. E quem inaugurou a Casa de Menores Infratores, na Ilha do Governador? A senhora Geisel, D. Lucy, que compareceu e fez a inauguração do prédio junto com os

menores chamados infratores, ou delinquentes, como queiram – mas que eu chamo menores infelizes, porque são vítimas e não agentes do crime”.¹²¹

Em cada órgão, pelo qual Altenfelder passava levava a crer que as instituições políticas sempre foram as guardiãs das questões sociais no Brasil. O Estado aparece como mantenedor do social, da família e, por conseguinte, dos menores, vítimas do pauperismo, da migração e urbanização.

A Fundação Paulista de Promoção Social do Menor – PRÓ-MENOR, criada em 1974, tinha como finalidade aplicar, no Estado de São Paulo, a política nacional do bem-estar do Menor, emanada da FUNABEM. Aquela Fundação esteve ligada à Secretaria de Estado de Negócios da Justiça até 1975, quando passou a se vincular à Secretaria da Promoção Social, conforme Decreto n.º 5.926, transformando-se em Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM.

121. Palestra proferida nas Câmara Municipal de São Vicente, SP, no dia 20 de junho de 1975. In: ALTENFELDER, M. *Op. cit.*, p. 26.

VELHO BRASIL JOVEM: O DISCURSO DA ORDEM

SUMÁRIO: 2.1. A FUNABEM e a problemática do menor – 2.2. Brasil jovem ou velho Brasil jovem – 2.3. Os menores abandonados – 2.4. Os menores infratores – 2.5. O general e a FUNABEM.

2.1. A FUNABEM E A PROBLEMÁTICA DO MENOR

A história da criança no Brasil, como observa Mary Del Priori, se fez à sombra dos adultos, tornando-se objeto privilegiado dos pais, clérigos, mestres, senhores, juristas, médicos e toda uma categoria de profissionais que, aos poucos, reservaram para as crianças o mundo do silêncio. Seus gestos, jogos, brincadeiras, atitudes e comportamentos foram, paulatinamente, tornando-se análises de diversos saberes: o olhar do adulto sempre conferiu legitimidade às inúmeras ações para que a sociedade, ao longo da história, determinasse o local a ser ocupado pelas crianças. Se a história das crianças é emblemática da postura excludente da sociedade brasileira, torna-se muito mais complexa quando analisamos a história dos “filhos do mundo” que, vivendo à margem do sistema, despontam como Hércules Quasímodo, isto é, personagens monstruosas, disseminando o medo e a desconfiança. A estas personagens não faltaram, no interior da própria sociedade, aqueles que defenderam o combate, e nos limites do possível a exterminação.¹

1. DEL PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1998, p. 7-8.

Apesar do silêncio, por vezes assustador, a história não procura o resto da escuridão diante do silêncio. Revela os limites, os passos trilhados por milhares de sujeitos que, sobrevivendo no limite da existência, deixaram suas marcas, apesar de muitas vezes terem sido colocados do outro lado do espelho.

O termo “menor” apareceu como fruto de inúmeras análises discursivas, constituídas por diversos saberes, ditando regras e costumes; calando e reprimindo os sujeitos, à medida que a construção foi calcada em padrões valorativos. Resta ao historiador captar, nas lacunas deixadas pelos discursos, a explicação de uma ordem na qual emergiram figuras previamente criadas, classificadas, caracterizadas pelo olhar do outro nem sempre buscando as diversidades, antes fazendo do discurso da ordem, dogma a ser seguido, jamais questionado. Houve uma confluência e, por conseguinte, justaposição de múltiplas “práticas discursivas”, procurando deslindar a alma de cada criança considerada como abandonada, assistida ou infratora. A cada discurso, percebemos uma relação intrínseca entre o poder e o saber, legitimando concepções pejorativas em torno das crianças mais pobres da sociedade. Michel Foucault visualiza a materialidade do poder diluído no cotidiano, produzindo e se reproduzindo constantemente.

“Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou qual descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exerce o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder”.²

A questão da menoridade, como sustenta Boris Fausto, foi pensada desde o início do século XX, geralmente ligada à idéia da quebra dos costumes por parte da população que se desvencilhava de suas responsabilidades para com as crianças. O abandono, segundo a visão dos ideólogos da época, sobretudo dos juristas, seria o

2. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 141-142.

primeiro estágio trilhado por centenas de crianças cujos genitores não lhes ofereciam o mínimo de subsistência. Após um período, convivendo com diversos elementos que freqüentavam o espaço urbano, por exemplo, vagabundos, prostitutas e capoeiras, crianças e adolescentes se enveredavam para o mundo do crime e da violência.

“Desde o início do século XIX, como demonstram as referências a menores vadios, mendigos e prostitutas. Em seu relatório referente a 1871, o chefe de Polícia Sebastião José Pereira aludira as crianças que vagam pelas ruas e entregam-se à prática de atos torpes”.³

O debate em torno do binômio abandono e delinquência percorreu todo o século XX. Em um primeiro momento, quando os juristas procuraram respaldo legal, objetivando controlar o número de crianças e adolescentes que incomodavam o espaço público. Diversas medidas foram adotadas no sentido de minimizar a situação, destacando o primeiro Código de Menores datado de 1927, que trazia em seu interior várias denominações sobre o abandono e a delinquência.

Num segundo momento, na década de 60, nascia uma nova concepção sobre os problemas dos chamados menores abandonados e sobretudo dos infratores. Baseando-se em aspectos biopsicossocial, inúmeras vozes passaram a discutir os fatores apontados como possíveis causas do abandono e da delinquência. Juristas, médicos, pedagogos, cada qual num determinado ramo, compuseram um quadro que se pretendia definitivo para repensar o problema em seus múltiplos aspectos.

O debate foi acompanhado por diversas publicações feitas na época, por teóricos franceses e norte-americanos, preocupados em equacionar os problemas apresentados pela juventude de seus países. Não obstante, as idéias destes autores tiveram ampla e profunda ramificação no pensamento de várias personalidades brasileiras, por exemplo, dos médicos e juristas. Procuramos, desta forma, resgatar

3. FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo* (1880-1924), São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 82.

parte do universo mental da época por meio do pensamento de determinados teóricos da questão. Destacamos alguns teóricos franceses, dentre os quais León Michaux e George Heyuer, uma vez que suas obras serviriam de referência para médicos, juristas e sociólogos brasileiros.

Procuramos ainda discutir alguns autores nacionais, pois parte de suas idéias seriam constantemente citadas na revista *Brasil Jovem*. Ainda alguns autores, como por exemplo, Maria Cândida Santacargelo, seriam defensores da FUNABEM, instalada em 1964, e, finalmente, outros como Amar Ayush Morad teriam importância fundamental para algumas análises médicas realizadas pela FEBEM-SP.

A publicação da obra de León Michaux,⁴ *A Criança Delinqüente*, em 1960, no Brasil, causou grande impacto entre os juristas, médicos e psicólogos, coincidindo com o debate que se travou no período sobre a reformulação do Código de Menores de 1927. O problema que, até então, era discutido em âmbito jurídico ganhou outras esferas, a saber, pedagógica, médica e psiquiátrica.

“Os problemas tão complexos levantados pela criança perversa, no entanto, só terão alguma possibilidade de obter soluções racionais através de acôrdo e da colaboração médica, pedagógica, jurídica e filosófica”.⁵

O trabalho de Michaux seria discutido e comentado por Eudoro Magalhães, curador de Menores do Distrito Federal, que se encarregou de preparar o posfácio ou apêndice da obra:

4. León Michaux foi professor da Faculdade de Medicina de Paris e dedicou seus estudos à chamada criança perversa. Autor de diversos trabalhos sobre o tema, como, por exemplo, *A criança Delinqüente*, publicada no Brasil na década de 60 pela editora Fundo de Cultura. Participou de conferências sobre a questão da delinqüência juvenil na França em 1948 com a seguinte obra: *L'évolution de la conception des perversions instinctives*, bem como do II Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil realizado, em 1948, em Londres. Neste congresso, destacou-se com seguinte trabalho: *Une forme de l'agressivité infantile*. Ao lado de outros teóricos da questão, todos ligados à área médica, publicaria ensaios, artigos e livros dos quais destacamos *Psychiatrie infantile*, com a colaboração de H. M. Gallot, C. H. Brisset, J. Scherrer. Este trabalho foi prefaciado pelo professor G. Heuyer cujas idéias influenciaram os trabalhos de Michaux.

5. MICHAUX, León. *A criança delinqüente*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1960, p. 12.

“O trabalho, embora insurrecione no terreno filosófico e jurídico, ligeiramente, é tipicamente de psiquiatria infantil, por meio da qual já se pode estudar e compreender a personalidade da criança e, conseqüentemente, em muitos casos, a razão de um procedimento que, antes, era simplesmente apontado como perverso, merecedor de castigos, mas que hoje, essa, como outras ciências correlatas, mostram ser resultante de sofrimentos íntimos, de nevroses ou mesmo psicoses, carecedor portanto, antes de tratamento do que de repressão”.⁶

Eudoro Magalhães foi relator do anteprojeto do novo Código de Menores (Projeto 1.000 apresentado à Câmara dos Deputados), defendendo, como princípio básico ao se estudar as crianças e adolescentes em estado de abandono ou delinqüência, uma investigação que levasse em conta não apenas o “estado de espírito do menor”. O relator do anteprojeto criticava postura adotada por antigos criminalistas, pedagogos e psicólogos, defendendo uma análise global da questão que levasse em conta o histórico de vida de cada criança e adolescente, enquadrados na referida categoria, seu ambiente familiar e individual.

“Os antigos criminalistas, pedagogos e psicólogos, ao estudarem o problema da vadiagem, por exemplo, chegavam, invariavelmente, à conclusão de que essa situação se verificava a um estado especial do espírito do menor. Suas investigações tinham um aspecto filosófico e se dirigiam apenas para o domínio da alma e do espírito. Mas a própria criança era esquecida. A rigidez física e mental não era objeto de cogitação. A vida das crianças, notadamente, o ambiente em que viveram ou em que viviam, seu *curriculum vitae*, as suas condições de vida individual, familiar e social, o que, na realidade, mais importava apurar, eram esquecidas”.⁷

Ao comentar a obra de León Michaux, Eudoro Magalhães chama a atenção para o item IV do capítulo II que apontava para o meio

6. MAGALHÃES, Eudoro. Apêndice à edição brasileira. In: Michaux, L. *Op. cit.*, 163.

7. *Idem*, p. 164.

familiar, escolar e social como instâncias básicas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Da mesma maneira, poderiam ser considerados vetores explicativos do abandono e delinquência.

“As interessantes observações do autor notadamente sôbre o meio familiar, o escolar e o social. São observações ligeiras, bastante, porém, para que se compreenda que, ao se cogitar da criança, deve-se, antes, cogitar da família, organizando-a para que a criança possa viver no ambiente que lhe é necessário para seu perfeito desenvolvimento. E isso porque o que a experiência mostra é que, em grande número de casos, o mau procedimento dos menores é consequência da falta de cuidado dos próprios pais”.⁸ A obra de Michaux, dentro deste contexto, segundo a visão de Eudoro, significava uma nova postura de tratar o problema do menor, mudando a mentalidade, no sentido de não mais puni-lo.

“Louvo sua iniciativa (referências à obra de Michaux), uma vez que, até agora, infelizmente, não obstante o muito que a criança representa para o futuro de qualquer nação, notadamente da nossa, os problemas que lhes dizem respeito continuam entre nós insolúveis e, o que é mais grave, fora da ordem do dia, o que importa dizer relegados a plano secundário. A iniciativa concorrerá, por certo, para que uma mentalidade diferente se comece a formar no país, de sorte que se possa dizer, um dia, que, no Brasil, se cuida da criança”.⁹

Preocupado em discutir a questão da menoridade, Michaux propõe uma análise que contemplasse vários aspectos ou fatores determinantes da delinquência. Todos concordavam que a delinquência era o último estágio do abandono. Portanto, somente com uma investigação criteriosa, partindo de análises sociais, médicas, pedagógicas, poderiam equacionar definitivamente o problema que a tantos incomodava.

Léon Michaux salienta os chamados fatores extrínsecos determinantes, entre os quais, “o meio social, as condições de moradia; a morte

8. *Ibidem*, p. 168.

9. *Idem. Ibidem*.

de um dos pais, o divórcio ou a separação; o segundo casamento do pai ou da mãe, sua vida em concubinato; as ausências prolongadas do pai (viagens longínquas, prisão), o afastamento da mãe, por trabalho fora de casa ou por obrigações mundanas exclusivas; a anormalidade dos pais; o ciúme em relação a um irmão ou mana (*sic*)".¹⁰

Outra característica encontrada nas chamadas "crianças perversas", segundo Michaux, era a mitomania presente em diversos menores, tanto do sexo masculino como do sexo feminino. Geralmente a criança mitômana se caracterizava pelo abuso de mentiras, inventando fatos ou situações que poderiam comprometer médicos, professores e qualquer pessoa com a qual mantinha contato:

"Os médicos devem precaver-se contra as perversas mitômanas, que poderão acusá-los de atentado ao pudor, tentativas de violação ou aborto criminal".¹¹

Na visão do autor, o masoquismo, o sadismo, a inversão sexual, a hipertrofia do instinto e toxicomania, são símbolos da malignidade presente em diversas crianças.

"A hipertrofia do instinto é observada comumente nas crianças perversas. Frequentemente são gulosas, insaciáveis, comem e bebem muito, com prazer e sofreguidão. Nos perversos, a intoxicação apresenta incidências sociais e médico-legal consideráveis. Com efeito, determina um acréscimo de impulsividade, e, por isso, multiplica as tendências delituosas".¹²

A inversão sexual é outra manifestação de desvios de instinto de reprodução, mas somente quando é constitucional, própria da criatura. O autor apresenta, como exemplo, da inversão sexual, "certas formas de homossexualidade que não dependem de perversões instintivas; assim em débeis mentais sugestionáveis, vítimas de companhias viciosas; assim, também, em crianças instáveis que,

10. *Ibidem*, p. 100.

11. MICHAUX, L. *Op. cit.*, p. 54.

12. *Idem*, p. 67.

durante suas fugas, encontram pessoas más ou se prostituem por miséria. A inversão sexual pode ser completa e incompleta.”¹³

Duas finalidades dominam o problema da delinquência juvenil: prevenção e proteção. Têm-se em vista a prevenção e a proteção, quando se procura localizar, na escola, os anormais e, em toda parte, as crianças em perigo moral. Os auxiliares da justiça de menores devem preocupar-se não somente com crianças delinquentes, mas também com crianças em perigo moral.¹⁴

Outro aspecto relevante da obra de Michaux recai sobre os fatores hereditários, vistos como fundamentais para o diagnóstico da “perversão” de crianças e adolescentes. Entre eles, o autor destaca, a “heredoinfecção, das quais o alcoolismo é o mais importante, devendo ser distinguido do alcoolismo concepcional e do alcoolismo gravídico. Há também a hereditariedade psicopática: se a teoria do criminoso nato de Lombroso não tem mais adepto algum, há incontestavelmente, famílias de delinquentes: hereditariedade e o meio repartem as responsabilidades”.¹⁵

Michaux fala, também, do nível social e habitacional dos pais:

“Nos meios pobres, encontram-se os pardieiros, a promiscuidade abusiva de pais, irmãos e irmãs: origem freqüente do incesto; o trabalho fora de casa da mãe é também uma causa importante de abandono da criança. Mas as famílias remediadas, e, mais ainda, as muito ricas, têm suas fraquezas em educação; não sendo menor a vida mundana excessiva da mãe, que confia a criança a governantas e empregadas, discórdia conjugal, morte de um dos pais, falha no regime educacional, inversão sexual, mitomania”.¹⁶

Michaux procura decodificar cada gesto considerado como sintoma da delinquência ou perversão, algumas natas, isto é, oriundas da hereditariedade, outras adquiridas no meio social ou familiar. Os pais, os professores, os médicos e os juristas deveriam

13. *Idem*, p. 100.

14. *Idem*, p. 114.

15. *Ibidem*, p. 109.

16. *Ibidem*, p. 21-69.

ficar atentos a qualquer ato considerado anormal, sob a pena de evitar consequências graves num futuro próximo.

Outro estudioso da questão da delinqüência foi George Heuyer (*La reaction de opposition chez l'enfant*, *Revue méd*, Société de l'enfance, 1934, n.º 3, 92-102), cujos referenciais teóricos foram encontrados tanto em Michaux, quanto em parte dos artigos da revista *Brasil Jovem*.

Heuyer compõe um quadro elucidativo para a identificação da perversidade presente em crianças e adolescentes, a partir do fenômeno de reação de imitação, opondo-se à reação de oposição. A primeira, sustenta Heuyer, é a mais importante, sendo encontrada nas crianças normais. A segunda pode ser constatada nos indivíduos atingidos por anomalias de caráter. Imitação e oposição se alternam, podendo coexistir, dirigindo-se a pessoas diferentes.

“A reação de oposição se desenvolve sobre um terreno particular. Este deve ser encarado sob o ponto de vista da inteligência e da afetividade. O nível mental é normal ou superior à média; os débeis mentais não apresentam reação de oposição. A vida afetiva é particularmente intensa. O fato se manifesta nas reações habituais de emotividade. Mas pode estar mais ou menos escondido sob agressividade ou a zanga, nos paranóicos, e sob o devaneio, nos esquizóides. Nestes casos, não se desconfia da reação de oposição, a não ser pelo conhecimento de seus fatores originais – por exemplo, uma situação familiar anormal – de um incidente afetivo desencadeante. Em interrogatório prolongado, as investigações psicanalíticas conduzirão ao diagnóstico”.¹⁷

Entre as várias formas da reação de oposição, Heuyer aponta o devaneio: o imaginativo, o deprimido e o ansioso. O imaginativo se refugia na fabulação ou sonho; o deprimido e o ansioso exageram suas tendências.

17. Heuyer, George, *La réaction de opposition chez l'enfant*. In: *Revue méd*, Société. De l'enfance, n.º 3, pp. 92-93. A tradução deste artigo foi feita por Osmar Corrêa.

As reações de oposição, no dizer de Heuyer, vão resultar da paranóia ou de atitudes esquizóides, isoladas ou combinadas, por vezes associadas às formas mais raras: estas diversas tendências vão condicionar atos anti-sociais. As principais reações são a fuga, com todas as suas conseqüências (vagabundagem, delitos de necessidade, prostituição); a preguiça, o roubo e o suicídio.

Se a literatura internacional é extremamente rica, para pensarmos como as questões relativas às causas do abandono e da delinquência foram discutidas na década de 60 no Brasil, a produção nacional encontrou vários e fortes representantes, alguns dos quais nitidamente influenciados por autores como Michaux e Heuyer, como, por exemplo, Maria Cândida Santacargelo, formada pela Faculdade de Direito São Francisco, da Universidade de São Paulo.

Em 1966, Maria Cândida Santacargelo publicava um trabalho influenciado pelas obras de Léon Michaux e George Heuyer. O primeiro, segundo Santacargelo, esclareceu as causas da delinquência juvenil ao apontar uma multiplicidade de causas, entre as quais dificuldades econômicas, fatores biológicos, fatores sociais e doenças infecciosas; o segundo, responsabiliza a dissociação familiar que, agindo por meio de traumas afetivos, origina o delito ou a doença mental.¹⁸

Maria Cândida afirma que “a miséria se alastra pelas vilas, cortiços, favelas, mocambos, propicia a delinquência. Favorece a promiscuidade, com elementos desclassificados, de péssimos antecedentes criminais. O ambiente circundante é maléfico sob todos os aspectos. As meninas transviadas e os menores infratores, na maioria derivam de lares míseros, favelas, cortiços”.¹⁹

“As favelas reúnem barracos feitos de tábuas velhas, folhas de flandres e telhas usadas. São verdadeiras cidadelas em miniatura sem nenhum plano urbanístico, um amontoado de toscas moradias: sem ordem, sem higiene, sem conforto. Elas infestam as grandes cidades. As favelas, os cortiços, vilas, casebres, porões principalmente nas grandes cidades, prejudicam a paisagem, é um verdadeiro atentado ao nosso espírito cristão”.²⁰

18. SANTACARGELO, Maria Cândida. *Juventude e delinquência*. São Paulo, Franciscana, 1969, p. 23-24.

19. *Idem*. *Op. cit.*, p. 59.

20. *Idem*. *Op. cit.*, p. 55-56.

Seguindo seu raciocínio, continua Maria Cândida Santacargelo:

“As favelas e todos demais tipos de sub-habitação, além de prejudicar a urbanística das cidades, ainda são focos de doenças e epidemias, é um verdadeiro reduto de criminalidade. Nesses infectos agrupamentos, predominam os desajustamentos, a vadiagem, a mendicância, o meretrício, o alcoolismo, o uso de entorpecentes (maconha), etc. Em regra, são locais, onde os delitos se praticam, notadamente os sanguinários. São fábricas de delinquentes e desajustados. Quantos jovens de ambos os sexos normais e até inteligentes por falta de uma orientação e ambientes sadios, entreguem a si, mesmos, ou a exemplos indignos, não se arruinam física e moralmente”.²¹

Para Maria Cândida, o menor, notadamente o abandonado, deve merecer a maior atenção das autoridades e entidades privadas: “Ninguém ignora que o menor abandonado ou desassistido é um pré-delinquencial, um infrator em potencial, um marginal embrionário. A população carcerária de nossos presídios é em sua maioria constituída de ex-menores abandonados”.²²

Ao analisar os fatores, por ela considerados fundamentais para se elucidar o abandono ou a delinquência, faz alusões à FUNABEM, prenunciando novos dias para a menoridade tão infeliz e despojada de suas necessidades básicas:

“Criou-se a FUNABEM, e desde então novas esperanças renasceram em nossos corações, prenunciando uma infância mais risonha e sadia e uma juventude mais equilibrada, mais responsável pelos destinos de toda comunidade”.²³

Não só membros da Faculdade de Direito se propuseram a refletir o problema de jovens e adolescentes considerados abandonados e/ou infratores. A Faculdade de Medicina também seria representada

21. *Idem. Ibidem.*

22. *Idem. Op. cit.*, p. 149.

23. *Idem. Op. cit.*, p. 20.

na figura do ilustre professor de Medicina Legal Amar Ayush Morad. Amar Ayush Morad, na década de 80, ministraria diversos cursos sobre medicina legal na Academia de Polícia, localizada na cidade de São Paulo. Organizador de várias obras entre as quais destacamos *Temas de Criminologia*, na qual discute diversos aspectos relativos aos caracteres dos chamados atos de delinquência, apontando os caracteres biopsicossociais como condicionantes da marginalização. Publicada em 1981 e, na mesma direção que Michaux, chamava atenção para análises que objetivassem o estudo do problema do menor inserido dentro de um contexto mais amplo, como, por exemplo, os aspectos psíquicos, biológicos e sociais.

Se a obra de Michaux apresenta exemplos típicos dos menores franceses, a de Amar privilegia os casos dos menores norte-americanos, dando ênfase a estudos de casos que comprovassem as teses segundo as quais o ambiente familiar, aspectos sócio-econômicos e hereditariedade, são responsáveis pelo comportamento do menor.

“Na maioria dos casos, os fatores sócio-econômicos fornecem razão para o crime. Aceita-se que o criminoso é indivíduo normal, degenerado por um sistema social inadequadamente organizado e que pela melhoria desse sistema, poder-se-ia prevenir a criminalidade”.²⁴

A obra discute a questão da hereditariedade vinculando-a ao comportamento anti-social.

“Se for possível demonstrar contribuição genética, ainda que parcial, em certas formas de criminalidade, o componente biológico no comportamento anti-social estará evidenciado.”²⁵

Parte da hereditariedade, no dizer da referida obra, atribuída ao ato anti-social, pode ser relacionada à transmissão genética tocante à

24. MORAD, Amar Ayush. *Temas de criminologia*, Vol. III. São Paulo, Ed. Resenha Universitária, 1982, p. 51. Amar Ayush Morad teria atuação fundamental na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em São Paulo, na medida em que, enquanto médico legista do IMESC, em inúmeras vezes verificaria, por meio do EVI (Exame de Verificação de Idade), qual a idade aproximada do menor quando os pareceristas, isto é, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e psiquiatras duvidavam da idade apresentada pelo mesmo quando adentrava às unidades da FEBEM.

25. *Idem. Op. cit.*, p. 52.

recuperação do mesmo. A hereditariedade do comportamento desviante deve ser considerada, como uma característica específica, ou seja, um genitor criminoso pode transferi-la para seus descendentes.

A obra organizada por Amar aponta quatro elementos necessários para que a criança se comporte civilizadamente: agente censor, adequada resposta de temor, capacidade de aprender as respostas de temor antes de um ato social e rápida dissipação do medo para reforçar prontamente repostas inibitórias.

Apresenta punições exemplares a serem seguidas pela família, sociedade e amigos, quando uma criança comete "atos anti-sociais", bem como explicita procedimentos que podem ser utilizados pelas próprias crianças para inibirem respostas da mesma natureza.

"Considera-se o seguinte exemplo: como as crianças aprendem a inibir impulsos negativos? Habitualmente, quando uma criança 'A' agride outra 'B', é punida por um companheiro ou, talvez, por sua mãe. Após suficiente quantidade ou qualidade de punições, somente a lembrança da agressão pode ser suficiente para produzir temor antecipado, ainda que limitado, na criança 'A'. Se esse temor é suficientemente importante, os braços que se levantaram para a agressão caem e a resposta agressiva será inibida com êxito. O que sucede na criança, após ter inibido satisfatoriamente respostas anti-sociais, é crítico para seu aprendizado de comportamento civilizado".²⁶

Cada um dos autores analisados passaram a conceber milhares de crianças encontradas nas ruas, esmolando, abandonadas ou praticando atos considerados ilegais como corpos doentios. Diversos saberes se articulavam, tentando encontrar os desequilíbrios, ou os germes portadores de traços da delinquência. Ao partirem de pressupostos biopsicossociais, as análises se pretendiam definitivas, para, num segundo momento, proporem a institucionalização como antídoto para um mal desnecessário que comprometia a tessitura social.

Finalmente, a legitimação de corpos doentios teria na obra Luiz Ângelo Dourado, *Raízes da Marginalidade*, um de seus sustentá-

26. *Idem*, p. 65.

culos, na medida em que o psiquiatra daria sua contribuição para o problema que perpassava por todas as esferas, consolidado com respaldos tecnicamente científicos. O autor focaliza o problema nos denominados ambientes “deletérios e promíscuos, desprovidos de ternura, compreensão ou bondade”, sendo diretamente responsáveis pelos sentimentos “cínicos, brutais cruéis”, engendrados nos menores saídos destes locais.²⁷

Para o autor, que seria constantemente citado em vários artigos da revista *Brasil Jovem*, o ambiente determina as características dos indivíduos, devendo ser saudável e harmonioso. Quando um ambiente não apresenta tais elementos, criará uma esfera subjetiva negativa, levando os pais a abominarem os filhos antes de nascerem; estes, por conseguinte, apresentariam as seqüelas, transformando-se em neuróticos ou delinqüentes.

“Quantos neuróticos e delinqüentes foram a isso predestinados mesmo antes de nascerem? O imaginário pressupõe o real. O fato foi idéia antes de se concretizar. Um filho pode ser desejado, rejeitado, amaldiçoado, muito antes de seu nascimento. A idéia, o desejo, a bondade, enseja, determina, produz o fato que, por sua vez, está carregado de influências benéficas ou maléficas. O filho nos primeiros anos de vida é apenas objeto passivo, sob influência total das vontades desencadeadas desde que ele era apenas nebulosa possibilidade ou pálida hipótese. Muitos neuróticos e criminosos, dessa forma, tiveram seus destinos selados mesmo antes de nascerem. Queremos com essas considerações apenas frisar a importância da influência da atmosfera subjetiva, criada pelos pais em relação aos filhos, no sentido das determinações prospectivas das formações de seus caracteres”.²⁸

Para Maria Cândida Santacargelo, uns vieram da promiscuidade e miséria das favelas, tendo como cúmplices “o álcool, a maconha,

27. DOURADO, Luiz Ângelo. Raízes da marginalidade: *ensaio de psicologia criminal: o teste da árvore e a criminalidade*. São Paulo, Livraria Ler, 1969, p. 119.

28. *Idem*, p. 113-114.

29. SANTACARGELO, Maria Cândida. *Op. cit.*, p. 11.

certos estimulantes e estupefacientes e as más companhias. Pivetes coabitam o submundo do crime. Outros provenientes de ambientes pródigos e luxuosos, mas de uma moral dissolvente.”²⁹

A partir da leitura destas obras, percebemos como a linguagem dos artigos se articula com as suas propostas, pois apresentam, como tese fundamental, o trinômio: pobreza – desvio – delinquência e, por conseguinte, engendram uma nova tipologia: abandono moral X abandono material.

2.2. BRASIL JOVEM OU VELHO BRASIL JOVEM

A revista *Brasil Jovem*, vinculada diretamente à FUNABEM, tornou-se o campo específico para a difusão das idéias sobre a marginalização e delinquência travadas no período. Diversas vozes marcaram presença, discutindo e debatendo as causas responsáveis pela marginalização do menor. Cada artigo, resenha, fotografia, mensagens revelam partes de um processo articulado que, em certo sentido, contribuiu para a institucionalização de milhares de jovens e adolescentes.

A revista *Brasil Jovem*, editada pelo Setor de Relações Públicas da FUNABEM, nasceu em 1966, tornando-se porta voz da fundação, por excelência. A FUNABEM era apresentada pela revista como a guardiã da criança desvalida no Brasil. Afirmava que, antes da existência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a criança e o adolescente eram tratados como sujeitos desprovidos de direitos. Até 1972, foi publicada trimestralmente, tornando-se quadrimestral a partir de 1974. Com uma tiragem aproximada de 5.000 exemplares, era destinada, gratuitamente, a autoridades, órgãos de comunicação social, juízes, e aos demais interessados no problema do menor. Não podia, ainda, ser vendida ou exposta em bancas e locais públicos.

Mediante informações do jornalista Glauco Carneiro, primeiro editor da revista, trimestralmente era feito o levantamento de todo material publicado na imprensa, relacionado com o binômio menor-família. Os artigos que apresentassem a mesma linha de pensamento da FUNABEM eram sintetizados e, posteriormente, publicados na Revista *Brasil Jovem*. Recebia, ainda, colaborações de diversas

personalidades e, após exame detalhado, a matéria poderia ser incorporada à revista.³⁰

Nas primeiras edições, observamos a postura da revista em reafirmar o papel da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor cujo “objetivo era implantar a política do bem-estar em todo território nacional”.³¹ Definia qual parcela da população, em processo de marginalização, seria por ela priorizada:

“A faixa populacional cuja parcela de indivíduos de menor idade está sujeita a um processo de marginalização entendendo-se por marginalização do menor seu afastamento progressivo de um processo normal de desenvolvimento e promoção humana, até a condição de abandono, exploração ou conduta anti-social preconizando quais seriam as necessidades básicas do menor: saúde, amor e compreensão, educação, recreação e segurança social”.³²

Mediante dados colhidos na revista, o menor atingido pelo processo de marginalização era aquele que se encontrava em situação de abandono total ou de fato, ou que estava sendo vítima de exploração, ou que se identificava por uma condição anti-social, ou seja, aqueles que foram julgados como tendo praticado atos considerados infração penal.³³

Neste número, a revista mostrava o que a fundação tinha realizado durante dez meses de existência, prosseguindo no levantamento nacional do problema do menor o qual permitiria, uma vez concluído, a exata avaliação do número e condições de vida dos menores brasileiros em processo de marginalização. Como um dos primeiros objetivos, enfatizava a necessidade de se acabar com o internamento em massa, reforçando a família e ajudando diretamente os pais para que conservassem seus filhos em casa.

30. Carta ao leitor. In: Revista *Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, 3.º quadrimestre de 1974, p. 88.

31. Normas para a aplicação da Política do Bem-Estar do Menor. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 2, dezembro de 1966, p. 9.

32. *Ibidem*.

33. *Idem*, p. 12.

Apresentava a restauração nas antigas instalações do SAM – Instituto Profissional XV de Novembro, Pavilhão Anchieta, localizado no Rio de Janeiro. Indicava que a seção escolar foi completamente reformulada; as cozinhas foram adaptadas “com balcão térmico”, assim como foi construída “uma cozinha dietética”; na praça de esportes foram colocadas grades para proteger a piscina; no hospital, foi remodelado o gabinete médico, dentário, a sala das assistentes sociais; a seção escolar ganhou 5 novas salas de aula, desfazendo o aspecto sombrio da época do SAM.

Inicialmente, a FUNABEM assinou convênios com os Estados do Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, com o Distrito Federal e com o passar do tempo conseguiu se implantar em todo o território nacional.

A revista *Brasil Jovem* atribuía um importante papel à fundação a qual representava. Destacou seus compromissos na área social, sendo suas propostas vinculadas diretamente com os princípios que nortearam a declaração dos Direitos da Criança da ONU (promulgado em 1954).

Dentre os artigos da Declaração dos Direitos da Criança, promulgados pela Organização das Nações Unidas, em 1954, destacamos aqueles que contribuíram, diretamente, para a criação da FUNABEM:

“1.º Artigo – Toda criança gozará de todos os direitos, independente de discriminação racial, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer natureza, nacionalidade ou condição social, riqueza, origem ou condição da família.

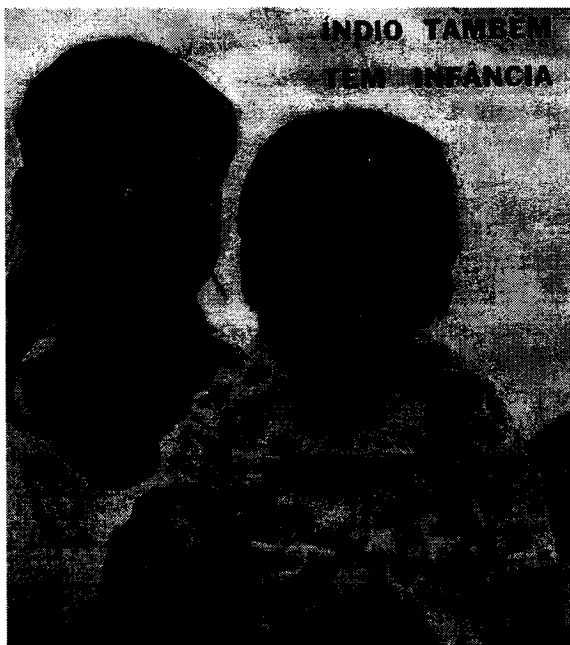
2.º Artigo – A criança gozará de proteção especial, sendo-lhe proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei ou outros meios, objetivando o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, de forma sadia e normal, sob a condição de liberdade e dignidade.

(...)

6.º Artigo – O desenvolvimento normal da personalidade da criança repousa no amor e na compreensão que lhe dispensarem os pais, em ambiente de afeto e segurança moral e material, não sendo apartada da mãe em tenra idade, a não ser em circunstâncias excepcionais, cabendo, de qualquer forma, à sociedade e ao poder público, dispensar-lhe cuidados especiais se não possuírem família ou se carecerem de meios de subsistência, estendendo tais cuidados aos filhos das famílias numerosas.”

A FUNABEM, como sustentavam diversos artigos da revista, enquadrava-se nas propostas da Declaração do Direito da Criança, devendo, portanto, colocar-se a disposição da lei de 1954, comprometendo-se como o tratamento adequado para todas as crianças brasileiras.

Dentro desta postura, visava atingir todo o território nacional, chegando a abordar as necessidades de todas as crianças, de norte a sul do Brasil, não desprezando nem mesmo as indígenas. Em 1968, atingiria as aldeias do Amazonas, Pará e Mato Grosso, por meio de convênios assinados com as Prelazias do Araguaia e Rio Negro, Ponte de Pedras e Missões Salesianas, como foi divulgado pela revista "tanto no litoral, como na selva, a palavra de ordem era toda proteção à infância".³⁴



Objetivando zelar pela infância "desvalida" e marginalizada, a FUNABEM propagou, segundo a revista *Brasil Jovem*, a idéia de atingir todas as crianças de diferentes etnias e culturas em consonância com os princípios da Declaração dos Direitos da Criança.

34. "Há condições para ajudar os índios?" Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 2, n.º 5, dezembro de 1967, p. 2.

A revista indicava os caminhos trilhados pela instituição para proteger a infância desvalida, utilizando-se de recursos financeiros e de materiais humanos; assistindo o menor na própria instituição (internato ou semi-externato), ou procurando auxiliá-los no próprio lar; recebendo orientação e cuidados de equipes interprofissionais compostas de médicos, dentistas, assistentes sociais, técnicos de esportes, professores, psicólogos, visando, sobretudo, à sua educação social. Tal assistência tinha como propósito preparar “cada criança independente de sua origem para integração na vida em sociedade, como cidadãos úteis à coletividade”.³⁵

O discurso, assim dimensionado, revela em que medida a instituição procurava atender os menores, como cidadãos úteis, visando prepará-los para o mundo do trabalho, disciplinado, normatizado e completamente “dócil”.

Em diversas ocasiões, a revista *Brasil Jovem* não refutou o sensacionalismo, apresentando os menores em dois momentos: antes e depois de entrarem na FUNABEM. O registro era realizado por meio de fotografias; em muitas, os menores aparecem subnutridos, em estado deplorável, desconsolados, alguns sem dentes, para em seguida, demonstrar o papel da fundação. Nesta segunda foto, o menor aparece ora dentro da instituição sorrindo, com roupas limpas, banho tomado, estudando (há inúmeras fotos neste sentido), aparece com dentadura ou ainda comendo: “o olhar já é outro; os ossos se revestem de carne e a expressão já é outra – outra criança salva”.³⁶

O retrato construído pela revista dava margem a uma vinculação entre miséria, crime, pobreza com menores abandonados, contrapondo-se com uma sociedade sadia. Numa clara demonstração de que a sociedade se encontrava, por hora, enferma.

No dizer de Rinaldo Arruda,³⁷ dentro da estratégia da FUNABEM, o menor e a família não deviam ser penalizados, nem castigados e sim tratados. O menor passou a ser encarado como

35. *Idem*, p. 7.

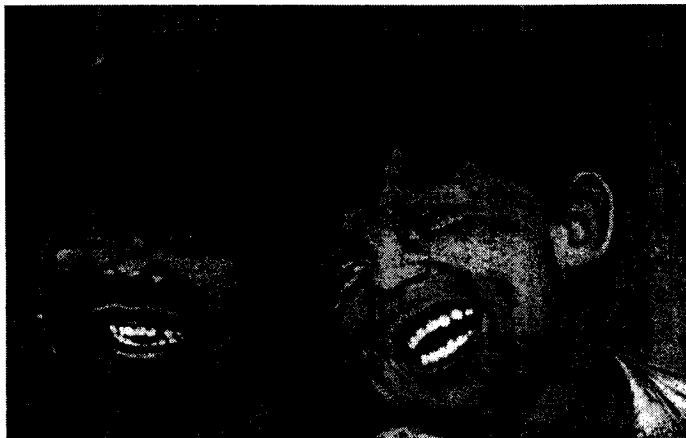
36. Antes e depois. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 2, n.º 7, outubro de 1967, p. 56.

37. ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *De criança a infrator: uma trajetória de classe*. Pontifícia Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1982, p. 100.

vítima, a família como não integrada dentro do desenvolvimento econômico. Apesar de não culpados, encarnaram a doença da sociedade, devendo esta ser extirpada e afastada juntamente com seus portadores, sob pena de ameaça e contaminação do corpo social.

As qualidades valorativas de uma sociedade saudável foram abundantemente exploradas pela revista. A sociedade deveria ter nos padrões familiares, religiosos e cívicos sua principal razão de ser. Assim, encontramos representadas as datas nacionais, sempre aliada a uma figura de destaque.

Segundo parecer da revista, no dia 20 de setembro, Dia da Árvore, enquanto José de Souza Pereira, diretor-geral do Centro-Piloto, em Quintino, no Rio de Janeiro, plantava uma muda de pau-brasil, nasceria o retrato dos assistidos pela instituição. Tratava-se de dois menores, Geraldo e Marcos, internos da "Casa Lar" que ficaram famosos, ao serem fotografados por Rubem Américo. Esta foto que ilustra a capa do quarto número da revista *Brasil Jovem* foi amplamente divulgada em todo o Brasil e no Exterior, tornando-se o mais autêntico símbolo do que pretendia a FUNABEM: "a solidariedade como base para o futuro sem fronteiras entre todos os homens e nações".³⁸

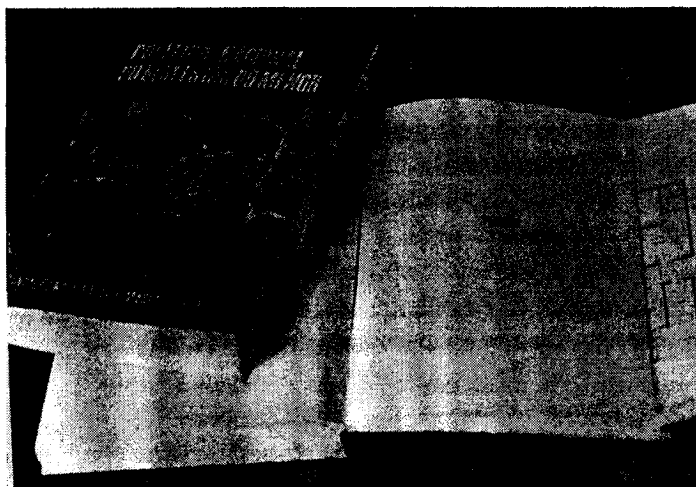


A foto de Marcos e Geraldo, considerada símbolo da FUNABEM, seria amplamente divulgada em todo o território nacional como no exterior.

38. "Dois pequenos famosos". In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano I, número 2, dezembro de 1966, p. 38.

Em 1977, de acordo com a revista *Brasil Jovem*, a FUNABEM foi visitada por 25 professores norte-americanos, das mais diferentes áreas profissionais de Ciências Políticas e Econômicas, de História e Geografia, Artes, Literatura, Educação Comparada e Sociologia. Durante a permanência no Brasil, segundo a revista, “reuniram o maior número de informações e de documentos e deixaram a impressão de que a política adotada no Brasil no campo do menor é, além de avançada, original e apresenta a abertura ideal, para a solução do problema que aflige não só os países subdesenvolvidos como, e especialmente, os países ricos, onde o agravamento da delinquência juvenil ocorre na proporção do progresso”.³⁹

O líder do grupo e organizador da visita, como sustenta a revista, J. Parke Renshaw, professor de Sociologia do West Georgia College “manifestou-se emocionado com o ambiente da FUNABEM, duas crianças, uma branca outra preta, ambas sorridentes e felizes”.⁴⁰



Como parte da estratégia da FUNABEM, a propaganda da redenção da minoridade no Brasil foi constantemente utilizada durante todo o período.

39. Dia-a-dia da FUNABEM (Boa impressão). In: *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 10, n.º 39, 3.º quadrimestre de 1977, p. 85.

40. *Ibidem*.

Em seguida, outra cena chama a atenção, quando a revista apresenta, por meio de uma foto, uma senhora e seu filho (a imagem da família ideal), contemplando a foto, símbolo da instituição, “numa demonstração de que todos se surpreendiam ao saber que podiam e deviam ajudar muito mais a causa do menor, começando a tornar o seu lar mais seguro e feliz, do que solicitando a construção de novas casas de internamento. A Fundação quer tratar do problema pela raiz e não combater os efeitos”.⁴¹

A idéia da família coesa ganhava foros de legitimação, papel relevante a ser ocupado pela FUNABEM, transformando-se em vetor da sobriedade e da justiça. O indivíduo moralmente apto a conviver, neste sistema, como observa Jurandir Freire Costa, “é aquele que se regula: em primeiro lugar pelo hábito criado na mecânica dos gestos e condutas; em segundo lugar, pela culpa, pelo sentimento de desvio da moral com o sistema social; em terceiro lugar, pelo julgamento de seus pares ou iguais”.⁴²

O discurso, assim instituído, disseminava a idéia de uma pátria coesa, reafirmando-se na identidade nacional e coletiva. Os laços familiares seriam fundamentais para a felicidade da família e o bem-estar da nação. Todos eram responsáveis pelos problemas sociais, visando, numa postura eminentemente controladora, atribuir funções ao coletivo. A palavra de ordem era evitar a internação do menor, fortalecer a família e, por conseguinte, reafirmar os valores da moral e dos bons costumes.

Segundo Jurandir Freire Costa, “as práticas discursivas, compõem-se de elementos teóricos que reforçam, no nível do conhecimento e da racionalidade, as técnicas de dominação. Estes elementos são criados a partir de saberes disponíveis – enunciados científicos, concepções filosóficas, figuras literárias, princípios religiosos, etc. – e articulados, segundo as táticas e os objetivos do poder”.⁴³

41. Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano I, abril de 1967, p. 69.

42. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 200.

43. *Idem*, p. 50.

Outra temática, constantemente abordada pela revista, refere-se ao esporte visto como “um dos meios de reintegração do menor marginalizado”.⁴⁴ Como temas básicos, quase sempre são jogos que visam à integração dos menores, as fotos que acompanham as matérias são elucidativas, pois apresentam o menor enquanto orgulho da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, destacando, o basquete, o atletismo, o futebol, judô entre outros.⁴⁵

A análise nas revistas permitiu-nos observar o excesso de repetição, sobretudo ao enfatizar as inúmeras ações da FUNABEM, centenas de textos, fotos, se repetem exaustivamente, como, por exemplo, ao demonstrar a eficiência da instituição nascida com os mais altos propósitos de redimir uma chaga secular.

Altenfelder aparece como a personagem responsável pela implantação da política do menor. É visto como ser incansável, percorrendo o Brasil, de norte a sul, com o intuito de realizar o bem-estar do menor:

“O presidente do Conselho Nacional da Fundação, o Dr. Mário Altenfelder que, durante o ano de 1966, desenvolveu um intenso e profundo trabalho, percorreu o Brasil de norte a sul, num total de 27 viagens, tendo pronunciado 22 conferências, 15 alocações radiofônicas, 16 programas de televisão e concedeu 3 entrevistas à imprensa da Guanabara. Realizou ainda 84 visitas a obras sociais na Guanabara e no Estado, compareceu a 11 reuniões com o Secretário do Estado da Guanabara e teve 78 entrevistas com autoridades e diretores de obras do Rio e de outros Estados”.⁴⁶

Em 1967, a revista celebrava o título de cidadão carioca recebido por Altenfelder:

44. A reeducação pelo esporte. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano I, número 2, dezembro de 1966, p. 2.

45. Esporte está tornando o menor mais feliz e integrado. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano I, setembro de 1967, p. 24-25.

46. 1966 foi o ano do êxito para a fundação. Revista *Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, ano I, setembro de 1967, p. 60.

“Um homem recebeu o título da terra a que ele tanto serviu e seu agradecimento foi falar das crianças, o objetivo, a razão e o ideal de sua vida, M. Altenfelder, saudado na Assembléia Legislativa da Guanabara pelos deputados Nina Ribeiro (autor da proposição ratificada unanimemente pelo plenário, concedendo-lhe a láurea) e Augusto do Amaral Peixoto, presidente do legislativo carioca, que acentuaram ser aquele um reconhecimento público à sua obra na FNBEM, encarceu a necessidade de, neste mundo angustiado, dar ao menor amor e compreensão, e reconhecê-lo como fator social, ao redor do qual giram tôdas as relações da sociedade”.⁴⁷

A primeira questão colocada pela revista, como constatamos, foi a necessidade de se criar uma auto-imagem do atendimento aos menores preconizado pela FUNABEM. De um lado, tentava desvencilhar-se de um mero assistencialismo, propagando novas técnicas baseadas em princípios norteados pela competência, seriedade, que dariam a ênfase à instituição. De outro, procurava fixar a nova imagem de atendimento ao menor, justificando a imperiosa necessidade de criação e manutenção de um órgão como a FUNABEM.

Neste sentido, destaca a importância das relações públicas, isto é, difundir a imagem por meio de propagandas, tal qual demonstrou Glauco Carneiro, palestrando para 50 industriais, no Rotary Clube do Rio de Janeiro. Para o editor de *Brasil Jovem*, o objetivo de uma empresa de relações públicas é vender sua imagem de tal modo que os produtos por elas produzidos sejam completamente aceitos pelos consumidores. Não obstante a função de relações públicas não é vender diretamente artigos, imagens ou serviços, antes tem como função projetar a instituição, fazendo que o povo goste mais das empresas, e gostando, sinta-se mais inclinado a prestigiar ou adquirir as muitas coisas que essas organizações fabricam:

47. Altenfelder cidadão carioca. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano II, n.º 5, dezembro de 1967, p. 71.

“Um profissional de RP (Relações Públicas) é antes de tudo um indivíduo que chega à cidade antes do circo, mas não faz a sua propaganda; apenas tenta convencer aos outros de que a vida é mais bela porque o circo existe”.⁴⁸

Glauco Carneiro, que também era diretor da Dizer-Assessoria Técnica de Relações Públicas e Comunicação Social Ltda., uma agência de publicidade, afirmou que a função diretiva da RP visava moldar o caráter de uma empresa de modo a que ela conquiste a aceitação e o respeito público:

“Há a necessidade – enfatizou – de que a natureza e os fins do negócio sejam interpretados para a comunidade, a fim de que esta reconheça a empresa como benéfica; o favor público é exigência para favorecer ou prejudicar o desenvolvimento de uma empresa”.⁴⁹

A reportagem de *Brasil Jovem* sobre a palestra de Glauco Carneiro seria utilizada pela revista, constantemente, difundindo a idéia da necessidade de se promover as realizações da FUNABEM. O grande passo, nesse sentido, foi dado a partir de 1.º de junho de 1967, pois o país foi invadido, por meio de painéis monumentais, slides e anúncios na televisão, rádio, jornais e revistas, por uma campanha que visava ao fortalecimento da família, como “arma infalível”, no combate à marginalização do menor.

Ao contrário de outras campanhas, não pedia auxílio financeiro, antes insistia na tese segundo a qual só se conseguiria solucionar o problema do menor, se cada membro da comunidade e ela própria fortalecessem a família, dessem a cada criança desamparada um lar e fizessem da solidariedade e da participação uma bandeira para a ação social. Era a Campanha do Conselho Nacional de Propaganda (CNP) pela implantação e mobilização da sociedade brasileira, em favor da nova política do bem-estar do menor, da FUNABEM.

48. Fundação e relações públicas. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano II, outubro de 1968, p. 73.

49. *Ibidem*.

“Cada ano, o CNP, que congrega as agências de propaganda do País, escolhe um tema que, pelo interesse para o Público, mereça ser ajudado e difundido pelo sistema publicitário nacional, a título não oneroso. E a política da FNBEM, que tanto está empolgando, pelo que tem de diferente, o Brasil, mereceu essa honraria, que durará três meses, mobilizando consciências e esforços em favor da nova compreensão do menor”.⁵⁰

A popularização da FUNABEM, como estratégia utilizada, daria um passo adiante, porque se fez e virou notícia, para tanto propagava a imagem das visitas realizadas em suas unidades. Assim ocorreu, quando diversos membros da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), entre os quais os Srs. José de Almeida Rios, Paulus da Silva Castro, os Desembargadores João Frederico Mourão Russel e Oliveira Ramos e Arnaldo Vasconcelos, passaram toda uma manhã percorrendo os estabelecimentos do Conjunto Educacional da FUNABEM, em Quintino, Rio de Janeiro, para se inteirarem *in locus* qual era a nova política de atendimento ao menor.⁵¹

O próprio presidente Médici mostrou-se preocupado com a questão do menor, incumbindo o vice-presidente, Augusto Rademacker, de conhecer os setores básicos da vida do país, mantendo-o informado do andamento de suas atividades, a fim de que a ação governamental primasse pela uniformidade de métodos e objetivos. A FUNABEM recebeu inúmeras vezes Rademacker. Esse, enquanto representante de Médici, marcou presença em vários encontros de secretários realizados pela referida instituição, de 1971 até 1973. Em uma visita, Rademacker afirmou:

“Eu estou aqui para conhecer êsse problema que acho básico, pois a minha noção sôbre o assunto é superficial e eu sinto as dificuldades através dos reflexos do problema nos indivíduos de maior idade”.⁵²

50. *Ibidem*.

51. ADESG visita a Fundação. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, outubro de 1968, p. 78.

52. Rademacker se entusiasma com a FUNABEM. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 3.º trimestre de 1971, p. 41.

No dia 29 de julho de 1972, a FUNABEM recebia a visita da senhora dona Judith Buzaid, esposa de Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça do Governo Médici que, em companhia do Dr. Mário Altenfelder, percorreu as dependências da FUNABEM, em Quintino Bocaiúva e na Ilha do Governador. Ao final da visita, como foi apresentado em *Brasil Jovem*, a Sra. Buzaid mostrou-se encantada com as instalações e elogiou os trabalhos de recuperação e atendimento da Fundação. A partir deste período foi indicada como uma das conselheiras da Fundação representando o Ministério da Justiça.⁵³

Após visitar a FUNABEM, em 1972, uma assistente social da Argentina, juntamente com 31 participantes europeus e latino-americanos, declarou em um congresso Internacional de Assistentes Sociais, realizado em Buenos Aires, que “no mundo não existia nada igual”, exprimindo, no dizer da revista, o seu entusiasmo ao constatar as ações da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. A FUNABEM tornou-se paradigma para a instalação de instituições congêneres.⁵⁴

Dentro do projeto de divulgar o papel representado pela FUNABEM, a televisão, apesar das críticas feitas por Mário Altenfelder, contribuiu para a sua popularização e foi um dos veículos que mais divulgou o trabalho realizado pela Fundação do Bem-Estar do Menor. A extinta TV Tupi, representada pelo jornalista Paulo Monte e por membros de sua diretoria, visitou em Quintino todos os estabelecimentos da fundação ali localizados. As cenas da visita foram documentadas em filmes e projetadas em todos telejornais da Tupi, “numa prova evidente de integral apoio que a imprensa especializada vem dando à fundação nacional do bem-estar do menor”.⁵⁵

Alcançou a maior repercussão a participação de Cláudio Roberto Clemente, da Escola João Luiz Alves, no programa “Show sem limite”, iniciado na TV Rio e concluído no canal 6. Cláudio, de apenas 11 anos, no dizer da revista, respondeu no famoso programa

53. Senhora Judith Buzaid visita a FUNABEM. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 3.º trimestre de 1971, p. 51.

54. Europa se curva mesmo ante a política do menor. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 2, dezembro de 1967, p. 58.

55. Aconteceu. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 8, 3.º quadrimestre de 1975, p. 48.

de J. Silvestre sobre a vida do jogador brasileiro Pelé. "Pelezinho", como ficou sendo chamado por J. Silvestre, era "aluno da fundação nacional do bem-estar do menor, e com sua versatilidade e simpatia sensibilizou os telespectadores cariocas".⁵⁶

No dia 12 de fevereiro de 1976, Fowler de Melo, segundo presidente da FUNABEM, foi entrevistado por Silvio Santos, figura extremamente carismática e popular da televisão brasileira. O teor da entrevista foi veiculado em programa semanal, atingindo grande repercussão nacional.⁵⁷ Outro ídolo popular também marcou presença na FUNABEM: Roberto Carlos mostrando-se, como divulgou amplamente a revista, interessado e satisfeito com o papel da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.⁵⁸

2.3. OS MENORES ABANDONADOS

Dentre os colaboradores assíduos da revista *Brasil Jovem*, dois grupos se destacaram ao longo de todo o período por nós priorizado. O primeiro grupo, composto por sociólogos, jornalistas, presidentes da FUNABEM, ministro de Estado, Presidentes da República, descreve minuciosamente as causas relacionadas à problemática do menor abandonando, quase sempre retomando a desagregação familiar como ponto de partida, não apresentando grandes divergências ao nível das idéias, variando apenas no refinamento teórico. Alguns artigos primavam por uma erudição, outros, em linguagem didática, assinalavam os vetores considerados emblemáticos e explicativos da marginalização de milhares de crianças e adolescentes.

O segundo grupo que se preocupou com a questão do menor infrator, pode ser subdividido em duas categorias: a primeira composta por sociólogos e jornalistas. A segunda categoria era formada por especialistas (médicos, psiquiatras e juristas), buscando na ciência

56. Aconteceu - Pelezinho dá "show" de conhecimentos sobre futebol. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 2, dezembro de 1976, p. 55.

57. Silvio Santos entrevista Fowler de Melo. Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, n.º 35, 2.º quadrimestre de 1976, p. 14.

58. A visita do rei. In: *Op. cit.*, p. 15.

(no caso, os médicos e os psiquiatras), ou na legislação, elementos que se encarregavam de explicar a gênese da marginalidade, vista por uns como doença, por outros como desvio das regras sociais.

Em primeiro lugar, focalizavam o problema vinculado à desagregação familiar, tendo como ponto de partida, o êxodo rural e todas as vicissitudes impostas pela urbanização das grandes cidades. A vinda dos migrantes apenas acentuou o deterioramento das condições de vida de grande parcela da população que não havia se integrado no desenvolvimento das cidades. Vimos, anteriormente, toda a ênfase dada por Altenfelder nestas questões, levando-nos a vislumbrar um encadeamento lógico entre todos os partícipes que, de uma forma ou de outra, postularam a questão do menor abandonado, disseminando, no imaginário social, o trinômio: marginalização, abandono e delinquência.

Faltava à sociedade, mediante o discurso oficial, bons hábitos e bons costumes. A família se desagregava paulatinamente, o processo de transição pelo qual passava a sociedade afetava o núcleo familiar. O horizonte preconizado por Mário Altenfelder era carregado de incertezas e, neste sentido, algo deveria ser feito antes que a sociedade desaparecesse.⁵⁹

“A nossa sociedade terá suporte na família bem constituída e não no acúmulo de bens materiais. Todos nós lembramos do aviso do Presidente Nixon – os Estados Unidos chegaram ao máximo do conforto material. Se não houver boa moral e bons costumes não escaparão do destino das 19 civilizações que desapareceram por deterioração interna.”⁶⁰

Para Altenfelder, o grande problema se resumia na falta de amor materno, na falta de laços de solidariedade, responsáveis pela formação sadia do homem; em alguns casos a ausência destes causaria os distúrbios que tanto afligiam os menores marginalizados. “Sabemos que 34% das crianças que crescem sem o carinho materno se transformam em adolescentes e adultos anti-sociais”.⁶¹

59. ALTENFELDER, Mario. Fortalecimento da família: uma tomada de consciência. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 4, 4.º trimestre de 1972, p. 9.

60. *Ibidem*.

61. *Idem*, p. 10.

Na mesma linha de Altenfelder, encontramos o pensamento do tenente coronel Hermínio Affonso Friede o qual ataca violentamente os costumes da juventude, vista enquanto contestadora, desviando-se dos interesses nacionais, ausentando-se da escola, seguindo modas quase sempre advindas do exterior:

“Os jovens contestam a esta sociedade, procurando destruir os valores transcendentais, vivendo agrupados entre si nos clubes, nas boates, e ela transforma a sua contestação em um nôvo produto de consumo, posters dos Beatles, moda Mao etc. A insistência sôbre o parecer (vestido, cabelos), sôbre o gesto típico (linguagem própria, dança) já é hoje considerada como o primeiro passo para se constituir como categoria social. O jovem pretende recriar a sociedade tecnológica da qual é herdeiro primogênito de sua imagem. ‘Não confie em ninguém com mais de 30 anos’ dizem os jovens inconformistas de hoje”.⁶²

No encerramento do terceiro encontro de Secretários, realizado no Rio Grande do Sul, em 1973, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid retoma os temas professados por Altenfelder, fala das funções do Estado enquanto promotor do desenvolvimento econômico, não obstante este devesse correr paralelamente com a segurança. O binômio desenvolvimento e segurança levariam a nação a demonstrar todo seu vigor. Para tanto, todos deveriam ter consciência dos encargos prioritários, um dos quais era a manutenção dos valores da cultura e da tradição brasileira, caminho inevitável para se combater os inimigos visíveis ou invisíveis. Peremptoriamente, após postular tal raciocínio, começa a discursar sobre a questão do menor, utilizando a mesma definição da FUNABEM, acrescentando porém a patologia em que se constituía

62. FRIED, Hermínio Affonso. Reflexões sôbre a juventude dos nossos dias. *Correio do Povo*, In: *Brasil Jovem*, ano V, 4.º trimestre de 1971, p. 55. Este texto, sintetizado pela revista *Brasil Jovem*, havia sido anteriormente publicado no jornal *Correio do Povo*, em 5-5-71.

a marginalização do menor no “seio da sociedade”, devendo o Estado intervir diretamente “para eliminar este grave problema”.⁶³

Ao acompanharmos o raciocínio de Alfredo Buzaid, percebemos os mesmos discursos de Altenfelder e diversas outras personalidades, evocando questões morais, discursando sobre o enfraquecimento da família. Sua destruição poderia ser indicada mediante causas exógenas de “variada espécie”, destacando, na visão do ministro, todos aqueles que, “direta ou indiretamente, cooperam para a prática de atos contrários à moral e aos bons costumes, ou de qualquer modo aceitam exteriorizações que venham comprometer os valores essenciais do cristianismo”, da sociedade entendida como democrática e cristã. Entre as causas destacam-se: “os entorpecentes utilizados para o desfibramento da família cristã, disseminados por agentes internacionais a fim de “destruir a tradição da família brasileira.”⁶⁴

A segunda causa estaria na propagação de valores contrários à moral e aos bons costumes. Mais uma vez atribuirá aos marxistas a responsabilidade sobre a corrupção dos costumes. Para tanto utiliza uma expressão conferida a Lênin:

“Lenine (*sic*) dizia de uma feita, ‘desmoralizai a juventude e a revolução comunista está ganha’. Esta, na visão do ministro, seria a fórmula para desmoralizar a juventude, servindo de advertência para as pessoas de responsabilidades. Por fim chamará a atenção para as obras obscenas ou ‘contrárias à moral’, tomando a juventude indubitavelmente incapaz. Com este discurso clamava aos interlocutores a necessidade de ser feito algo no sentido de combater vigorosamente quaisquer exteriorizações que sejam contrárias à moral”.⁶⁵

63. BUZOID, Alfredo. Origem de problemas. Conferência proferida pelo ministro da justiça na sessão de encerramento do III Encontro de Secretários em Porto Alegre. In: Revista *Brasil Jovem*, n.º 28, ano VII, 1.º quadrimestre de 1974, p. 22-24.

64. *Ibidem*.

65. *Idem*, p. 25.

No encerramento do encontro, Altenfelder endossa as idéias de Alfredo Buzaid: "corrompa a família, destrua a juventude e então a posse deste país será muito fácil".⁶⁶

Buzaid dialoga com Altenfelder para falar de uma outra questão social, chamando a atenção para os fatores responsáveis pela corrupção da juventude, numa linha eminentemente moralista e anti-comunista. O que torna interessante o pronunciamento de Buzaid, é confundir problema dos menores, com a juventude.

Os fatores apontados por Buzaid, como problemas da juventude, destoam do universo social dos menores abandonados, cujas questões perpassavam por outras esferas, diferentes das apontadas pelo ministro. Revelando-nos parte do caleidoscópio do pensamento dos articulistas do Estado Militar, coadjuvados pelos mentores da ESG, que disseminavam a necessidade de se combater o inimigo externo, no caso os comunistas, vistos enquanto fontes malignas a serem combatidos, e, neste caso, responsáveis diretos pelo desregramento da juventude.

Ainda neste encontro, realizado no Rio Grande do Sul, de 9 a 13 de outubro de 1973, contando com a presença do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, o Dr. José Arthur Rios,⁶⁷ sociólogo e colaborador assíduo da revista, apresenta um quadro que, mediante análise, poderia diagnosticar os males que afligiam a sociedade. Partia da seguinte concepção: a fragmentação da extensa família caracterizadora do Império e "ainda presente no meio rural", significou o primeiro momento de ruptura. Enquanto na família patriarcal havia a coexistência de duas ou três gerações, na família moderna, engendrada pelo processo de industrialização, os laços foram precipuamente rompidos. Não obstante, nascia a família nuclear, como fenômeno das modernas sociedades industriais.⁶⁸

66. *Idem*, p. 30.

67. José Arthur Rios, formado em sociologia, ocupava o cargo de assessor da Presidência da FUNABEM e também atuava como professor do CEDEP (Centro de Estudos do Pessoal: Milton Campos) órgão criado pela FUNABEM, objetivando formar assistentes sociais e pessoal para lidar com o problema do menor. Foi oficialmente inaugurado em 1974.

68. RIOS, José Arthur. A marginalização do menor e sua solução. In: *Revista Brasil Jovem*, 1.º quadrimestre de 1974, p. 49.

A família nuclear (típica da sociedade burguesa) não conseguiu acompanhar, no dizer do sociólogo, as modificações estruturais que ocorreram na estrutura social, a partir da década de 40 com a industrialização e urbanização.

“Daí ocorreram fenômenos que refletem nas migrações desordenadas, no surgimento de favelas, no subemprego, na mendicância, na prostituição, no vício e no crime”.⁶⁹

A tese da desestruturação familiar já havia sido apontada por Paulo César Milani, em 1967. Seu texto trata das dificuldades econômicas apresentadas pela “família bioconjugal”, cujo lar é caracterizado pela ausência dos pais que vivem para o trabalho e de crianças que desconhecem a convivência familiar.

“Evidentemente, uma sociedade perturbada e preocupada, de crianças sem a convivência do lar, e de famílias que só existem mudamente diante das telas de TV, durante alguns momentos, à noite. Hoje é mesmo possível encontrar-se famílias compostas de estranhos. O treinamento social da prole, função inerente ao grupo familiar, passou a ser exercitada deficientemente, por uma família que, reflexo de uma sociedade em mudança, é bastante instável”.⁷⁰

Dentro dos fatores elencados, lembra que a concepção hedonista do matrimônio postulado pela ética burguesa, assim como novas concepções, a saber, o marxismo e o existencialismo contribuíram para a corrupção dos costumes da família:

“A concepção hedonista do matrimônio, facilitada pela ética burguesa, e pelas contribuições relativistas da ‘nova moral’ de algumas correntes filosóficas, tais como o marxismo e o existencialismo, que contribuíram para a corrupção dos costumes, instabilizou, ainda mais, as uniões conjugais. De resto, a redução do número de membros agravou a situação. Com efeito quanto menor é a família

69. *Idem*, p. 50.

70. MILANI, Paulo Cesar. Sociedade e família no Brasil. In: *Revista Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, n.º 4, setembro de 1967, p. 45.

mais fraca é a sociedade conjugal. O grande número de desquites recai sobre as famílias pouco numerosas. Há mais: além da emancipação crescente da mulher solicitada para o trabalho no comércio ou na indústria, a ausência de uma legislação específica da família, no Brasil, muito contribuiria para debilitar este grupo social, pois os legisladores de 1916, liberais trataram dos direitos dos indivíduos e esqueceram de cuidar do ente social que permite a formação de uma pessoa”.⁷¹

A criança é vista por alguns ideólogos, levemente marcada por um rousseunismo, como boa, “a sociedade a deturpa”, logo não havia problemas calcados ao universo infantil, como sempre enfatizara Altenfelder, e sim no universo dos adultos, marcado pela falta de responsabilidade e de compromisso para com as crianças.

Para o sociólogo e professor José Cavalieri, “tôda criança é boa, a sociedade a deturpa. Não existe ‘criança-problema’ e sim ‘sociedade-problema’. O homem desde que nasce é um ser aberto, pronto a responder a qualquer solicitação do meio”.⁷²

As causas apresentadas dirigem-se ao pauperismo, visto enquanto fenômeno social, provocando a mortalidade infantil. A fome, de acordo com Cavalieri, é uma de suas conseqüências da pobreza, conduzindo à revolta, à subversão, gerando o crime.

“As menores transviadas e os menores infratores derivam das favelas, dos cortiços (...) Na rua, coabitada por indivíduos sem nenhuma índole, foco de prostituição e marginalização, os menores adquirem vícios e hábitos perniciosos: furtos, uso de entorpecentes, perversões. Atraídos pelo submundo, resvalam e são arrastados ao crime (...)”.⁷³

71. *Idem*, p. 45.

72. CAVALIERI, José. O bem-estar do menor em comentário. In: *Revista Brasil Jovem*, ano II, dezembro de 1967, p. 65.

73. *Ibidem*.



Dezenas de fotos, retratando a miséria, foram utilizadas pela revista *Brasil Jovem* sempre estabelecendo um paralelo entre miséria, abandono e delinquência.

Outro texto que nos chama a atenção refere-se ao do jornalista Reinaldo Portanova, pois, baseando-se no Código de Menores de 1927, apresenta e discute as terminologias adotadas para se definirem os menores considerados em estado de abandono material e/ou moral.

Segundo Reinaldo Portanova, o abandono moral englobava diferentes situações, ligadas à inexistência de condições de subsistência, ou tratamentos inadequados dispensados a crianças e a adolescentes.

Dentro da terminologia relativa a problemas de abandono poderiam ser enquadrados: os menores que não tinham habitação certa, nem meio de subsistência por serem os pais falecidos, desaparecidos, desconhecidos ou presos; vítimas de maus tratos habituais ou castigos imoderados; os menores que fossem encontrados habitualmente a vagar pelas ruas e menores que habitualmente pediam esmola para si ou para outrem.⁷⁴

74. PORTANOVA, Reinaldo. Situação jurídica do menor: verificação do abandono. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, junho de 1970, p. 30.

A listagem dos casos de abandono moral também compreendia diversas circunstâncias: menores que viviam em companhia dos pais ou na guarda de pessoa que se entregava à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; menores que se encontrassem em estado habitual de libertinagem; freqüentassem lugares de jogos ou de moralidade duvidosa, ou andassem em companhia de pessoa viciosa ou de vida irregular; menores empregados em ocupações proibidas ou manifestações contrárias à moral e aos bons costumes e menores que tirassem recursos de ocupação imoral ou proibida (vadios).⁷⁵

Rosa Maria Fisher Ferreira, em um estudo pioneiro, ao abordar os valores e as expectativas das crianças vivendo nas ruas de São Paulo, desmistifica o olhar do discurso. Segundo a autora:

“A marginalização do menor é um problema específico, sendo estabelecido muito menos em função do pauperismo, a que esta população tem estado submetida, e muito mais em função da intranquilidade e preocupação que manifestações de parcelas dela vieram provocar. Logo, foi a delinqüência de menores marginalizados e não sua marginalização que os evidenciou”.⁷⁶

Outro texto que, *a priori*, mostra-se preocupado com a questão do menor é o da estudante Leonora Farias Neves da Costa que, a exemplo de tantos outros autores, focaliza a questão também em termos moralistas, apontando para a gravidade que o problema do “menor” assumia na contemporaneidade.

“A realidade atual do menor é bem mais aterroradora que a exploração do menor nos primórdios da idade industrial, pois agora, já não é só a saúde física do menor que se vê agredida, mas existe ameaça atual e iminente à sua moral, comprometendo as próprias bases da sociedade, pelo aumento indiscriminado da criminalidade, da toxicomania, do meretrício e da homossexualidade. O abandono do menor terá, como con-

75. *Ibidem*.

76. FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Menino da rua: valores e expectativas de menores abandonados em São Paulo*. São Paulo, CEDEC, 1979, p. 49.

seqüência inevitável, a destruição da sociedade organizada com retorno ao obscurantismo e à barbárie".⁷⁷

O artigo da estudante toma como referência uma pesquisa realizada pela FUNABEM, durante dez anos de existência. Desta forma, prioriza os principais fatores determinantes da marginalidade do menor e sua conduta anti-social. As pesquisas efetuadas pela Fundação serviriam de paradigmas para centenas de artigos que, durante o período, foram publicados na revista, referendando sempre o olhar míope da instituição.

A estudante Leonora Farias Neves da Costa vincula diretamente a questão do abandono material e moral à irresponsabilidade materna e paterna, contribuindo para a disseminação da correlação miséria-abandonado-infração. Aponta dados de uma pesquisa realizada pela FUNABEM:

"95% dos menores eram filhos de desempregados; 90% eram filhos de empregada doméstica; em 90% dos casos, geralmente o pai havia abandonado a família e 90% eram filhos de pais separados, vivendo com o pai ou a mãe (90%)".⁷⁸

Tentando relacionar pobreza com desvio de personalidade, a revista apresentou dados de uma outra pesquisa, por ela realizada, que indicava um quadro assustador, segundo o qual em centenas de menores "abandonados" mais de 70% eram infradotados ou possuíam inteligência inferior. Mediante a classificação da revista 30% eram oligofrênicos, débeis mentais, imbecis e idiotas e 40% de rudeza e inteligência inferior.⁷⁹

Ainda, segundo dados da pesquisa, em 572 menores testados, 29,9% eram oligofrênicos, débeis mentais, imbecis e idiotas (QI inferior a 70%); 40% de rudeza e inteligência lenta e inferior; 23,4%

77. COSTA, Leonora Farias Neves da. O problema do menor abandonado. In: *Revista Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, ano 11, n.º 37, 1.º quadrimestre de 1977, p. 77.

78. *Ibidem*.

79. CARNEIRO, Glauco. A maldição de ser menor. In: *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, dezembro de 1969, p. 24.

de inteligência na faixa média e apenas 6,7% de inteligência superior à média. Os resultados apontados indicavam um quadro complicado, pois: “nada poderia ser feito para estes menores a não ser atendê-los senão nas necessidades animais, porque a maioria simplesmente não compreenderá nem terá condições de saber frequentar um curso técnico, de manejar simples cartões na era dos computadores, sem utilidade no valor econômico e precisando somente de caridade”.⁸⁰

Aos poucos, os diversos saberes compunham o caleidoscópio da marginalização na qual emergiam os menores, portadores de todas as debilidades, categorizados como doentes, débeis mentais, imbecis, idiotas, oligofrênicos. Uma “anatomia política”⁸¹ de seus corpos os transformava em objetos de saberes múltiplos, levando as instituições a ordenarem suas vidas por meio de decretos, respaldados cientificamente. Agora a ciência daria a legitimação definitiva para inúmeras intervenções jurídicas e estatais.

As pesquisas apresentadas pela FUNABEM criariam um quadro que aos poucos desenhariam um perfil do menor, bem como de sua família. Neste sentido, afirmava que a expectativa de vida para o sobrevivente na idade de 15 anos, era estimada em 40 anos; a taxa de analfabetismo era superior a 29% em sua faixa; a desnutrição, determinada pelo baixo consumo de calorias e proteínas *per capita*, era assustadora e os problemas sociais básicos, decorrentes da estrutura demográfica, dos movimentos migratórios, da desagregação da família, do trabalho do menor eram insustentáveis.⁸²

Durante todo o período, apontou que o crescimento industrial não conseguiu acompanhar a demanda, absorvendo toda a mão-de-obra, composta, em sua maioria, por indivíduos de baixa ou de nenhuma qualificação, engrossando a fileira dos “ociosos”. O subemprego concorreu para o aumento das habitações anti-higiênicas, à falta de oportunidades de alimentação, educação e formação.

Os resultados apontados pelas pesquisas sempre convergiram para os mesmos aspectos: incapacidade financeira do grupo familiar

80. *Idem*, p. 26.

81. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 45.

82. Menor: Um Soco na Sociedade. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano V, 2.º trimestre de 1971, p. 9.

de promover educação e sustento dos filhos; movimentos migratórios constantes, em geral para centros urbanos e litoral, acarretando a dissolução do grupo familiar, ou suprimindo temporariamente ou definitivamente a socialização da prole; mobilização da mão-de-obra feminina para ocupações de baixa renda e sem a possibilidade de recursos substitutivos de atendimento aos filhos.⁸³

Um levantamento feito pela FUNABEM, em 1969, forneceu o seguinte quadro sobre os pais dos menores internados: "os pais desses menores tem amarelão, tuberculose, desnutrição. Gera filhos indiscriminadamente 'porque divertimento de pobre é êsse'. Filhos que mal têm acesso ao tempo da mãe e que, se conseguem ultrapassar a barreira mortal dos primeiros meses, passam a comer farinha ou caldo, nada mais".⁸⁴

A periferia da cidade é apontada como proliferadora de inúmeras moléstias, infestadas nas favelas, cortiços e mocambos. Tal como observamos em um texto de Lauro Barreira:

"É na favela, é no mocambo, que prolifera o germe do problema social. É o lugar dos que não têm rendimento certo, dos que recebem, quando recebem, salário mínimo. É, em resumo, a habitação do trabalhador braçal, o operário não-qualificado, último da hierarquia profissional. Ali, naquele meio em que falta água, o esgoto, a luz, êle casa ou junta. Ato de pura irreflexão. Não raciocina que o pão de cada dia só dá para si próprio. Faz tempo que não vê a côr do leite, mas associa outros às suas privações. Enche a mulher de filhos. Mulher-mãe, mulher-lavadeira e, às vezes, mulher-pedinte; menos mulher-educadora, porque não tem educação a transmitir e, mesmo, não lhe sobra tempo para essa 'fantasia'. Vira trapo, gera novos filhos fracos, condenados à inflexível lei da seleção natural".⁸⁵

83. *Ibidem*.

84. *Ibidem*.

85. BARREIRA, Lauro. O menor desamparado. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 2.º trimestre de 1971, p. 70.



A Revista *Brasil Jovem*, dialogando com os princípios da FUNABEM, procurou retratar a criança como a principal vítima da miséria e da irresponsabilidade dos pais.

Em 1975, segundo Fawler Melo, a FUNABEM reuniu todos os registros de seus estabelecimentos próprios, e compôs um perfil das carências apresentadas pelos quase 100 mil menores de 0 a 18 anos que haviam passado por aquela casa entre 1966 e 1974. A situação de abandono, tangenciou 10% do total, isto é, 10.000; os menores infratores, 8%, perfazendo um total de 8.000, aproximadamente. Como, no dizer de Melo, esse dado relativo aos menores infratores deveria ser tomado com ressalvas, pois a delinquência se restringia a um fenômeno estritamente urbano, não sendo encontrada nas pequenas cidades e áreas rurais. Conclui o autor que cerca de 25% da população brasileira de menores de 0 a 19 anos, é composta de crianças e adolescentes desassistidos quanto à saúde, educação recreação, segurança social e/ou afetiva, que lhe impede um processo normal de maturação biopsicossocial.⁸⁶

Em 1976, o presidente da FUNABEM, Fawler Mello, em entrevista à jornalista Beatriz Brandão do jornal *Opinião*, depois relatada na íntegra pela revista *Brasil Jovem*, declarou baseando-se nos dados do censo de 1970, que havia no Brasil 14.097.370 menores marginalizados.⁸⁷

86. *Ibidem*.

87. Menores carentes no Brasil são mais de 14 milhões. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano X, 3.º quadrimestre de 1976, p. 12.

Segundo Jessé Torres Pereira Junior, chefe do Gabinete da Presidência da FUNABEM e professor do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal (CEDEP), em 1977, a FUNABEM, após extensa pesquisa efetuada em 1975, em todo o território nacional, identificou 53 variáveis responsáveis pela carência dos grupos sociais, que viviam à margem dos bens materiais e culturais, dos serviços de habitação, saúde, educação e lazer. Consolidava-se definitivamente a associação entre pobreza, abandono e delinquência.

O quadro criado, ao longo de todo período, foi diagnosticado pelas centenas de artigos que se repetem, no entanto, pela primeira vez, a instituição apresentava formalmente por meio de pesquisas, uma problemática que seria concebida e válida para todo o território nacional. O que torna interessante é a postura de todos os articulistas, como da própria revista, procurando as deficiências no mundo dos excluídos socialmente, sem criticar as estruturas condicionadoras de todos os eventos. Para ficarmos em um único exemplo, lembrava que dos quase 4.000 municípios brasileiros, 2.159 não possuíam médicos e 1.878 não possuíam sequer dentistas.⁸⁸

Diante de tal quadro, qual a alternativa para o Estado e à FUNABEM em particular? Internar ou socializar o menor na família. De acordo com as observações de José Arthur Rios, em 1974, no III Encontro de Secretários e apresentado na edição de número 28, ano VIII, em 1974, há necessidade de prevenção, fortalecimento dos laços paternos, pois, na ausência da família, o menor vai buscar no grupo o sucedâneo dela. No grupo, entretanto, os papéis não estão previamente definidos e os modelos podem ser, do ponto-de-vista da adaptação social, tanto positivos quanto negativos. Um dado interessante deve ser observado, quando o autor mostra que o Estado, aos poucos, renunciava a sua função tutelar, afastando-se da problemática, bem como devolvendo-a às instituições tradicionais. Seria mostra de que o projeto tão propagado estava se esfacelando, ou de que o contingente de miseráveis tornara-se insustentável para o governo, que neste período vivia a crise do pós-milagre.⁸⁹

88. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Poder nacional e política do desenvolvimento. In: Revista *Brasil Jovem*, n.º 39, ano XII, 3.º quadrimestre de 1977, p. 7.

89. Grande parte da literatura relacionada ao período militar caracteriza os anos de 1969-1973 como a época do milagre econômico marcado pelo grande

convivendo com a inflação, aumento da dívida externa, concentração de renda. Lembra, ainda, que o desfalecimento dessas instituições representariam um enorme retrocesso. Não restava outra alternativa aos administradores de tais instituições a não ser pedir às ordens religiosas que voltassem a assumir a tutela desses “párias cada vez mais estrangeiros dentro de sua própria pátria”.⁹⁰

“Por curiosa reviravolta, estamos vendo o Estado renunciar à sua tutela sobre esses problemas e tentar devolvê-los às instituições tradicionais. Ocorre que o processo de desagregação dessas instituições, no qual o Estado desempenhou papel importante, já vai avançada, e é com grande esforço, mas sem muito sucesso que os administradores apelam para a família e para os grupos confessionais pedindo que voltem a assumir a responsabilidade da tutela desses párias da sociedade, loucos, mendigos, criminosos – e crianças”.⁹¹

O autor faz um quadro da internação, lembrando que a civilização ocidental sempre procurou internar e excluir determinadas categorias sociais, como, por exemplo, os leprosos, os loucos, os doentes mentais, os mendigos e os menores.⁹²

Este artigo é extremamente curioso e ao mesmo tempo revelador, pois durante toda a sua existência, os idealizadores da instituição apelaram para o fortalecimento da família, num primeiro momento, numa tentativa de despertar a consciência da sociedade; num

crescimento industrial (ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 145). A partir de 1973, como sustenta a autora, o milagre econômico começava a enfrentar sérias dificuldades: “embora permanecessem altos os índices de crescimento econômico, estagnara em modesta taxa de 3,5% de crescimento o setor agrícola. O problema criado pela crescente dívida externa, que em 1973 já chegava a mais de 12 bilhões de dólares, indicava um ponto de estrangulamento do modelo de desenvolvimento econômico. Além disso, as taxas de inflação aumentavam mais rapidamente do que admitia o governo. Os custos sociais do modelo econômico, resultantes das disparidades e das políticas de concentração de renda dos anos do milagre econômico, atingiram proporções alarmantes em 1973”. (p. 177).

90. RIOS, José Arthur. Qual a solução: internar ou socializar o menor abandonado. In: *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 12, 3.º quadrimestre de 1977, p. 23.

91. *Ibidem*.

92. *Ibidem*, p. 23.

segundo momento, quando a instituição dava mostras de sua impotência, diante de quadros tenebrosos nos quais estava inserida a maior parte da população brasileira. Assim, como observa o autor, a única medida preventiva efetivada pelo Estado, consubstanciava no fortalecimento da família, mas como esta poderia ser fortalecida, se nem ao menos suas necessidades eram cogitadas pelos planejadores do produto nacional bruto?

Os planejadores, como lembra o autor, “parecem que contam com um fortalecimento espontâneo da família, através de planos de distribuição de dinheiro, através de gigantescas organizações burocráticas, em vez de buscar soluções mais simples e que acionem mecanismos espontâneos, às vezes, já incorporados às nossas tradições. Tudo isso vem se fazendo frouxamente, na medida em que, superando o desgaste da inflação e a alta do custo de vida, algumas famílias, de fôlego heróico, mantém a capacidade de abrir os braços a esses desamparados. No entanto sabemos todas as dificuldades que cercam o instituto de legal adoção. Quanto ao menor infrator, problema mais difícil, uma coisa é certa, o insucesso dos internatos e estabelecimentos de recuperação. Se a rua transforma o menor abandonado em delinqüente, o presídio muda o delinqüente em fera. O caminho é outro. O depósito de presos é condenável no caso das crianças”.⁹³

Devemos lembrar que o único colaborador da revista que evitava a expressão menor era José Arthur Rios, como ele demonstra, a categoria menor era uma “idealização do discurso jurídico, nem sempre no mesmo compasso das categorias sociológicas”.⁹⁴

A revista de 1978, apresentou o discurso de Fawler Melo à CPI do menor realizada naquele período. As análises foram semelhantes às de todo período. Falavam-se em processo de marginalização, das categorias tipificadoras dos menores, incluindo uma de competência da FUNABEM, isto é, do menor desassistido para designar todo menor atingido pelo processo de marginalização, constituindo-se em “menor-problema social”. Encarado dentro das duas seguintes

93. *Idem. Ibidem.*

94. *Idem. Ibidem.*

categorias: a) menor carenciado – aquele que, em virtude do não atendimento de suas necessidades básicas e da ausência ou incapacidade dos pais ou responsáveis, encontra-se em situação de abandono total ou de fato, ou está sendo vítima de exploração e b) menor de conduta anti-social – aquele que infringe as normas éticas e jurídicas da sociedade.⁹⁵

O menor apareceu como estrangeiro, dentro da própria terra em que nasceu. Terra esta que o negava, condenando ao pior dos mundos, julgando-o portador das chagas sociais, disseminando medo e desconfiança, tal como os leprosos examinados por Foucault na *História da Loucura*.

Eder Sader, em uma alusão impressionante à figura do menor enquanto estrangeiro, lembra uma passagem de Foucault que se encaixa exatamente na história da infância desvalida no Brasil:

“Esse gesto que proscree tinha, sem dúvida, outro alcance: ele não isolava estranhos desconhecidos, durante muito tempo evitados por hábito; criava-os, alterando rostos familiares na paisagem social a fim de fazer deles figuras bizarras que ninguém reconhecia mais. Suscitava ali mesmo onde ninguém o pressentira.”⁹⁶

Quem diria, de acordo com as colocações de Eder Sader, que um dia essas afirmações de Foucault sobre a arqueologia do banimento da loucura viessem a calçar direitinho o mecanismo de geração da imagem do menor infrator entre nós. Imagem composta por uma multiplicidade de espelhos, irradiando os reflexos de uma sociedade excludente e autoritária, transformando categorias como os loucos e os menores no outro. O verbo delinquir, como constata Sader, não existe em primeira pessoa, uma vez que o delinquente é sempre o outro.⁹⁷

95. Revista *Brasil Jovem*, 1.º quadrimestre de 1978, n. 40.

96. FOUCAULT, Michel *apud* SADER, Emir, op. cit., p. 12.

97. SADER, Eder. *Op. cit.*, p. 12.

2.4. OS MENORES INFRATORES

A segunda categoria, abordada pelos artigos selecionados, trata especificamente dos menores infratores ou delinquentes. A primeira questão a ser salientada recai sobre o grupo que discutiu esta questão, isto é, enquanto diversos profissionais (sociólogos, jornalistas, estudantes universitários) debateram a questão do menor abandonado, o menor infrator teria uma verticalização nos discursos jurídicos e psiquiátricos. A grande maioria dos textos selecionados foi extraída majoritariamente de advogados, juízes de menores e psiquiatras. Não obstante, selecionamos alguns de cunho sociológico, indo ao encontro das idéias professadas pelo discurso jurídico.

Observamos uma fronteira tênue entre a fala de advogados e psiquiatras, como observa Foucault, na medida em que nos meandros das práticas discursivas destes grupos “formou-se a noção de indivíduo perigoso, permitindo estabelecer uma rede de causalidade na escala de uma biografia inteira e, por conseguinte, estabelecendo um veredicto de punição e correção”.⁹⁸

Houve, ainda, uma junção entre os discursos dos colaboradores da revista que discursaram sobre a problemática dos menores abandonados, com os artigos que se debruçaram sobre os casos de condutas anti-sociais, ou seja, os infratores e os delinquentes. Ambos partiam dos mesmos pressupostos, vistos como causadores da situação analisada: urbanização, industrialização, não integração de parcela da população, condições precárias de moradia, higiene e alimentação. No entanto, enquanto os primeiros, como vimos, acabaram constatando que grande parte dos menores abandonados era portadora de doenças psíquicas e desnutrição, os segundos conceberiam a delinquência, enquanto desvio de personalidade, em alguns casos de psicopatas, completando o ciclo entre um grupo e outro.

Mário Moura Rezende, juiz de João Pessoa, ao apontar as causas da delinquência juvenil, fala sobre as transformações sócio-econômicas pelas quais passou a sociedade brasileira. A passagem de uma economia rural para uma industrial e comercial é apontada como nodal para explicar a delinquência. Seguindo seu raciocínio, a “transforma-

98. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, Rio de Janeiro, Vozes, 1975, p. 224-225.

ção atraiu para os centros urbanos todos camponeses válidos.” A partir daí explica o aparecimento de duas categorias: na primeira, apontaria o grupo do qual participavam os indivíduos honestos que, por meio de seu trabalho, conseguiram vencer; outros “por inaptidão ou falta de sorte nada conseguiram, mas, nem por isso regressaram ao campo; preferiram ficar habitando míseros mocambos nos arredores das cidades, vivendo de expedientes”. Finaliza o autor que a sorte dos filhos desses homens estava selada, pois não dispunham de meios para satisfazer “seus mais elementares desejos, terminam praticando os primeiros furtos e daí por diante tem mais um menor delinqüente”.⁹⁹

Mais uma vez o jurista focaliza o problema, vinculando-o dentro do contexto sócio-econômico no qual a transformação da economia rural em urbana responderia, em primeira instância, aos fatores precípuos da marginalização do menor, encontrando na delinqüência juvenil seu último estágio. Porém, esta perturbaria toda a sociedade, apresentada como impotente diante do nascimento dos chamados infratores.

“A maioria da população não compreende essas verdades e por isso culpa as autoridades por não destruírem ou não manterem na prisão os pequenos delinqüentes. Esta indignação já contaminou tôdas as camadas sociais, transformando-se numa verdadeira revolta contra a existência dêsses desajustados principalmente porque alguns dêles já chegaram a matar. Mas voltando ao tema dos delinqüentes, aqui no Nordeste o caso está tomando as proporções de verdadeira calamidade pública. Os comerciantes vivem aterrorizados com êsses pequenos monstros. Enquanto isso, não dispomos de estabelecimentos de reeducação adequados para interná-los”.¹⁰⁰

Pelo uso dos adjetivos imputados aos menores como, por exemplo, “pequenos delinqüentes, desajustados, pequenos monstros”, observamos como o discurso constrói a imagem do infrator como elemento de alta periculosidade. O restante da sociedade aparece impotente diante de tal situação. Temos a verticalização da

99. REZENDE, Mário Moura. A delinqüência juvenil e suas conseqüências. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 13, março de 1970, p. 15.

100. *Ibidem*.

prática discursiva exigindo uma postura dos órgãos competentes, isto é, de se criar estabelecimentos de reeducação para interná-los.

Pauperismo, baixa renda *per capita*, trabalho da mulher fora do lar, ausências dos pais respondem em parte pela marginalização dos menores, divididos em dois grupos segundo o juiz; o primeiro, dos menores abandonados, vivendo precariamente, "o segundo tipo, o patológico, mais raro, porém o que oferece características mais sérias, engloba os portadores de anomalias psíquicas as mais variadas, tais como a alienação; a demência precoce; a semi-alienação; o histerismo; a epilepsia e a loucura".¹⁰¹

O autor chama atenção para o aumento da delinquência entre as moças de 10 a 17 anos, baseando-se num relatório do governo norte-americano: a delinquência entre moças, cuja idade varia entre 10 e 17 anos, aumentou duas vezes mais rapidamente do que entre rapazes, de 1969 a 1970; e de acordo ainda com o relatório, afirmou ser o comportamento "mais agressivo e independente" das meninas.¹⁰²

Mediante o relatório:

"O aumento da delinquência das moças é geralmente atribuído à sua mudança de atitude com relação à sociedade e à mudança de atitude contra elas, em vez do papel passivo que as moças desempenhavam no passado e do papel protetor da sociedade com relação a elas, as moças estão se tornando mais agressivas e independentes nas suas atividades cotidianas. Infelizmente, parte deste comportamento degenerou num grande aumento de fugas de casa, uso de drogas, freqüentemente criando a necessidade de outras atividades relacionadas com o crime, como pequenos roubos, assaltos etc."¹⁰³

De acordo com um artigo intitulado "Investigação Criminológica",¹⁰⁴ o Código de Menores, datado de 1927, não atende mais

101. Conduta anti-social do menor. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 3.º trimestre de 1972, p. 71.

102. *Ibidem*.

103. *Idem*.

104. Artigo do professor Virgílio Donnici (professor catedrático de Direito Penal do Instituto de Ciências Penais da Faculdade Cândido Mendes) In: Revista *Brasil Jovem*, ano IV, 3.º trimestre de 1970.

às necessidades do Brasil atual. O novo Código iria se preocupar em prevenir e descobrir as causas da delinquência do abandono dos menores e protegê-los antes que se tornem infratores.

“Necessitamos de uma Justiça Criminal especializada, incluindo os organismos policiais. Necessitamos de uma Justiça Criminal mais rápida. Necessitamos que o Brasil participe mais ativamente dos trabalhos das Nações Unidas sobre prevenção contra o crime e tratamento de criminosos. Necessitamos corrigir as distorções da legislação penal por meio de uma adequada política criminal, com a investigação criminológica para obtenção de uma melhor defesa social”.¹⁰⁵

Ainda segundo o mesmo artigo, “precisamos estudar a criminalidade e as suas relações com as condições econômicas brasileiras, a criminalidade e a infância abandonada, a criminalidade e a miséria e o desemprego, a criminalidade e a desagregação familiar. Nada se fez até agora. E as razões estão na ausência de recursos materiais, não havendo nenhum interesse governamental, o que é comprovado pelos gastos efetuados com a Justiça Criminal e com o aparelho repressivo, nada havendo em torno da investigação criminológica, que também não exista no âmbito universitário, misto ou privado”.¹⁰⁶

O artigo, acima, preconiza a prevenção do crime como forma de combater a delinquência, assim como o próprio delinquente. O uso abusivo do verbo necessitar em terceira pessoa remete à necessidade de se criar uma Justiça Criminal mais eficiente, bem como uma intervenção direta do governo nos crimes civis, já que o mesmo gastava mais com o aparelho repressivo.

Nesta mesma linhagem, alguns artigos preconizavam a reestruturação do Código de Menores de 1927, e uma das inovações, no dizer de vários juristas, deveria perpassar pela prevenção do crime cometido pelo menor.

No dizer do jurista Gumercindo Fleury, uma vez que os menores são instruídos sobre a proteção que a minoridade lhes dá, tornam-se indiferentes, por isso mais perigosos.

105. *Idem*, p. 64.

106. *Ibidem*.

“Todas as medidas que a polícia vem tomando para conter essas gangs que se tornam cada vez mais sinistras, esbarram com óbices intransponíveis, dos quais o principal é sem dúvida, a pouca idade dos criminosos. Estes, perfeitamente instruídos sobre a proteção que a menoridade lhes dá perante a lei, tornam-se indiferentes e cínicos e, por isso mesmo, ainda mais perigosos”.¹⁰⁷

Alguns menores são apresentados pelo referido jurista como: delinqüentes, viciosos, iniciados no crime, usuários de tóxicos.

“Os paulistanos estão realmente preocupados com essa onda interminável de assaltos à propriedade particular e a transeuntes, ocorrências que se sucedem tanto de dia como de noite. O grande exército anônimo, que é representado pela Polícia Civil, em permanente vigília, multiplica seus esforços para conter a onda de delinqüentes que invadiu a cidade. São Paulo é uma capital do trabalho. Aqui, noite e dia, os homens constróem, buscando o seu conforto e o da família, a própria grandeza do Brasil. Certo é que não oferecemos condições, apesar de sermos quase seis milhões de habitantes, para incentivar proezas dos que se colocam à margem da lei. Na verdade os que delinqüem não são indivíduos calejados no crime, marginais facilmente identificáveis, pelos agentes de Segurança pelos seus gestos e pela sua linguagem moldada no hábito da gíria.

Compreendo as tremendas dificuldades com que lidam os inspetores para apanhar os ‘fora da lei’ porque todos os assaltos verificados em São Paulo nos últimos anos têm sido praticados ainda na adolescência, e com menos de vinte anos de idade”.¹⁰⁸

Tanto o artigo de Virgílio Donnici, quanto de Gumercindo Fleury, preconizavam estudos que revelassem as causas da criminalidade presente nos chamados infratores.

Segundo observações de Rosa Maria Fisher, “se por um lado a menoridade lhes permite mais livre trânsito no ‘mundo do crime’,

107. FEURY, Gumercindo. Delinqüência Juvenil. In: *Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, ano II, n.º 8, dezembro de 1968, p. 72.

108. *Idem*.

por outro lado o estigma social os vincula tão fortemente à ilegalidade que muitas dessas crianças são marcadas como criminosas, antes de terem tido a oportunidade de delinquir”.¹⁰⁹

Da problemática exposta surgiu uma discussão importante durante o período, isto é, a necessidade de intervenção do Estado no sentido de investir em pesquisas científicas, tal como a Criminologia, definida por Virgílio Donnici, como “uma ciência jovem, procurando uma unificação metodológica, tendo em vista o conjunto de ciências, desde a biologia, a antropologia e outras, até a estatística. É uma ciência viva, eminentemente social, com a finalidade de melhorar os métodos para o tratamento dos criminosos e a prevenção da marginalidade”.¹¹⁰

A prevenção da marginalidade é fundamental, de acordo com as observações de León Michaux, na medida em que “o delito é menos importante que o delinqüente, devendo este ser estudado sob o ponto de vista tríplice: fisiológico, psicológico e social”.¹¹¹

Neste sentido, alguns juristas preconizavam a revisão do Código de Menores, visando à correção das distorções da legislação penal por meio de uma adequada política criminológica para obtenção de uma melhor defesa social.

“O Brasil necessita de uma Criminologia, de uma escola própria e o início deste trabalho vai surgir com o Novo Código Penal Brasileiro, que imporá ao juiz brasileiro, além de sua formação penal, colhida nas Faculdades, uma especialização criminológica, para indagação da personalidade do criminoso sobre o aspecto biopsicossocial, compreendendo as anormalidades biopsíquicas, na medida em que elas possam influir sobre a capacidade de entender e querer”.¹¹²

Busca-se a prevenção do crime, por meio da identificação dos menores em perigo moral. Com este termo poderiam ser enquadrados os adolescentes abandonados ou mesmo possuidores de lares ricos ou pobres, cujo procedimento na escola, trabalho revela inadaptação social, isto é, todos se tornam suspeitos.

109. FERREIRA, R.M.F. *Op. cit.*, p. 43.

110. DONNICI, Virgílio. *Op. cit.*

111. MICHAUX, L. *Op. cit.*, p. 143.

112. DONNICI, Virgílio. *Op. cit.*, p. 64.

“Duas finalidades dominam o problema da delinquência juvenil: prevenção e proteção. Têm-se em vista a prevenção e a proteção, quando se procura localizar, na escola, os anormais e, em toda parte, as crianças em perigo moral”.¹¹³

Mesmo que não tivessem cometido delito algum, segundo os colaboradores da revista, os menores considerados em perigo moral deveriam ser denunciados às autoridades por professores, pais, médicos, médicos-assistentes ou por órgão do poder público.

Alguns artigos defendiam a implantação de instituições, com o objetivo de equacionar o problema do menor em âmbito nacional e estadual.

Vários defendiam a revisão do Código de Menores. Desta maneira, o Novo Código deveria incorporar a categoria de menores em perigo moral, constituída por adolescentes carenciados, abandonados e com problemas de conduta. No dizer de Marival Pereira, Secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, os menores em perigo moral podem ser encontrados em várias camadas sociais: abandonados ou mesmo possuidores de lar, ricos ou pobres, cujo procedimento, na escola, no trabalho, relevam problemas sociais.

Para o professor Virgílio Donnici, o “crime sempre foi entendido como produto da vontade do homem e, como consequência, sempre adveio a pena como castigo, como retribuição, que os penalistas chamam de caráter retributivo da pena.” O autor constantemente retoma o discurso de Lombroso, afirmando que não havia no Brasil e nem no restante da América Latina estudos sobre as causas do crime.

“No Brasil não existe a criminologia, nem na América Latina como poderemos, nós no Brasil, no campo de defesa social sem a Criminologia, sem a investigação criminológica, estudarmos a criminalidade trazida pela imigração rural, pelo alcoolismo, pela prostituição, pelo uso dos tóxicos? Como poderemos estudar as manifestações da criminalidade sem estatísticas judiciárias, policiais e penitenciárias? Precisamos estudar as manifestações e causas da criminalidade em todos

113. PEREIRA, Marival. Menores abandonados: reflexo de diversas situações de carência. In: Revista *Brasil Jovem*, Rio de Janeiro n.º 36, ano X, 3.º quadrimestre de 1963, p. 65.

os setores, desde a família, o sexo e o crime, a instrução, a educação e a cultura, abandonando aquele aforisma de que 'abrir uma escola é fechar uma prisão'".¹¹⁴

É impressionante a quantidade de vezes que os colaboradores recorrem às teorias de Césare Lombroso. Embora alguns apresentem críticas ao método lombrosiano, extremamente determinista, concordam, em parte, com as investigações operacionalizadas pelo teórico italiano. O que parecia sepultado renasce no período, desta vez com grande veemência quando pensaram a questão dos menores infratores, pois somente uma criminologia, cujas heranças remontavam o século XIX, poderia deslindar a alma perversa dos pequenos corpos criminosos.

No Brasil existe uma pluralidade de tempos históricos coabitando o mesmo espaço, destinando parte do contingente social à exclusão. Esta não foi a primeira vez na história que métodos calcados no pensamento, em vigor no século XIX, foram retomados, como demonstraram Lilia Moritz Schwarcz¹¹⁵ e Sérgio Carrara,¹¹⁶ ao discutirem a convergência de discursos durante os séculos XVIII e XIX, determinando o racismo, a intolerância e a exclusão de determinado segmento social.

A criminologia nasceu em 1885, mediante estudos de Rafael Garófalo, pertencente à Escola Italiana, fortemente marcada pelo positivismo e pela antropologia criminal, da qual também faziam parte Césare Lombroso e Enrique Ferri que viam o crime como fenômeno natural, determinado por fatores biológicos que agiriam no nível do organismo individual.¹¹⁷

A influência das idéias de Ferri, professor da Escola Italiana de Direito Penal, no Brasil, foi demonstrada por Lilia Moritz Schwarcz, quando este, em 1908, visitou a Faculdade de Direito

114. DONNICI, Virgílio. *Op. cit.*, p. 63.

115. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

116. CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ/EDUSP, 1998.

117. Ver CARRARA, Sérgio. *Op. cit.*, p. 102 e MAYORCA, Juan Manuel e MENDES, Nelson Pizzotti. *Criminologia*, São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1975, p. 106.

de São Paulo, sendo recebido "com entusiasmo dos alunos que com euforia atiravam-lhe flores e trepidos aplausos".¹¹⁸

O delito, como fenômeno complexo, encontrou em Ferri, Garófalo e Lombroso seus mais trepidantes autores. Para Ferri, o delito é um fenômeno natural atávico, no entanto sua tese foi considerada simplista por Garófalo, dizendo que o "delito é o ato que viola os sentimentos altruístas de piedade e probidade, tendo em conta a apreciação média de uma determinada sociedade na qual eles existem e os quais são indispensáveis, dada a adaptação do indivíduo à vida social. Finalmente Lombroso postularia todas as características dos delinquentes em sua obra clássica "O homem Criminal" cujos princípios norteariam os discursos médicos e jurídicos ao longo do século XX.¹¹⁹

Com Lombroso (1835-1909), seria definido o perfil do delinquente, a partir das técnicas de antropometria e da craniologia, ao examinar os corpos dos criminosos, bem como no tratamento estatístico dos resultados obtidos. Por meio de seus estudos, Lombroso, como lembram Juan Manuel e Nelson Pizzotti, classificaria os seres humanos em dois grupos: os delinquentes e não delinquentes. Os primeiros seriam objetos de estudo biológico, postulando inúmeros caracteres a eles peculiares (o criminoso nato).¹²⁰

A partir da Escola de Sociologia Francesa, a Criminologia ganhou novo estudo, e os conceitos de Lombroso, Garófalo e Ferri, de traço eminentemente biológico, deixaram de ser referência única da criminologia, para ceder vez ao fato social, encontrando em Gabriel Tarde (jurista e sociólogo), e Paul Fauconnet (membro da Escola Sociológica Francesa), ferrenhos opositores das idéias positivistas.

Tarde, como salienta Carrara, ocupou-se largamente em discutir com Lombroso, Ferri, combatendo as teses deterministas ao longo de sua obra, e Fauconnet, tratou da análise da responsabilidade humana, contrapondo-se às idéias da escola italiana. "Neste momento, questiona-se o biodeterminismo para substituí-lo por um sócio-determinismo que, por não estar inscrito de antemão e para sempre

118. SCHARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 179.

119. MAYORCA, Juan Manuel e MENDES, Nelson Pizzotti. *Op. cit.*, p. 117.

120. *Idem*, p. 118.

no organismo individual, poderia ser revertido ou orientado, atenuado ou eliminado.”¹²¹

As idéias, acima postuladas, encontraram em vários colaboradores da revista *Brasil Jovem* um fecundo campo no qual as teorias, principalmente as de Lombroso, passariam a serem lembradas. Em um artigo intitulado *O mundo amoral dos 'Hippies'*, seus autores Túlio Vargas e Valter Bitencourt fazem várias referências à obra de Lombroso, afirmando que a teoria de Lombroso foi bastante criticada e atacada, porém pouco estudada e compreendida. No entanto, segundo os autores, teve o mérito de haver reconhecido e preludiado a divisão dos criminosos habituais e os criminosos natos:

“O insigne mestre estudou quase que profundamente a pessoa e o indivíduo delinqüente ‘nato’, ou melhor dizendo, delinqüente predestinado. Para isso, chegou a classificar caracteres físicos identificativos dos indivíduos que têm predisposição para o crime. De nossa parte não pretendemos chegar a tanto, pois o nosso trabalho segue um rumo em parte diverso”.¹²²

Apesar de afirmarem que seus trabalhos seguiam um campo diverso das análises de Lombroso, recorreram às classificações lombrosianas para diagnosticarem os delinqüentes.

“Tais tendências provocadas, ou por distúrbios orgânicos, por fator psicológico ou por qualquer fator de hereditário transcendental são facilmente exteriorizáveis e podem ser identificados por quem se acostuma a observar tais atitudes. Os elementos propensos ao crime demonstram tal propensão, ora por palavras, ora por gestos, quando propalam valentia, ou quando buscam deliberadamente ambientes propícios ao crime, ou ainda quando se previne para o ataque diante de um mínimo propósito que lhes ofereça o meio em que na aparência são pessoas pacatas e quando

121. CARRARA, Sérgio, *Op. cit.*, p. 118.

122. VARGAS, Túlio e BITENCOURT, Valter. O mundo amoral dos hippies, In *Brasil Jovem*, 4.º trimestre de 1970, p. 78.

alcoolizadas, deixam entrever claramente seus instintos, indivíduos predispostos; o delinquente ocasional é aquele que, sendo pessoa de condições normais, é levado a prática do ato definido como crime, por força de uma circunstância qualquer, independente mesmo de seu desejo no sentido de praticar o ato".¹²³

Segundo Carrara, Lombroso formulou uma série de estigmas que "na superfície do corpo do criminoso identificava sua alma. Psicologicamente, o gosto pela tatuagem, pela gíria e onomatopéia, a imprevidência, a prodigalidade, a vaidade, a imprudência, a impulsividade, a insensibilidade moral, o caráter vingativo, o amor pela orgia, a preguiça, a precocidade e o prazer no delito, a ausência de remorsos completavam a figura do atávico. Havia ainda características fisionômicas: o olhar, frio e fixo do assassino. Errante, oblíquo e inquieto nos ladrões".¹²⁴

O professor Marcelo de Barros, clínico psiquiatra do Instituto da Paraíba, em João Pessoa, desenvolveu uma pesquisa sobre os vários aspectos biológicos da herança, da criminalidade e do comportamento. *Brasil Jovem* apresentou um resumo dessa pesquisa, intitulada a *Herança da Criminalidade e do Comportamento*, afirmando mais uma vez que a delinquência e a criminalidade são, antes de tudo, um problema do comportamento, que têm suas raízes nas condições genéticas da herança, por um lado, e, por outro, no meio ambiente, como pano de fundo, como palco, como meio de provocação de taras, dos barbarismos e dos desvios de personalidade".¹²⁵

Por meio de tais explicações sobre a delinquência, a serem investigadas na sua origem, aos poucos, o menor seria estigmatizado, marcado com rótulo de infrator perigoso, disseminando, no imaginário social e coletivo, a figura a ser vigiada e controlada.

123. *Idem*. Luiz Angelo Dourado vai mais longe ao classificar os delinquentes como narcisistas, arrogantes, à medida que postulam uma imagem idealizada de si mesmo. "Quantos criminosos não almejam ser o mais temido, o pior, o mais sanguinário? Na verdade, esta imagem idealizada procura encobrir o âmago verdadeiro do delinquente, que é na grande maioria covarde, débil e inseguro. *Op. cit.*, p. 116.

124. CARRARA, Sérgio. *Op. cit.*, p. 105.

125. VARGAS, Túlio e BITENCOURT, Valter. *Op. cit.*, p. 78.

“Por trás do infrator a quem o inquérito dos fatos pode atribuir a responsabilidade de um delito, revela-se o caráter do delinqüente cuja lenta formação transparece na investigação biográfica. A introdução do biográfico é importante na história da penalidade. Por que ele faz existir o criminoso antes do crime e, num raciocínio-limite, fora deste. É porque a partir daí uma causalidade psicológica vai, acompanhando a determinação jurídica da responsabilidade, confundir-lhes os efeitos... dédalo criminológico, os discursos penal e psiquiátrico confundem-se em suas fronteiras, o delinqüente torna-se indivíduo a conhecer”.¹²⁶

Para Erwing Goffman,¹²⁷ o estigma carrega em si uma valoração completamente negativa, tornando-se, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Partindo deste postulado teórico, o autor fundamenta sua análise a partir da inflexão de três atributos considerados pilares mantenedores da estereotipia engendrada pelo estigma, a saber: as abominações do corpo, manifestadas pelas deformidades físicas; as culpas de caráter individual (fraquezas, vícios) e, finalmente, os estigmas tribais de raça, nação e religião. Ao construir uma teoria do estigma, chama-nos a atenção para os perigos que ela representa, calcada na inferioridade que confere ao outro, retirando sua individualidade e, por conseguinte, mergulhando numa esfera de animosidade baseada em outras diferenças, como, por exemplo, de classe social.¹²⁸

126. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 223-224.

127. Erving Goffman é professor de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley, cientista social com vários trabalhos publicados, abrangendo diversas áreas, por exemplo, sociologia, antropologia e psiquiatria, alguns dos quais analisamos no capítulo 4 deste trabalho.

128. GOFFMAN, E. L. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 15. 1978. Ver do mesmo autor “A representação do eu na vida cotidiana”, Rio de Janeiro, Vozes, 1995. Obra na qual postula os jogos de papéis assumidos pelos indivíduos nos diferentes centros de representações, de tal modo, como lembra o autor, o relacionamento social é montado como uma cena teatral, resultado da troca de ações, oposições e respostas dramaticamente distendidas: Os textos, em mãos de atores iniciantes porque ganhar vida porque a própria vida é uma encenação dramática, p. 71.

Marilena Chauí lembra-nos de que as classes ditas “subalternas de fato o são e carregam os estigmas da suspeita, da culpa, e das incriminações permanentes. Situação mais aterradora quando nos lembramos de que os instrumentos criados para a repressão e tortura dos prisioneiros políticos foram transferidos para o tratamento diário da população trabalhadora e que impera uma ideologia segundo a qual a miséria é a causa da violência, as classes ditas ‘desfavorecidas’ sendo consideradas potencialmente criminosas”.¹²⁹

Encontramos, nos artigos, elementos que buscavam dar uma legitimidade científica à questão, quer seja por meio dos estudos psiquiátricos – teses da delinquência –, quer seja por meio de estatísticas, apontando o aumento do número de infratores com menos de 20 anos de idade, a quantidade de miseráveis habitando a periferia das grandes cidades.

Glauco Carneiro mostra dados de uma pesquisa realizada pela FUNABEM, sendo que por meio de seus resultados concluiria que os infratores tinham o nível mais baixo entre todos os menores marginalizados. O maior número de infrações, por exemplo, do artigo 121 do Código Penal se situa nas faixas de inteligência média e média inferior, enquanto o artigo 129 é infringido em sua maioria pelos oligofrênicos.

Desta vez o editor de *Brasil Jovem* recorreria a Lombroso como suporte teórico, uma vez que, segundo Carneiro, sua tese poderia ser comprovada hoje pelos fatos:



Segundo a Revista *Brasil Jovem*, a miséria seria o primeiro passo para a delinquência.

129. CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 57.

Glauco Carneiro



A MATANÇA DOS INOCENTES

Eles seriam seres de ficção científica se não estivessem à nossa vista e fossem produtos de um atraso que ainda não conseguimos superar. Pode-se ver através do seu cérebro porque a fome não deixou os miolos se desenvolverem.

Mesmo antes do nascimento.

No entanto, eles já foram em maior número. E algumas providências governamentais fazem pensar que se reduzirão mais ainda, deixando de cumprir a sina triste: **adoecer de fome e morrer de infecção.** Leia o que

Glauco Carneiro viu **in loco** no Nordeste e o que apurou sobre um drama nacional.

Pesquisas realizadas pela Revista *Brasil Jovem* tentava demonstrar que grande parte das crianças brasileiras tinham problemas neurológicos como consequência da fome e da miséria.

“Isso comprova que se a teoria de Lombroso está sendo comprovada hoje pelos fatos (delinquência latente se daria pelo número anormal de cromossomos), a miséria, a subnutrição, a má habitação e a falta de higiene são responsáveis por seres fracos que delinquem porque é o caminho aparentemente mais fácil de comer”.¹³⁰

De acordo com as observações de Carneiro, o problema do menor estava longe de ser solucionado, diferentemente do que afirmara Altenfelder em 1966. No entanto, o trabalho continuava a ser realizado por “gente séria que procurava atender aos 100 mil menores internados em todo o país”, por meio da prevenção, conscientização da juventude das escolas normais e universidades para que participem da solução do problema. Mas, a cada dia, centenas de milhares se vão juntar aos desamparados assistidos e desassistidos. Fornadas imensas de crianças condenadas ao abandono nascem diariamente”.¹³¹

No final da reportagem, podemos observar uma nota feita pelo Juiz de Menores Dr. Alyrio Cavallieri cumprimentando o chefe de Relações Públicas da FUNABEM, Glauco Carneiro, pela reportagem sobre o menor, publicada na revista *Brasil Jovem* em 1970.

Em 1975, dois jornalistas da revista, João Mineiro e Hipólito Soares, reproduziram parte do pensamento do Juiz Álvaro Mayrink da Costa, professor de Direito Penal, segundo o qual defendia a necessidade do exame criminológico, entendido, de acordo com o juiz, como ato de justiça. Os compiladores não esqueceram de utilizar as bases teóricas do juiz, a saber, Lombroso, Darwim, Ferry entre outros.¹³²

O exame criminológico, a ser feito em um curso de Instrução Criminal, daria condições ao magistrado de “vislumbrar a personalidade do acusado, seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, atingindo os postulados da verdadeira função judicial. O exame científico da personalidade, para ser viável, deve mostrar ao juiz

130. CARNEIRO, Glauco. A maldição de ser menor. In: Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, dezembro de 1970, p. 28.

131. *Ibidem*.

132. MINEIRO, João e SOARES, Hipólito. *Justiças se faz com exame criminológico*, In: Revista *Brasil Jovem*. N.º 32, 3.º quadrimestre de 1975, p. 37.

como o indivíduo consciente da ilicitude do ato, não pode resistir aos estímulos que o conduziram a cometê-lo".¹³³

Além de utilizar o discurso jurídico nesta mesma edição, os jornalistas recorreram a outra fonte, agora vinda da psiquiatria, ao utilizarem, como paradigma, a explicação científica do professor de psicologia e psiquiatria Elso Arruda, diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que considerava a delinquência como atributo de personalidades psicopáticas. Para o professor Elso Arruda, a psicopatia era um atributo do "homem que se considera infeliz, constituindo grave perigo à sociedade capaz de praticar os mais abomináveis crimes".¹³⁴

"Essas personalidades, denominadas anormais, em sua maioria e constituídas pelas conhecidas 'personalidades psicopatas'. Em virtude de suas anormalidades, as personalidades psicopáticas costumam incidir no crime e, não raro, tornam-se delinquentes inverterados e perigosos para a sociedade. Se querem dinheiro roubam ou assaltam, se querem bens ou vantagens obtêm-nos sem olhar os meios; se sentem desejos instintivos, raptam e violam; se não gostam de ninguém, atacam e matam. Destituídos de sentimento e de valores éticos, seguem a regra de que os fins justificam os meios. Ao estudar essas personalidades anormais, em particular os delinquentes contumazes, verifica-se que suas anomalias e sua expressão no comportamento, variam em cada caso. Assim há os que têm no roubo sua manifestação típica. Os que assaltam com uso das armas ofensivas; os que falsificam documentos; os que atacam menores ou jovens para fins libidinosos, os que não podem ser perturbados porque reagem com violência explosiva, enfim, há um número infinito de condutas anti-sociais e criminosas desses indivíduos. Muitos deles, excessivamente vaidosos, presunçosos, e arrogantes, cometem atos anti-sociais apenas para serem respeitados, para aparecer nos jornais e na televisão, para

133. *Idem*, p. 38.

134. MINEIRO, João & SOARES, Hipólito. Uma análise do ponto de vista da psicologia. In: *Revista Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 3.º quadrimestre de 1975, p. 35.

adquirir notoriedade, enfim, para chamar atenção sobre sua pessoa. Ao passo que as pessoas normais procuram se destacar pelo trabalho honesto, pelo estudo, pela dedicação à ciência ou à causa pública, as personalidades normais procuram a evidência e a notoriedade pelas suas façanhas, pela ostentação, pelo exibicionismo e pelo crime”.¹³⁵

2.5. O GENERAL E A FUNABEM

No dia 05 de outubro, dando início às solenidades da Semana da Criança, Emílio Garrastazu Médici fez um pronunciamento na FUNABEM, *a posteriori* incorporado na revista *Brasil Jovem*. O que chama a atenção, no pronunciamento de Médici, é o uso abundante da palavra milagre, ora para ressaltar o papel da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), ora para ressaltar o governo militar como responsável direto pela criação da instituição.

“Nesta manhã, vejo todo o milagre. Vejo o milagre da transmutação da ‘Sucursal do Inferno’, da escola do crime, da fábrica de monstros morais (referências ao Setor de Atendimento dos Menores – SAM – extinto com a criação da FUNABEM) em um centro educacional voltado para o desenvolvimento integral do menor. Esse milagre que hoje e aqui, proclamamos a toda nação brasileira, nós o devemos à Revolução de Março. E não tenho dúvida em afirmar que a constatação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria, pelo menos, de bendizê-lo por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, pois, neste lugar, ergue a FUNABEM”.¹³⁶

O general Médici, após relatar todas as atrocidades cometidas aos menores, faz uma alusão à lenda do Negrinho do Pastoreio. Em seguida, associa a lenda à história de vida de cada criança desamparada, vítima da exploração e da corrupção.

135. *Ibidem*.

136. MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem ao jovem do Brasil. In: Revista *Brasil Jovem*, ano IV, n.º 16, 4.º trimestre de 1970, p. 53.

“Penso nas crianças de tudo precisadas; penso nos menores que, lá fora, sofrem, dos maiores, a crueldade, a exploração e a corrupção, e me revolto ante as imagens da criança, mendiga, da inocência feita cúmplice e da pureza manchada no vício. E a saga de minha terra me vem como símbolo mesmo de todos os menores desamparados que em cada qual vejo um negrinho do Pastoreio. Quisera vê-los, a todos, esses desamparados, não somente como aquele atirado, sangrando num formigueiro, afilhado de Nossa Senhora, e que, aparecerem as coisas perdidas, surgindo à frente de fantasmática tropilha, diz-se fazer o milagre”.¹³⁷



A visita do presidente Médici (ao lado de Altenfelder), em 1970, marcou a história da FUNABEM, na medida em que o Estado controlado pelos militares, ao criar a instituição, tentava demonstrar os compromissos sociais do governo para com a nação.

137. *Ibidem*.

A visita de Médici, na FUNABEM, foi veiculada por toda a imprensa na época. O jornal *A Gazeta de Vitória*, reproduziu quase todo o discurso de Médici, elogiando a postura do chefe do executivo que, no dizer do jornal, “ficou impressionado com o que viu e sentiu em termos de assistência afetiva às crianças entregues aos cuidados daquela instituição, dirigiu a toda a Nação (*sic*) uma mensagem de vibração e ternura, regozijando-se com o que vem sendo feito, nesse dedicado e importante setor da valorização humana, e reafirmando a política revolucionária no plano do bem-estar do menor”.¹³⁸

O *Jornal do Brasil*, do dia 7-10-70, foi mais cauteloso ao afirmar que o presidente não exprimiu uma novidade, ao dizer, que “o problema da criança desvalida, longe de ser tão apenas assistencial, entende todo um processo de transformação cultural sedimentados nos valores maiores da civilização”. Não obstante, o *Jornal do Brasil* também conferia à FUNABEM importante papel, pois surgiu no lugar do SAM, “menos eufônica, mas certamente mais humanitária”. O artigo chama atenção para o contingente social dos desprotegidos na cidade, postulando a necessidade de convênios particulares, pois o governo sozinho não administraria tão delicado setor: “é aflitiva a paisagem de contingentes sociais desprotegidos nas grandes cidades. O desamparo ao menor e à velhice atingem índices lastimáveis que pesam nas consciências bem formadas”.¹³⁹

Essa postura adotada por Médici, ao visitar pessoalmente a FUNABEM ou incumbir seu ministro da Justiça de acompanhar *in locus* os trabalhos desenvolvidos pela referida instituição, divulgava a imagem de um governo atento ao social. No entanto, o período de seu governo foi considerado como a pior fase da ditadura militar, marcado pela presença onipotente do AI5 e, por conseguinte, por toda a sorte de repressão e violência jamais assistida na história Brasil.¹⁴⁰ Foi nesse período que a legislação traçou destinos nada

138. *A Gazeta de Vitória*. In: *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, ano 4, 4.º trimestre de 1970, p. 53.

139. *Jornal do Brasil*. In: *Brasil Jovem*, Rio de Janeiro, 4.º trimestre de 1970, p. 57.

140. Thomas Skidmore afirma que o governo Médici foi o mais repressor do período militar (SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo,

agradáveis para os menores, provocando em vários juristas de menores da época uma certa indignação.

Toda a década de 1970 foi marcada por inúmeras discussões acerca da aprovação de um novo Código de Menores, pois o Código de 1927 foi considerado obsoleto, não atendendo às necessidades do Brasil da época. Houve inúmeros debates sobre a criação de um anteprojeto que sofreria algumas emendas propostas pelos Juízes de Menores. No dia 10-10-1979, após 50 anos de existência entraria em vigor um novo Código de Menores. Este seria abolido em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Paz e Terra, 1988, p. 303), caracterizando-se pelo elevado grau de repressão política em todas as esferas da sociedade. Maria Helena Moreira Alves (ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 157-160) lembra que a instituição foi mantida por meio de vários Decretos-lei. Estes conferiam extraordinário poder ao Executivo.

OS FILHOS DO MUNDO NO SUMIDOURO DO SILÊNCIO

SUMÁRIO: 3.1. Histórias de gente grande – 3.2. Em busca das filhas do mundo – 3.3. A UE9 e os infratores – 3.4. Saída discreta pela porta dos fundos.

Partimos dos discursos enquanto modalidades que buscam representar a realidade social, pois, ordenam, classificam e representam o universo de inserção de um determinado grupo, legitimando, em alguns casos, a ação de entidades institucionalizadoras.

Diversas práticas discursivas coabitam o universo da FEBEM: a polícia, criando, por meio de Boletins e autos de prisão, a necessidade da intervenção estatal; o juiz responsável pela sanção legal obtida por meio da análise da equipe técnica existente em cada unidade; assistentes sociais, médicos, psicólogos e psiquiatras compõem inúmeros pareceres, legitimando o espaço da exclusão de centenas de milhares de menores transformados em corpos a serem analisados, por meio de vozes dissonantes de um poder, inúmeras vezes, arbitrário.

O corpo técnico da FEBEM se constitui de figuras intermediárias, mistificando a violência, como lembra Franco Basaglia ao estudar um manicômio na Itália por meio de um tecnicismo, confinando os jovens e adolescentes ao mundo da exclusão:

“O papel dessas figuras intermediárias será, portanto, mistificar a violência através do tecnicismo, sem que isso

modifique sua natureza, mas fazendo com que o objeto da violência se adapte à violência de que é objeto sem sequer chegar a ter consciência dela e sem poder, com isso, reagir a ela tornando-se, por sua vez, violento. A função dos novos prepostos será ampliar as fronteiras da exclusão descobrindo, tecnicamente, novas formas de infração que tinham sido consideradas normas até então”.¹

Para o autor, os novos técnicos, isto é, o psicólogo de indústria, o terapeuta, o assistente social, o sociólogo de empresa e o psiquiatra social, “nasceram da necessidade dos grupos dominantes legitimarem os papéis a serem ocupados por cada indivíduo dentro da sociedade, ao administrarem a violência no poder, atenuam os atritos, dobram as resistências, resolvendo os conflitos provocados por essas instituições, objetivando à adaptação dos indivíduos, à aceitação de sua condição de ‘objetos da violência’, dando por acabado que a única realidade que lhes cabe é serem ‘objetos de violência’ se rejeitarem todas as modalidades de adaptação que lhes são oferecidas”.²

A imagem conferida ao menor é fruto da interação de diversas práticas discursivas criadas por instituições como a FUNABEM/FEBEM, valendo-se da legislação, bem como do discurso médico, buscando uma certa legitimidade científica. O menor, transformado em objeto, tem seu universo pulverizado, à medida que sua inserção, enquanto agente a ser institucionalizado, ocorre por meio de análises dos pareceres dos técnicos institucionais: médicos, psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistentes sociais.

Dentro deste universo de olhares, as figuras que tiveram grande influência no sentido de atribuir um lugar específico para cada menor, adequando comportamentos visualizados, foram os assistentes sociais, e, sobretudo, os psicólogos e os psiquiatras, duas instâncias de poder ao lado do poder jurídico. A lei se respaldava cientificamente, por meio de diagnósticos, assim como no caso dos loucos, não deixando dúvidas acerca do caráter doentio, precon-

1. BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 102.

2. BASAGLIA, Franco. *Op. cit.*, p. 105.

zando a exclusão do doente do mundo dos sãos e, no caso do jovem e do adolescente, categoriza formas delituosas e desviantes de forma irreversível.

“O diagnóstico assume, doravante, o valor de um rótulo que codifica uma passividade dada por irreversível. Tal passividade pode ter, porém, uma outra índole que não sempre e exclusivamente patológica. É exatamente no instante em que é considerada apenas em termos de doença que se confirma a necessidade de sua separação e exclusão, sem que a menor dúvida intervenha no reconhecimento do significado discriminatório do diagnóstico. Desta maneira a exclusão do doente do mundo dos sãos libera a sociedade de seus elementos críticos, de uma só vez confirmando e sancionando a validade do conceito de norma que tal sociedade estabeleceu. A partir destas premissas a relação entre o doente e aquele que toma conta dele é forçosamente objetual, na medida em que a comunicação entre ambos ocorre através do filtro de uma definição, de um rótulo que não deixa qualquer possibilidade de apelo”.³

As instituições de reclusão atuam, a partir de uma definição do que seriam os direitos e deveres dos internados. “Alguém estará numa posição que lhe permite dizer o que o internado consegue obter e tudo de que deve ser privado, e essa pessoa é oficialmente, o psiquiatra. O psiquiatra não precisa exercer esse direito de acordo com as regras burocráticas uniformes, como fariam um funcionário público ou um militar. Praticamente qualquer aspecto das condições de vida do paciente em sua rotina diária pode ser modificado à vontade do psiquiatra, desde que seja dada uma explicação psiquiátrica, dentre os servidores é o único que recebe tanto poder.”⁴

Ao passarem por uma das Unidades de Triagens, a maioria dos menores era submetida a inúmeras entrevistas, testes de nível mental, psicomotor e pedagógico. O quadro nascido destas inferências

3. BASAGLIA, Franco. *Op. cit.*, p. 109.

4. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1999, p. 291.

aludiria qual unidade a ele seria a mais viável; a unidade, em uma posição estática, conferia um lugar a ser ocupado pelo indivíduo dentro da instituição.

A “verdade” dos pareceres marcaria toda a trajetória de jovens e adolescentes dentro de seu processo institucionalizador; cada gesto, ato ou comportamento seria descrito pelos pareceres como possibilidades de regeneração ou confirmação do anteriormente exposto.

Não obstante, um jovem que *a priori* fosse classificado como altamente perigoso, desprovido de amor ao próximo, destituído de valores morais, após alguns meses ou anos de reclusão receberia outro veredicto consubstanciado no olhar atento da equipe técnica, alguns, mediante a FEBEM, reintrojetaram os valores perdidos ou nunca incorporaram; outros mantiveram a postura inicial, sendo vistos como portadores da marginalidade para quem apenas a prisão é o último estágio a ser trilhado, quando não a morte que os espreita ao longo de toda a sua vida.

A individualidade de cada sujeito é inexistente em cada instituição destinada a conter loucos, presos e menores, o mundo do asilo é o *locus* da padronização de comportamentos. Espera-se que cada um de seus membros siga o compasso da uniformização.

Por outro lado, percebemos que, com o passar do tempo, a linguagem dos *Prontuários* se alterava. Para a instituição pode ser a confirmação do trabalho desenvolvido. No entanto, após um breve período, por meio das assistentes sociais encarregadas de acompanhar os casos de liberdade vigiada, voltava o primeiro veredicto, levando-nos à confirmação de que os jovens, com o passar do tempo, assumiram o discurso da instituição, uma vez que sabiam exatamente o que uma das unidades esperava ouvir, independente de acreditarem ou não no papel que a instituição julgava possuir.

“O indivíduo pode manter privativamente padrões de comportamento nos quais pessoalmente ele não acredita, mantendo-o por uma viva crença de que uma platéia invisível está presente, a qual punirá os desvios desses padrões”.⁵

5. GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995, p. 80.

A política traçada pela FUNABEM, a partir de 1974, ganharia cada vez mais espaço no Estado de São Paulo, com a implantação da Fundação Paulista de Promoção Social (PRÓ-MENOR). Neste período, a PRÓ-MENOR esteve vinculada diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. No ano seguinte (1975), por meio do Decreto-lei n.º 5.926, atrelou-se à Secretaria da Promoção Social.

O ano de 1976 assinalou a incorporação definitiva da PRÓ-MENOR à política da FUNABEM, o que resultou na mudança de nome. Surgia no Estado de São Paulo a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor FEBEM/SP, uma instituição que tinha como objetivo, de acordo com os primeiros documentos, o atendimento do menor em todas as suas necessidades.

As crianças, em situação de abandono material e moral, desprovidas de cuidados básicos para sua existência e categorizadas como infratoras, delinquentes, portadoras de desvios de conduta, mediante o primeiro documento da instituição, encontrariam, na FEBEM, sua mais legítima representante.⁶

A FEBEM, enquanto instituição diretamente ligada à Secretaria da Promoção Social, apresentava-se como órgão educacional e reeducacional, buscando assegurar os direitos e deveres do menor privado de suas necessidades básicas.

A abrangência da política implantada pela FEBEM pode ser verificada, ao analisarmos os prontuários existentes no Setor de Cadastro de Menores (SCM), localizado no Tatuapé, possibilitando ao historiador entender parte do universo no qual os chamados menores estavam inseridos. Tarefa nada fácil, uma vez que o trabalho com instituições disciplinares apresenta inúmeros problemas aos historiadores, como observou Maria Clementina ao estudar o universo institucional do Juquery:

“A análise deve ir além das questões estritamente relacionadas à instituição, para descer à abordagem dos casos em que a instituição encerra, olhar o rosto e ouvir a fala dos

6. Documento da FEBEM intitulado *Estrutura Legal*, 1977.

internos, conhecer suas histórias de vida e as razões de seu internamento, perceber como se articulam e se dividem dentro da vida asilar, identificar quais elementos são utilizados na configuração psiquiátrica dos casos individuais – registros que os prontuários clínicos se encarregam de preservar”.⁷

Os prontuários possibilitam o resgate de uma memória social esquecida, como sustenta Maria Odila Leite da Silva Dias, ao estudar o cotidiano das mulheres pobres durante o século XIX:

“Histórias de vida que foram se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por ausência dos documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito”.⁸

Os prontuários se constituem em espécies de dossiês nos quais observamos toda a trajetória da institucionalização do menor, levando-nos à impressão de que nada escapa aos olhos atentos da instituição encarregada de acompanhar todo o seu percurso, cujo ponto de partida se faz ainda no ambiente familiar, passando a acompanhar, paulatinamente, todos os atos, gestos identificadores de uma patologia a ser sanada.

Os prontuários são excelentes documentos históricos, pois revelam os limites da ação institucional e, apesar, da monotonia na qual se reveste a história de vida de cada interno, permite-nos compreender que “esta só pode ser compreendida quando referenciada à experiência individual e também dessa maneira incorporada à problemática histórica. Resta considerar que os processos da institucionalização configuram evidentes formas de relação ao

7. CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo: Juquery a história de um hospício*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988, p. 114.

8. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 14.

ambiente social e, nesta medida, falam sem cessar deste 'mundo' que os condenou ao silêncio".⁹

Quadro I – Prontuários analisados (1976-1979)

Unidade FEBEM/SP	N.º de prontuários
UT2	159
UE3	137
UE9	88
TOTAL	384

Para pontuarmos melhor estas colocações, apresentamos a análise de 384 prontuários assim distribuídos: 159 prontuários relativos a Unidade de Triagem 2 (UT2); 137 relativos à Unidade Educacional 3 (UE3) e 88 relativos à Unidade Educacional Moji-Mirim (UE9). Dada as especificidades de cada unidade, optamos por analisar cada item priorizado relativo à unidade, na medida em que as especificidades pontuam diversas categorias.

3.1. HISTÓRIAS DE GENTE GRANDE

Localizada na avenida Celso Garcia, a Unidade de Triagem 2 ou UT2,¹⁰ ganharia os contornos até hoje existentes, a partir do dia 5 de julho de 1975, com a inauguração do Plantão de Atendimento

9. CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Op. cit.*, p. 114.

10. A Unidade de Triagem 2 foi inaugurada em maio de 1968, como Centro de Recepção e Triagem, pertencente ao Juizado de Menores de São Paulo, contando com uma área de 15.000 metros quadrados, divididos em 4 pavilhões, tendo como finalidade receber menores de ambos os sexos, de 0 a 14 anos, que fossem encontrados, perambulando pelas ruas em estado de abandono, mendigando; órfãos ou apreendidos em situação irregular (isto é, vítimas de maus tratos por parte dos genitores ou responsáveis; apresentando problemas de comportamento, vivendo em ambientes considerados deletérios) para fornecer ao Juiz de Menores, por meio

2 (PA2), local onde as crianças consideradas em estado de abandono seriam recebidas e seu caso analisado. Em 6 de junho de 1978, pela Deliberação n.º 19/1978 do Conselho do Bem-Estar do Menor, a Unidade de Triagem 2 (UT2), passou a denominar-se "Unidade de Triagem Dr. Aldo de Assis Dias", sendo constituída pelo seguinte grupo: sexo masculino cujas idades variavam entre 3 a 14 anos e feminino 3 a 7 anos, assistidos ou em estado de abandono.

De acordo com os documentos oficiais, o limite para a permanência no caso dos menores do sexo masculino era de 14 anos e de 7 anos para os menores do sexo feminino; apresentava-se como uma unidade eminentemente educacional e recreativa, priorizando a pré-escola, na região escolar e ensino regular de 1.ª a 4.ª série, na Unidade escolar, assim como atividades ocupacionais: recreação, esporte, aulas dirigidas de educação artística e educação em higiene e saúde.

Na prática, como lembra Marlene Guirardo, desde o início da internação, é instaurado todo um ritual de institucionalização, mediante guia de acolhimento, confecção de fichas onomásticas e datiloscópicas; registro no livro, revista de menores acolhidos;

de estudos individuais do ponto de vista médico-psicossocial, elementos para julgamento e encaminhamento adequado.

No mesmo local em setembro de 1968, foi instalada a "Casa de Plantão" atendendo menores de ambos os sexos, de 0 a 6 anos, para fins de adoção.

Em agosto de 1973, instalou-se um pavilhão masculino, com menores na faixa etária de 5 a 18 anos e, até o final do mesmo ano, mais dois pavilhões foram ocupados, agrupando menores em três faixas etárias: de 5 a 9 anos; de 10 a 13 anos; de 14 a 18 anos.

Até 1975, quando foi inaugurada a Unidade de Recepção, o pavilhão que recebia menores de 5 a 18 anos, funcionou como Plantão de Juizado de Menores.

Em maio de 1973, as menores de 14 a 18 anos que se encontravam alojadas na Rua dos Caetanos, passaram a ser atendidas, em um dos pavilhões do Centro de Recepção e Triagem, até fevereiro de 1975.

Em maio de 1974, as obras de menores da Secretaria da Promoção Social passaram para a Pró-Menor e, em outubro de 1974, os menores do Pavilhão Masculino da Divisão de Atendimento ao Menor, passaram a ser atendidos no Pavilhão central da mesma Divisão, sito à avenida Celso Garcia n.º 2.231, atual Unidade de Triagem 5.

De acordo com a Deliberação n.º 36/74, de 29 de novembro de 1974 (Circular n.º 17, de 10 de dezembro de 1974- DT. 1) o Centro de Recepção e triagem passou a denominar-se Unidade de Triagem 2.

entrevista com o menor efetuada por uma assistente social, encarregada de elaborar um relatório social minucioso. Em seguida, ocorre a elaboração de pareceres realizados por médicos, psicólogos e psiquiatras responsáveis pela classificação e impressão acerca do caso. Em algumas situações, é realizado o exame de corpo de delito e, finalmente, o "encaminhamento adequado do caso". Em alguns casos, ocorre a efetuação de entregas domiciliares ou o encaminhamento para os setores competentes.

Desta forma, conclui a autora, "a criança passa a ser tratada como um sujeito jurídico-penal, uma vez que essa descrição revela a maneira como, na prática, se concebe o atendimento à criança-menor e, mais propriamente, como se concebe a criança-menor".¹¹

A trajetória inicial, enfrentada por centenas de milhares de crianças, não diverge de outras instituições asilares, tais como as prisões e os manicômios locais destinados à exclusão de vários setores sociais.

Irwing Goffman concebe tais instituições como totais, pois exercem um controle absoluto sobre as pessoas a elas destinadas. O autor utiliza a expressão "processos de admissão" que são quase sempre controlados pela equipe dirigente. No caso da FEBEM, o corpo técnico é composto pelos assistentes sociais, médicos e psiquiatras.

"Muito freqüentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto as regras, designar um local para o internado".¹²

Foucault denomina tais instituições como completas e austeras, exercendo o máximo de controle e vigilância, disciplinando cada

11. GUIRADO, Marlene. *A criança e a FEBEM*. São Paulo, Perspectiva, 1980, p. 163.

12. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1999, p. 27.

um dos seus membros. Internamente o poder se encontra diluído pelo espaço, operando na transversalidade das relações: todos controlam os indivíduos a eles encarregados, maximizando a eficácia do poder institucional. Se, para Goffman, ocorre uma “mutilação do eu diluindo a individualidade dos internos”,¹³ para Foucault ocorre o aparecimento dos “corpos dóceis”, controlados, vigiados e punidos.

A FEBEM produz inúmeros discursos sobre o menor, apresentando-o como pertencente às famílias ilegalmente constituídas e desorganizadas pela separação ou falecimento dos genitores; vivendo em ambientes eivados de miséria, promiscuidade e delinquência.

Os menores são apresentados como os legítimos filhos da ignorância, da irresponsabilidade dos genitores. Por um lado, todo o discurso propagado por Altenfelder e os colaboradores da revista, também é encontrado nos inúmeros prontuários, legitimando e justificando uma intervenção institucional. Por outro, a FEBEM aparece como unidade reeducacional, jamais como prisão. Utiliza o discurso da neutralidade, baseando-se em técnicas científicas e atribui responsabilidades à população pobre.

Apesar da aparente neutralidade, inúmeras considerações feitas pelos pareceristas permitem-nos situar a FEBEM como reprodutora de todas as outras instituições asilares, com uma diferença, mascara suas intenções sob a roupagem da reeducação e assistência.

Os dados oficiais, publicados pela FEBEM, não encontram respaldo legal nos prontuários, por exemplo, apesar de afirmar que a UT2 congregava menores do sexo masculino, cujas idades variavam de 3 a 14 anos, ao longo da pesquisa percebemos que o limite de idade teve uma sensível transformação, na medida em

13. Segundo Goffman existe, em primeiro lugar, a violação da reserva de informação quanto ao eu. Na admissão, os fatos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior do internado – principalmente os fatos desabonadores são coligidos e registrados num dossiê que fica à disposição da equipe diretora. Mais tarde, na medida em que o estabelecimento espera oficialmente, alterar as tendências auto-reguladoras do internado, pode haver confissão individual ou de grupo – psiquiátrica, política, militar ou religiosa – de acordo com o tipo de instituição. In: *Op. cit.*, p. 31.

que observamos casos de menores cujas idades variavam de 3 até 16 anos de idade, diferentemente do que sempre afirmavam os documentos oficiais, não só no período de 1976 a 1979.

Quadro II – UT2 – Distribuição pela faixa etária

Idade	N.º de internos
5 anos	9
7 anos	18
8 anos	17
9 anos	23
10 anos	10
11 anos	13
12 anos	24
13 anos	27
14 anos	4
15 anos	4
16 anos	2
Não consta	8
Total	159

Segundo os dados da tabela acima, percebemos a internação de menores cujas idades variavam de 5 a 16 anos. Para efeito de análise, desconsideramos os casos de crianças de 3 e 4 anos, pois o nosso objetivo era identificar o perfil que a instituição, por meio dos relatos dos assistentes sociais, dos médicos, dos psicólogos, traçava sobre as crianças e adolescentes. Os pareceres complexos e extremamente detalhados foram verificados quando a criança apresentava idade acima de 5 anos. Geralmente, os relatos feitos das crianças com idade inferior limitam-se ao parecer social realizado pelos assistentes sociais, possuindo em sua grande maioria poucas páginas. Ainda,

em muitos casos, as crianças de 3 anos, como constatamos, eram enviadas à UT1 Unidade de Triagem Sampaio Viana.

Segundo a tabela relativa à questão etária, o número de internações é diretamente proporcional ao aumento da faixa etária, com sensível destaque para as crianças de 9, 12 e 13 anos. Se considerarmos duas categorias de idades para crianças e adolescentes, desconsiderando o item "não consta", divididas entre crianças de 5 a 10 anos e de 10 a 16 anos, teríamos uma proximidade entre os números, ou seja, 77 crianças cujas idades variavam entre 5 a 10 anos e 74 crianças na faixa etária de 10 a 16 anos.

Devemos ressaltar ainda que a tabela aponta para uma divergência entre o que afirma a instituição e os dados propriamente ditos. Se de acordo com os discursos da FEBEM, a UT2 era destinada a menores de 3 a 14 anos, os dados colhidos mostram-nos que, durante o período, 7 adolescentes tinham mais de 14 anos.

Maria Lúcia Violante lembra que não são as características individuais de cada criança ou adolescente que são levadas em conta pela FEBEM, ao contrário, cada unidade possui uma característica, adequando o menor mediante à problemática apresentada no momento da internação.

Quadro III – UT2 – Classificação por cor

Cor	N.º de internos
Branca	62
Parda	62
Negra	27
Não consta	8
Total	159

Ao discriminar o item *cor*, à primeira vista, ressalta a proporcionalidade equitativa entre brancos (62) e pardos (62). No entanto se somarmos o número de pardos (62) ao número de negros (27),

teríamos 89 casos de crianças pardas e negras, totalizando 55,97%. Percebemos uma divergência entre a classificação dada às crianças pelos pareceristas e os boletins policiais (quando a internação é efetuada pelos policiais) em relação ao item *cor*. Os Boletins de Ocorrências (BOs)¹⁴ apresentam as crianças, em todas as três unidades, como negras, enquanto os prontuários as descrevem como pardas e muitas vezes como brancas.

Em apenas 9 prontuários, o item *cor* simplesmente não consta. Geralmente, nestes, os prontuários se limitam a fazer um breve relato sobre o motivo da internação. Em outros casos, a desinternação da criança ocorre no mesmo dia da internação, inviabilizando a análise por parte dos assistentes sociais. E, finalmente, a evasão da Unidade ocorre pouco tempo depois da entrada do menor.

Quadro IV – UT2 – Organização familiar

Organização da família	N.º de internos
<i>Legal e organizada</i>	19
<i>Legal e desorganizada</i>	54
<i>Ilegal e organizada</i>	11
<i>Ilegal e desorganizada</i>	40
<i>Ignorada</i>	6
<i>Substituta</i>	4
<i>Não consta</i>	18
<i>Outros</i>	7
Total	159

14. Geralmente quando a criança ou o adolescente são enviados à instituição por meio de uma ação policial, em seu prontuário consta um boletim discriminando o porque da apreensão e encaminhamento para a FEBEM.

Dentro das classificações ditadas pela instituição, o item familiar é, sem dúvida, o que apresenta o maior número de contradições, na medida em que despontam os valores normativos da sociedade para quem sua organização repousa na legalidade jurídica.

Assim temos uma grande incidência de famílias legais, mas consideradas desorganizadas (54 casos), quase sempre por intermédio da separação do casal, o abandono do lar por um dos genitores, o falecimento de um dos genitores, ou dos dois genitores. Em centenas de prontuários, a problemática aflora, descrevendo o relacionamento do grupo (harmonioso, conflitivo, estável, instável), para, em seguida, confirmar a tese da instituição, segundo a qual o ambiente familiar seria o grande responsável pelo aumento do número de menores abandonados como exemplo, podemos indicar o prontuário de MRL que descreve o relacionamento familiar como "harmonioso".¹⁵ Neste caso, atribui-se à pobreza a principal responsável pela internação do menor.

Em seguida, como indica a tabela, observamos a incidência de famílias ilegais e desorganizadas (40). Segundo a instituição, a família ilegal é aquela em que o casal não contraiu matrimônio mediante a instituição jurídica. Se considerarmos o padrão de legalidade familiar, excluindo, num primeiro momento, o critério legal ou ilegal, podemos afirmar que 72 crianças ou adolescentes eram frutos de famílias cujos pais contraíram o matrimônio mediante a legislação jurídica. Por outro lado, teríamos 50 casos de famílias em que o matrimônio civil e religioso não foi concretizado.

Nos casos, por nós analisados, houve uma pequena incidência de menores que ignoravam o paradeiro da família, bem como de menores que pertenciam à famílias substitutas por meio da adoção.

No item *outros* arrolamos os casos de crianças ou adolescentes cujos prontuários não apresentam descrição da estrutura familiar, ou quando aparecia apenas uma das categorias, como, por exemplo, família organizada ou família desorganizada, sem mencionar se era legal ou ilegal. Neste item, constatamos a presença de 7 casos.

15. Pt 26.957-A, MRL.

A família legal e desorganizada desponta como consequência do desmembramento do grupo familiar: abandono, falecimento de um ou dos dois genitores, prisão, internação em hospitais ou sanatórios.

O prontuário de SPS, 13 anos, cor branca, internado em 25/03/78, após ter sido detido em atitude suspeita, no interior de um depósito de material de construção, exemplifica um dos casos em que os genitores são descritos como alcoólatras, contraindo uniões ilícitas e com a moral abalada. De acordo com o parecer da assistente social, a mãe de SPS tentou desinterná-lo, mas não pôde fazê-lo, pois “não reunia condições sócio-econômicas e morais para bem ampará-lo”.¹⁶

Quando a internação é realizada pela mãe, esta acaba sendo vista, como lembra Marlene Guirado, como a responsável pelo estado de coisas que desencadearam a necessidade de internação, sendo vista como uma pessoa que não “observa normas e regras, desviante e desregrada”.¹⁷

A mãe de AFV, 6 anos, cor negra, internado em 24/11/79, a exemplo de inúmeros casos, foi descrita pela assistente social como uma mulher que não tinha companheiro fixo, que jamais contraiu matrimônio civil. Desta maneira o parecer indicava que a melhor solução para o desfecho da história seria a institucionalização de AFV na Unidade de Triagem 2 (UT2).¹⁸

O desmembramento da família seria apontado como a primeira instância da marginalização do menor que, a partir de então, passava a viver na rua acompanhado de outros menores. Em seguida, acabava convivendo com indivíduos imorais (prostitutas, homossexuais, traficantes, viciados e ladrões). Na rua, ambiente deletério por natureza, conhecia o submundo da sociedade e, por conseguinte, praticava os primeiros furtos.

Na mesma direção que o discurso conservador da FEBEM, diversas obras publicadas no período, algumas das quais discutidas no capítulo anterior, atribuem ao ambiente familiar toda a respon-

16. Pt. 35. 491-A, SPS.

17. GUIRADO, Marlene. *Op. cit.*, p. 164-165.

18. Pt. 40.207-A, AFV.

sabilidade pela formação do caráter das pessoas. Para Maria Cândida Santacargelo, a família não deve ser vista enquanto “um mero agrupamento de indivíduos e sim uma escola de amores, disciplina, altruísmo, moral, religião e civismo”.¹⁹

Ao contrário da família organizada, responsável pela formação de indivíduos dotados de caráter e senso ético, segundo o raciocínio da autora, desponta a família desorganizada sem nenhuma preocupação com o destino de seus filhos, nem com a própria sociedade. A autora elenca como características da família desorganizada: o encarceramento, vícios, miséria, epidemias, incompatibilidades (divórcio) frustrações, insatisfação, frouxidão moral (concubinato).²⁰

Quadro V – UT2 – Motivos de internação

Motivo da internação	N.º de internos
<i>Problemas Econômicos</i>	79
<i>Problemas de conduta</i>	9
<i>Deficiência mental</i>	9
<i>Saúde dos genitores</i>	2
<i>Suspeita de furtos</i>	3
<i>Furtos</i>	6
<i>Outros</i>	1
Total	159

O motivo pelo qual a grande maioria de crianças e adolescentes acabava sendo internada na UT2 era a situação sócio-econômica, denominada na tabela como problemas econômicos. De acordo com a tabela houve 79, ou aproximadamente 50%. Tais números assinalam para a precariedade econômica de grande parte da

19. SANTACARTELO, Maria Cândida. *Juventude e delinquência*. São Paulo, Franciscana, 1969, p. 71.

20. *Idem*, p. 72.

população, vivendo no limite tênue da pobreza e da miséria absoluta. Geralmente, estas crianças eram internadas pelo simples fato dos genitores não terem condições econômicas de garantir-lhes a subsistência. Em dezenas de situações as crianças eram abandonadas, sendo encaminhadas à FEBEM por um conhecido da família, por um vizinho ou mediante denúncias e ação policial. Por outro lado, a situação era agravada, quando um dos genitores era falecido ou, em alguns casos, ambos os genitores eram falecidos.

Dentro do grupo discriminado pela tabela como problemas econômicos, podemos dizer, segundo dados obtidos, que 43 crianças eram abandonadas pelos pais e em 36 casos os genitores ou um dos genitores efetuaram a internação.

No item Problemas de conduta, que aparece em 2.^o lugar, foram colocados todos os casos de menores que geralmente eram enviados à FEBEM, perambulando pelas ruas, esmolando em faróis e avenidas. Em alguns casos, devido o falecimento dos genitores, o responsável direto (avó, avô, tios, entre outros) efetuava a internação independente da condição econômica.

Mediante leitura do parecer social, os fatores que mais contribuem para a internação das crianças na UT relacionam-se à desagregação do grupo familiar, aliado ao estado de abandono. As histórias se repetem num *continuum*. Em primeira instância ocorre a separação dos genitores, sendo, na sua maioria, ligados por relações de concubinato. Após a separação, ambos se ligam a várias relações sem nenhuma durabilidade. Os filhos, na maioria das vezes, ficam com a genitora, embora observamos um grande índice de genitoras que abandonaram o lar. Nestes casos, a internação era efetivada pelo genitor.

Pobreza e abandono também procuram ser demonstrados por meio da descrição da moradia dos menores. De acordo com os pareceres, a maioria das crianças e dos adolescentes morava em lugares insalubres sem as mínimas condições de higiene, com pouco mobiliário e em péssimo estado de conservação. Os prontuários apresentam os seguintes tipos de moradias: barracos construídos em terreno próprio ou cedido pela Prefeitura; alvenaria, casas de tijolo, pensão, casa de terceiros, amigo, patrão – quando a mãe trabalha como empregada doméstica.

A análise do parecer psiquiátrico conferido ao pequeno AP (12 anos), encaminhado à Unidade de Recepção por dificuldades econômicas, no dia 13/04/76, não deixa dúvidas da maneira como a instituição categoriza cada um de seus membros:

“Menor sério, demonstrando certa dificuldade em estabelecer um contato satisfatório, tendo inicialmente retraído e mostrando-se tenso. Ao familiarizar-se com a entrevista relaxou-se um pouco, porém denota certas reservas, em seus relacionamentos intrapessoais. Ao expressar-se oralmente denota certa limitação, revelando distúrbio de linguagem, pois omite e troca fonemas, tornando, às vezes, sua verbalização incompreensível, seu vocabulário é reduzido, entretanto evidencia boa compreensão, quando é solicitado. Quanto ao aspecto emocional, revela certa ansiedade latente dificultando sua interação com o ambiente, mostrando-se insólito, inseguro, temendo ser rejeitado. Há sinais de inadequação intelectual, demonstrando certa fluidez em seu controle racional. Sente-se incapaz e insatisfeito, não conseguindo organizar e integrar seus estímulos recebidos. Muito sensível, revela certa angústia ligada a elementos persecutórios e mobilizadores; afetivamente privado, não alcançou ainda uma boa identidade que lhe permite aceitar-se. Possui bom raciocínio lógico, conseguindo assimilar e discriminar os fatos cotidianos com inadequação, porém o faz lentamente. Tenta cooperar na realização das tarefas, demonstrando atenção e interesse. Durante a prova de nível, mostrou-se bem adaptado, tendo obtido resultado médio, situando-se dentro da faixa de normalidade. Mostra pobre desenvolvimento psicomotor, sugerindo leve dificuldade em sua coordenação manual motora e uma organização e estruturação grafo-perceptiva motora inadequada para sua idade. Sua imagem corporal é rudimentar. Possui lateralidade dominante direita”.²¹

21. PT 28.047-A, GE.

A análise feita pelo corpo da FEBEM (assistente social, psicólogo e pelo psiquiatra), marcaria a vida de AP por muito tempo. Como conclusão para o caso, no dia 21 de outubro de 1976, a equipe da instituição julgou que o melhor caminho para a pequena criança seria o acolhimento “em obra para que logo possa iniciar sua escolarização. Sugerimos que seja melhor vista a problemática emocional”.²²

Após ser internado na UT2, em 22/07/76, AP permaneceria na instituição por dois anos, sendo desinternado por sua genitora em 1978.

Crianças e adolescentes, como JS, eram concebidos pela instituição como portadoras de baixo rendimento intelectual, situando-se dentro dos limites de inteligência, denotando pouca capacidade de compreensão frente as solicitações do examinador. Algumas, como sustentavam os pareceristas, apresentavam linguagem verbal sucinta e pobre; imaturidade, embotando-se emocionalmente. As conclusões às quais chegava cada examinador era a de que a maioria das crianças apresentava profunda defasagem emocional, advinda do ambiente familiar, caracterizado por inúmeros problemas.²³

Grande parte dos menores que passou pela UT2, muitos dos quais por abandono, fora categorizada como portadores de rebaixamento mental, na medida em que não forneciam ou não sabiam fornecer dados concretos sobre os familiares dada sua tenra idade.²⁴

A descrição feita pelos assistentes sociais sobre o caso de RS ou CRS, 5 anos, cor parda, internado, em 26/08/79, por abandono, indicaria graves problemas de ordem mental, na medida em que, de acordo com os pareceristas, durante a entrevista, mostrou-se incoerente acerca das informações prestadas:

“Em entrevista, pudemos notar que o menor apresenta certo rebaixamento mental, fornecendo dados incoerentes a res-

22. PT 26. 435-A, AP.

23. PT 39.100, JS internado por abandono em 25/08/79. Foi transferido do para o DAE Jaguará em 04/01/82.

24. PT 39. 101-A, RS ou CRS. Foi desinternado em 1983.

peito de seus familiares. Alegou residir em companhia da genitora e quatro irmãos. Declarou, ainda, ser analfabeto”.²⁵

Ao ser analisado pelo psicólogo, o pequeno RS obteve outro parecer, apesar de apresentar, como tentou demonstrar o parecerista, “certas dificuldades de compreensão”:

“Em situação de teste, percebe-se que o menor é uma criança com tendência à extroversão. Apresentando-se tímido e receoso. Mantém bom relacionamento com as outras crianças e funcionários. É colaborador quando solicitado para qualquer atividade. Expressa-se de maneira correta. Demonstra certas dificuldades de compreensão, porém com capacidade para manter-se a ponto de realizar tarefas”.²⁶

A pobreza e a falta de responsabilidade dos genitores, como tentaram demonstrar os pareceristas da FEBEM, seriam as principais causas da carência afetiva demonstrada pelos internos, como CS, pois viviam em ambientes desprovidos de amor e proteção, cuja consequência seria inevitável para a criança, não se situando no tempo e no espaço, apresentando desenhos pobres e primitivos, sentimento de menos valia e rejeição.²⁷

Quando a criança era internada por problema de conduta, sobretudo, se a internação fosse realizada pela genitora (como no caso de JCBS, internado em 02/08/79) e tendo esta contraído uma outra união, a explicação para a inibição – não fixação nos olhos, e ansiedade manifestada via tremor das mãos –, recaía sempre sobre um pesado sentimento de culpa que a criança possuía. De acordo com os pareceristas, à vezes, a presença de um pai substituto pode criar na criança um péssimo sentimento em relação à mesma, sentindo-se impotente para lutar em reaver a mãe. Os sentimentos agressivos e destrutivos são consequências desta perda, impedindo a criança de manter um vínculo com outra pessoa de maneira espontânea.²⁸

25. *Idem.*

26. *Ibidem.*

27. PT 39. 268-A, CS.

28. PT 38. 720-A, JCBS.

Dentro da unidade, vários testes projetivos eram aplicados com o intuito de diagnosticar e compreender a personalidade da criança ou do jovem, obtendo a informação necessária para classificar a conduta ou o desvio apresentado no momento da internação. Dentre os testes aplicados verificamos as pirâmides coloridas, teste TAT.

Segundo Léon Michaux, os testes das pirâmides coloridas visam revelar distúrbios afetivos, avaliar a inteligência e a repercussão, sobre esta e sobre o comportamento de tais distúrbios. Utilizável a partir de nove anos de idade, consiste na livre interpretação de dez manchas de tintas de cores variadas.

O *Thematic Apperception Test* (TAT) de Murray compreende a interpretação de vinte gravuras, das quais algumas são próprias para meninas, outras para meninos.²⁹

Ao ser internado na FEBEM, o adolescente J.F.P, foi submetido ao TAT. Após os testes, os pareceristas compuseram o seguinte quadro:

“Nesta UE, o aluno em questão, vem introjetando adequadamente o sistema reeducacional aqui vigente, e está emitindo comportamentos sociais desejáveis para sua readaptação e reintegração psico-social. Apresenta boa capacidade de lutar no sentido positivo, enfrentar problemas difíceis e condições de adaptar-se à situações imprevisíveis (teste TAT – Apercepção Temática da Personalidade)”.³⁰

Assim como o TAT, o teste da Árvore³¹ ou Processo Koch, largamente utilizado, como mostra Luis Ângelo Dourado, em inúmeras

29. MICHAUX, Léon. *A criança delinquente*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1960, p. 128.

30. PT 26.427-A, JFP.

31. Segundo Luis Ângelo Dourado, o teste da árvore é assim chamado porque o desenho de uma árvore se torna o elemento fundamental da prova. O examinador diz apenas e unicamente ao examinado: desenhe uma árvore qualquer. Dezenas de examinados respondem que não fazem o teste porque não são desenhistas. Este tipo de resposta traduz uma forma de resistência na execução do teste, que pode ser devida a várias razões: oposição instintiva em exibir forças inconscientes, preocupação com o resultado, desconfiança, teimosia, agressividade. (*Raízes da*

ras instituições (empresas, escolas, manicômios), ganha enorme importância nas prisões, objetivando extrair uma confissão gráfica de parte ou do todo de um crime, esclarecendo problemas de desenvolvimento e de caráter. "É ainda utilizado no campo educacional, na orientação profissional e na Psiquiatria como elemento subsidiário importante no esclarecimento de enfermidades mentais, estados de angústias, depressão, agressividade, primitivismo, ansiedade, sentimento de inferioridade, pressão ambiental, frustrações, etc."³²

Os testes projetivos de AAA, 16 anos, internado na UT2 e transferido após alguns dias para a UT3, mediante várias evasões, diagnosticaram: "traços de uma personalidade insegura, primitivismo, dificuldade de controle emocional, seus desenhos são primitivos, indicando sentimento de rejeição, grande frustração, grandes preocupações sexuais, nível intelectual percentil 40, características de abandonado, personalidade imatura, desequilíbrio emocional, egocêntrico, imaturo, influenciado, limitado senso crítico, sentimento de inferioridade física e de insuficiente necessidade de apoio e valorização e aprovação social. Sinais de menos valia, humor com depressão"³³

As entrevistas e os testes projetivos delineavam o corpo do jovem, desvendado sua alma portadora de malignidades que poderiam se acentuar com o tempo, sobretudo, se a questão recaísse sobre a sexualidade. Para estes casos, os pareceristas indicariam que a ausência da figura paterna, nas falas do adolescente, a maior proximidade com a figura materna poderia prejudicar o adolescente na escolha da opção sexual.

Esta problemática seria levantada no caso de JIS, 13 anos, cor preta, internado, em 29/08/76, por abandono. De acordo com os pareceristas, JIS era um adolescente que apresentava compleição física adequada para sua idade, obtendo interação satisfatória com os examinadores, estando orientado no tempo e no espaço. No entanto, segundo o parecer, deveria ser orientado no aspecto psicos-

marginalidade: o teste da árvore e a criminalidade. São Paulo, Livraria Ler, 1969, p. 135).

32. *Idem, ibidem.*

33. PT 36. 878-A, AAA. Foi internado, em 08/03/79, aos 16 anos. Da UT2 foi transferido para a UT3, sendo desligado da FEBEM, em 02/03/83, após completar a maioridade.

sexual, uma vez que se identificava apenas com a figura materna, o que, de certo modo, interferia na sua identificação e conduta sexual.

“O menor JIS é capaz de atingir bons resultados quando bem orientado mediante o parecer só mantém um real contato com a figura materna, se conturbando e ressentindo da falta da figura paterna ou imago masculino, interferindo inclusive sobre aspectos de sua identificação e conduta sexual, insegurança e instabilidade emocional, passa agir entre atos impulsivos (em especial na área psicosssexual e emocional)”.³⁴

Todos os problemas de conduta apresentados pelo adolescente, sobretudo quando foi transferido para a UE5 Guarujá e depois para a UE Santa Emília, serão considerados, pelos examinadores, como resultados de sua instabilidade emocional.

“O menor encontra-se inadaptado, recusando-se a acatar normas e regulamentos, prejudicando dessa forma, seu relacionamento interpessoal, e aceitando sua instabilidade emocional, agrupou-se com maus elementos, matriculado no 3.º termo, apresentando problemas de adaptação; desacatou a professora, causando tumulto, foi a sala pedagógica, lá falava num tom altíssimo, mas sempre prometendo melhorar. Após sua evasão se envolve com C (S), presos em Santo André por atos anti-sociais (agressão). Houve uma briga entre ambos (a vítima S é homossexual passiva e pratica *trottoir* em fins de semana, quando sai a passeio da UT). O menor que tinha um caso com S, ao arrumar uma namorada resolveu dispensar a vítima. JIS só mantinha relacionamento com S a título de último recurso. Esta passou a persegui-lo. Em um determinado dia, JIS sai a passeio e quando volta reencontra S com alguns amigos intimando-o a recomeçar o namoro. JIS pega um metal cutucando levemente a vítima. Esta vai ao setor de vigilância, pegando cacos de vidro, passou a cortar os pulsos, coisa que todo homossexual faz quando está agastado”.³⁵

34. PT 26,867-A, JIS. Foi desinternado em 10/08/80.

35. *Idem*.

A recomendação dos examinadores para os adolescentes, que se caracterizavam pela instabilidade emocional ou sexual, era o acompanhamento do caso por figuras masculinas, cujos padrões eram ausentes, de acordo com os examinadores, do universo mental de alguns adolescentes.

Como caso limite da internação, temos os exemplos dos deficientes mentais – 9 casos segundo a tabela 9 –, numa demonstração clara da exclusão para com a população pobre. Nesta situação, quase sempre, em um primeiro momento, os genitores recorrem aos hospitais públicos, a fim de solicitar o tratamento dos filhos. No entanto, ao adentrarem os hospitais, recebem a informação de que as Casas André Luís e Pestallozi não possuem vagas para o INPS. Porém, por meio de convênio com a FEBEM, os genitores poderiam conseguir uma vaga.

Como exemplo desta situação, podemos apontar o caso do menor RJMO, internado em 22/11/79, por solicitação judicial. O genitor declarou que o menor apresentava problema de coordenação motora, sendo surdo, mudo e deficiente mental. Ao realizarem a visita domiciliar, segundo o parecer feito pela assistente social:

“A genitora disse que faz tratamento no hospital Bartira, que, no entanto, não possui equipamentos aparelhados para tal. Foi informada que a casa André Luís e a Casa de Davi possuíam equipamentos especializados, não havendo na época vagas para o INPS, motivo pelo qual foi orientada a procurar o juizado, pois a FEBEM mantém convênio com tais instituições, os genitores não possuem condições de mantê-lo consigo”.³⁶

Em outros casos, a internação por meio do INPS, não ocorreu devido ao fato do menor não estar em “estado de surto”. A FEBEM seria a porta de entrada para a internação de MAC em um hospital especializado.

O parecer realizado pelos assistentes sociais sobre o estado de MAC, 13 anos, cor branca, família ilegal e desorganizada, internado

36. RJMO foi internado aos 22-11-79, sendo em seguida transferido para a Casa de Davi, vindo a falecer aos 06-12-80. In: Pt. 40.179-A, RJMO.

pela irmã adotiva do menor, é significativo para pensarmos as causas da internação de várias crianças que apresentavam problemas de deficiências mentais.

“Criança adotada aos 3 anos de idade foi abandonada pela mãe. Motivo orfandade e problemas psiquiátricos. A irmã está separada do marido e não tem condições de ficar com essa criança e nem com seus filhos. Tentou internar o menor no INAMPS e não conseguiu porque o menor não estava em estado de surto.”³⁷

Foi transferido para a UT5, transferido para a Casa do Papai Ferraz de Vasconcelos e faleceu aos 24/06/83.

O parecer de DCS, internado pelo fato de apresentar deficiência mental, indicaria que seu comportamento era consequência, não apenas de lesões orgânicas e cerebrais, mas também por comportamento psicótico da personalidade, em virtude de apresentar “comunicação e expressão limitadas, não entendendo ordens, o nome dos objetos, nem partes de seu corpo, porém, quando estimulado por meio de estimulação sonora; canta perfeitamente várias letras de música e consegue memorizar outras que lhe foram ensinada”.³⁸

A FEBEM apresenta a desagregação familiar como característica intrínseca das camadas pobres da sociedade, vivendo sem os padrões básicos da família orgânica e higiênica. Tal visão é contestada por Rosa Fisher, segundo a qual “embora seja comum que as famílias se desagregam, principalmente em função de conflitos entre pais e das tentativas de uniões, não se pode afirmar que este comportamento seja característico das camadas marginalizadas, nem tampouco determinante de sua condição e de suas prováveis consequências, entre as quais a delinquência. Esta premissa que tem fundamentado muita teorização divergente apenas configura a estigmatização que vitima o pobre, atribuindo-lhe padrões de relacionamento imorais, promíscuos e irresponsáveis”.³⁹

37. Pt. 39. 268-A, MAC.

38. PT 36. 325-A, DCS.

39. FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Meninos da rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. Comissão de Justiça e Paz, 1980, p. 126.

Quando o problema não recai sobre a desorganização familiar, o olhar da instituição encontra na rua e no comportamento do menor "considerado desviante" a justificativa para a internação. Nesta situação, nota-se uma mudança no discurso, sobretudo se o menor pertencer a uma família legal e organizada. Em muitos casos, constatamos que a internação era realizada pelos genitores para assustar os filhos, ou retirá-los do convívio das ruas.

Em 1977, o genitor do menor MRL, 9 anos, cor branca, recorreu ao plantão da FEBEM, pedindo a internação de seu filho, pois, segundo ele, apresentava problemas de conduta anti-sociais, isto é, não obedecia, não queria freqüentar a escola. Neste caso, o relacionamento familiar é descrito como harmonioso, o genitor não tinha vícios. Alguns dias depois, segundo consta, o genitor resolveu internar seu outro filho EV de 5 anos para fazer companhia ao irmão, já que também era "levado". Os dois irmãos não ficaram mais de duas semanas na UT2, sendo desinternados pelo genitor, "uma vez que, segundo declarações do genitor, já deveriam ter aprendido a lição".⁴⁰

Ainda em relação à internação, devemos indicar que houve a apreensão das crianças acusadas de furtos ou de suspeita de furtos. Oficialmente, era destinada aos abandonados, mas verificamos, segundo a tabela acima, algumas internações que ocorreram por furtos (6 casos) ou suspeita de furto (3 casos), contrariando os documentos oficiais.

Os primeiros casos de internações motivados por esta situação foram verificados a partir de 1976, aumentando sensivelmente nos anos seguintes. Em 1976 e 1977 registramos 2 casos de furtos, nos anos seguintes, este número elevou-se para 6 casos.

Observou-se ainda que as nomenclaturas criadas pela instituição no quesito problema de conduta, não seguem uma homogeneidade, isto é, em cada uma das três unidades tal categoria é elástica e diferenciada. Assim, enquanto para a UT2, apresentando 9 casos de acordo com a tabela, o problema de conduta recaía na desobediência do menor negando-se a estudar, ausentando-se do lar e não auxiliando nos afazeres domésticos; na UE3 englobava nesta categoria a desordem em praça pública, a prostituição, o abandono

40. Pt. 26. 975-A, MRL E EV.

do lar para viver em companhia de um homem, agressão a familiares e vizinhos. E finalmente na UE9, a categoria, em sua elasticidade, abrange porte de entorpecentes, a vadiagem e a ociosidade.

De acordo com dezenas de pareceres, em muitos casos, os próprios genitores “desesperadamente” recorriam ao Juizado de Menores ou a FEBEM.

“A mãe implorou para a internação de seu filho. CEC vem apresentando a cada dia problemas mais graves de comportamento, tem furtado, seduzido menores, viciou-se em tóxicos, agredindo e tentando matar sua família, principalmente sua mãe. Tentou seduzir uma menor na Cidade Dutra, espancando-a e ameaçando-a de morte. Declarando que a menor tinha obrigação de servir a ele e a seus companheiros da polícia. A diretora do estabelecimento chamou a Rádio Patrulha, sendo ameaçada de morte pelo menor. CEC chamou a polícia que era de sua gang e por isso ninguém poria a mão nele. Realmente a Rádio Patrulha chegou até o estabelecimento de ensino não tomando nenhuma providência. A genitora acredita que o menor esteja envolvido com traficantes pertencentes à própria polícia (*sic*)”.⁴¹

O caso acima relatado chama a atenção para outro problema existente, ou seja, da convivência entre diversos adolescentes, categorizados como portadores de conduta e parte do aparelho policial.

Como demonstraram Edson Passetti, Rinaldo Arruda e Maria Lúcia Violante, existe uma relação que perpassa pelo universo dos menores e em parte do aparelho policial, funcionando em perfeita simbiose. Os dois grupos, apesar de contraditórios, estabelecem relações baseadas na intimidação, medo e desconfiança, transitam o mesmo espaço, dividindo o produto dos chamados atos ilícitos.⁴²

41. Pt. 37. 480-A, CEC.

42. Rinaldo Arruda faz uma análise antropológica das relações travadas entre os menores considerados infratores e a polícia, o autor estuda as relações dos menores com os órgãos policiais, baseando-se em pesquisa de campo com dezenas de menores. “Deixam-nos livres em troca de dinheiro; se tem dinheiro, objetos roubados ou algum meio de recompensá-los, consegue comprar sua liberdade. Dessa maneira se organiza um vasto esquema de atividades ilegais com cobertura policial

Geralmente, de acordo com os prontuários, os adolescentes considerados pela instituição como portadores de conduta "não se enquadravam dentro dos padrões de comportamento socialmente aceitos". Fumar maconha, andar perambulando sem nenhuma ocupação, não freqüentar a escola, dormir fora do lar, andar em companhia de prostitutas, entre outros, eram motivos suficientes para a criança ou o adolescente ser enquadrado na categoria de portador de problema de conduta.

A grande maioria dos menores internados na UT2 é filho de pais que exercem as mais variadas ocupações profissionais, sem registro em carteira e recebendo ínfimos salários pelos serviços prestados.

Os prontuários indicam a ocupação profissional, não só dos genitores como dos próprios menores. As mães ocupam as seguintes categorias, quando não em sua maioria desempregadas: empregadas domésticas, faxineiras, serventes, lavadeiras, cozinheiras, copeiras, lavradoras, demonstradoras, serviço temporário, aposentadas, feirantes, sem levar em conta as falecidas e a internadas por problemas de saúde ou presas.

Os pais se inserem nas seguintes categorias: desempregados (número extremamente elevado), pedreiros, barbeiros, cobradores de ônibus, faxineiros, mecânicos, porteiros, aposentados, ajudantes de caminhão, lavradores, carpinteiros, feirantes, marreteiros, motoristas de caminhão, presidiários, com problemas de saúde, falecidos, entre outros.

Entre as ocupações dos menores, devemos mencionar: engraxates, empacotadores, ajudante geral, comércio, lavoura, serventes de pedreiro, carregador nas feiras livres; alguns tomavam conta de carros nos estacionamento e outros esmolavam nos faróis, avenidas, em frente aos bares, lojas e lanchonetes.

que, ao explorar o bandido, dão sustentação, ativam e recriam a criminalidade" (*Op. cit.*, p. 217). A prática envolvendo os menores e a polícia é denominada de "pagamento de pau", como lembra Edson Passetti, criando uma relação de risco para os menores, bem como enveredando cada vez mais para o mundo do crime dentro de um ritual vivenciado nas delegacias, elemento vital para ele descobrir a necessidade de estar pactuando com a polícia – onde presencia o desaparecimento de objetos roubados ou traficáveis, convive com as técnicas de confissões de presos, carceragem e, eventualmente, repórteres policiais. Será o seu envolvimento ou rompimento futuro do pacto, que o levará a morte ou o transformará, paulatinamente, em objeto de carreira criminoso. (*Op. cit.*, p. 111).

Quadro VI – UT2 – Grau de escolaridade

Escolaridade	N.º de internos
<i>1.ª série</i>	32
<i>2.ª série</i>	18
<i>3.ª série</i>	6
<i>4.ª série</i>	7
<i>5.ª série</i>	1
<i>6.ª série</i>	2
<i>Nula</i>	7
<i>Outros</i>	33
<i>Não consta</i>	53
Total	159

Os prontuários também sinalizam para a precariedade do sistema educacional existente na sociedade brasileira. Para efeito de análise, utilizamos a categoria *não consta* para os menores portadores de deficiência mental e para aqueles que não tinham idade escolar. Observamos que a grande maioria cursava a primeira série, apresentando inúmeras repetências. Estas, por sua vez, contribuíram, como indicam os prontuários, para desistência da escola.

Apesar da FEBEM se apresentar enquanto instituição educacional, os dados apresentados na tabela aponta em outra direção. Os itens predominantes são, exatamente, aqueles que não identificam a escolaridade do interno. No item *outros*, apontamos os casos de crianças que não sabiam até que série cursaram, embora admitissem que passaram pela escola, freqüentando-a durante um período.

A partir da 1.ª série, ocorre um sensível declínio até a 3.ª série (6). O número de crianças e adolescentes que freqüentaram a 4.ª é ligeiramente superior à série anterior, voltando a despencar a partir da 5.ª série e desaparecendo na 6.ª.

Ainda, segundo os dados obtidos e desconsiderando os itens *outros* e *não consta*, temos 7 casos de escolaridade nula, podendo

indicar que grande parte das crianças e adolescentes encaminhadas para à UT2 cursou, no máximo, até a 6.^a do antigo 1.^o grau. E, finalmente, deste contingente, a maioria não ultrapassou os três primeiros anos.

Procuramos acompanhar o período de permanência de cada menor por nós consultado. Desta maneira obtivemos o seguinte quadro:

Quadro VII – UT2 – Tempo de permanência na instituição

Tempo de permanência	N.º de internos
<i>Menos de 1 mês</i>	36
<i>De 1 a 3 meses</i>	40
<i>De 6 a 1 ano</i>	11
<i>De 1 a 2 anos</i>	21
<i>De 2 a 3 anos</i>	12
<i>De 3 a 4 anos</i>	10
<i>De 4 a 5 anos</i>	13
<i>De 5 a 6 anos</i>	7
<i>De 6 a 7 anos</i>	4
<i>De 7 a 8 anos</i>	3
<i>De 8 a 9 anos</i>	2
<i>10 anos</i>	4
<i>Não consta</i>	3
Total	159

Segundo a tabela acima, as crianças e os adolescentes mantiveram vínculos com a instituição por um período que variava entre menos de um mês até 10 anos. Não obstante, devemos colocar que dificilmente permaneciam durante tanto tempo na instituição, uma vez que durante todo o período, constatamos inúmeras fugas e

inúmeras apreensões. Alguns menores, quando evadiam da UT2 retornavam para a casa, sendo apreendidos logo depois pelo fato de terem fugido da instituição. Outros, que não contavam com a presença dos genitores, iam diretamente para a rua. Na rua, a apreensão se dava quando a criança estava perambulando. Nestes casos, a internação era feita pela polícia. Outros retornavam à instituição conduzidos pelos genitores ou responsáveis. E, finalmente, em diversos casos voltavam espontaneamente para a Unidade de Triage 2 (UT2).

Utilizamos como referência, para efeito de análise, todo o tempo de permanência da criança no interior das unidades da FEBEM, levando em conta desde o momento da internação até o da desinternação. Anotamos, também, os casos de evasão, isto é, quando fugia definitivamente da unidade.

Desta forma, pelos dados colhidos, podemos dizer que parte considerável dos menores ficou menos de 1 ano na instituição (87 casos equivalentes a 54,71%). Em 76 casos não ultrapassaram o período de 3 meses. Para estas situações, a desinternação era efetuada pelos genitores independente da situação econômica. Por outro lado, os menores que ficaram mais de 2 anos, geralmente, viviam em estado de abandono absoluto, não possuindo responsável.

Outro fator constante que dificultava a permanência na UT2 eram as transferências que se processavam quotidianamente, devido a não adaptação à unidade, inúmeras evasões e transferências para as unidades do interior: Unidade Educacional "Lar da Infância" – UE14, localizada em Batatais; Unidade Educacional "Alphonsianum" – UE21; Unidade Educacional "Prof. Antonio Antunes Alves" – UE10, localizada em Itapetininga; Unidade Educacional "Tenente José Roberto Corrêa Martins" UE11; Unidade Educacional "Álvaro Guião" – UE12, localizada em São Vicente. E, finalmente, a Unidade Educacional Conjunto "Pérola Byington" – UE23.

O que chama a atenção, quanto ao tempo de permanência, é o fato de que, em algumas situações, algumas crianças crescem e passam grande parte de sua adolescência nestas unidades.

Ao completar 18 anos de idade, o desligamento é inevitável. Muitos jovens adultos, segundo a FEBEM, são colocados em pensões por algum período até que consigam se "enquadrar"

profissionalmente, o que, em raras oportunidades ocorre, devido à falta de profissionalização e instrução destes jovens. Isto nos leva a considerar o papel representado pela instituição na vida de jovens que permaneceram durante muito tempo institucionalizados.

Dos casos verificados, não houve nenhum no qual o jovem adulto tivesse concluído o 2.º grau. A grande maioria não concluiu sequer o antigo 1.º grau, o que na prática não lhes possibilitou uma melhor colocação no mercado de trabalho. A partir do momento que saíram das portas da instituição, viram-se rotulados como ex-internos da FEBEM.

Assim ocorreu com ESG, 13 anos, cor negra, internado aos 06/10/79, síntese de inúmeros casos que se renovam quotidianamente na FEBEM. Após o falecimento dos pais, ele e seus irmãos foram encaminhados para a instituição Tia Lila. Em seguida, foram transferidos para a FEBEM. ESG foi desligado da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em 22/08/84.

Depois de seu desligamento, a instituição conseguiu arrumar “algumas colocações”, como, por exemplo, ajudante geral, ajudante de pedreiro e cobrador de ônibus. Mediante a não adaptação às “oportunidades oferecidas” pela FEBEM, de acordo com o último parecer, deveria ser encaminhado a outra obra assistencial do Estado que atendesse a adultos:

“Após a referida data (22/08/84) o aluno obteve algumas oportunidades de emprego: Nadir Figueiredo, onde permaneceu de 16/08/84 a 26/08/84 tendo saído por desinteresse, pelo serviço. Em seguida, trabalhou para ADMAC Serv. Temporário, como servente de pedreiro, tendo cumprido o contrato. Em fevereiro de 85, foi oferecido um emprego de cobrador de ônibus, tendo-o recusado. Atualmente, o aluno permanece ocioso, mostrando pouco interesse para trabalho, bem como qualquer atividade desenvolvida na UE. Que seja encaminhado a obra do Estado que atenda problemas de idade”.⁴³

43. Pt. 39. 628-A, PA.

A partir deste quadro, procuramos identificar as ocupações realizadas pelos menores no interior da instituição e até que nível escolar chegaram quando foram desinternados, desligados, ou evadiram da instituição. Assim, retirando os menores que faleceram por problemas ligados à deficiência mental (5), e os que ficaram pouco tempo na instituição (36), a maioria dos prontuários não apresenta até que nível escolar chegaram os menores (78). Conseguimos um resultado de apenas 33 menores que freqüentaram alguma série no interior da instituição. Desta amostragem extremamente diminuta, 23 não passaram da primeira série, 7 da segunda e 4 da terceira e 1 do nível I, termo II do antigo supletivo (equivalente ao 2 termo do primeiro ciclo da atual Suplência). Mediante leitura dos prontuários, percebemos que a escolarização nunca figurou como prioridade para a unidade.

O último item por nós priorizado foi a conclusão de cada caso. Chegamos aos seguintes dados:

Quadro VIII - UT2 - Encerramento dos casos

Conclusão	N.º de internos
<i>Desinternação</i>	87
<i>Evasão</i>	29
<i>Desligamento por maioria</i>	4
<i>Encaminhado para pensões</i>	2
<i>Falecimento</i>	7
<i>Recâmbio</i>	4
<i>Liberdade Assistida (LA)</i>	2
<i>Outros</i>	26
Total	159

A maneira pela qual os pareceristas diagnosticavam os menores abandonados torna-se emblema de uma visão que se pretende científica, ao determinar, em parte, o caminho a ser trilhado a partir

de então. A coisificação cede lugar ao humano, não poupando nem ao menos crianças de tenra idade, a serem categorizadas por padrões muitas vezes destoantes de sua própria idade.

De acordo com a tabela, a desinternação ocorreu na maioria dos casos. Assim, do total de casos, por nós priorizado, 36 não completaram um mês, mediante a desinternação dos genitores ou responsáveis. O número de desinternações, totalizando 87 casos (54,71%), superou os outros itens, na medida em que os responsáveis se apresentavam na instituição, efetivando o desligamento dos menores.

Por outro lado, as evasões (29) se mantiveram freqüentes e em índice elevado, durante todo o período. Nos casos de evasões encontradas, as crianças ou os adolescentes fugiam da unidade, tomando rumo ignorado. Após algum tempo, e constatado o não retorno do interno, o juiz de menores determinava o encerramento do caso. Houve ainda casos de recâmbio (4), utilizado quando o menor pertencia às regiões afastadas do centro de São Paulo, do interior ou de outros Estados.

Observamos casos em que os menores foram desinternados após a maioridade (4), sendo lançados à própria sorte. Apenas em 2 momentos, os jovens que completaram a maioridade foram encaminhados para "pensões" custeadas pela FEBEM. Dentro do universo da FEBEM, apenas aqueles que, durante todo o tempo de institucionalização mantiveram "boa disciplina", adaptando-se às normas da instituição, após à maioridade, eram encaminhados para alguma pensão, localizada geralmente próxima à FEBEM. Aqueles que, durante sua estadia dentro da unidade, não cometeram furtos, não tiveram diversas evasões, após um determinado período, eram colocados em Liberdade Vigia. Se durante o período de um ano, a criança ou o adolescente não cometesse nenhuma infração, não freqüentasse lugares considerados inadequados para a instituição, não se envolvesse com drogas, seria desligado. Caso contrário, seria enviado para unidades destinadas a infratores como a Unidade de Triagem "José de Oliveira Vasconcelos"- UT3; Unidade de Triagem "Pérola Byington"- UE22 e Unidade Educacional "Alpheu Luiz Gaspariani"- UE17, ou como indicou a leitura dos prontuários, carregaram a marca da institucionalização para sempre. Parte dos

jovens que saiu da instituição, depois da maioridade, morreu, ou acabou sendo institucionalizado nas Delegacias de Polícia ou nos Presídios do Estado.

O primeiro caso a ser registrado teve início em 1978, no qual SPC ou EPS ou SPC ou SAP ou AFS, internado em 10 anos foi apreendido ao ser pego em atitude suspeita no interior do depósito de material de construção. Assim, como dezenas de casos, segundo os pareceres, cursara apenas a 1.^a série, sendo proveniente de família ilegal e desorganizada.

Após a realização das entrevistas e dos testes aplicados, de acordo com o parecer, foi feita uma tentativa de entrega do menor em sua residência. Durante o trajeto realizado em companhia de um monitor, segundo o prontuário, o menor relatou que sua mãe geralmente costumava ficar parada na Radial Leste, mediante o pagamento de 50,00 cruzeiros, admitia encontros homossexuais em sua casa; seu padrasto certa vez tentou matar sua mãe. Em outra ocasião, deu uma facada em seu irmão.⁴⁴ Após várias internações e evasões, acabou fugindo definitivamente da unidade em 28-03-83.

O que chama a atenção para o caso de SPC é o desfecho de sua história, numa plena demonstração de que a instituição torna-se, para sempre, a guardiã de toda a identidade do menor. Em milhares de prontuários, encontramos documentos originais pertencentes aos menores. A perda de identidade confere à instituição um poder inexorável sobre seus internos, acompanhando-os ao longo de toda a sua história. Os que fogem deixam para trás toda a documentação.

No dia 16-07-89, SPC, que havia sido preso na Casa de Detenção, enviou uma carta ao Setor de Cadastro de Menores (SCM) localizado no Tatuapé, reivindicando seus documentos que ficaram na FEBEM.

"São Paulo, 16 de julho de 1989

Senhor SR, escrevo esta para lhe pedir um grande favor e sei que está a seu alcance. Senhôr eu sou ex-detento da FUNABEM e hoje eu me encontro preso aqui na Casa de

44. PT 35.491-A, SPC.

Detenção. Quando estive na Unidade de Batatais e quando eu sai de lá eu deixei toda a minha documentação (...) Senhor será que tem condições do senhor encaminhar esses documentos aqui para a Casa de Detenção, pois estou precisando muito..."⁴⁵

O segundo caso refere-se ao adolescente VTB, cor branca, 10 anos, internado pelo fato de ter sido considerado em estado de abandono. Foi desinternado, de acordo com o *Prontuário*, por sua genitora em 24-08-79. No final do *Prontuário*, uma pequena nota indica o que aconteceu com VTB alguns anos:

"Em 11-10-84, na Avenida das Pombas n. 20, Jd. Fasano, WTB, 17 anos, LAB, 15 anos e VTB (os três eram irmãos), trocaram tiros com milicianos das rotas 9152 e 9162, vindo a falecerem".⁴⁶

3.2. EM BUSCA DAS FILHAS DO MUNDO

Aos poucos o cotidiano da FEBEM ganha proporção, mediante leitura e análise dos prontuários, permitindo visualizar um conjunto de práticas extremamente moralistas. O mundo dos menores desponta como antítese do bom trabalhador, do bom pai e do bom filho. A instituição não produz nenhum pensamento *sui generis*, antes reproduz valores subjacentes no todo social. Esquece, porém, das tensões sociais, da vivência conflituosa, da exploração e de uma realidade marcada por dominados e dominadores.

Nesta perspectiva, ganham força os discursos dos psicólogos e dos psiquiatras, levando à baila a eficácia das táticas morais. São eles que diagnosticam a perversidade, a ociosidade, a apatia, a falta de valores éticos e morais, tudo dentro de uma padronização imposta por valores dominantes.

Foucault, ao estudar instituições asilares, esteve atento a todos os mecanismos produzidos e reproduzidos espacialmente, lembrando

45. *Idem*.

46. PT 35. 706-A, VTB.

que, no interior de cada uma das unidades asilares, ocorrem práticas subtraídas da sociedade como um todo, isto é, cria-se a idéia segundo a qual o internado, louco, delinqüente, precisa reaprender, dentro do asilo, os valores anteriormente perdidos, podendo desta forma retornar ao convívio social.

Surgem, nesta esfera, vozes destoantes para afirmarem o conjunto das coisas perdidas. A prática psiquiátrica será uma manifestação de uma tática moral, do século XVII, com a normatização dos costumes, com a delimitação do universo dos normais e anormais, delinqüentes e homens honestos, normas estas conservadas *in totum* nos rituais da vida asilar.⁴⁷

“No tempo de Pinel e Tucke, esse poder nada tinha de extraordinário; explicava-se e era demonstrado apenas pela eficácia das condutas morais; não era mais misterioso que o poder do médico do século XVII quando diluía os fluidos ou distendia as fibras. Mas muito rapidamente o sentido dessa prática moral escapou ao médico, na medida em que ele encerrava seu saber nas normas do positivismo: desde o começo do século XIX, o psiquiatra não sabia muito bem qual era a natureza do poder que havia herdado dos grandes reformadores, cuja eficácia lhe parece tão estranha à idéia que ele tinha da doença mental e à prática de todos os outros médicos”.⁴⁸

O discurso do psiquiatra contribui para a institucionalização de jovens e crianças, não sem antes desenhar o quadro dos desvios de conduta. O pincel e a tela da instituição ganharia, no excluído, uma musa às avessas. A representação da delinqüência, da alienação seria matizada nos pareceres, numa tentativa de forjar mecanismos indiscutíveis, sendo baseados na voz e no conhecimento de especialistas.

O Educandário Maria Auxiliadora foi inaugurado em 1967, atendendo, principalmente, adolescentes do sexo feminino, de 14 a 18 anos. De acordo com o Decreto n.º 42.431, de 04 de setembro de 1963, foi destinado à construção do Instituto de Reeducação de

47. FOUCAULT, Michel. *A história da loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1985, p. 501.

48. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 500.

menores infratores uma área de 17.560 m², localizada na gleba 2 da antiga "Antiga Chácara do Belém" que havia sido desapropriada pelo Decreto n.º 1.034.

As menores permaneceram no local até 25 de janeiro de 1972, quando o Educandário foi fechado para reforma, sendo as meninas transferidas para a DAG (Divisão de Atendimento Geral), na Rua da Alegria (São Paulo), e à Colônia de Férias de São Vicente (atual UE12).

O Educandário foi reaberto em maio de 1974, com a instalação da Sede da Fundação, permanecendo até 30 de junho de 1974, quando foi ocupado pela Secretaria da Saúde, durante o surto de Meningite. No final de 1974, foi reaberto para atendimento de menores do sexo feminino, de 14 a 18 anos, com problemas de conduta, em regime de triagem e educacional, internato sob a denominação Unidade Educacional Maria Auxiliadora – UE3.

Em 1979, a população existente na Unidade Educacional Maria Auxiliadora (UE3) foi transferida para a Unidade Educacional Tide Setúbal, UE16, permanecendo apenas a Unidade de Triagem, que passou a denominar-se Unidade de Triagem Maria Auxiliadora – UT4.

A antiga UE3 atendia a menores do sexo feminino com problemas de conduta, situados na faixa de 14 a 18 anos. Enquanto Unidade Educacional, oferecia curso supletivo (atual suplência) nível I e nível II, bem como ensino profissionalizante: arte culinária, cabeleireira, costura, educação para o lar, tecelagem, couro.

Ao estudarmos a história das meninas e moças inseridas no universo dos excluídos, o que salta aos olhos, à primeira vista, é a inexistência de trabalhos que buscam resgatar o universo de institucionalização e repressão a esta categoria social. Provavelmente, a falta de pesquisas ocorre mediante a proporção desigual entre o número de internações entre crianças e adolescentes do sexo masculino e de crianças e adolescentes do sexo feminino: bem maior no primeiro grupo.

Encontramos inúmeros trabalhos preocupados com a temática masculina, deixando de lado as meninas às sombras do silêncio, confirmando o papel conferido às mulheres numa sociedade marcada pelo patriarcalismo, pois trazem as marcas de suas condições de mulheres pobres, duplamente marginalizadas.

Independente da proporção entre o número de internações de meninas e meninos, não existem estudos sistemáticos preocupados com a questão feminina. São sujeitos históricos, em busca de uma identidade e de uma emancipação não concretizada às voltas do século XXI. Inúmeros exemplos da condição de vida de meninas, moças e jovens adultas, utilizando terminologia da FEBEM, proliferam-se, na medida em que, desde tenra idade, assumem o papel de donas de casa, responsáveis pelos afazeres domésticos, vivendo sob a autoridade dos pais e irmãos mais velhos. Muitas abandonam o lar em busca de melhores condições de vida, encontrando pela frente a institucionalização através da FEBEM.

O ritual de passagem, embora doloroso nas três unidades estudadas (UT2, UE3 e UE9), ganha dimensões cada vez mais humilhantes, no caso das “filhas do mundo”. Além de toda a triagem degradante à qual são submetidas, passavam por exames de verificação de virgindade, conferindo ao olhar míope da instituição estigmas da marginalidade, prostituição e infração.

Podemos dizer, ao mergulharmos na história de vida de cada umas das adolescentes “assistidas” pela FEBEM, que há um embate entre a instituição e as meninas, não ocorrendo adequação às normas da Unidade Educacional. Durante todo o período por nós analisado, o número de evasões das meninas sempre foi superior ao dos meninos.

O quadro se torna emblemático no caso das adolescentes que encontraram pela frente ou a evasão ou a colocação em estágios probatórios (trabalhando como empregadas em casas de família), numa tentativa da instituição em reconduzi-las de volta ao lar, no *locus* a ser ocupado pela mulher. Os casos de gravidez encontrados nos prontuários, durante todo o período (1976-1979), revelam o extremo abandono de uma sociedade que não conhece o próprio rosto.

Encontramos algumas considerações acerca das meninas marginalizadas na obra de Rosa Maria Fisher Ferreira. Embora tendo sido a única obra que faz referências à marginalização infantil feminina, permite-nos dizer, como lembra a autora:

“Que há casos de meninas que estão nas ruas desde muito pequenas (geralmente esmolando) e, principalmente, que as adolescentes que permanecem nos grupos de rua estão

muito envolvidas em delinquência em geral e a prostituição em particular, pois docilmente as atividades consideradas como trabalho lhe são atribuídas e os próprios grupos que as monopolizam evitam a entrada efetiva das meninas".⁴⁹

Quadro IX – UE3 – Distribuição pela faixa etária

Faixa etária	N.º de Internas
10 anos	1
13 anos	5
14 anos	18
15 anos	45
16 anos	39
17 anos	12
Outros – EVI-18	1
Não consta	16
Total	137

Se, oficialmente, a UE3 era destinada às meninas infratoras de 14 a 18 anos, na prática, constatamos entrada de meninas entre 10 e 13 anos (6 casos) de idade, o que contraria os dados oficiais. À medida que vai aumentando o limite de idade, percebemos o incremento de adolescentes do sexo feminino. Segundo dados da tabela, grande parte das adolescentes, que eram enviadas para a UE3, tinha entre 14 e 16 anos, totalizando 74,45%. Entre esta faixa etária, encontramos 45 adolescentes com 15 anos de idade, 39 adolescentes com 16 anos e 18 com 14 anos.

Um dado extremamente relevante refere-se ao item *não consta* (16) no caso das meninas. Por inúmeras vezes, ocultam todos os dados relativos à idade, filiação, escolaridade e procedência geo-

49. FERREIRA, Rosa Maria Fisher. *Op. cit.*, p. 125-126.

gráfica, sobretudo quando apresentam 18 anos, temendo serem mandadas para a delegacias especializadas em maiores. Outro item que apareceu, no caso das adolescentes, e que chama atenção é o caso de EVI (Exame de Verificação de Idade). Todas as vezes que a equipe técnica duvidava da informação das adolescentes relativas à idade, submetiam-nas ao referido exame. No caso, apresentado pela tabela, apesar da adolescente ter dito que tinha 15 anos, o exame “constatou”, segundo declarações da assistente social, que a adolescente tinha 18 anos.

CMF ou CJS ou CTS ou JVS, 15 anos, cor branca, foi internada aos 08/10/79 após ser encontrada perambulando e segundo o parecer pela assistente social:

“Constatou-se na entrevista que a menor fantasiava, apresentando desequilíbrio mental, foi realizado o EVI, constatando 18 anos. Colocada em estágio probatório, revelou a verdadeira identidade dizendo que os genitores moravam em Santo Amaro, no começo disse que os pais eram falecidos”.⁵⁰

Quadro X – UE3 – Classificação por cor

Cor	N.º de internas
<i>Branca</i>	58
<i>Parda</i>	37
<i>Negra</i>	11
<i>Não consta</i>	31
Total	137

Novamente nos deparamos com os paradoxos da FEBEM ao demonstrar o item *cor*, pois se oficialmente a cor branca é predominante (59 casos), seguidos das cores pardas e negra, chama

50. PT 39.642-A, CMF.

a atenção para o total de *não consta*, levando-nos a afirmar que as menores se evadiram antes de qualquer triagem feita pelas assistentes sociais. Verificamos prontuários de apenas uma página, sendo que alguns não ultrapassaram da guia de acolhimento.

Quadro XI – UE3 – Organização familiar

Organização da família	N.º de internas
<i>Legal e organizada</i>	24
<i>Legal e desorganizada</i>	36
<i>Ilegal e organizada</i>	7
<i>Ilegal e desorganizada</i>	19
<i>Substituta</i>	15
<i>Ignorada</i>	5
<i>Outros</i>	31
Total	137

Quando pensamos na constituição familiar das “filhas do mundo”, mais uma vez nos deparamos com os dados oficiais, segundo os quais a maioria das famílias dos internos ou internas da FEBEM é composta por famílias ilegais. Observamos que, apesar de uma grande incidência na desorganização familiar, grande parte das famílias é legalmente constituída (36 casos), porém desorganizadas por inúmeros fatores, sendo os de ordem econômica os predominantes. Ao contrário, a instituição afirma que as famílias se desagregam, mediante a falta de valores aceitos, mediante uniões ilícitas e sem nenhuma organização.

Devemos lembrar que, além da existência das famílias acima mencionadas, o item *outros* apresenta uma grande incidência. Neste item, enquadrámos as adolescentes que moravam em casa de família, trabalhando como empregadas domésticas; bem como os prontuários das adolescentes que, de acordo com o parecer, omitiram todos os dados e os prontuários que apresentaram poucas informações.

Em relação à família substituta, constatamos 15 casos de adolescentes, que foram criadas desde tenra idade mediante falecimento dos genitores, abandono ou problemas econômicos. Em todos os casos relativos a internação, quando a adolescente pertencia a esta categoria, as histórias se confundem. Após uma certa idade dependendo do comportamento da adolescente no que tange aos afazeres domésticos, estudo, trabalho, comportamento sexual, eram internadas na FEBEM como irresponsáveis, não se dedicando a atividade alguma, bem como mantendo vida sexual ativa: fato inadmissível para a maioria das famílias, tanto a natural como a substituta.

Quadro XII – UT3 – Motivos de internação

Motivo da internação	N.º de internas
Abandono	38
Problemas de conduta	17
Perambulação	14
Atos anti-sociais	26
Espontaneidade	5
Deficiência mental	3
Vítima de agressão	3
Outros	31
Total	137

Além desta situação corriqueira, no caso das internações, podemos indicar outras tão relevantes, como, por exemplo, o grande número de internações efetuadas por abandono (38 casos), apesar da UE3, oficialmente, ser destinada para menores do sexo feminino com problemas de conduta.

Os casos encontrados de problemas de conduta (17) ganham outras colorações no caso das meninas, como, por exemplo, prostituição, uso de maconha e outros entorpecentes, agressão,

abandono do lar para viver com o namorado ou outro homem, problemas considerados inadequados.

A questão da sexualidade era extremamente crucial, bastava a mãe ou o pai desconfiar da virgindade da menina para acionar o Juizado de Menor e este, por conseguinte, a FEBEM. Motivos como dormir fora do lar, ir a "bailes," discoteca eram suficientes para serem enquadrados como problemas de conduta.

O cotidiano das internações revela como pequenos incidentes serviriam de pretexto para a internação. Assim ocorreu com SBDW, 17 anos, cor branca, internada aos 22/11/79, que foi apreendida pelo setor de vigilância, quando ingeria bebida alcóolica na Alameda dos Jurupis.⁵¹

Aos poucos, os pareceres começam a atribuir às internações como conseqüências dos desvios de conduta, as meninas aparecem como inconseqüentes e muitas como mitômanas. A internação podia ser efetuada não só pelos genitores como por outras pessoas que detectassem algum desvio de comportamento.

SAGA, 16 anos, cor branca, foi encaminhada pelo padre da paróquia da comarca de Santo André, informando que a menor, aos 10 anos, já apresentava problemas de fuga da escola para permanecer em companhia de homens e rapazes. Em agosto de 72, foi instaurado um inquérito contra o Sr. P por sedução e pelo fato de ter convivido com a menor durante 20 dias.⁵²

O caleidoscópio das classificações míopes da instituição para designar problemas possui diversas gradações. Alguns genitores buscavam a instituição, como se esta fosse retirar seus filhos do mundo do crime, da perversão e prostituição.

Aos 26/05/76, AMR, 17 anos, cor branca, seria apreendida após declarações da mãe que se dizia assustada, mediante declarações da filha segundo as quais, "toma artame, maconha, chá de cogumelo e que nasceu em instrume de animais e que constantemente sente

51. PT 36.065-A, SBDW.

52. 39.661A PT.28. 067, SAGA.

ausência de salvação”.⁵³ Após dois meses de internação a equipe técnica resolveu desinterná-la, pois de acordo com os pareceristas, não impressionava como portadora de desvios de conduta.

A situação muda de coloração quando o motivo apontado recai sobre os chamados atos anti-sociais (26 casos), como, por exemplo, tentativa de infanticídio, agressão, roubo, furto, porte de armas, homicídio, roubo e furto, assalto, averiguação e suspeitas de furto. Constatamos apenas um caso de homicídio, o restante era atribuído a pequenos furtos: furto de uma peça de roupa no varal; um vaso de flores em quintal alheio, até mesmo samambaias, acabavam se transformando em elementos para a instituição que definia as adolescentes como “personalidades delituosas e calejadas no crime”.

Para entendermos parte do perfil das menores que segundo a instituição, cometeram atos anti-sociais, destacamos a história de APM, cor branca, 15 anos, internada no dia 24/04/77, sendo apreendida quando estava perambulando, por suspeita de furtos de frangos assados de um restaurante. Segundo o parecer realizado sobre o caso da adolescente APM:

“A menor vive em ociosidade, não trabalha, não estuda. Convive com um grupo de menores que segundo ela são trabalhadores apesar de todos já terem tido passagens por várias delegacias. Fazia parte de uma quadrilha que pratica pequenos furtos, mas, conforme declarou a menor, há meses não praticava furtos (*sic*)”.⁵⁴

53. AMR foi internada por problemas de conduta. Segundo o parecer encontrado no prontuário, “a irmã da menor esteve no Juizado de Menores, expondo os inúmeros problemas criados pela mesma. É natural de Muraé, onde residem seus pais. Veio para São Paulo, por problemas de saúde. Empregou-se em vários lugares, sendo demitida por problemas de conduta, não obedecia horários, às vezes, roubava pequenos objetos. Muitas vezes ia ao emprego da irmã, apresentando o olhar estranho, a pupila dilatada, chegando de madrugada falando coisas estranhas. A irmã da menor acredita que a mesma é portadora de problema de ordem mental (*sic*) o que nos parece provável pelo que pudemos observar. A irmã desconfia que ela, a menor, faz uso de maconha ou outros tóxicos, visto ser seu rol de amizades pessoas de mal suspeita”. AMR evadiu aos 23/09/76. In: Pt 26.587-A, AMR.

54. De acordo com o parecer realizado pela assistente social, CPS foi internada por desvio de conduta, em 22/6/77. A internação, segundo consta foi efetuada pela

Novamente nos deparamos com o item *outros*, como apontamos acima, quando a internação é efetuada pelos patrões das meninas. Em alguns casos, como indicamos acima, pululam histórias de meninas órfãs, saídas do interior de outros estados, que vêm à cidade para se empregar na casa de determinadas famílias. Quando a internação não ocorre por suspeita de furto ou até mesmo furto, ocorre mediante o envolvimento de um dos filhos do casal com a menina, redundando no nascimento de filhos.

As menores eram internadas pelos patrões sob a alcunha de sedutoras e corruptoras de lar. O que é mais interessante, em alguns momentos, é que a própria FEBEM, com o desenrolar do caso, percebe o contrário; no entanto, constatando a impossibilidade do retorno da adolescente ao seio de famílias orgânicas, acabava sendo internada.

MCA, 17, BC, cujos genitores eram falecidos, vivia em Uberlândia, vindo para São Paulo trabalhar como doméstica, envolveu-se com o filho de dona MN e ficou grávida. Da primeira vez, de acordo com o prontuário, o casal (dona MN e seu marido) resolveu adotar a criança como se fosse seu filho. Segundo consta no prontuário, após o nascimento da criança, MCA e o filho de dona MN continuaram mantendo o relacionamento do qual redundou em uma segunda gravidez. Nesta ocasião, foi colocada para fora da residência em que viviam, na medida em que o pai da criança negou a paternidade. Embora as próprias assistentes sociais tivessem constatado que os relatos da menor eram coerentes, e que a senhora MN e seu filho haviam faltado com a verdade, a menor foi internada na UE3, e sua filha na UT1, destinada a crianças recém-nascidas.⁵⁵

Por fim, temos outros casos de internação, a saber: agressão por parte dos genitores ou de algum membro da família; estupro; por perambular pelas ruas, e espontaneamente, quando a própria menor,

genitora da adolescente: "No dia 22/06/77 compareceu a esta UR, OGS, a fim de solicitar a internação da filha, que vem apresentando desvios de conduta: furtos, prostituição. A situação se agravou mediante as ameaças feita pela menor e seu grupo de amigos contra a vida do genitor que é doente dos nervos, deixando de trabalhar há três anos." In: 26.135-A, CPS.

55. PT 38. 203-A, MCA.

mediante situação sócio-econômica ou gravidez procurava na instituição última forma de abrigo.

No que se refere à profissão da mãe destas meninas, além das apresentadas pelas genitoras dos menores da UT2, observamos passadeiras, enfermeiras, serventes escolares, desempregadas, além de uma infinidade de falta de dados pelos motivos acima arrolados. Os pais, via de regra, quando não são desempregados, ocupam funções similares aos dos pais dos menores da UT2.

Em relação às ocupações desempenhadas pelas menores, observamos um elevado índice nos empregos domésticos na ordem de 60%, ao lado de outras ocupações arroladas pelos prontuários, como, por exemplo, babás, operárias, recepcionistas, balconistas, empacotadeiras, arrematadoras. Em alguns casos, o item profissão elenca a ocupação em cabarés.

NAS ou PDA, 14 anos, apreendida por furto e porte de arma branca e de fogo, teria o seguinte parecer:

“Vive perambulando, dorme em hotéis ou casas vazias, pratica prostituição e desde os 13 anos pratica furtos, roubos e assaltos, quanto aos delitos declara que praticava pelo menos 5 ao dia o que lhe garante vida sem preocupação além de ter prazer no ato de furtar”.⁵⁶

Adentramos no campo das especificidades de cada unidade: se na UT2, o diagnóstico servia para localizar a ausência de afetos, de sentimento de menos valia, de insegurança, na UE3 contribuiu para postular a existência da anormalidade. Meninas despontam como viciadas, alcoólatras, toxicômanas, mentirosas, portadoras de histerias e de valores indignos de uma sociedade saudável, na medida em que muitas eram dadas à prostituição.

CEA, 15 anos, internada em 3/12/76, por sindicância de roubo, contando com inúmeras passagens e evasões pela FEBEM, após a entrevista, seria descrita pelos examinadores como:

56. PT 35.717-A, NAS ou PDA.

“Alcoólatra crônica, toxicômana, impulsiva, agressiva, chegou até esfaquear outra pessoa, dada a furtos, não faz críticas alguma de si mesma e de sua conduta, não tendo qualquer noção de doença. Referi que no passado teve quadro alucinativo normal, auditivo e anestésico, que ainda hoje se repete ocasionalmente”.⁵⁷

Alguns meses depois, após o parecer assinado pelo psiquiatra Paulo Renato Bentivegna e pela assistente social Ana Maria Fachina, CEA, internada na Unidade Educacional “Maria Auxiliadora”, seria transferida, em 31/08/77, para a comunidade Santo Agostinho que era destinada a “menores com problemas psíquicos”.⁵⁸

A agressividade é vista, de acordo com os pareceristas, como consequência de um ego enfraquecido, personalidade imatura, fruto de uma instabilidade emocional, caracterizada por sentimentos de inferioridade, acarretando a inviabilidade de estreitar vínculos com a realidade ambiental, bem como criando uma imagem distorcida de si e do mundo, fazendo com que determinadas pessoas, como, por exemplo, a adolescente CS, atuem apenas em função do imediato.⁵⁹

Determinadas adolescentes foram concebidas, segundo a visão dos pareceristas, como portadoras de idéias assassinas, rancorosas, vivendo em companhia de marginais, e abusando de bebidas alcoólicas, da sexualidade e uso de maconha.⁶⁰

Os testes projetivos e as entrevistas também indicariam um grande número de moças e adolescentes com um nível mental abaixo dos parâmetros da normalidade. A maneira como a adolescente se comportava, durante a entrevista, seria fundamental para a análise

57. PT 28.001-A, CEA.

58. *Idem*.

59. PT 26. 875-A, CS.

60. PT 29. 405-A, AFM. Quando foi internada em 24/04/77, a adolescente de 15 anos de idade, recebeu a seguinte avaliação: “adequação lúcida, sem delírios, pragmatismo útil prejudicado, refere-se andar em companhia de marginais, é alcoólatra crônica e dada ao uso de maconha, diz ter vida sexual ativa, porém não vaginal de modo que ainda é virgem”.

das assistentes sociais, dos psicólogos e dos psiquiatras. Algumas, como, por exemplo, TCF, internada em 21/12/79, foram descritas da seguinte maneira:

“Menor apresenta um sorriso meio estampado, simbolizado frouxidão de costumes, sem higiene, permitindo detectar as posturas socialmente aceitas”.⁶¹

Além das infradoras, das alcoólatras, das toxicômanas, a instituição observava as portadoras de deficiência física e/ou mental. Nestas circunstâncias são descritas como “alienadas”, “não tendo noção do tempo e nem do espaço, limitando-se a executar ordens”.⁶²

Quadro XIII – UE3 – Grau de escolaridade

Escolaridade	N.º de internas
1. ^a série	13
2. ^a série	7
3. ^a série	12
4. ^a série	15
5. ^a série	15
6. ^a série	5
7. ^a série	6
8. ^a série	3
1.º ano colegial	2
Nula	14
Não consta	45
Total	137

61. PT 40.507-A, TCF.

62. PT 35.704-A, LPA.

O item escolaridade não diverge dos outros dados apresentados acerca das menores, na medida em que constatamos que em 45 dos casos analisados não há dados que informem a escolaridade das menores. De outro lado, observamos os mais altos graus de escolaridade indo da 1.^a série do antigo 1.^o grau até o 1.^o ano do antigo 2.^o grau. Além disso, os prontuários, constantemente, mudavam seus pareceres (assim como no item cor). Algumas vezes, a mesma menor que inicialmente era apontada na 6.^a série, em outros momentos, era apresentada como aluna de 3.^a série. Por isso, procuramos nos basear nos últimos relatórios existentes nos prontuários. Da mesma forma que, em alguns casos, as menores cursaram até o 1.^o ano do colegial, observamos uma grande incidência de menores analfabetas, constando no item *nulo*. Em alguns momentos ficou extremamente complicado afirmar a idade, na medida em que o prontuário se limitava a uma ou três páginas, e nestes a prioridade da instituição foi de registrar o motivo pelo qual a menor foi internada. Por fim, as menores que apresentaram os maiores níveis de escolaridade possuíam, geralmente, família legalmente constituída e os genitores ocupavam funções destoantes do grupo da instituição, a saber, fazendeiros e funcionários públicos.

Nos casos encontrados, apenas uma menor que cursava a 7.^a série, antes da institucionalização, continuou por algum tempo na instituição; as outras foram desinternadas.

Quadro XIV – UE3 – Tempo de permanência na instituição

Tempo de permanência	N.º de internas
<i>Menos de 1 mês</i>	30
<i>De 1 a 3 meses</i>	32
<i>De 6 meses a 1 ano</i>	22
<i>De 1 a 2 anos</i>	20
<i>De 2 a 3 anos</i>	12
<i>De 3 a 4 anos</i>	3
<i>De 4 a 5 anos</i>	3
<i>Não consta</i>	15
<i>Total</i>	137

Pelos dados levantados, aproximadamente 61,31% das adolescentes internadas na FEBEM não completaram um ano na instituição. Houve casos em que a permanência era de apenas um dia e, na maior parte das situações, as menores evadiam-se, tomando rumo ignorado, ou eram desinternadas pelos genitores, no caso de estarem perambulando ou ainda terem sido apreendidas pelos considerados atos anti-sociais. Poucas menores ultrapassaram a barreira dos três anos (4,3%), sendo que, nesse caso, a maioria era órfã não contando com ninguém que pudesse assisti-las.

O item *não consta* (15) refere-se a diversos prontuários que não sinalizam para a conclusão do caso, inviabilizando uma análise mais profunda sobre o que de fato aconteceu com estas adolescentes que passaram pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

No caso das meninas, as transferências sempre foram constantes, dependendo da atitude assumida durante sua permanência, ou resistência à institucionalização, verificada mediante as inúmeras evasões. A instituição transferia as adolescentes para o interior do Estado de São Paulo e, na maioria das vezes, temos as transferências para os sanatórios, numa postura eminentemente coercitiva da instituição. Os atos de resistência, por parte das internas, são considerados anomalias próximas à loucura. As analogias entre a FEBEM e os sanatórios permitem-nos indicar qual o local dos excluídos na sociedade, sobretudo os incômodos: a reclusão.

O olhar da instituição, cada vez mais conservador e coercitivo empurra as meninas para o universo dos excluídos e, como comprometem a ordem implantada pela instituição, são elevadas à categoria de alienadas. Maria Clementina lembra que o alienado é considerado, de acordo com a instituição, como indivíduo que, por moléstia congênita ou adquirida, compromete a ordem pública ou a segurança das pessoas.⁶³

Bastava a menina não se enquadrar no grupo pertencente à unidade, para que se procedesse a transferência. Na maioria dos casos, as menores eram internadas no Sanatório, intitulado Casa do

63. CUNHA, M.C.P. *Op. cit.*, p. 80.

Papai no Horto Florestal, mediante a não adequação às normas vigentes da UE3.

MAAS, 14 anos, cor parda, internada após denúncia de sua ex-patroa, segundo a qual a menor havia furtado dois anéis. Nesse caso a internação foi inevitável independentemente da menor ter dito que não furtara os citados anéis. Sua trajetória, no interior da instituição, foi marcada por inúmeras evasões e reinternações, na maioria das vezes por se encontrar perambulando, com um agravante: era fugitiva da FEBEM. Várias internações (7) e várias sindicâncias, a saber, suspeita de furto, roubo e, finalmente, após ser apreendida pela Rota foi transferida para o sanatório Horto Florestal da Casa do Papai, em 27/02/78 evadindo-se no mesmo dia.⁶⁴

AMA, 14 anos, cor preta, foi classificada como excepcional pelo fato de “falar sem parar, bem como dizer que ficava irritada com barulho. Antes do falecimento de sua genitora morava com sua tia, relata residir com sua tia e segundo o relatório desde que a mãe morreu, ouve barulhos, não gosta de grito, fica com dores na cabeça igual a sua mãe que ficou doida e jogou-se no rio”.⁶⁵

Quadro XV – UE3 – Encerramento dos casos

Conclusão	N.º de internas
<i>Desinternação</i>	39
<i>Desinternação por idade</i>	4
<i>Estágio Probatório</i>	10
<i>Evasão do Est. Probatório</i>	7
<i>Evasão</i>	50
<i>Recâmbio</i>	10
<i>Outros</i>	12
<i>Não consta</i>	5
Total	137

64. PT 37.123-A, MAAS.

65. PT 34. 329-A, AMA.

A conclusão dos casos, diferentemente da UT2 na qual houve uma predominância das desinternações, observamos, na UE3, um acentuado número de evasões da ordem de 50 casos. Somando-se as evasões ocorridas nos estágios probatórios, isto é, colocação em emprego doméstico, chegamos a 57, totalizando 41% dos casos estudados; em segundo lugar, temos as desinternações efetuadas pelos genitores ou responsáveis num total de 28%, sendo que a grande maioria não ultrapassou os primeiros seis meses; houve ainda casos em que as menores foram recambiadas, isto é, enviadas para os locais de origem e, finalmente, os casos que não apresentaram conclusões.

Alguns casos são elucidativos do papel da instituição na vida e no cotidiano das "filhas do mundo": algumas têm plena consciência de que a FEBEM dificilmente vai resolver seus problemas; que a institucionalização é meramente paliativa, na medida em que a miséria, o abandono, a exploração são marcas justapostas à sociedade brasileira.

DLA ou LSS, 14 anos, cor parda, apreendida pelo fato de ter sido encontrada em estado de abandono. Evadira-se do lar em Vitória da Conquista assim que chegara em São Paulo, há acerca de 1 mês; passou alguns dias em Santos, vivendo da prostituição. Segundo o relatório nunca teve bom relacionamento familiar, pois em Vitória da Conquista trabalhava em cabaré. De acordo com o parecer dos assistentes sociais, a adolescente não gostaria de ser internada, já que a "FEBEM, não resolveria seus problemas". A "menor" pediu o recâmbio, e foi encaminhada em 12/10/79".⁶⁶

Outras aceitam o jogo imposto pela instituição, segundo o qual a reeducação é o projeto por excelência, propiciando condições para os menores adentrarem no mercado de trabalho por esforço próprio, mas, muitas vezes, a falácia de tais promessas pode ser observada mediante leitura dos prontuários. O peso da institucionalização recai sobre milhares de jovens nascidos na pobreza e criados nos interstícios de uma sociedade extremamente autoritária.

IPR, 14 anos, cor preta, escolaridade 7.^a série, se constituiu em um dos casos que nos permitem observar o resultado da institucio-

66. Pt 36.030-A, DLA ou LSS.

nalização para centenas de adolescentes. Internada em 10/10/78, após seu genitor ter tentado violentá-la, sendo transferida para a UE 16, em 10/10/78 pede permissão para freqüentar o curso de datilografia e fez arte culinária no SENAC; obteve nota 7 em datilografia, arrumou um emprego.

Todos os pareceres apesar de indicarem uma certa "imaturidade e infantilidade" presentes no comportamento da menor, paradoxalmente a apontam como perspicaz e "inteligente", participando de todas as atividades proporcionadas pela UE16, como o coral e destacando-se na educação física.

Em recompensa ao seu bom comportamento, em 10/09, foi indicada para uma vaga de recepcionista na própria instituição, sendo recusada "grosseiramente pelo responsável, devido provavelmente por sua cor, mostra-se revoltada e desestimulada".

"Em 23/10/79 começou a trabalhar como recepcionista na Avenida Paulista, sendo desligada pelo fato da firma ter fechado. É colocada em estágio probatório na casa do senhor DP. O relatório termina ao indicar que a menor estava apta a freqüentar o colegial, 'sendo bastante inteligente e interessada'".⁶⁷

Como tivemos oportunidade de verificar, a UE3, das três unidades estudadas foi a que apresentou o maior número de evasões, numa atitude de não se enquadrar dentro dos confins da FEBEM. A maioria dos prontuários das menores simplesmente não apresenta relatórios psiquiátricos. Devemos considerar, que mesmo antes de qualquer teste, parte considerável das adolescentes, burlava a vigilância, tomando rumo ignorado.

A resistência, como demonstrou Foucault,⁶⁸ é a grande defesa pessoal e intransponível do interno, para quem significa uma resposta ao poder instituído. Nesta mesma linhagem encontramos a visão de Goffman, ao lembrar que sempre que estudamos um estabelecimento social, verificamos diversas formas de resistência à institucionalização, ou como coloca o autor, sempre que se impõe mundo, se criam submundos.

67. PT 31.035-A, IPR.

68. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 241.

“Sempre que estudamos um estabelecimento social, verificamos uma discrepância com esse primeiro tema; verificamos que os participantes se recusam, de alguma forma, a aceitar a interação oficial de que devem dar e retirar da organização e, além disso, quanto ao tipo de mundo que devem aceitar para si mesmos. Onde se espera entusiasmo, haverá apatia; onde se espera afeição, há indiferença; onde se espera frequência, há faltas; onde se espera robustez, há algum tipo de doença; onde as tarefas devem ser realizadas, há diferentes formas de inatividade. Encontramos inúmeras histórias comuns, cada uma das quais é, a seu modo, um movimento de liberdade. Sempre que se impõe mundos, se criam submundos”.⁶⁹

Apesar de tentarem criar conotações depreciativas acerca destas meninas vistas como infratoras, prostitutas, loucas, rebeldes e portadoras de conduta anti-social, não podemos esquecer que são possuidoras de sonhos, fantasias inerentes a todo ser humano. Por vezes, encontramos bilhetes deixados pelas adolescentes arquivados como registros históricos, levando-nos a entender parte de seus projetos que não são concretizados.

AFC, cor branca, 16 anos, escolaridade nula, foi enviada pelo Amparo Maternal à FEBEM, juntamente com sua filha recém-nascida, de apenas 11 dias. De acordo com o prontuário, desde os 10 anos de idade trabalhava como empregada doméstica. Após deixar seu último emprego, passou a morar com uma amiga. Neste período, relacionou-se com um rapaz maior de idade, com o qual acabou tendo uma filha. Na época em que o bebê nasceu, seu antigo namorado se encontrava preso.

Teve a criança, segundo dados do prontuário, num Posto de Saúde, sem cuidados médicos, pois “ao ir ao banheiro do PS, a criança nasceu e caiu no chão, foi acudida após 15 minutos do acidente”.⁷⁰ Depois do parto foi encaminhada ao Amparo Maternal,

69. Goffman, E. *Op. cit.*, p. 246.

70. PT 36.477-A, AFC.

sendo, em seguida, transferida, juntamente com sua filha, para a FEBEM. AFC foi enviada à UE3, e sua filha para a UT1.

Mãe e filha foram consideradas em estado de abandono, devendo ficar em instituições diferentes até completarem 18 anos de idade. Após um período de inadaptação, segundo o prontuário, passou a não cumprir às ordens da casa, queixava-se pelo fato de ficar separada da filha por quem mantinha um enorme carinho. AFC fugiu da unidade em 26/06/80, deixando internada sua filha e uma carta contendo versos pertencentes ao folclore popular. Os versos deixados por AFC indicam parte do universo de uma jovem cuja adolescência foi constantemente negada.

“Vai tardinha venturosa, vai em mão em mão vai dizer ao ... que ele está no meu coração/ Na rosa eu nasci, no cravo fui criada numa noite de luar por tua boca fui beijada/ Mandei fazer um barquinho todo enfeitado de flor, para esconder o meu benzinho das meninas invejosas/ Em cima daquele morro mora um relojoeiro, quando vê perna de moça, faz relógios sem ponteiro.”⁷¹

As filhas do mundo ao fugirem da instituição, em inúmeras vezes deixaram para trás parte de suas histórias, registros de um tempo de abandono subsumido no silêncio.

SCD, cor branca, 16 anos, fugiu de uma das unidades deixando sua filha, mas em momento algum deixou de registrar o afeto que sentia por ela, bem como as preocupações acerca de seu futuro. Futuro este carregado de incertezas:

“Me desculpe por ter fugido, vou deixar minha filha e não quero que ela sofra por minha causa. Capitão, estou lhe pedindo um favor, não entregue ela à FEBEM, entregue ela à minha mãe. Olha a tia e o bebê não tem nada com isso. Sabe vou sentir muita falta da minha filha, porque gosto dela. E eu sei que ela vai ser tratada bem. Espero que o Senhor compreenda”.⁷²

71. *Idem.*

72. PT 30.546-A, SCD.

Em seguida, encontramos outra carta de uma assistente social que tentou justificar o porquê da evasão da adolescente. O relato, descrito na carta pela assistente social, indicaria, como sempre, desobediência, problema de conduta e a não adaptação na Unidade Educacional.

“Prezados senhores: a menor vinha apresentando algum problema de conduta com relação as saídas fortuitas à noite, quando todos se recolhiam, foi por mim advertida que se caso persistisse nessa desobediência, iríamos informar a FEBEM para que se procedesse sua transferência a uma unidade mais fechada. Isso não mexeu com ela e continuou saindo as escondidas. Chamei-a novamente e fui mais enérgica, dizendo mesmo que na segunda-feira proporia a FEBEM que a transferisse para outra localidade. Ela então preferiu fugir e deixar conosco sua filhinha, (TCD). Todos os documentos da menor permanecem em nossos arquivos até o dia 09/05/78.”

3.3. A UE9 E OS INFRATORES

Oficialmente, a Unidade Educacional 9 (UE9),⁷³ mais conhecida como Unidade Educacional de Moji-Mirim, tinha capacidade para atender 200 menores do sexo masculino, entre 14 e 18 anos

73. Em 1909, por meio da Lei n.º 1.169, foram criados três Institutos disciplinares, no Estado de São Paulo. O governador de São Paulo autorizaria mediante a Lei 2.059, de 31 de dezembro de 1924, a implantação de uma escola de reforma de menores em Moji-Mirim, localizada a rua Ariovaldo da Siqueira Franco, s/n Matadouro, destinada a menores de 14 a 18 anos, assim como para aqueles, na faixa de 18 a 21 anos, condenados por vadiagem, mendicidade e capoeiragem.

Pelo Decreto n.º 3.838, de 25 de março de 1925, o Instituto Disciplinar com sede em Moji-Mirim, vinculou-se à superintendência do Juiz de Direito daquela Comarca. Em 24 de dezembro de 1935 após a organização da unidade, passou a ser denominada Escola de Reforma Moji-Mirim.

A partir de 1938 com a criação e a organização e execução do Serviço de Atendimento de Menores abandonados e delinquentes, atribuídos ao Serviço Social de Menores, a UE9, passou a denominar-se “Instituto de Menores de Moji-Mirim”.

No ano de 1947, o estabelecimento passou a abrigar meninas julgadas, de 7 a 18 anos, ficando conhecido como Instituto Feminino de Menores. No entanto em dezembro de 1957, transformou-o em Instituto Masculino de Menores de Moji-

de idade, com problemas de conduta anti-social. Oferecia educação sistemática, isto é, pré-escola e ensino regular, bem como ensino profissionalizante de marcenaria, serralheria, alfaiataria, torneiro mecânico, carpintaria, além de serviços gerais de pedreiro, pintor, eletricitista e encanador.

Na prática, pelo que foi constatado, a UE9, destinada aos chamados infratores com problemas de conduta, era uma Unidade, onde o poder coercitivo se manifestou globalmente, revelando os limites de uma instituição que se apresentava como reeducativa, mas confirmava de outro, o teor dos discursos médico-jurídicos e psiquiátricos, para quem a criminalidade devia ser prevenida, e os portadores da periculosidade afastados do convívio social.

A justificação de uma unidade como Moji-Mirim ganhou, nos primórdios de sua inauguração, legitimidade de inúmeras personalidades. Algumas das quais, ávidas em buscar apreender o germe da criminalidade subjacente em jovens e adolescentes, vistos como altamente perigosos. Segundo o discurso oficial, Moji-Mirim teria como função reintrojetar os valores socialmente aceitos naqueles jovens considerados como portadores de "alta periculosidade". O crime passa a ser visto enquanto patologia a ser exterminada. Não obstante, os métodos utilizados pela UE9, em momento algum diferiram dos presídios e dos manicômios.⁷⁴

Mirim. Em 11 de março de 1971, a Unidade passou a denominar-se Instituto de Menores de Moji-Mirim.

Finalmente em 12 de dezembro de 1973, o Instituto de Menores de Moji-Mirim integrou-se à Fundação Paulista de Promoção Social do Menor – Pró-Menor, recebendo uma nova denominação, a saber, Unidade Educacional de Moji-Mirim UE9.

A UE9, como ficou conhecida abrigaria menores do sexo masculino de 14 a 18 anos, considerados infratores estruturados e oferecendo ensino supletivo (1.^a a 8.^a série) na unidade; e algumas atividades profissionalizantes: marcenaria, serralheria, sapataria, alfaiataria, tornearia mecânica, carpintaria, serviços gerais (manutenção), pedreiro, pintor eletricitista e encanador.

74. Quanto ao grau de fechamento, mais predominam as práticas coercitivas sobre as persuasivas. Tal dominância traduz-se por: impossibilidade de contato entre o menor e o meio externo; maior descaso à escolarização e profissionalização do menor; inexistência de sessões de "aconselhamento", com domínio das práticas de controle, vigilância, contenção e punição (com o uso de cela, solitária, surra, trabalho forçado, perda de pontos); retirada dos suportes de identidade do menor

A denominação de uma instituição austera e autoritária, dentro de uma concepção foucaultiana, faria da UE9 sua mais legítima representante: seus métodos tentavam deslindar a alma criminosa "lentamente construída pelo saber psiquiátrico, constituindo aí instrumentos básicos ao colocar sob suspeita indivíduos e setores sociais incômodos".⁷⁵

Maria Cândida Santacargelo foi uma das vozes justificadoras da existência de Moji-Mirim. Assim como a autora, diversos setores sociais colaboraram para colocar em suspeita indivíduos e categorias sociais que, de uma forma ou de outra, incomodavam a sociedade orgânica.

"O Instituto de Menores de Moji-Mirim é uma casa de reforma, onde a disciplina é rígida sob regime militar, em virtude de abrigar menores infratores de elevada periculosidade. O método mais utilizado é o da ocupação que pode ser: escolar, profissional, agrícola, recreativo e religiosa, etc. Há muitas competições esportivas, havendo até taças para os vencedores. São no entanto, objeto de constante vigilância, pois sua agressividade é imprevisível. São sempre apreendidas armas improvisadas por eles mesmos. Adotam a tatuagem. Têm índole perversa, são desajustados profissionalmente e geralmente desprovidos de todo e qualquer sentimento moral ou religioso. Simulam conflitos, deprezam, agredem funcionários, tudo com o intuito de fuga. Tempos atrás, apenas 40% eram recuperados. Hoje graças aos nossos sistemas reeducativos dos mais avançados, onde a terapia tem sido o ponto mais alto, bem como a instrução religiosa a cargo de capelães à semelhança do Exército, o índice de recuperação é de 70%. O restante, infelizmente espera a maioria para ingressar na senda do crime. Mais ou menos uma centena é o número de menores que em Moji-Mirim cumprem medidas de pedagogia corretiva. A

(como nome, aparência física e pertences); e tempo de permanência. VIOLANTE, Maria L. *Op. cit.*, p. 11.

75. FOUCAULT. M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988, p. 47.

grande loucura existente no Instituto é a vida promíscua de diversos tipos de menores infratores. Sabemos como é difícil a reeducação desses menores ainda mais que 50% são débeis mentais”.⁷⁶

Nesta mesma direção, o discurso jurídico, o discurso médico, o discurso pedagógico, tornam-se fundamentais para refletirmos como a imagem do menor foi, aos poucos, sendo tecida dentro de um contexto histórico e por um grupo que objetivava o controle e a institucionalização da criança e do adolescente considerados abandonados ou infratores.

Ao mesmo tempo que Maria Cândida Santacargelo valoriza o trabalho proposto em Moji, observa que a dinâmica de trabalho da unidade era extremamente rígida aos moldes do exército. Fato este justificado, como sustenta a autora, pela “necessidade de disciplina, necessária a indivíduos desprovidos de qualquer sentimento moral, promíscuos, e 50% débeis mentais”. Por meio das colocações de Maria Cândida, percebemos como determinados ideólogos defendiam a existência de instituições como a FEBEM.

Para a instituição, os jovens e os adolescentes, por ela assistidos, são oriundos dos estratos mais ínfimos da sociedade: ignorantes, pertencentes às famílias ilegais e desorganizadas; vivendo em ambientes nos quais, pobreza, prostituição, miséria e crime coabitam quotidianamente. Nas entrelinhas, os documentos mostram a desigualdade sócio-econômica e política vigente na sociedade brasileira, na medida em que parte considerável dos membros destas camadas ou são prestadores de serviços, recebendo salários aviltantes ou são desempregados, confirmando o universo de exclusão a que foram submetidos.

Das três unidades estudadas, cada uma apresenta inúmeras especificidades. No caso de Moji, o que chamou a atenção, em primeira instância, foi o tamanho dos prontuários, sendo que o menor tinha 30 páginas. Outros chegaram a 700, extremamente detalhados nos quais todos os atos considerados delituosos foram registrados, como sintoma da periculosidade dos menores. Em alguns casos, todos os furtos, roubos, foram descritos minuciosamente, boletins

76. SANTACARGELO, Maria Cândida. *Op. cit.*, p. 170.

policiais, perícias, pareceres de assistente sociais, médicos, psicólogos e psiquiatras coadunavam e respaldando jurídica-cientificamente os propósitos da FEBEM.

Quadro XVI – UE9 – Distribuição pela faixa etária

Idade	N.º de internos
<i>13 anos</i>	1
<i>14 anos</i>	4
<i>15 anos</i>	20
<i>16 anos</i>	27
<i>17 anos</i>	23
<i>Não consta</i>	12
Total	88

As idades dos jovens e adolescentes, enviados para Moji-Mirim, variavam, segundo dados oficiais, de 14 a 18 anos. No entanto, encontramos um caso no qual o menor tinha 13 anos de idade. Como ele possuía 13 anos e 10 meses, a instituição preconizava a sua inserção no grupo dos internos da UE9.

Dentro do item classificação etária, percebemos um número significativo de jovens cujas idades variavam entre 15 e 17 anos (79,54%). Para estes, o relatório social seria o menos benevolente, sendo classificados, como ociosos, não trabalhavam e não estudavam. Vale lembrar que, a partir dos 17 anos, em vista da proximidade do alistamento militar, a situação dos jovens do sexo masculino complicava-se, com a impossibilidade de se encaixar no mercado de trabalho.

Em 12 prontuários, não identificamos a faixa etária, pois, nestes, o primeiro documento que aparecia era expedido ou pelas delegacias de polícia, ou memorandos do Juizado de Menores. Geralmente, os boletins policiais, bem como os documentos do Juizado de Menores, começavam descrevendo minuciosamente o ato infracional. Em seguida, no interior dos prontuários, além da vida infracional, os pareceristas descreviam os aspectos sociais sobre a vida do adolescente, muitas vezes, deixando de lado a classificação etária.

Quadro XVII – Classificação por cor

Cor	N.º de internos
<i>Branca</i>	23
<i>Parda</i>	28
<i>Negra</i>	16
<i>Não consta</i>	21
Total	88

Pela tabela acima, observamos uma grande proximidade entre os jovens brancos (23) e os pardos (28). Estes com uma pequena predominância em relação aos brancos. Se adicionarmos o número de negros aos pardos, obteremos o total de 44 jovens e adolescentes pardos e negros (isto é, 50% do total existente da unidade). Índice relevante, para pensarmos como a instituição compõe o perfil de seus internos, numa postura eminentemente autoritária de associar a criminalidade, bem como a miséria aos grupos étnicos.

Quadro XVIII – UE9 – Organização familiar

Organização da família	N.º de internos
<i>Legal e organizada</i>	36
<i>Legal e desorganizada</i>	23
<i>Substituta</i>	3
<i>Ignorada</i>	3
<i>Não consta</i>	13
<i>Ilegal e desorganizada</i>	10
Total	88

Segundo Maria Lúcia Violante, as disparidades dos registros institucionais encontram seu ponto nevralgico, ao afirmarem que a

maioria dos membros da UE9, é pertencente às famílias ilegais e desorganizadas, principalmente pela ausência do pai – sobretudo por “falecimento ou alcoolismo, abandono, prisão, uso de tóxicos; ou pela ausência da mãe – por abandono, falecimento, prostituição, psicose, prisão; ou ambos – pelas mesmas razões ou combinação entre elas: falecimento dos dois, abandono pelos dois, falecimento de um e abandono pelo outro, abandono ou falecimento de um e ausência do outro por motivo de trabalho, prostituição, alcoolismo, prisão, separação do casal ou falecimento dos dois, com presença de padrasto ou madrasta, com ou sem filhos”.⁷⁷

De acordo com os dados da tabela acima, a maior parte das famílias dos internos da UE9, ao contrário dos dados institucionais, apresentavam família legalmente constituída e organizada (36 casos). Sendo que se considerarmos apenas o item família legalmente constituída independente da organização, teríamos 65,90% das famílias cujos pais contraíram uniões legalmente aceitas, isto é, não viviam em concubinato. Se levarmos em conta ainda apenas as famílias desorganizadas, obteríamos 37,5% do total de casos analisados. Nota-se ainda a ausência de famílias ilegais, porém organizadas, confirmando que grande parte dos menores que foram institucionalizados na UE9, era oriunda de família “legalmente constituída”, ao contrário do que sempre informou à instituição.

Pela tabela, o item ilegal e desorganizado é o que apresenta o menor índice, independentemente de considerarmos os dados ignorados.

Quadro XIX – UE9 – Motivos da internação

Motivo da internação	N.º de internos
<i>Problemas de condutas</i>	4
<i>Atos anti-sociais</i>	84
Total	88

77. VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 44.

Enquanto na UT2 e na UE3, o motivo da internação apresentava diversas categorias, como, por exemplo, abandono, perambulação, deficiência mental, vítima de agressão entre outros, na UE9, os adolescentes eram institucionalizados em apenas dois momentos: por problemas de conduta ou por atos anti-sociais. Apenas em 4 casos, os adolescentes foram internados por apresentarem problemas de conduta, dois quais 2 recaíram sob suspeita de furto aliada à vadiagem, 1 por andar em atitude suspeita e o outro por reclamações feitas pela genitora.

MPS, 15 anos, cor parda, foi apreendido porque sua mãe fez reclamações dele sobre sua conduta. O adolescente, como tenta demonstrar o parecer, tinha dado trabalho a sua mãe, passando a noite fora de casa, parando pouco no emprego e se envolvendo com homossexuais e prostitutas.

“M expôs que gosta de ficar nas imediações da Alameda Gleite, na rua Aurora, convivendo com prostituição e homossexuais, Sobre isso disse que era uma forma que encontrava para conseguir dinheiro, pois não intencionava trabalhar de forma alguma. Alega M que não possui o hábito de roubar porque acha muito difícil ‘ter a profissão de ladrão’ que para praticar qualquer ato anti-social é necessário muita coragem e isso ele nunca teve. Gosta de conseguir dinheiro fácil, mais com prostitutas e travestis, mais nunca roubando”.⁷⁸

Entre os motivos arrolados como atos anti-sociais, majoritariamente, de acordo com a tabela acima, totalizando 84 casos, com uma porcentagem de 95,45% foram consideradas as situações seguintes, obedecendo os próprios prontuários: assaltos (2); furtos (29), furto e arrombamento (2), furto e homicídio (1), furto e vadiagem (4), assalto e furto (2), roubo e trombada (4), arrombamento (1), latrocínio (5), co-autoria em latrocínio (1), portando um revólver (1), homicídio (9), roubo seguido de seqüestro e latrocínio (1), homicídio e furto qualificado (1), tentativa de furto (3), arrombamento e roubo (1), estupro seguido de homicídio (1); arrombamento e porte de drogas (1), portando um revólver de brinquedo e com certa quantia em dinheiro (2) e porte de entorpecentes (7).

78. PT 37.095-A, MPS.

Em algumas situações, os processos destacam casos de convivência entre os delitos e a manutenção da família do jovem internado. Os pareceres indicam que inúmeras famílias eram mantidas por meio de atos delituosos, cometidos pelos adolescentes. Como um dos exemplos, podemos citar o caso de AC, 15 anos, cor branca, internado em 10/10/79, por furto. Segundo o parecer que redundou em sua internação em Moji-Mirim: "a manutenção da família de AC era feita através dos atos anti-sociais do jovem adolescente".⁷⁹

O ambiente familiar aparece como promíscuo, geralmente barracos construídos em terrenos cedidos pela Prefeitura. Na maioria dos casos, os adolescentes são enviados da UT3 ou UT4 por meio de um Boletim da Polícia (BO). Alguns chegam a passar semanas no interior de delegacias ou mesmo do DEIC, convivendo com os presos comuns, contrariando o Código Penal, bem como o antigo Código do Menor (na época vigorava o de 1927).

Observamos, nos prontuários, inúmeras denúncias de maus tratos e tortura vivenciadas no interior das delegacias. Os métodos utilizados lembram a época da tortura a presos políticos, cujo término ocorreu a partir da segunda metade da década de 70; no entanto continuaria sendo utilizada em presos comuns e em menores.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, "a partir de 1974, à medida que teve início uma lenta transição para a democracia, no entanto esse intercâmbio das duas práticas não interrompe, antes os denominados grupos de choque, e composto pelo pessoal da ROTA, vanguarda no enfrentamento ostensivo da dissidência armada e da repressão política durante os 10 anos desde a sua constituição até a revogação do AI5".⁸⁰

"Depois de a dissidência armada ter sido dizimada, esses grupos de choque perdem a motivação que havia presidido a sua constituição. E se voltam para o combate a criminalidade comum. Têm ampliado o seu papel 'político-tradicional' às antigas forças militares estaduais, sem entretanto, abdicar do estilo e dos métodos que desenvolveram durante

79. PT 39.663-A, AC.

80. PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Polícia e crise política: o caso das polícias militares", In: DA MATTA, Roberto *et alli*. *Violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense 1982, p. 57.

o período de arbítrio. A análise do caso da ROTA permite desvendar claramente aquela herança que sempre cabe à repressão à criminalidade após os períodos de arbítrio. Aos métodos convencionais de maus-tratos e de tortura, as polícias militares, especialmente as unidades especiais como a ROTA, conservaram o poder de abater o inimigo sem riscos penais. O inimigo não é mais o terrorista, mas o criminoso comum infiltrado nas massas populares, no 'povão', como carinhosamente a essas se referem os policiais militares".⁸¹

Em outro texto, Paulo Sérgio Pinheiro discute como na sociedade brasileira ocorrem as violações dos direitos civis da população, convivendo com uma pedagogia do medo "sistematicamente aplicada às classes populares; invasões de domicílio, batidas na cidade, espancamento, seqüestro, massacres, chacinas, são visualizados como integrando a normalidade da maioria das populações".⁸²

As técnicas de torturas utilizadas no período de maior tensão da ditadura foram vivenciadas por ASB ou MS, apreendido no dia 08/01/78 e que, de acordo com o prontuário, teria sido torturado pelos policiais.

"Ao ser apreendido pelos policiais após furto, o menor declarou ter sofrido no interior da delegacia toda a espécie de torturas, choques, surras, tentativa de afogamento (esta última numa lagoa de Mairiporã), além de lhe jogarem pinga no rosto. Alegou que o delegado disse que numa próxima vez mandaria matá-lo e que poderia dizer isto ao assistente social desta Unidade de Recepção, e até ao Juiz de Menores. Mesmo afirmando que não participou do latrocínio, forçaram-no a assinar sua participação no latrocínio".⁸³

Os prontuários permitem o resgate de situações nas quais inúmeros menores, em um primeiro momento, são apreendidos como suspeitos de furto, em seguida são enviados às delegacias comuns ou mesmo do DEIC, convivendo com os demais presos, todos

81. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. cit.*, p. 58-59.

82. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. In: *Revista USP*, mar/abr/mai/1991, p. 95.

83. PT 30. 703-A, ASB ou MS.

maiores de idade. Após atritos entre os jovens e os demais presos, quase sempre, quando os segundos investem sexualmente contra os primeiros, estes acabam assassinando seus companheiros e, por conseguinte, são internados na FEBEM como elementos essencialmente perigosos, infratores abomináveis e, na maioria dos casos, como veremos na próxima seção, personalidades psicopáticas.

Acompanhar a história de RS, cor negra, 16 anos vai além de um simples estudo de caso, demonstrando os limites da ação de vários órgãos asilares. Um adolescente apreendido por suspeita de furto no DEIC, acabou sendo internado na FEBEM como homicida.⁸⁴

“Mediante relato do jovem ao plantão de atendimento encontrava-se no DEIC há dois dias, tendo sido apreendido no ginásio onde sua irmã estuda, estando neste local para levá-la para a casa após as aulas; apreendido por suspeita de furtos. No DEIC juntamente com um colega assassinou V, companheiro de cela, pois o mesmo tentou tirar-lhe a roupa e agredi-lo. Após alguns momentos de briga, desesperado, o enforcou”.⁸⁵

Os “delinquentes”, mediante a ótica da FEBEM, apresentam linguagem e traços comuns, gírias, dissimulação, ansiedade, uso de tatuagem, portanto o observador deve ficar atento, pois, em muitos casos, de acordo com os pareceristas, “embora o examinado não use de linguagem própria daqueles afeitos à delinquência, pode ser reconhecido por sinais de dissimulação, confessando por fim furtos passados, indicando ausência de inibições ou repressões indispensáveis ao homem social com senso crítico, bem como evidenciar má introversão de valores socialmente”.⁸⁶

O caso de VM ou IVM ou MGM, 16 anos, cor branca, internado por furto qualificado, em 08/08/78, pode ser considerado como um exemplo dos prontuários, cujos pareceristas identificariam os traços de “anormalidade”, a partir de conceitos moralistas, recaindo na esfera pessoal e individual do adolescente.

84. PT 27.188-A, RS.

85. *Idem.*

86. PT 36.327-A, ARS.

“O menor é portador de traços de ansiedade, conflitos emocionais, humor lábio, tendência a depressão, influenciável e imaturo. O jovem é homossexual, comportando-se como travesti. Assumiu a situação e sente-se bem como tal. Sua personalidade é marcada por traços histéricos ao lado de agressividade reprimida que, em algumas ocasiões, eclode em crises de automutilação. Em algumas vezes feriu-se com objetos cortantes a fim de desabafar a raiva”.⁸⁷

Assim como a linguagem, ocorre a decodificação dos gestos: tremor das mãos, olhar direto, movimentos corporais: balançar os braços, arrastar os pés, egocentrismo, fala pausada, são utilizados como códigos da delinquência de determinados jovens, como, por exemplo, LVC e JRR. O primeiro, mediante a obtenção de um parecer positivo, foi colocado em Liberdade Viglada. O segundo que, de acordo com o parecer, “não conseguiu transmitir ao examinador arrependimento por aquilo que pratica, sendo portador de periculosidade social”, continuou internado, no entanto acabou fugindo da FEBEM.⁸⁸

Quadro XX – UE9 – Grau de escolaridade

Escolaridade	N.º de internos
1. ^a série	11
2. ^a série	13
3. ^a série	16
4. ^a série	12
5. ^a série	12
6. ^a série	6
7. ^a série	3
Nula	3
Não consta	12
Total	88

87. PT 34. 683-A, VM ou IVM ou MGM.

88. PT 27.178-A, LVC e PT 40.180-A, JRR.

O item escolaridade revela-nos que 59,09% dos jovens que foram enviados para Moji-Mirim tinham até a 4.^a série do primeiro grau, equivalente, hoje, à primeira parte de ensino fundamental, sendo que apenas 27% apresentavam até a 7.^a série. A maioria dos casos apontados podem ser indicadores de um dado corriqueiro na vida de milhares de jovens das camadas menos privilegiadas da população que abandonam a escola nos primeiros anos da vida escolar, pelo fato de se inserirem no mercado de trabalho, como renda complementar da família.

A maioria destes jovens abandonou os estudos muito cedo, exercendo as mais inúmeras ocupações. Em todos os casos, os jovens experienciaram alguma atividade, a saber: office-boy, ajudante de pedreiro, ajudante de açougue na feira, carregador em feira livre, ajudante de caminhão, ajudante geral, balconista, empacotador em supermercado, lavoura, pintor de auto, torneiro mecânico, ferro velho, desempregado, fábrica de tamancos, repositor, engraxate, vendedor de sorvete, arquivista, funileiro, auxiliar de escritório, mecânico, datilógrafo.⁸⁹

Quadro XXI – UE9 – Tempo de permanência na instituição

Tempo de permanência	N.º de internos
<i>Até 4 meses</i>	2
<i>De 4 meses a 1ano</i>	10
<i>De 1 a 2 anos</i>	45
<i>De 2 a 3 anos</i>	23
<i>De 3 a 4 anos</i>	4
<i>Não consta</i>	4
Total	88

89. Profissão da mãe: doméstica, faxineira, prendas domésticas, cozinheira, vendedora autônoma, copeira, operária, indústria têxtil, aposentada, trabalha na Santa Casa.

Em relação ao item permanência na instituição, utilizamos o momento da internação do adolescente, ou na UT3, ou UT4 destinada a infratores. Em dezenas de casos, as situações se repetem, ou seja, ocorre a primeira internação majoritariamente por atos anti-sociais. Desta maneira, o jovem é enviado para as referidas unidades de triagem nas quais ocorrem todos os rituais de iniciação verificados em outras unidades estudadas.

De acordo com os dados da tabela, 51% dos adolescentes que foram encaminhados para a UE9, passaram pelo menos 2 anos na FEBEM. Devemos apontar que o cotidiano de cada um destes jovens é marcado por inúmeras evasões e reinternações, num jogo crescente envolvendo jovens, policiais e instituição. Vários pareceres técnicos são realizados, sendo que em inúmeros casos, o adolescente considerado, num primeiro momento, como portador de periculosidade leve, podia ser enviado para a UE22, e desta podia acabar evadindo. Cada evasão contribuía, segundo a ótica da instituição, para aumentar a periculosidade do menor, determinando sua internação definitivamente em Moji.

Em outros casos como homicídio, furto qualificado seguido de assassinato (latrocínio), porte de entorpecentes, seguido de seqüestro e homicídio seriam suficientes para que o jovem fosse considerado mesmo em um primeiro momento como portador de periculosidade elevada, devendo ser afastado do convívio social. Moji-Mirim tornava-se a porta de entrada, mesmo antes de ter ficado algum tempo nas unidades de triagem.

Apenas em 2 dos casos, os jovens permaneceram durante 4 meses na instituição, sendo desligados pelo fato de o primeiro ter demonstrado bom comportamento logo nos primeiros meses; o outro burlando a vigilância, evadiu tomando rumo ignorado. Por outro lado, em 4,5% não foi possível verificar a conclusão dos casos, por falta de dados.

Em outro caso, o tempo de permanência entre as UTs, URs e Moji chegou até a 4 anos, sendo que a maioria passou mais de 1 ano no interior de Moji-Mirim. O grau de vigilância e controle era total, verificava-se quem saía, quem entrava, com quem o menor falava, onde, por quanto tempo, o que eles recebiam e onde iam.

Havia trancas e inspetores em todas as passagens, desde o portão de entrada.

Segundo Maria Lúcia Violante: “no primeiro mês o menor só ficava na faxina, não assistindo aulas. Depois, era encaminhado para as aulas, fazia alguma faxina da diária, trabalhava na horta. O ensino supletivo só atendia ao 1.º grau e não existia curso profissionalizante, o que ia contra declarações da direção da casa. Quando não estavam em nenhuma dessas atividades, os menores ficavam no pátio, sem fazer nada, ou jogando futebol, ou conversando. Mas as conversas em grupos eram controladas pelos inspetores. Impedidas as saídas da Unidade, os menores passavam os fins de semana também jogados no pátio. Ao entrar na unidade, o menor recebia um uniforme, um número e tinha a cabeça raspada, retirando-se todos os seus pertences”.⁹⁰

Outro mecanismo largamente utilizado foi o da laborterapia, presente em diversas instituições asilares, como, demonstrou Goffman ao estudar o cotidiano de um manicômio, no qual os pacientes recebiam “tarefas geralmente inferiores, por exemplo, varrer as folhas, servir à mesa, trabalhar na lavanderia e limpar os pisos. Embora a natureza de tais atividades decorra das necessidades de trabalho do estabelecimento, a afirmação apresentada ao paciente é que essas tarefas o ajudarão a reaprender a viver em sociedade e que sua voluntariedade e capacidade para enfrentá-las serão consideradas como provas diagnóstica de melhora”.⁹¹

Na UE9, a laborterapia também se estendia para outras áreas: lavanderia, limpeza da celas, horta, jardinagem, como foi observado em inúmeros momentos e, assim como o exemplo de Goffman, a justificativa era sempre a mesma, isto é, reintrojetar no adolescente padrões comportamentais básicos para se viver em sociedade.

Um dos métodos utilizados em Moji-Mirim, para verificar a mudança de conduta do menor era o sistema de pontos, como constatou Maria Lucia Violante, isto é, ao final de toda a semana, dependendo do comportamento, o adolescente recebia um ponto.

90. VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 84.

91. GOFFMAN. E. *Op. cit.*, p. 82.

Caso não cumprisse as regras, perderia parte ou todos os pontos acumulados. Para as faltas leves (fumar maconha, desrespeitar os funcionários, não realizar as atividades diárias) perdia de 2 a 4 pontos. Na reincidência das faltas, perdia de 8 a 16 pontos. E, finalmente, se voltasse a infringir as regras ou cometesse faltas graves (fugas, atentado ao pudor a outros menores, espancamento a colegas, agressão e desrespeito a professores e funcionários) perderia todos os pontos.

O adolescente CS, de acordo com o prontuário, perdeu 10 pontos após ter ofendido a professora da unidade. Como castigo, ficou sem tomar banho de sol, assistir à televisão, jogar futebol durante 37 dias.⁹²

No dia 10/12/79, o pai de CFF, após visitar o filho, reclamou junto à direção os maus-tratos sofridos pelo filho por parte dos inspetores JR e CEB. No dizer do pai do adolescente, os inspetores eram "contumazes na prática de maltratar os menores, socos, pontapés, surras e porretes de peroba e cassetete de borracha. Até os porteiros daquela instituição maltratam os menores".⁹³

Apesar da sindicância aberta pelo diretor, encontramos o depoimento dos três envolvidos no caso, sendo que, nos depoimentos, os três relataram que o adolescente em questão não cumpriu a atividade que lhe havia sido proposta, nem por isso foi agredido.

O diretor determinou que fosse feito o exame de corpo de delito. No prontuário, encontramos a assinatura do doutor MF, assim como o parecer por ele remetido:

"Não encontramos nem um grau de violência externa, verificamos apenas no terceiro dedo da mão direita uma lesão antiga, produzida por ferimento de arma de fogo, determinando redução e hipertrofia do mesmo. Trata-se de lesão de natureza grave, nada mais havendo".⁹⁴

Quando a falta era considerada grave, agredir funcionários, tentativa de fuga, uso de maconha, atentado de pudor com outros

92. PT 30.821-A, CS.

93. PT 31.919-A, CFF.

94. *Idem*.

jovens, a perda poderia ser de 8 pontos ou perda de todos os pontos,⁹⁵ juntamente com perdas de regalias por semanas ou meses. Como punição exemplar, os menores eram mandados para o isolamento, podendo passar vários meses, o que acabava prejudicando o ano escolar. Determinados jovens, durante um ano, passaram 100 dias no isolamento, o que contribuía para o corpo técnico considerar presente a periculosidade.

A disciplina utilizada em Moji-Mirim era a mais rígida de toda FEBEM, objetivando transformar os corpos dos jovens em corpos submissos, retirando a individualidade de cada interno num jogo de repartição espacial, cada jovem deveria ser controlado em todos os cantos da unidade. A disciplina era orgânica, na medida em que codificava cada atividade a ser exercida pelo menor, ou seja, de tempos em tempos experimentava trabalhos diferenciados, ~~lavoura~~, horta, marcenaria, faxina; ainda o tempo da institucionalização era o tempo da decodificação das forças, tentando reintroduzir os valores julgados pela instituição como perdidos.⁹⁶

Se em Moji-Mirim, como atestou Maria Lucia Violante, os jovens, ainda que precariamente, exerciam algumas atividades, em Sorocaba, a situação era extremamente inversa, pois os menores ficavam trancados em cela sob o regime de máxima vigilância. Constatamos, nos prontuários, as brigas entre os internos, acusações de estupro, pederastia e agressões que tornavam o ambiente o mais tenso possível. Inúmeras denúncias foram colocadas quase todas da mesma ordem: primeiramente ocorria a denúncia por parte do agredido, em seguida o agressor era chamado para depor na presença de um escrivão e dos técnicos. Via de regra, o jovem acusado ia para cela forte, ficando no isolamento.

No Instituto de Sorocaba, o adolescente era identificado como o habitante da cela em que ficava. Geralmente, os atos infracionais,

95. De acordo com informações de Maria Lucia Violante, na UE9 era adotado o sistema de pontos segundo os quais durante toda semana os adolescentes recebiam 1 ponto caso mantivessem bom comportamento. Ao final de um determinado período se obtivessem 30 pontos poderiam ser colocados em liberdade vigiada. "Os pontos iam se somando e ele podia perdê-los todos, mesmo que já tivesse 29 pontos, se cometesse uma falta considerada grave". In: VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 84.

96. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 150.

cometidos no interior da cela, eram devidamente punidos e o adolescente enviado para a chamada "cela forte". No dia 11/04/79, de acordo com um comunicado, RAR, após cometer um ato considerado grave foi parar no isolamento.

Segundo o comunicado, no dia 14/04/79, às 9 horas e 30 minutos, RAR após se masturbar, sujou todos os pratos, canecas e colheres de seus companheiros. Sendo assim, de acordo com o parecer, "deveria ficar fechado na cela 37 à disposição da chefia".⁹⁷

Algumas semanas depois, de acordo com o prontuário, foi recolhido na cela 44, por ter sido acusado pelo menor MM de tê-lo estuprado, no dia 01/06/80, em companhia de outros menores. Segundo o comunicado, RAR e seus companheiros dependuraram-no de cabeça para baixo, bateram em seu estômago, nas costas, queimaram-lhe as costas com cigarro e ainda ameaçaram enforcá-lo com linhas de costura de bolas.

"No dia 03/06/80, na seção do segmento de disciplina onde se encontrava o senhor Nelson Pasquim chefe da sessão e comigo escriturário (AS), compareceu o menor infrator RAR, filho de JR e JAS, sabendo ler e escrever e declarou que no sábado e domingo nada aconteceu entre os menores habitantes da cela n.º 30. E que no dia 2 (*sic*) por ocasião do almoço, o menor, de nome M, foi fazer necessidades fisiológicas quando todos estavam fazendo a refeição. Que o menor de nome C chamou a atenção de M pela atitude tomada na ocasião. Em seguida, ambos discutiram e chegaram a agressão mútua e C munido com um pedaço de vassoura agrediu a M e que o declarante nem os outros habitantes menores participaram dos fatos. Nada mais a declarar".⁹⁸

Em diversas ocasiões, RAR foi colocado no isolamento por atentado ao pudor, tentativa de estupro e várias vezes por sedução. Foi colocado em LV no dia 20/05/81.

97. PT 37. 484-A, RAR.

98. *Idem*.

Quadro XXII – UE9 – Encerramento dos casos

Conclusão	N.º de internos
<i>Liberdade Viglada (1)⁹⁹</i>	38
<i>Liberdade Viglada (2)</i>	5
<i>Evasão</i>	21
<i>Prisão</i>	12
<i>Desligados</i>	2
<i>Outros</i>	10
<i>Total</i>	88

O último item priorizado relativo às conclusões de cada caso, levaram-nos às seguintes proposições: embora houvesse um grande número em liberdade viglada (43%), isto é, depois de um determinado tempo em que o jovem demonstrasse ter reaprendido a viver socialmente, a equipe técnica o coroava com o desligamento da instituição provisoriamente, no entanto, no decorrer de um ano deveria demonstrar que, de fato, se enquadrava ao convívio social, frequentando escola, trabalhando, cumprindo os horários propostos pelos familiares e, sobretudo, não se envolvendo com antigos costumes responsáveis pela sua institucionalização. Nesta situação, a equipe nomeada pela FEBEM autorizava positivamente o desligamento da instituição.

99. Para efeito de análise, consideramos duas categorias de Liberdade Viglada: na primeira como indica a tabela, inserimos todos os menores que ao saírem da UE9, depois de um ano, mediante as regras estipuladas foram desligados do regime LV com parecer positivo feito pelos assistentes sociais. No segundo grupo, intitulado LV2, consideramos os casos dos adolescentes que após um ano receberam um parecer negativo, na medida em que os assistentes sociais relataram que tais adolescentes continuaram realizando as mesmas atividades que os levaram para à FEBEM. O parecer negativo era indício de uma nova institucionalização, no caso dos menores com menos de 17 anos. Os menores que já haviam completado a maioridade, dependendo do ato praticado, poderiam ser transferidos para uma instituição destinada aos maiores, como, por exemplo, as delegacias e os presídios.

Por outro lado, a LV funcionava como mecanismo de mão dupla, na medida em que o não cumprimento das regras propostas poderia acarretar consequências mais graves; o parecer negativo era indicativo de que a periculosidade se manifestara, mesmo após o desligamento da FEBEM. Nesta categoria foram encontrados 5 (5,6%) casos, sendo que na maioria deles, os jovens haviam completado a maioridade. Alguns foram deixados a cargo do juiz que deveria opinar a resolução para o caso; outros foram transferidos para a Casa de Detenção, delegacias, enviados para a Casa de Custódia ou o Presídio de São Caetano. No item *outros*, arrolamos os casos de morte, e dois exemplos de desligamento da unidade.

Os relatórios de internação e de desinternação mantêm uma uniformidade. Ora, se num primeiro momento, os pareceristas atribuem valores extremamente pejorativos, justificando a internação, num segundo momento, após vários meses de internação, os jovens são submetidos ao chamado exame de cessação de periculosidade. Neste, a mudança de tom nos chama a atenção, mediante a adjetivação.

O adolescente HTS, no exame de cessação de periculosidade, obteve a seguinte análise:

“O menor encontra-se atualmente calmo, lúcido, coerente, atenção e memória conservadas, refere passado toxicofílico (uso de maconha), porém atualmente não pensa em usá-la mais, mantém uma relação satisfatória com o examinador, demonstrando boa evolução nesta unidade”.¹⁰⁰

As evasões foram constantes durante todo o período (23,86%), ocorridas na própria unidade ou quando eram transferidos para outras, a saber, UE22, U17, e, finalmente, em alguns casos, totalizando 13,63%, os menores foram enviados diretamente para as instituições penais destinadas a adultos.

100. PT 28. 163-A, HTS.

3.4. SAÍDA DISCRETA PELA PORTA DOS FUNDOS

Outro autor que discutiu o universo da institucionalização foi Franco Basaglia, apontando a correlação existente entre a violência e a necessidade que possuem os detentores do poder de ocultá-la. As instituições, segundo o autor, a saber, a família, a escola, a carcerária e a manicomial nascem em diferentes graus, justificam a violência e a exclusão em nome de uma finalidade educativa da culpa e da doença.

A FEBEM pode ser vista como uma instituição que aglutina inúmeras justificativas para excluir crianças, jovens e adolescentes. Em primeiro lugar, rotula-se como Unidade Educacional cujo intuito seria reeducar aqueles que, de uma forma ou de outra, perderam ou nunca possuíram valores socialmente aceitos. Em segundo lugar, apesar de jamais assumir a violência, atribue a culpa em cada um dos jovens entrevistados, vistos enquanto corpos doentes que precisam de tratamento adequado.

A sociedade do bem-estar, como observa Basaglia, da abundância, descobriu que não deve expor abertamente sua face de violência para não criar, em seu seio, contradições demasiadas e evidentes, as quais poderiam se voltar contra ela. Por isso, encontrou um novo sistema: o de estender a concessão do poder aos técnicos, cuja função é de exercer o poder em seu nome, assim como criar, por meio de novas formas de violência – a violência técnica.

A FEBEM mergulha seus internos numa constante passividade, impedindo-os de viverem dialeticamente consigo mesmo e com o outro. Seu corpo, a partir do momento em que adentrou à instituição, transformou-se em um mero lugar de passagem: corpo indefeso, objeto de inúmeros olhares e diferentes saberes, vindo dos psicólogos e psiquiatras; deslocado de uma unidade para outra, de um lugar para outro. A normatização, a classificação e padronização os coisificam, inpedindo-os concreta e explicitamente de dialetizar com o mundo.¹⁰¹

101. BASAGLIA, Franco. *Op. cit.*, p. 122.

“O psiquiatra, em seu diagnóstico, prevalece-se de um poder e de uma terminologia técnica para sancionar aquilo que a sociedade já executou, excluindo de si aquele que não se integrou no jogo do sistema. Mas tal sanção não tem o menor caráter terapêutico, já que se limita a separar o que é normal do que não é, entendida a norma não como um conceito elástico e possível de discussão, mas como algo fixo e estreitamente ligado em valores médicos e da sociedade que ele representa”.¹⁰²

Médicos, psiquiatras e psicólogos possuem autoridade, no interior da instituição, como legítimos representantes das ordens jurídica e moral que devem ser internalizadas em cada instituição e não apenas “sob o título da ciência”.¹⁰³

Na UE9, os menores adquiriam *status* de delinquentes natos, extremamente frios (como, por exemplo, AI) pois, segundo o relato feito pelos pareceristas “descreve os homicídios com detalhes, demonstrando prazer e perversidade comum, portador de risco social, mau estruturado, apresentando inversão dos sentidos éticos. Instabilidade emocional. Qualquer palavra o fere. Apresenta um primitivo comicial comparável às mentalidades dos selvagens e infantis. É egocêntrico, egoísta, incapaz de amar os outros. É agressivo, apresentando traços perversos. Durante toda nossa experiência de plantão por poucas vezes tivemos a oportunidade de deparar com cliente de tal forma comprometido. Prognóstico sombrio”.¹⁰⁴

O que nos chamou a atenção, neste prontuário, foi a forma segundo a qual o adolescente foi descrito, sendo considerado menor de altíssima periculosidade. AI foi encaminhado à UE9, sendo colocado em Liberdade Viglada em 12/05/78 quando teve sua periculosidade cessada, como mostra o novo parecer técnico:

“Menor vem à entrevista com vestes cuidadas. Mantém bom contato com o examinador. Está orientado no tempo e no

102. BASAGLIA, Franco. *Op. cit.*, p. 125.

103. FOUCAULT, Michel, *História da Loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1985, p. 497.

104. PT 27. 295-A, AI. Apreendido por duplo homicídio em companhia de dois maiores em 2/12/76.

espaço. Calmo lúcido, tranqüilo. Não apresenta sinais ou surtos psicóticos. Nível mental dentro da normalidade. Personalidade está adaptada e seu ego não utiliza mecanismos de defesa psicopatológicos, mostra-se estável, sem evidenciar atos impulsivos ou manifestos. Nesta UE, mantém bons contatos com os funcionários e com os colegas".¹⁰⁵

AI foi colocado sob o regime de Liberdade Viglada em 12/05/78, sendo entregue à sua irmã. A partir de então foram feitas várias visitas familiares pelas assistentes sociais, objetivando acompanhar a sua ressocialização. Se durante o período de um ano, o "menor" não voltasse a infracionar, seria desligado da FEBEM, caso contrário, poderia ser novamente institucionalizado.

Mediante as observações das assistentes sociais, o adolescente após sair em Liberdade Viglada (LV), não cumpriu com as determinações impostas, envolvendo-se em novas ocorrências.¹⁰⁶

Mediante o parecer, AI foi reinternado na UE9, permanecendo 8 meses. Durante esse período, de acordo com os pareceristas, participou da marcenaria, "podendo ser considerado 1/2 oficial de marceneiro", manteve bom relacionamento com colegas e funcionários, sendo colaborador, e apresentando bons prognósticos. Mediante o parecer extremamente favorável, AI foi transferido para a UE22.

O menor é reinternado no dia 15/08/78, sendo submetido a um novo exame de cessação de periculosidade em 26/04/79. Enquanto no primeiro parecer, temos uma construção negativa do menor que não aproveitou o regime de Liberdade Viglada (LV), envolvendo-se em atos anti-sociais, o segundo parecer mais uma vez indicou a cessação da periculosidade do menor.

Em alguns casos, como do adolescente AI, o parecer positivo, garantia sua transferência para outra unidade menos fechada, isto é, cujo controle e disciplina não eram tão rígidos, por exemplo, a Unidade 22 (Pérola Byngton, localizada na rodovia Raposo Tavares).

105. *Idem.*

106. *Idem, ibidem.*

Após sua transferência para a UE22, AI, no dia 15/05/79, evadiria, tomando rumo ignorado.

Em vários prontuários, observamos pareceres muito semelhantes, embora a conclusão de cada caso conserve especificidades muito peculiares. Enquanto alguns são colocados em LV, obtendo um parecer positivo; outros, após serem colocados em Liberdade Viglada obtêm um parecer extremamente negativo, na medida em que, segundo a FEBEM não adquiriram os valores sociais e moralmente aceitos, deixando assim o caso para ser resolvido pelo juiz. Outros não passavam nem pelo regime de LV, eram enviados diretamente à Casa de Detenção e, finalmente, existem aqueles que depois da evasão, ou do regime de Liberdade Viglada, acabaram sendo mortos. Em todos os casos, segundo nota da instituição, bem como de diversos jornais, foram mortos por “desconhecidos”.

As fronteiras dos discursos de Mario Altenfelder, dos colaboradores da revista *Brasil Jovem* cruzam-se com as análises feitas pelos técnicos (assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras) da FEBEM, na medida em que todos partem dos mesmos princípios: o problema tem, como ponto de partida, a desestruturação familiar, motivada por inúmeras circunstâncias das quais a “falta de solidariedade e responsabilidade dos genitores” são as mais importantes.

Aliada à “falta de compromisso dos genitores”, a pobreza do grupo familiar determina a saída das crianças e dos adolescentes de casa. Estes encontram, nas ruas, toda a sorte de promiscuidade, sobretudo, a prostituição e a delinquência. Após a primeira internação, cria-se o círculo vicioso: apreensão nas instituições, evasões e novamente a institucionalização.

A criança que, num primeiro momento, é apreendida em estado de abandono, num segundo, transforma-se em delinquente. A institucionalização aparece em todos os discursos, como a possibilidade de regeneração da criança e do adolescente.

Os discursos, encontrados nos prontuários ganham respaldo nos artigos da revista *Brasil Jovem*, em vários momentos. A temática recai ora sobre a família, ora sobre o indivíduo. Os artigos da revista dedicados à questão da delinquência apontam para personalidades desestruturadas, viciosas, com deformação de caráter. Muitos pro-

curaram legitimação nas categorias criadas por Lombroso para diagnosticarem as características do homem delinqüente. O menor aparece, nos discursos, como a véspera do homem marginal, perigoso para a sociedade. Neste sentido, a eficácia dos discursos, residia na justificação da instituição como necessária para se combater um mal que, paulatinamente, poderia se agravar. Afinal, como sempre lembrava Altemfelder, a criança é o homem de amanhã.

As vozes encontradas na revista *Brasil Jovem*, nos discursos de Altemfelder, encontram eco na leitura de centenas de casos, como, por exemplo, no prontuário de JPF internado em 30/07/76 que obteve o seguinte parecer:

“Menor cuja problemática foi apresentada como fruto de um ambiente mesológico com problemas familiares – figuras materna e paterna sempre ausentes – que lhe foi totalmente adverso, redundando em problemas de conduta desde cedo. Possui conceitos éticos e morais nebulosos, não conseguindo aquilatar a extensão de seus atos e não avaliando a extensão dos danos causados às vítimas. É apático, agressivo, frio, revelando atraso mental e emocional”.¹⁰⁷

O ciclo das evasões e reinternações marcariam o histórico de JRR, internado, em 30/11/79, por furto qualificado. Após várias internações e evasões na UT3 e UE17, seria institucionalizado na UE9.

No *Prontuário* de JRR, semelhante a de todos os outros, dois momentos nos chamam a atenção. O primeiro relatório, realizado pelos pareceristas, indicaria tratar-se de um caso de periculosidade social. No segundo relatório, realizado meses depois, mudaria completamente o discurso:

“O menor, por meio da orientação psicossocial e pedagógica, tornou-se cômico e arrependido de seus atos anti-sociais. Recebeu visitas de sua família e obtendo excelente aproveitamento pedagógico (aluno de nível II termo II) em todas

107. PT 26. 427-A, JPF.

as disciplinas. Gostaria, inclusive, de fazer um curso de datilografia, de arrumar um emprego de auxiliar de escritório".¹⁰⁸

Segundo Maria Lucia Violante, em Moji, "a pseudocientificidade do discurso psicológico é carente de lógica interna, parece se referir a um 'íntimo psicológico', uma suposta alma talvez, que pouco tem a ver com seus comportamentos expressos, uma vez que ele foi avaliado como tendo 'ótimo comportamento'. A entidade psicológica parece se definir em si mesma, tornando patológicas as respostas adequadas às condições de vida que enfrenta, como 'mecanismos de defesa', 'agressividade', 'impulsividade', 'ansiedade'".¹⁰⁹

As análises de Maria Cândida Santacargelo vão ao encontro das realizadas pela UE9, na medida em que ambas proclamam que 50% dos jovens e adolescentes de Moji apresentavam inteligência abaixo do nível da normalidade. Como a autora, a instituição apresentava estes jovens como arrogantes, frios, calculistas, com discurso ambíguo e agressivo, agindo impulsivamente fechados em seu mundo, apresentando nível mental abaixo dos parâmetros da normalidade e portadores de uma personalidade intercoartada, psicopática, não percebendo a forma fictícia de suas idéias, portadores de alta periculosidade social.¹¹⁰

108. PT 40. 180-A, JRR.

109. VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 105.

110. PT 35. 435-A, ESS. ESS, 15 anos, foi internado, em 29/08/78, por furto qualificado, obteve o seguinte parecer: "possuidor de um nível mental baixo (50%), frio, personalidade intercortada". Entretanto, no segundo parecer é apresentado como "calmo, lúcido. Pretende fazer um curso profissionalizante de marceneiro, frequentando o 2.º termo no qual mostrou-se interessado em assimilar os ensinamentos adquiridos". Foi para UE17, evadindo-se em 09/03/81.

Em outro caso, OS (PT 39.112-A), internado por latrocínio no dia 04/09/79, recebeu o seguinte parecer: "mantém uma comunicação razoável. O seu discurso é ambíguo, apresenta nível mental abaixo dos parâmetros. Sua relação com o meio ambiente é nula, está desconcertado. É anti-social e não consegue perceber a forma fictícia de sua idéias. Age impulsivamente fechado em seu mundo. Sua personalidade está desorganizada e seu ego faz uso de mecanismos de defesa, apresentando periculosidade". Depois de alguns meses receberia um bom parecer, sendo transferindo para a UT3. Sai para passar as férias de final de ano com a família e não volta mais.

Segundo Schneider, as personalidades psicopáticas são, segundo análises, portadoras de valores negativos. Sob esta ótica dominante, a anomalia é advinda da natureza do indivíduo e não das condições construídas socialmente e sob as quais este indivíduo vive e a elas responde de alguma maneira. A revolta não é vista como uma forma incipiente e rudimentar de luta, mas demonstra que ele é portador de valores negativos inatos, sendo que a sujeição demonstraria o contrário. Desta forma não há nada a fazer, nem com a estrutura social e nem com o indivíduo e, por isso, justifica-se seu afastamento do convívio social, uma vez que a sociedade carece de proteção.¹¹¹

De acordo com o parecerista, AS seria um caso de problemática psicopática. Para estes casos a institucionalização seria inevitável.

“O menor é portador de impulsos primitivos. Revelando personalidade extrovertida com predominância de impulsos primários manifestados através de reações negativas persistentes e obstinadas com certo grau de agressividade. Apresentando-se como altamente imaturo, indiferenciado, com auto-crítica rebaixada, inversão de valores morais, com poucas possibilidades de ajustar-se ao meio social. Julgamos indispensável sua institucionalização”.¹¹²

A exclusão, a violência e o medo são atributos essenciais para repensarmos o papel de instituições asilares. Foucault discute em *a História da Loucura* o papel vital do medo, surgindo como personagem essencial do asilo. Assim como nos manicômios, o medo é uma estratégia por vezes eficaz no interior da FEBEM, de tal modo que vários jovens, por meio de cartas, demonstraram o receio de serem mandados para as prisões comuns.¹¹³

A carta de AO, enviada ao Meritíssimo Juiz da Comarca de São Paulo no dia 02/02/80, é emblemática do receio que os jovens sentiam, sobretudo ao completarem a maioridade, de serem transferidos para as prisões destinadas para maiores. Na tentativa de obter permissão do juiz para colocá-lo em Liberdade Vigada, o jovem

111. SCHNEIDER, *apud* VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 114.

112. PT 31. 944-A, AS.

113. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 478.

acaba utilizando os conceitos moralmente aceitos pela FEBEM, ou seja: ter valores positivos, ser um homem honesto, arrumar um emprego e viver novamente com a sociedade:

“Meritíssimo Sr. Juiz Corregedor da Comarca de SP, escrevo para lhe explicar o motivo de estar na UE9. O motivo é que estou para passar de maior e nunca tive oportunidade de me endireitar como estou tendo agora. Então eu queria uma oportunidade de vossa senhoria. Eu estou com muitos planos positivos em mente assim que sair daqui. Vou endireitar minha vida porque esta vida não dá para viver. Só tem que perder. Meritíssimo o motivo de estar aqui não é de roubar, a minha bronca é de homicídio na Cadeia de São José dos Campos, mais eu matei por legítima defesa. Se vossa senhoria entender a minha solicitação e me der essa oportunidade, ficarei agradecido e também tenho certeza de que daqui para frente vou endireitar minha vida e ser um homem honesto. Arrumar um serviço e viver junto com a sociedade. Meritíssimo, meus pais tem possibilidade de me ajudar a começar uma vida nova daqui para frente, cheia de esperança e também tenho esperança de ser pai de família um dia, não ser um marginal e morrer na mão da polícia é que agora vou passar de maior. Estou com a cabeça fresca e no lugar, porque de maior a gente tem mais responsabilidade. Estou muito consciente que vou fazer quando sair daqui. Eu tenho muita chance de me endireitar e com a ajuda de vossa senhoria vai ser mais fácil para mim ser um homem não um marginal. Meritíssimo vou ficar esperando está oportunidade e espero que vossa senhoria compreenda minha situação. Que a paz de Deus esteja convosco”.¹¹⁴

AO foi transferido para Sorocaba. Pelos pareceres, ele vai para a UE17 e evade-se em 09/03/81.¹¹⁵

114. PT 38. 182-A, AO.

115. *Idem*.

Para alguns casos, a transferência para as prisões ocorreu, independente de terem tido bom comportamento na unidade, respeitado os funcionários e outros internos; sendo suficiente em todas as disciplinas, trabalhando na horta, cozinha, faxina, rouparia, lavanderia. Bastava ter o jovem, novamente, um parecer negativo, diagnosticando vocabulário rico em gírias, pouca capacidade para análise, deterioração dos aspectos de afetividade e a transferência para as prisões era inevitável.¹¹⁶

O primeiro parecer realizado sobre o caso de CFF, internado na UT3, em 12/07/77, por assassinato, afirmou que o adolescente era “obstinado e caprichoso”, possuindo um comportamento capaz de criar “situações embaraçosas” para as pessoas que o cercavam.

“Não se contam idéias místicas ou preocupação de ordem religiosa. Pensamento sem evidenciar alterações patológicas de forma, curso ou conteúdo. Nega distúrbios de senso percepção. Nega uso de psicotrópicos. Uso social de bebidas alcóolicas. Uso de maconha. Atitude subjetiva variando de franca, cooperante. Nega crises depressivas ou episódios de choro imotivado. Nega crise de agitação psicomotora. Nega crise de auto agressividade. Nega hetero-agressividade, tentando dar uma série de explicações para o ato cometido, que envolve violência. Durante toda a entrevista tenta jogar uma boa imagem, como uma pessoa simpática e educada”.¹¹⁷

Da UT3, CFF seria transferido para a Casa de Custódia e desta, para a UE9. Na UE9, em duas ocasiões, foi submetido ao exame de cessão de periculosidade. A primeira ocorreu no dia 08/08/78 que indicou sensível melhora de seu comportamento. Foi colocado em Liberdade Vigia (LV) no segundo exame realizado no dia 04/06/79.

Segundo os assistentes sociais, durante sua permanência na unidade, CFF cursou o II termo do nível II (equivalente a 6.º do antigo 1.º grau), sendo suficiente em todas as disciplinas; trabalhou nos serviços gerais, na horta, na lavanderia e na tecelagem “com

116. PT 28.827-A, SPS.

117. PT 31.919-A, CFF.

bom desempenho.” A avaliação psiquiátrica, na mesma direção que a dos assistentes sociais, apresentou dados positivos sobre o comportamento do adolescente.

“Apresenta bom colorido emocional e seu ego contata adequadamente com o meio, sem fazer uso de mecanismos de defesas psicopatológicas. Participa das atividades com frequência, comportamentos sociais desejáveis para ressocialização, projeta planos para o futuro. O aluno em questão oferece condições de desempenhar papéis socialmente aceitos de formar uma boa rede sociométrica. Periculosidade cessada”.¹¹⁸

Após ser colocado sob o regime de LV, várias visitas familiares foram realizadas. No dia 28/09/79, a mãe do menor, mediante observações do parecer, afirmou que o adolescente tinha voltado a praticar os “antigos hábitos”, não trabalhava, e passou a frequentar antigos bairros.

No prontuário, encontramos dados da última visita realizada, em 18/12/79, na residência dos pais de CFF. Segundo indicações das assistente sociais, os genitores de CFF se mostraram desencantados, pois ao ser envolvido em um assalto, passou a ser perseguido por policiais. O prontuário ressalta que o genitor do adolescente estava “desencantado” com seu comportamento e “que pretendia mandá-lo embora se não provasse uma atividade”.¹¹⁹

Mediante o quadro traçado, os assistentes sociais sugeriram a Casa de Detenção para o adolescente que, neste período, havia completado a maioridade.

“O quadro geral, retratado em 18-12-79, já vinha sendo levantado anteriormente e tudo indicava e indica que o fim do nosso jovem adulto é a Casa de Detenção, infelizmente”.¹²⁰

A história de JFS revela como os pareceres contribuem para inúmeras injustiças cometidas aos adolescentes que, quotidianamente, são internados na FEBEM.

118. *Idem.*

119. *Idem.*

120. *Idem.*

JFS foi apreendido por furto e vadiagem em 21/12/78, obtendo o seguinte parecer: “nível intelectual acima da média comparado com a clientela atendida, apresenta grande déficit relativo a postura corporal, é muito tenso, displicente é muito agressivo”.¹²¹ Após vários meses em Moji-Mirim, observa-se a mudança de discurso:

“Aluno apresenta-se de maneira bastante descontraída, voltado para seu interlocutor com linguagem clara, com discurso coerente e lógico, boa capacidade de elaboração mental, análise e síntese, nível mental dentro dos parâmetros da normalidade. Refere-se a sua vida pregressa bem como a atual com senso crítico temporal bem desenvolvido. Não demonstra agressividade ou impulsos manifestos. Suas respostas são dotadas de colorido emocional. Demonstra vínculos profundos em relação à família. Apresenta planos estruturados de ressocialização”.¹²²

De acordo com o parecer, deveria ser colocado em LV em 09/04/80, o que não aconteceu, em virtude das fugas ocorridas em Moji, ao longo de 1979. A Unidade Educacional foi desativada no início de 1980 e grande parte seus internos foi transferida para o Instituto Experimental de Sorocaba.

Nesta unidade, alguns jovens como JFS acabaram sendo mortos pelos próprios companheiros. JFS foi estrangulado, no dia 12/05/80, por VMF.

Como declara Maria Lucia Violante, “depois de três sindicâncias instauradas, sendo uma judicial, a fim de averiguar a prática de violência nesta UE, após a 13.ª fuga em massa aí ocorrida desde janeiro de 1979, sob o protesto da comunidade local que pedia providências da polícia, o prefeito decidiu solicitar ao governo estadual a desativação da Unidade, justificando sua iniciativa pelo “clima de tensão muito grande que a população está vivendo”, com a desativação da

121. PT 36, 264-A, JFS.

122. *Idem*.

Unidade, alguns menores foram encaminhados para o Presídio de Sorocaba, outros foram distribuídos pelas UE22 e UE17".¹²³

Dentro de instituições como a FUNABEM/FEBEM, todas as personagens em questão têm uma importância vital, sendo que, neste tabuleiro, cada qual exerce um domínio notório, compondo as peças para a institucionalização dos menores.

A ação institucional baseia-se em suposições a respeito do caráter do menor e em sua finalidade de ressocializá-lo, o que justifica racionalmente suas estratégias de ação.

"As suposições acerca do caráter do menor decorrem e, ao mesmo tempo, originam categorizações de sua identidade e respectivos atributos, fazendo-se presentes tanto ao nível do discurso como da interação face a face. Ao nível do discurso, têm o poder de definir o destino a ser prescrito ao menor e, na interação face a face, o de influir na definição e nos sentimentos que o menor adquire quanto à própria identidade, bem como em suas representações a respeito dos outros menores, dos agentes institucionais, da FEBEM, da escola, do trabalho e de sua própria vida".¹²⁴

O mundo asilar recai violentamente sobre cada um dos jovens ou adolescentes que, de uma forma ou de outra, adentraram os muros das Unidades. A vigilância se faz presente, cada falta é vista como desvio de conduta, e a perda de pontos é o símbolo da violência institucional, na medida em que o jovem perde regalias: estudar, freqüentar as atividades esportivas e ir ao recreio. Houve casos em que os jovens passaram a maior parte do semestre no isolamento. Repercutindo, inexoravelmente, no chamado processo de ressocialização. Geralmente perdiam o ano letivo, corroborando para pareceres negativos.

Ao evadir-se da UE9, em 23/10/78, o adolescente MA foi recapturado em Serra Negra. Em seguida, foi colocado no isolamento por 25 dias, após perder todos os pontos.

123. VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 18.

124. VIOLANTE, Maria Lucia. *Op. cit.*, p. 100.

Segundo constatamos, MA, em 1978, passaria diversas vezes pelo isolamento. A cada falta cometida, independente de sua gravidade, voltava para a reclusão. Com o passar do tempo, segundo informações das assistentes sociais, começou a sentir-se extremamente cansado e com medo, pois no final do ano, apesar do bom aproveitamento em algumas disciplinas, acabou sendo retido. O isolamento contribuía para a retenção, bem como para novos pareceres desfavoráveis.

“O menor MA sabe que agiu mal, das vezes que tentou fuga. Demonstra cansaço por estar isolado, mas não reclama, aguarda. Continua conversando compassadamente, escreveu para o pai, pedindo dinheiro da parcela do curso de eletricista por correspondência do Instituto Universal. Preocupa-se com sua escolaridade, não gostaria de perder o termo. Da primeira fuga, copiou toda a matéria atrasada para não cair no rendimento, com medo de descer para a delegacia de São Caetano ao completar 18 anos.”¹²⁵

O constante isolamento do adolescente, também, seria apontado, pelo parecer pedagógico, como o responsável por sua repetência; indicava, porém, que, nas poucas aulas frequentadas, apresentou rendimento satisfatório.

“O menor MA é aluno do nível I termo II nível supletivo, correspondente a 5.^a série do primeiro grau, seu aproveitamento vem sendo mutilado pelos constantes períodos de isolamento que acarreta retenção no atual termo. Nas aulas que tem assistido mostra-se capaz de executar as tarefas em todas as áreas, sem auxílio do professor. É muito educado, não faz uso de gírias, demonstra-se calmo nas entrevistas e nas atividades que executa”.¹²⁶

O relatório concluiria que todas as atividades a serem desempenhadas pelo adolescente ficaram prejudicadas, na medida em que passara a maior parte do semestre no isolamento.

125. PT 30.690-A, MA.

126. *Idem*.

“O menor experienciou horta por 2 meses e artes 3 (trabalho em madeira), entrecortado por períodos de isolamento, devido as fugas. Participação boa. Matemática, o aluno passou a maior parte do semestre em cela, mas tem-se revelado um excelente aluno. Comunicação e expressão, aluno interessado e caprichoso, entretanto passou muito tempo na cela. Educação artística, assistiu apenas 4 aulas de educação artística, mostrou-se atencioso, colaborador. Gosta de desenvolver as tarefas propostas”.¹²⁷

Temendo ser mandado para a Casa de Custódia, MA escreveu uma carta para o diretor de Moji-Mirim, numa tentativa de sensibilizá-lo, procura demonstrar arrependimento por todos os atos cometidos.

“Prezado senhor diretor, venho por meio desta lhe mandar as minhas notícias, pois preciso falar com o senhor e preciso falar sobre o meu curso ou até a oportunidade de perder o meu curso. Eu vou perder o dinheiro que foi empregado. Eu não quero fazer mais nada. Estou estudando aqui e está muito bom. É isso que eu preciso falar com o senhor.”¹²⁸

Em 11/01/79, foi internado na casa de Custódia e Tratamento, após fugir da UE9. O relatório de transferência, como justificativa, apresentou que MA deveria ser transferido, uma vez que havia completado 18 anos e sua periculosidade se mantinha presente. Finalmente, no dia 23/03/79, na Casa de Custódia, que recebia jovens adultos egressos da UE9, foi novamente avaliado pela equipe técnica. Por meio desta avaliação, acabou sendo colocado em Liberdade Vigada.¹²⁹

“O menor relata seus envolvimento delituosos. Institucionalizado durante vários meses na UE9, demonstra arrependimento por aquilo que fez. Não mais infracionou, apresentou-se espontaneamente em cartório, parece que refletiu. Estava ajudando o pai a construir uma casa, o examinado

127. *Idem.*

128. *Idem.*

129. *Idem.*

parece ter praticado o exercício da reflexão, concluindo que o crime não compensa, além de afastar-se do companheirismo nocivo. Pretende profissionalizar-se como eletricitista, numa atual conjuntura não é portador de periculosidade social manifesta”.¹³⁰

A história de MA ficaria famosa, ao ser divulgada na *Folha de S. Paulo*, por Carlos Alberto Luppi, trazendo à baila o ambiente de violência vivenciado por milhares de jovens e adolescentes no interior de Moji-Mirim, bem como de toda a FEBEM. Dezenas de artigos invadiam, quotidianamente, as colunas dos jornais, desvendando o outro lado da assistência a menores desvalidos. A instituição, por sua vez, revidou aos ataques do jornalista, como constatamos, no prontuário de MA.

Em uma declaração enviada por Antonio Augusto Marx (diretor da UE9), no dia 11/07/79, às Forças Armadas, constam inúmeras críticas às matérias apresentadas. No entanto, o alvo principal das críticas do diretor da UE9 recaiu sobre o jornalista Carlos Alberto Luppi.

“Senhor comandante segundo constam as declarações da *Folha de S. Paulo* do dia 10/06/79 grifadas por nós, que no dia 20/10/78 em tentativa de fuga, os alunos e MA, 18 anos, que na reportagem aparece com iniciais CWCI e também utiliza o nome de MA foram ameaçados com tiro de fuzil, como não temos conhecimentos destes disparos e considerando a maldade da reportagem em que um inescrupuloso jornalista divulga notícias sem um mínimo cuidado de apurar a veracidade ou indícios de veracidade, mesclando suas palavras a de indivíduos sem capacidade ou idoneidade moral. Falseando sua identificação com iniciais sem nexos e valorizando um psicopata”.¹³¹

Na visão do diretor de Moji, o jornalista Carlos Alberto Luppi transformava um psicopata em “herói vítima”. Desta maneira, deveria ser interpelado pela nódoa que tentava colocar sobre Moji-Mirim.

130. *Idem*.

131. *Idem*.

Segundo declarações, a identificação de que a reportagem falava sobre a história de MA foi constatada pela FEBEM, pois na matéria apareciam as seguintes iniciais: CWCJ. Ao colocar as iniciais do adolescente, apontando-o como em regime de Liberdade Viglada, bem como, indicando sua prisão na Casa de Detenção, foi possível, segundo relato do diretor da UE9, reconhecer na história apresentada pelo jornalista como um ex-interno da instituição. Nesta reportagem, Luppi indicou que havia um cemitério clandestino de menores em Moji-Mirim.

Após a onda de denúncias de Carlos Alberto Luppi, de acordo com o prontuário, o juiz de direito da Comarca solicitou abertura de inquérito policial para a averiguação de todos os fatos.

Na carta escrita, o diretor da UE9, solicitou a intervenção do comandante do Exército, a fim de que se tomassem as devidas providências contra o jornalista Carlos Alberto Luppi que tentava desmoralizar toda a instituição:

“Desta feita, o nome do Exército, nosso tiro de guerra, entra em baila, não bastasse a lama que tenta tal jornalista jogar sobre a FEBEM sem que tenha o mínimo de cuidado profissional na apuração dos fatos. Agradeceria que Vossa Excelência desse conhecimento as autoridades superiores, afim de que se adotassem as medidas cabíveis”.¹³²

Segundo dados do jornal *Notícias Populares*, do dia 02/11/79, cujo conteúdo da reportagem foi afixado no prontuário, MA seria preso por furto, no dia 21/11/79:

“Presa a quadrilha de ladrões e estupradores, autores de numerosos roubos a mão armada, arrombamento de residências e estupros, levando ao pânico os moradores de Hermelino Matarazzo, a quadrilha confessou dezenas de assaltos, arrombamentos e estupros”.¹³³

A violência, a centenas de jovens que todos os dias percorrem o interior da FEBEM, marcando-os para sempre, ganha dimensão

132. *Idem*.

133. *Idem*, *ibidem*.

dramática, ao acompanharmos a trajetória de alguns casos que refletem o significado da institucionalização para cada um deles. Dentre estes, alguns extrapolaram os limites da instituição, ganhando destaque na imprensa. Outros (como a história supracitada de MA) começaram a denunciar o horror oculto pelos muros da FEBEM.

ASB ou MS ou MST ou ASSB, foi internado em 24/08/77, mediante um documento expedido pela 39.^a Delegacia de Polícia, afirmando que o jovem “era de altíssima periculosidade,” apresentando inúmeras passagens por aquele distrito. De acordo com o documento expedido pela polícia, o jovem deveria permanecer na FEBEM ou em outra instituição de maior segurança, uma vez que a liberação de AS, “implicaria em uma nova onda de furtos e latrocínios.”¹³⁴

O jornal *Diário da Noite*, em 15/02/79, apresenta AS como o “bandido mais perigoso de São Paulo”, autor de 3 assassinatos, com apenas 14 anos; 200 assaltos sempre empregando violência, um homicídio, dois latrocínios e diversas tentativas de homicídio.

“O sanguinário garoto já praticou centenas de infrações, sempre andando com dois revólveres. Todos conhecem o sanguinário pivete. Local preferido: favela da Álvaro dos Santos”.¹³⁵

O parecer realizado na UT3 indicaria traços de um delinquente nato, uma vez que “sem tentar o recurso da dissimulação, comenta as várias práticas anti-sociais nas quais se envolveu. Mostra-se influenciável, demonstrando aspectos de carência global”.¹³⁶

Após alguns meses e, como dezenas de outros pareceres, o diagnóstico apresentava uma mudança completa nas atitudes do adolescente: mantendo bom contato com o examinador, colegas e funcionários; não infracionando; não fugindo. O diagnóstico destacou o aproveitamento escolar, assim como todas as atividades realizadas pelo adolescente no interior da unidade:

134. PT 30. 703-A, ASB ou MS ou MST.

135. *Idem*.

136. *Idem*.

“O menor foi promovido para o termo IV nível I (equivalente a 4.^a série), destacando-se em Estudos Sociais. É participante na horta, na lavanderia, e na marcenaria”.¹³⁷

AS fugiu da Unidade Educacional de Moji-Mirim (UE9), no dia 19/01/79. De acordo com o prontuário, os inspetores tentaram capturá-lo, mas não obtiveram o êxito esperado.

No dia 01/08/79, o jornal a *Folha de S. Paulo* noticiou o assassinato de AS com três tiros na cabeça. O advogado da família, Dagoberto dos Santos, mediante informações da polícia, relatou à *Folha de S. Paulo* que AS havia sido assassinado por companheiros de roubo, mas que os pais do adolescente receberam com reservas a versão, pois AS estava sendo perseguido pelos policiais do 39.^o DP (Vila Gustavo).¹³⁸

Enquanto o *Diário da Noite* apresentou AS como o bandido mais perigoso de São Paulo, a *Folha* declarou que o jovem era acusado de um homicídio cometido em 01/08/79, mas concordava com o outro jornal ao apresentá-lo como de “altíssima periculosidade”, principalmente pelos assaltos praticados.

A mãe de AS, segundo matéria da *Folha*, não acreditou na versão apresentada pelos policiais, relatando que um dia, foi ao 39.^o DP e um investigador lhe disse: “a senhora sabe que tem um lobisomem querendo matar seu filho”.¹³⁹ Declarou, ainda, que seu filho era preso por qualquer motivo e que por duas vezes os policiais invadiram sua casa.

“Teve um dia que cinco investigadores entraram aqui de armas na mão (conta dona Aparecida), e eu falei que eles não precisavam disso, porque aqui não tinha nenhum bandido. Aí um deles disse para mim que a velha é bandida, e o filho também”.¹⁴⁰

A irmão do adolescente, MACB, 26 anos declarou, segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, que certa vez, os policiais entraram

137. *Idem.*

138. *Idem.*

139. *Idem.*

140. *Idem.*

na casa dos genitores de AS para prendê-lo. Nesta ocasião, a irmã do adolescente estava grávida, não sendo respeitada pelos policiais:

“Outra vez foram na casa do pai prender meu irmão, diz, a irmã de AS. Eu estava grávida e os investigadores não respeitaram nem meu estado. Na minha frente, algemaram ele; um outro encostou o revólver nas costas dele e os outros começaram a bater. Depois jogaram meu irmão no camburão e levaram ele para o 34.º DP”.¹⁴¹

A mudança discursiva, também, pode ser observada na trajetória de CA ou GA, 16 anos, cor branca, internado em 26/04/76, por furtos diversos. Em um primeiro momento, é enviado para a UT4 na qual é reinternado várias vezes mediante fugas. Após uma apreensão pelo 30.º Distrito Policial e uma solicitação do DEIC, os pareceristas julgaram que sua internação na UE9 seria inevitável.

Tanto o parecer feito pelo psicólogo, quanto pelo psiquiatra definiriam o jovem como portador das seguintes características: “linguagem eivada de gírias, afetividade rígida, egocêntrico. Menor afeito às práticas anti-sociais, conhecidas das esquinas do submundo. Não demonstra empenho em seguir um novo caminho compatível com a convivência normal em sociedade”.¹⁴²

De acordo com um segundo parecer que indicava a permanência de características negativas, agravando-se pelo fato do adolescente recusar a submeter-se a testes, acabou sendo transferido para a Unidade Educacional de Moji-Mirim (UE9).

Depois de dez meses de institucionalização na UE9, observamos a mudança nos discursos dos pareceristas:

“O menor, aluno do nível II, foi promovido, apresentando o seguinte rendimento: comunicação e expressão – excelente, executa tarefas com eficiência, gosta de leitura é auto disciplinado. Iniciação à Ciência – excelente, caprichoso comportado. Estudos Sociais – suficiente acompanha o ritmo da casa. Educação Artística – excelente. Educação

141. *Idem, ibidem.*

142. PT 25.248-A, CA ou GA.

Física, cumpre regularmente a programação. Ficou 10 meses internado e foi submetido a um tratamento psicossocial constante. Introjetou as orientações ministradas, tanto que segue corretamente as normas da casa, vem desenvolvendo seu potencial positivo, hábitos de trabalhadores, valores sociais para engajar-se no contexto social. Sua família manifesta desejo em tê-lo de volta”.¹⁴³

Segundo o parecer do psicólogo e do psiquiatra, o adolescente “havia introjetado os valores sociais” esperados para continuar vivendo em sociedade, pois, durante a entrevista, esteve calmo, lúcido, coerente, estabelecendo bom contato com o examinador. Da mesma forma, demonstrou, segundo os pareceres, cuidado com a higiene pessoal, tinha noção de seu estado e não apresentou “sinais de sintomas psicóticos”.

“O menor CA está bem orientado, estabelecendo um bom contato com o examinador, pois reassume a iniciativa nos diálogos. Encara o examinador, demonstrando uma expressão corporal aberta condizente com sua verbalização. É cooperativo, relatando os fatos de sua infância com coerência. Nível intelectual dentro dos parâmetros da normalidade. Aluno sem característica egocêntrica. Não manifesta ambivalência de comportamentos. Desenvolve a cada dia boa conduta. Está em condição de reintegrar-se a vida social”.¹⁴⁴

O parecer positivo, realizado pelos técnicos da instituição, a princípio, resultou na liberação do adolescente que, mediante o regime de Liberdade Viglada, poderia retornar ao “convívio social”. Não obstante, no caso de CA, como em muitos outros, a saída da instituição não implicou na chamada ressocialização social, tão propalada pelos colaboradores da Revista *Brasil Jovem*, por Mário Altenfelder e pelos técnicos da FEBEM. No dia 04 de dezembro de 1978, os assistente sociais enviam para o juiz cópia do *Jornal da Tarde*, relatando o assassinato do menor por “desconhecidos”.

143. *Idem*.

144. *Idem, ibidem*.

De todos os casos analisados, alguns desvendam os limites da institucionalização, uma vez que nestes, a FEBEM se declarou impotente, não podendo fazer absolutamente nada. Pela primeira vez, reconhecia que a desinternação era simplesmente inviável, quando não muito representaria risco de vida para um e ineficiência para o outro.

VMS, 15 anos, cor parda, foi internado, em 03/07/79, por meio de um ofício enviado pelo juiz de Promissão, comunicando os atos infracionais cometidos pelo adolescente.

Após sua evasão, nos primeiros dias de agosto de 1979, acabou sendo recapturado. No dia 09/08/79, no hospital de Promissão, foi submetido a exame de corpo de delito, por solicitação do juiz de direito da Comarca. Apesar do raio X ter indicado a fratura da 8.ª costela, o laudo médico concluiu que “as lesões apresentadas pelo paciente eram de natureza leve”.¹⁴⁵

O parecer da unidade descreveria VMS como uma personalidade retraída, superficial e inquieta. Durante sua permanência na unidade, de acordo com os pareceres, acabou sendo isolado pelos demais. Tentou empreender fugas em várias ocasiões e, por conseguinte, foi colocado no isolamento em diversos momentos.

Ao apresentar queixas relativas a dores lombares, VMS solicitou um exame médico. De acordo com o parecer médico, nada foi constatado no exame clínico, “estando em bom estado de saúde”.¹⁴⁶

Neste exame, o médico identificou no jovem várias tatuagens, distribuídas nas seguintes regiões: “região doitoe uma cruz, antebraço um cruz de suástica e amor de mãe, região branquial um punhal com um coração na extremidade; no antebraço uma serpente, uma estrela de cinco pontas e três cruzeiros; região anterior do tórax um coração e figura de mulher nua sentada num sofá e uma palavra Regina; femural anti-pri uma cruz com estrela, região tibial a palavra deusa”.¹⁴⁷

No dia 08/11/79, VMS estrangulou o aluno JFS que foi encontrado morto em sua cela. Cometeu várias faltas disciplinares.

145. PT 38.402-A, VMS.

146. *Idem*.

147. *Idem*.

Obteve inúmeros pareceres negativos, passando a maior parte de 1980 no isolamento.

O último relatório realizado em Sorocaba em nada diferia dos primeiros, apontando-o como “imaturo, infantil, explosivo, imediatista adquirindo durante sua estadia, os valores de revolta e desconfiança com isto tendendo ao isolamento, separando-se do grupo, humor instável, contraditório em suas colocações que mostram uma maneira fria, sem colorido emocional, sem vínculos afetivos”.¹⁴⁸

A equipe técnica concluiu que a permanência de VMS na Unidade era inviável. De acordo com o consentimento do Juiz de Menores, foi transferindo para a UE17. Nesta unidade, obteve o mesmo prognóstico, indicando as inúmeras invasões, delitos cometidos e atitudes anti-sociais: uso de maconha na unidade. VMS seria devolvido para a unidade de origem (isto é, Sorocaba).

Percebe-se claramente que a instituição, ao sentir-se impotente para o caso, propõe o desligamento do jovem. Como justificativa, indicou uma sensível melhora de VMS, mediante acompanhamento da equipe técnica que classificava sua periculosidade como média. De acordo com o prontuário, os pareceristas ficaram preocupados com a situação de VMS, no interior da Unidade Experimental de Sorocaba, pois corria “risco de vida”.

A equipe técnica solicitou sua transferência para a UE17. Por outro lado, o prognóstico da UE17 foi tão sombrio quanto o de Sorocaba, indicando total dificuldade de adaptação à unidade, chegando, no dizer dos pareceristas, “a comprometer o relacionamento entre os menores e a própria segurança da unidade”.¹⁴⁹

De volta a Sorocaba, a equipe técnica, definitivamente, reconheceu a ineficiência da institucionalização de VM. A medida adotada pelos pareceristas consta no último relatório enviado para o juizado de menores:

“Meritíssimo juiz, vistas as prescrições que esta equipe técnica, se vê obrigada a realizar, não se torna possível dar

148. *Idem.*

149. *Idem.*

continuidade ao tratamento que o caso requer. Tendo em vista que em qualquer obra da fundação esta problemática estará sempre presente. Conforme entendimentos mantidos com a genitora, verificamos que a família possui reais condições sócio-econômicas no sentido de fornecer respaldo para sua reintegração social. O aluno se nos apresenta receptivo quanto a proposta apresentada relativa a este acompanhamento bio-psicossocial proposto, comprometendo-se a levar o tratamento até quando necessário. Diante do exposto e concluindo que sua institucionalização é uma medida improdutiva, essa equipe técnica propõe a entrega à família de VMS como a sugestão mais benéfica a este caso, pois corre risco de vida nesta Unidade Educacional".¹⁵⁰

Conforme a autorização do juiz, VMS foi desinternado em 28/11/81. O caso do adolescente chama atenção por vários aspectos apresentados. Geralmente, a desinternação era efetuada mediante assinatura do responsável, o que não aconteceu: na página de desinternação, consta a assinatura do próprio VMS, datada do dia 28/11/81. Podemos questionar a eficácia dos pareceres, já que a padronização é constante. Os pareceres são semelhantes, tanto no momento da internação, como da desinternação. O primeiro parecer justifica a internação mediante conduta infracional do adolescente, caracterizando-o como delinquente nato, vivendo sem as mínimas regras sociais. O último, legitima a desinternação, mediante aspectos comportamentais positivos adquiridos pelo adolescente no interior da instituição.

VM, considerado pelos pareceristas como um típico caso sem solução, acabou sendo desinternado, obtendo um parecer "positivo". Em todos os momentos, os pareceristas da FEBEM ressaltaram os aspectos contraproducentes da institucionalização de VM que, inclusive, corria "risco de vida" em todas as unidades pelas quais passava.

Apesar de todo o quadro apresentado, os pareceristas optaram, mediante autorização judicial, em colocá-lo em Liberdade Vighada, privilégio para poucos dentro da instituição. Os pareceres funcionam

150. *Idem.*

como um elemento de mão dupla: justificam a internação e referendam a desinternação.¹⁵¹

Enquanto o caso, acima retratado, indicava a impossibilidade da institucionalização do adolescente, em qualquer uma das unidades, a história WM colocou, para a FEBEM, um grande dilema: reconhecer-se como instituição completamente ineficiente para o “tratamento” da chamada problemática do menor.

Segundo o prontuário, WM era natural de Minas Gerais. Desde os dez anos de idade, viveu em estado de abandono, levando uma vida de nomadismo. Percorreu diversos estados do Brasil, entre eles, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

A primeira internação do adolescente, com 12 anos de idade, ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, no Instituto Padre Severino, vinculado à FUNABEM. De acordo com as declarações anexadas ao prontuário, posteriormente esteve na FESBEM (Vitória, Espírito Santo) e na FEBEM de Belo Horizonte. Evadiu-se desta última unidade, alegando, como justificativa, segundo o parecer da equipe técnica, “o fato de não querer trabalhar como lavrador, profissão essa que não preenche seu nível de aspiração”.¹⁵²

De acordo com o parecer da equipe técnica, a história de WM destoava de todas as outras da fundação, pois possuía uma trajetória diferente dos demais internos:

“Mediante a sua vivência em ambientes marginais de outros estados, o menor possui características que o diferenciam dos demais menores internados desta unidade. Principalmente por sua gíria, o que leva a supor ter vivido e freqüentado a maior parte do tempo ambientes marginais mais descontraídos tais como o do Rio de Janeiro, podendo ser caracterizado como o chamado ‘malandro de morro’”¹⁵³

Na unidade educacional, cursou o supletivo termo I Nível III, mostrando, no dizer dos pareceristas, uma “vasta cultura acima da

151. *Idem.*

152. PT 35. 806-A, WM.

153. *Idem.*

média dos alunos que freqüentam esta instituição”.¹⁵⁴ Demonstrava capacidade crítica de análise e facilidade de assimilação e reprodução de conhecimentos adquiridos.

O tempo inteiro, como percebemos, houve um embate entre o jovem e os pareceristas da instituição: não se adaptou às normas da casa, fazia uso de tóxicos e do tráfico.

“O menor verbaliza não aceitar condições que a rotina do trabalho impõe, observando que nunca se sujeitaria a trabalho por um salário mínimo, que não adianta ser orientado para o trabalho, pois tem formas mais seguras de ganhar dinheiro, dizendo que mudará de vida o dia que quiser, não havendo necessidade de ninguém mudar a sua cabeça. Acredita viver bem como vive, afirma que sabe das coisas, que é livre e, quando seus documentos estiverem em ordem, irá embora”.¹⁵⁵

Depois de muitas discussões, a equipe técnica resolveu encaminhá-lo para o regime de Liberdade Viggiada. O caso de WM fugia aos trâmites da instituição, acostumada a enviar os adolescentes em Liberdade Viggiada para seus familiares. Como colocar, em Liberdade Viggiada, um adolescente que não contava com os genitores no Estado de São Paulo. Tentando resolver o problema que fugia ao controle da instituição, os pareceristas resolveram escrever uma carta para o juiz de menores Wilson Barreira.

A história de WM colocava a FEBEM e o Juizado de Menores numa posição muito delicada, revelando aos poucos a impotência de todos perante o caso. O problema, antes de ser insolúvel, questionava a instituição a partir de sua lógica interna. A inexistência de resposta do Juiz de Menores só consolida a idéia de um grande vazio que paira sobre a FEBEM que não consegue enxergar o próprio rosto.

“Transcrevo a vossa senhoria o respeitável despacho curador desse juiz auxiliar de menores. Segundo conta, em 15/08/80,

154. *Idem.*

155. *Idem.*

o menor WM foi colocado em regime de Liberdade Viglada, não tendo entretanto, de acordo com informações do parecer da UE de Sorocaba, ninguém com quem ficar, tornando impossível a medida. Ao mesmo tempo, não parece que o menor deva ficar na UE de Sorocaba, porque a citada unidade não pode lhe dispensar algum tratamento recuperador, visto que o prédio da laborterapia ainda está em construção eis aí o maior problema deste juízo: a falta de recursos, como arrendá-los é a pergunta que se faz no espírito de todos nós e dizer que o nosso Estado tem 3.000.000 de menores carentes a nos olharem indefesos como a nos perguntarem o que fizemos, porque somos punidos com tanta miséria e descaso. Este é apenas um entre milhares de outros casos. De qualquer modo, somos favoráveis que o jovem adulto permaneça na UE de Sorocaba, mesmo porque não há qualquer solução para o seu caso. Na oportunidade renovo os meus préstimos de estima e considerações. São Paulo 05/08/80".¹⁵⁶

Diante da resposta apresentada pelo Juiz de Menores, o adolescente WM foi transferido para a Unidade Educacional 22.

O parecer da UE22 em nada difere do relatório da UE9, ao mesmo tempo que indicava os valores negativos na conduta do adolescente, apontava o senso crítico que possuía, tendo inclusive consciência de sua problemática social. Todos os pareceres responsabilizavam a ausência de um ambiente familiar que tivesse contribuído para a formação de sua personalidade. Como consequência, apresentava, no dizer dos pareceristas, "valores distorcidos" da realidade.

"O aluno percebe com clareza o contexto social em que está inserido, fazendo observações críticas dentro de sua condição de aluno e de cidadão. Seus sentimentos críticos o levam a uma consciência de suas limitações atuais, determinadas pela marginalidade social em que sempre viveu (ausência de família, ausência de alimentação, de

156. *Idem.*

estímulos a educação e habitação adequada, nomadismo). Por sua vez, a consciência que o aluno tem de suas limitações acarreta sentimentos de impotência o que lhe dificulta a execução de um plano de vida mais condizente com as normas sociais. Desta forma, canaliza inadequadamente suas inventivas para práticas de atos anti-sociais, agredindo a sociedade da qual gostaria de fazer parte, como forma de superar seus conflitos internos e compensações. Utiliza-se do tóxico como fuga e de atitudes defensivas como a indisciplina e o desinteresse".¹⁵⁷

Mediante o quadro apresentado, a equipe técnica determinou a desinternação do adolescente. De acordo com o relatório de desinternação, WM seria liberado para a comunidade. Por outro lado, devido à resistência de WM, "tanto a colocação profissional quanto a escolha da habitação, ficariam a seu encargo".¹⁵⁸

Durante todo o tempo, o adolescente mostrou-se refratário a qualquer ajuda da instituição. Negou-se a aceitar a colocação profissional indicada pela FEBEM, bem como uma proposta de moradia em uma pensão. WM sempre teve consciência do significado de instituições como a FEBEM/FUNABEM para as crianças e os adolescentes. Ambas as instituições atuavam por meio de medidas paliativas, achando que cada indivíduo deve permanecer em um determinado espaço. A violação do espaço sagrado, dentro da ordem capitalista e burguesa, é reprimida por meio da exclusão e da violência estabelecidas no interior de tais instituições.

"O aluno se mostrou refratário a qualquer ajuda da instituição, em relação a uma possível colocação profissional, uma vez que afirma não necessitar da unidade para lhe arrumar um emprego. Visava apenas sua documentação e desinternação na medida em que tinha emprego garantido na rua. Verbalizando que não se sujeitará a viver numa pensão".¹⁵⁹

157. *Idem.*

158. *Idem.*

159. *Idem.*

O aluno foi desinternado dessa unidade em 12/11/80 em face da maioridade.

Histórias como as apresentadas acima, proliferam-se quotidianamente no interior da FEBEM, uma instituição destinada a recolher as crianças e os adolescentes das ruas e de todos os lugares considerados perigosos 'para sua formação. Dentro da FEBEM aprendem desde cedo a jogar com a lógica institucional. Sabem da eficácia dos pareceres como o caminho mais fácil para obterem a chamada Liberdade Vigia. Enquanto, fora da instituição, carregam as marcas de uma institucionalização para o resto de suas vidas. Vivem o medo, a indiferença e arrogância de uma sociedade desigual e injusta. Muitos, como JFR, encontram, no interior da instituição, a morte pela frente. Outros, como os inúmeros exemplos elencados, encontram fora da instituição a morte que a todo momento os espreita.

Para outros, como WM, a instituição mostra-se completamente impotente e, independente do grau "infracional" tão discutido por diversos ideólogos, são colocados para fora da instituição que, contraditoriamente, se proclama como unidade educacional, encontrando pela frente as delegacias e os presídios do Estado de São Paulo.

O último documento encontrado no prontuário de WM, da Casa de Custódia e Tratamento Dr. Arnaldo Amado Ferreira – Grupo de Reabilitação Social (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado), revela os limites da institucionalização da menoridade no Brasil:

"Prezado senhor encontra-se internado nessa casa o senhor CRO, filho de BO e VR, nascido em 1/10/65 em Muriaé, MG. Na tentativa de obter dados e informações familiares, solicitamos a colaboração no sentido de fornecer tais dados visto que o referido alega ter tido passagem por essa fundação inclusive onde em meados de 1980 submeteu-se a uma cirurgia de amigdalite. Observa-se que em seu PT criminológico consta também outro nome (WM). São Paulo, janeiro de 1985".¹⁶⁰

160. *Idem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ■

A chamada questão do “menor” percorreu uma longa trajetória, durante o século XX, constituindo-se em um dos problemas mais graves apresentados pela sociedade brasileira, caracterizando-se pela marca da exploração, da miséria e da violência nas quais grande parte das crianças e dos adolescentes foi mergulhada. Foi o momento decisivo na vida de centenas de milhares de crianças e adolescentes, mergulhados em inúmeras práticas discursivas, objetivando a repressão, a violência, o controle e o aparecimento de instituições como a FEBEM.

A imagem conferida ao menor é fruto da interação de diversas práticas discursivas criadas por instituições como a FUNABEM/FEBEM, valendo-se da legislação, bem como do discurso médico, buscando uma certa legitimidade científica. O menor transformado em objeto, tem seu universo pulverizado, à medida que sua inserção enquanto agente a ser institucionalizado, ocorre por meio de análises dos pareceres dos técnicos institucionais: médicos, psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistentes sociais.

Inúmeras discussões e projetos travados no âmbito jurídico, médico-psiquiátrico, pedagógico, e meios de comunicação, levaram à chamada institucionalização do menor.

O Estado se mantivera presente e alerta ao problema que ganhou debate nacional e, por conseguinte, a palavra “menor” que apareceu entre o final do século XIX e começo do século XX, mediante observações de Fernando Londoño, passou a designar até hoje “a criança em relação à situação de abandono e de marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem”.¹

1. LONDOÑO, F. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil* (org). São Paulo, Contexto, 1998, p. 129.

Dois Códigos de menores, concebidos como frutos de uma diversidade discursiva, foram instituídos: o primeiro criado em 1927; o segundo em 1979. Ambos consolidaram tipologias acerca do “menor” abandonado e do “menor” infrator, servindo de parâmetros para a internação, exclusão e institucionalização de crianças e adolescentes pertencentes às camadas mais pobres da sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, por meio da Lei n.º 8.069, de 13 de junho, procurou extirpar o estigma calcado em crianças e adolescentes com a eliminação do termo “menor”, visando recuperar a dignidade, o respeito ocultado durante muito tempo. Trouxe, ao mesmo tempo, garantias aos direitos inalienáveis de todas as crianças ao afirmar que:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade”.²

A questão passou a ser discutida, tanto no Brasil quanto no exterior. Grupos internacionais se debruçaram frente à situação tão delicada, procurando minimizar as atrocidades morais infringidas à crianças e adolescentes pela sociedade, pelas instituições e pelo Estado.

Para alguns, “caso de polícia”, para outros, um problema que não lhes diz respeito. E enquanto isto, pessoas de carne e osso sofrem, em seus grilhões, inúmeras mutilações, sendo despojados de sua identidade, motivos de discursos, produtores de saberes. Indivíduos cujas vozes repousam no silêncio: o menor é o único que não fala de si mesmo.

“Enquanto outras minorias políticas – como as mulheres, os negros, os índios, os homossexuais, os idosos e, de forma ainda

2. Artigo 3.º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

inicial, os presos – têm conseguido congrega-se para assumir sua condição de dominados e discriminados, os menores, junto com os doentes mentais, não foram até agora capazes de dar esse passo emancipador inicial”.³

Discutir a situação das crianças e dos adolescentes socialmente marginalizados, adotando as designações do Estatuto da Criança e do Adolescente, significa pensar ou repensar os liames estreitos entre a sociedade e seu viés autoritário. Autoritarismo desenvolvido ao longo de 500 anos, enraizado, na forma e no conteúdo, dissimulado ou mesmo sem nenhuma máscara.

A máscara não oculta pseudo-identidades, antes revela os traços inexoráveis de *personas* concretas, vivendo no quotidiano, dissimulando apenas quando lhes é conveniente. Tal alusão torna-se patente, quando lembramos que a palavra máscara vem do grego, significando *persona* ou personagem.

Este trabalho procura entender a dinâmica na qual crianças e adolescentes passaram a serem vistos como corpos doentios. Entender o caleidoscópio de todas as terminologias criadas por inúmeros ideólogos, para justificar a institucionalização de milhares de crianças e adolescentes. Porém, procura, antes de tudo, resgatar a voz de cada um dos internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, cuja história de vida pode ser encontrada em milhares de prontuários. Os prontuários, apesar de gélidos, revelam por meio da rebeldia, das evasões, assim como bilhetes, cartas enviadas aos juízes, diretores da FEBEM ou familiares, os sentimentos e as aflições dos “filhos do mundo”.

O calidoscópio dos problemas relativos aos menores abandonados e aos delinquentes ganhou *status* de legitimidade no interior dos *prontuários* da FEBEM. A instituição, na mesma linhagem que Altenfelder e os colaboradores da revista *Brasil Jovem*, aponta o conjunto de valores responsáveis pela marginalidade em termos profundamente moralistas. O primeiro presidente da FUNABEM, Mário Altenfelder, partia de uma análise sócio-familiar para justificar

3. SADER, E, & BIERRENBACH, MI & FIGUEIREDO, CP. *Fogo no pavilhão*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 22.

as causas do abandono de cada uma das crianças, vivendo em situações precárias. Nesta direção, a criança passaria a ser vista enquanto vítima de uma sociedade desatenta aos problemas deste contingente familiar. Durante toda a sua vigência, enquanto presidente da FUNABEM, procurou denunciar a “falta do carinho materno”, a ausência de um lar harmonioso, enquanto males a serem combatidos.

Por outro lado, os colaboradores da revista acentuariam as reflexões de Altfelder, no sentido de encontrar na pobreza, no ambiente familiar, as verdadeiras raízes da delinquência. Durante muito tempo, por meio de pesquisas, a revista *Brasil Jovem*, como tivemos oportunidade de verificar, compôs o perfil das crianças carentes e infratoras. As primeiras apresentavam baixo rendimento intelectual, algumas consideradas com sérios problemas mentais. Geralmente, eram carentes afetiva e emocionalmente. As segundas representavam o último estágio da marginalização propriamente dita, pois, de acordo com os ideólogos, nunca tiveram em seus lares “valores sociais” que lhes servissem de parâmetros para suas condutas.

Tanto para parte dos colaboradores da revista, como para Altfelder, o social se confunde com o pessoal. Neste sentido, o caráter de cada indivíduo depende do ambiente familiar. O discurso, ainda, em nenhum momento remete todas estas questões para a condição de existência de milhares de crianças cujo histórico de vida é marcado pela exploração, dominação e violência.

O debate feito pelos ideólogos sobre a questão das crianças e dos adolescentes, dilui no tempo e no espaço os aspectos sociais, políticos e econômicos nos quais as crianças, os adolescentes e suas famílias estão inseridos. Criou-se, por meio do olhar reducionista, a idéia da pobreza e da delinquência como atributo das pessoas, não como consequência de uma sociedade injusta cujos bens econômicos se encontram nas mãos de determinados indivíduos, em detrimento da maioria da população.

A FEBEM, da mesma forma, possui seus ideólogos cujas idéias vão ao encontro do pensamento normatizador de Altfelder e dos colaboradores de *Brasil Jovem*. Para cada caso, a instituição também atribui um conjunto de valores, recaindo ao nível sócio-familiar. O

elo que se formou na esteira de todos estes pensamentos determinou a institucionalização dos internos. Entendendo, por institucionalização, um conjunto de padrões que foram criados ao longo do tempo, abrangendo diversas instâncias discursivas: o olhar de quem fala, como fala e por que fala; a situação do interno que se torna objeto a ser analisado e enquadrado em localidade previamente construída. Enquanto objeto, o interno não tem nenhum direito: cada gesto, cada ato, confirmam a necessidade de sua “exclusão social”. No tecido social, a institucionalização delimita as fronteiras entre o normal e o patológico, o doente e o saudável.

Devemos lembrar que o corpo técnico da FEBEM (assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras), os ideólogos da revista *Brasil Jovem* e os discursos de Altenfelder, contribuíram para o processo de estigmatização dos menores no final do século XX. Os pareceres da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, aliado aos artigos de *Brasil Jovem*, mostraram que as teorias lombrosianas, as teorias eugênicas e excludentes, desenvolvidas ao longo do século XIX, não estavam soterradas: antes se mantiveram por meio do viés conservador e autoritário que caracteriza grande parte da sociedade.

Para os menores poucas soluções são ofertadas. Para eles, instituições como a FEBEM funcionam como métodos paliativos, por meio dos quais a sociedade se sente protegida, e o Estado como mantenedor do social. No entanto, rebeliões explodem quotidianamente na FEBEM e, como a violência foi banalizada, contemplamos friamente a barbárie.

O ano de 1999 foi marcado por inúmeras rebeliões e fugas em diversas unidades da FEBEM, o que acabou suscitando inúmeras questões, como, por exemplo, qual o papel efetivo do Estado em instituições que se proclamam educacionais; como a sociedade de um modo geral percebe o problema; quais as propostas do ECA que efetivamente são implantadas em todas as unidades; como vivem os chamados “filhos do mundo”.

Segundo vários jornais, como, por exemplo, a *Folha de S. Paulo*, a maior rebelião da FEBEM ocorreu em outubro de 1999, resultando na morte de quatro “menores”, um dos quais decapitado, pelos próprios internos, no motim mais violento da história da instituição.

Uma semana após a rebelião, o Governador de São Paulo, Mário Covas, comandou a destruição da Unidade Imigrantes.⁴

As unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, de acordo com o Jornal *O Estado de S. Paulo*, tiveram pelo “menos 32 rebeliões desde o fim de outubro, quando o Governador Mário Covas (PSDB) garantiu que resolveria o problema da instituição. Ele assumiu o compromisso depois do motim mais sangrento da história da instituição, quando menores mataram quatro colegas do complexo Imigrantes.”⁵

Um ano após os incidentes que marcaram a FEBEM, a situação permaneceu inalterada, o problema aumenta a cada instante, estando muito longe de ter uma conclusão. Os debates aumentaram, os jornais relatam as rebeliões, a população procura se defender dos excluídos, o Estado se esquia do problema, porém aos poucos, os “filhos do mundo” deixam o silêncio ao qual foram submetidos, fazendo de suas vozes, que muitas vezes incomodam grande parte da sociedade, por meio de fugas e das rebeliões, avatares contra uma sociedade conservadora que reluta em tirar a própria máscara...

4. A crise na FEBEM. *Folha de S. Paulo*, 17 de maio de 2000, p. C7.

5. Fundação teve 32 rebeliões desde que Covas interveio. *O Estado de S. Paulo*, 13 de junho de 2000, p. C4.

FONTES DOCUMENTAIS ■

ALTENFELDER, Mário. Bem-estar e promoção social: Pronunciamentos na Secretaria da Promoção Social e na Fundação do Bem-estar do Menor (FUNABEM) 1965-1977. São Paulo: Secretaria do Estado de São Paulo, 1977.

Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, 1999.

Revista *Brasil Jovem*. Rio de Janeiro, 1966-1978.

384 prontuários do Setor de Cadastro de Menores da FEBEM-SP.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, E. M. L. S. de. *A Criança na Família e na sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- ALTHUSSER, L. et alli. *Discutir o Estado*. México, Fólios, 1988.
- . *Posições*. Rio de Janeiro. Graal, 1980.
- ALVAREZ, M. C. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção em menores*. São Paulo, FFLCH/USP, 1989, Dissertação de Mestrado.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984, Tese de Doutorado.
- AQUINO, M. A. de. *Caminhos Cruzados – Imprensa e Estado Autoritário no Brasil 1964 a 1980*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1994.
- AQUINO, M. A. de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) – o exercício cotidiano da resistência. O estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo, EDUSC, 1999.
- ARENDT, H. *As Origens do Totalitarismo*. Cia das Letras, São Paulo, 1980.
- . *Da Revolução*. Ática, São Paulo, 1981.
- ARIÉS, P. *História da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- . ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- . *Perfil do atingidos. Projeto Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- ARRUDA, R. S. V. *De criança a infrator – uma trajetória de classe*. Dissertação de mestrado em antropologia defendida na Pontifícia Universidade Católica, 1982.
- AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. “Criança e pele de asno não é só história: um estudo sobre vitimização de adolescentes em família”. Mimeografado.
- BACHA, E. *Política econômica e distribuição de renda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- BANDEIRA, M. “Maria Bandeira na FUNABEM; fazer o possível pelo menor”. In: *Tempo e Presença*, CEDI. Rio de Janeiro, n.º 208, p. 13-14, 1986.
- BARROS, R. S. M. de. *O Fenômeno Totalitário*. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1990.
- BARTHES, R. S. M. *Elementos de Semiologia*. São Paulo, Cultrix, 1996.
- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1997.

- BASÍLIO, T. *O Trabalho dos Menores e Pátrio Poder (Castigo às Crianças)*. Rio de Janeiro, *Revista dos Tribunais*, 1922.
- BENEVIDES, M. V. de. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BENJAMIM, W. *Magia e Técnica, arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BIERRENBACH, Maria Ignês R. S. *Política e planejamento social – Brasil (1956-1978)*. São Paulo, Cortez, 1982.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1997.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. São Paulo. Cia das Letras, 1994.
- BRUNER, A. *Crianças inadaptadas*. Lisboa, Moraes, 1978.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- . & MATTUECCI, N. & PASCINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- CALDEIRA, C. *Menores no meio rural: trabalho e escolarização*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, sociedade e Educação, vol. VI., n.º 4, 1960.
- CAPELATO, M. H. *A propagação política no varguismo e no peronismo*. São Paulo, Papirus, 1999.
- CARRARA, S. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ/EDUSP, 1998.
- CARVALHO, V. M. S. de. *As transformações constitucionais de 1964 a 1969, e o papel do Estado no modelo econômico*. São Paulo, FFLCH/USP, 1981, Dissertação de Mestrado.
- CARVALHO, V. M. de. *Girando em torno da roda: a misericórdia de São Paulo e o atendimento às crianças expostas, 1897-1951*. São Paulo, FFLCH/USP 1981, Dissertação de Mestrado.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- . *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 1989.
- . & FRANCO, M. S. C. *Ideologia e Mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1978.
- COLLIER, D. (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CRUZ, E. de. “Tudo pelos menores”. In: *Revista dos Tribunais*. São Paulo, 1942.
- CUNHA, M. C. P. da. *O espelho do mundo: Juquery a história de um hospício*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- CEBRAP. *A criança e o adolescente, a cidade*. São Paulo, CEBRAP, 1972.
- DA MATTA, R. et al. *Violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- DECCA, E. de. 1930 – *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- DELUEZE, G. *Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- DOURADO, L. A. *Raízes da marginalidade. Ensaio de psicologia criminal: o teste da árvore e a criminalidade*. São Paulo, Livraria Ler, 1969.
- DREIFUSS, R. A. 1964: *A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUARTE, C. R. *Imprensa e redemocratização no Brasil – um estudo de duas conjunturas, 1945-1974-1978*. São Paulo, PUC-SP, 1987, Dissertação de Mestrado.
- EDIMUNDO, L. P. *Instituição: escola de marginalidade?* São Paulo, Cortes, 1987.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, DIFEL, 1983.
- FERREIRA, R. M. R. *Meninos da rua – valores, expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. IBREX, CEDEC, 1979.
- FIORIM, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 1992.
- . *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática, 1988.
- . *Regime de 64: discurso e ideologia*. São Paulo, Atual, 1989.
- FON, A. C. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- . *História da Loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- FREITAS, M. C., (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1997.C.
- FREIXEIRAS, R. S. *O abrigo dos filhos do povo pela causa da criança e o conflito social*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1920.
- FRONTANA, I. C. R. da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- FUKUI, L. & E. S. & BRIOCHI, L. R. *A descolarização, o trabalho infantil e a questão do menor: uma análise temática na grande imprensa paulista na década de 70*. São Paulo, 1984.
- GOFFMAN, E. L. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- . “Estigma (Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada)”. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- . *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- GOLGWASSER, M. J. “Cria fama e deita na cama: um estado de estigmatização numa instituição total”. In: *Desvio e divergência – uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

- GOLVEIA, A. J. "O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude". In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n.º 44, fev. 1983, p. 55-62.
- GOENDER, J. *Combate nas trevas; a esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. São Paulo, Ática, 1990.
- GRAMSCI, A. *Poder, política e Partido*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- . *Os intelectuais e a organização da cultura*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- GRUNWALD, N. D. A. *O desenvolvimento da capacidade de trabalho do menor*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- GUERRA, V. N. de. "Violência de pais contra filhos: algumas indicações". In: STEINER, M. H. (org.). *Quando a criança não tem vez: violência e desamor*. São Paulo, Pioneira, 1986.
- GUIRADO, Marlene. *A criança e a FEBEM*. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- HEUYER, George. "La reaction de opposition chez l' enfant". In: *Revue Méd Societé de l'enfance*, n.º 3, p. 92-93.
- HARDWICH, E. "Said Brazil". In: Elizabeth Hardwich, *Bartleby in Manhattan and other essays*. London, Weidenfuld and Nilcolson, 1983, p. 216.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HOLANDER, V. P. *Reintegração psicossocial de delinqüente juvenil*. PUC-SP, 1978, Dissertação de Mestrado.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- JUNQUEIRA, L. *Abandonados*. São Paulo, Ícone, 1986.
- KOMINSK, E. V. *A infância assistida*. FFLCH/USP, 1992, Tese de Doutorado.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LAGRASTA NETO, C. "Marginalidade do menor". In: *Revista dos Tribunais*, São Paulo, maio de 1980.
- LEBRUN, "O Brasil de Florestan Fernandes". In: *O Saber Militante*, org. Maria d'Incao. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LEFORT, C. *A Invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LIMA, A. S. *A infância desamparada*. Rio de Janeiro, Imprensa oficial, 1939.
- LOWESTIN, K. *Teoria de la Constitucion*. Barcelona, Ed Ariel, 1964.
- LUPPI, C. A. "Agora e na hora de nossa morte; O massacre do menor no Brasil". São Paulo, Ed. do Brasil, *Debates*, 1982, (Brasil Hoje n.º 4).
- MAIA, D. S. *Regulamentação do trabalho*. Rio de Janeiro, Ed. Jacinto Silva, 1912.
- MARCONI, I. P. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo, Global, 1980.

- MARCOVICH, J. "A criança maltratada". In: KRYNSKI, S. (Cora). *A criança maltratada*. São Paulo, Almude, 1985.
- MARTINS, José de Souza (coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Huvitec, 1991.
- MEGDA, S. L. L. "A marginalização do adolescente". In: SILVA, M. M. L. da (org.). *Adolescente*. São Paulo, Faculdade de Educação – USP, 1986.
- MICHAUX, L. *A criança delinqüente*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1960.
- MOORE JUNIOR, B. *As origens Sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- O'DONNELL, G. *Estado burocrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- . *Contrapontos, autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1983.
- . "Argentina: a macro política e o cotidiano". In: *Revista Lua Nova – revista de cultura política*, n.º 14, p. 38-48, abr./jun. 1988.
- OLIVEIRA, O. de. *O menino, o trabalho e a lei*. Brasília, MPAS, SAS, FUNABEM-UNICEF, setembro 1987.
- PASOLINI, P. P. *Meninos da vida*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PASSETI, E. "Menores: os prisioneiros do humanismo". In: *Lua Nova*, n.º 3, São Paulo, out./dez. 1986.
- . *Política Nacional e bem-estar do menor*. São Paulo, PUC-SP, Dissertação de Mestrado.
- PAZ, O. *A imagem em seus signos de rotação*. Brasiliense. São Paulo, Perspectiva, 1983.
- PEREIRA, JUNIOR. J. T. "A integração familiar em face do novo código de menores". In: *Revista de Informação Legislativa*, n.º 73, Brasília, jan./mar, 1982, p.179-198.
- PERROT, M. "As crianças da Petit/Rouquet". In: *Revista Brasileira de História*. (Família e grupos de convívio). São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, n.º 17, p. 115-128, 1988.
- PETRONI, P. "A cidade de São Paulo no século XX". In: *A evolução urbana de São Paulo. Coleção Revista de História*. São Paulo, 1955, p. 72-122.
- PINHEIRO, J. A. "Criança um caso de morte". In: *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, CEDI, n.º 208, maio 1986.
- PINHEIRO, P. S. "As classes urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política". In: FAUSTO, B. (org.). *História Geral Da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, tomo 3, vol. 2, p. 9-37.
- . "Autoritarismo e Transição". In: *Revista da USP*, 09, p. 45-56, mar/abr./mai. 1991.
- . (org.) *Estado Autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

- . & HALL, M. M. *A classe operária no Brasil. Documentos "1889-1930"*. Vol. 1 e 2. O movimento operário. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- PINHO, R. R. *Criminosos e imaturos, menores infratores e menores abandonados*. São Paulo. PUC-SP, Imprensa Oficial do Estado, 1958, Dissertação de Mestrado.
- PINTO, F. *Os sete pecados de uma juventude sem amor*. CEDI, Rio de Janeiro, 1966.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco histórico*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins fontes, 1993.
- POULANTZAS, N. *Estado, Poder e Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PRIORI, M. L. de (org.). *História da Criança no Brasil*. Contexto, São Paulo, 1986.
- REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- REZENDE, M. J. de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984*. São Paulo, FFLCH-USP, 1996, tese de Doutorado.
- RICOUER, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.
- SADER, E. & BIERRENBACH, M. I. & FIGUEIREDO, C. P. *Fogo no pavilhão*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SADER, E. (org.). *Gramsci: sobre poder, política e partido*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- SAMPAIO, L. C. S. "Marginalidade e Violência". In: STEINER, M. H. F. (org.). *Quando a criança não tem vez: violência e desamor*. São Paulo, Pioneira, 1986.
- SANFELICE, J. *Educação Brasileira: da necessidade de uma prática educacional discriminatória à impossibilidade de uma educação igual para todos*. São Paulo, PUC-SP, 1978, Dissertação de Mestrado.
- SANTARCANGELO, M. C. V. *Juventude e delinquência*. São Paulo, Franciscana, 1969.
- . SANTOS, H. D. *Crianças espancadas*. Campinas, Papirus, 1987.
- SANTOS, M. P. C. *A FEBEM é uma instituição falida*. São Paulo, Cortez, 1982.
- SCHINDLER, L. *Marginalidade e delinquência juvenil*. São Paulo, Cortez, 1982.
- SCHINDLER, A. C. *O Estado e o Social: o papel das instituições de assistência social em São Paulo, 1880-1910*. São Paulo, FFLCH-USP, 1992, Dissertação de Mestrado.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, C. A. P. de. *Os conselhos tutelares e do adolescente de São Paulo e os segmentos pró-cidadania: conflitos, negociações e impasses na construção dos espaços públicos*. São Paulo, FFLCH-USP, 1994, Dissertação de Mestrado.

- SILVA, G. C. *Conjuntura política nacional, o poder executivo geo-político do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1981.
- SILVA, H. 1964 – *Golpe ou contra golpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- SIMÕES, C. *O direito do menor*. São Paulo, s/ed., 1987.
- SINGER, P. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- . *Economia política da urbanização*. São Paulo, Contexto, 1998.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga, 1976.
- SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- STEPAN, A. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Arte Nova, 1975.
- TELLES, V. S. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1992, tese de Doutorado.
- THOMPSON, E. P. “A lógica histórica”. In: *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 47-62.
- . *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- VENTURA, Z. 1968 – *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- VILLELA, M. C. L. *Proposta de uma prática pedagógica para menores autores de infração penal institucionalizados: uma pedagogia do trabalho*. São Paulo, PUC-SP, 1983, Dissertação de Mestrado.
- VIOLANTE, M. L. *O dilema do decente malandro*. São Paulo, Cortez, 1982.
- WITAKER, A. C. S. *O problema do menor e outros temas*. São Paulo, edição independente, 1950.